

ASA-PALAVRA

Faculdade Asa de Brumadinho - Ano XVIII - Número 34 - 2021



RAFAEL Sanzio (1483-1520) Alegoria da Filosofia. 1509/1511. 180 de diâmetro. Stanza della Segnatura, Palazzi Pontifici, Vaticano, Itália. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Lista_de_pinturas_de_Rafael#/media/Ficheiro:Volta_della_stanza_della_segnatura_02_filosofia.jpg. Acesso em: 20 mai. 2021.



EXPEDIENTE

©

Alessandra Raphaela Menezes Amaral
Aline Barbosa Moura
Ana Paula Gonçalves dos Reis
Ana Carolina Gonçalves da Rocha
Carla Pessanha Loque
Danilo Arnaldo Briskievicz
Gislene Silva Dutra
Huener Silva Gonçalves
Irany Maria de Jesus Martins de Paiva
Josimar Bento Nogueira
Laudilene Mendes do Carmo
Layane Laiza Lucena Rezende
Liliane da Conceição Rosa da Silva
Lucas Azevedo de Lima
Lucas Marques Kennedy Silva
Lúcio Alves de Barros
Maria Gabriella Gomes Amorim
Og Almeida Campos
Patrícia Abreu Costa
Priscila Abreu Costa
Rafael Tallarico
Renata Aparecida Pereira
Stefâne Amorim Ribeiro
Vagner Luciano de Andrade

Colaboradores

Textos

Alessandra Raphaela Menezes Amaral
Aline Barbosa Moura
Ana Paula Gonçalves dos Reis
Ana Carolina Gonçalves da Rocha
Carla Pessanha Loque
Danilo Arnaldo Briskievicz
Gislene Silva Dutra
Huener Silva Gonçalves
Irany Maria de Jesus Martins de Paiva
Josimar Bento Nogueira
Laudilene Mendes do Carmo
Layane Laiza Lucena Rezende
Liliane da Conceição Rosa da Silva

Lucas Azevedo de Lima
Lucas Marques Kennedy Silva
Lúcio Alves de Barros
Maria Gabriella Gomes Amorim
Og Almeida Campos
Patrícia Abreu Costa
Priscila Abreu Costa
Rafael Tallarico
Renata Aparecida Pereira
Stefâne Amorim Ribeiro
Vagner Luciano de Andrade

Organização e Coordenação Editorial

Sofia Martins Moreira Lopes – Doutora em Estudos Linguísticos – professora universitária
email: sofiamoreira@gmail.com

Comissão Editorial

Sofia Martins Moreira Lopes

Conselho Editorial

Huener Silva Gonçalves
Lúcio Alves de Barros
Maria Lúcia Resende Chaves Teixeira
Sofia Martins Moreira Lopes

Revisão Geral

Sofia Martins Moreira Lopes

Revisão Específica

Responsabilidade de cada autor

Projeto Gráfico

Cristina Baía Marinho

Concepção de capa e folhas de seção

Sofia Martins Moreira Lopes e Huener Silva Gonçalves

<https://asapalavra.faculdadeasa.com.br/>

Asa-Palavra/Faculdade ASA de Brumadinho.

v. I. n. 34 jan/jul 2021: Faculdade ASA, 2021.

Ano XVIII

ISSN impressa 18062857

ISSN eletrônica: 26753685

I. Ensino Superior-Periódicos, I. Faculdade ASA
de Brumadinho.

CDU: 378

APRESENTAÇÃO

Ciência, resiliência, resistência e sobrevivência continuam sendo palavras-chave em 2021, diante de uma pandemia caracterizada pela persistência. Como a Ciência, a vacinação avança. Chegou até os professores e há o desejo de que alcance o mais rapidamente toda a sociedade. Outras crises, como a política e econômica assolam o país e exigem do povo brasileiro criatividade, solidariedade e resiliência.

Pessoas resistem em não querer vacinar, outras em fazer uso de tratamentos sem comprovação científica e outros, ainda, em não respeitar as normas sanitárias. Resistência também é importante horizonte para essa e outras revistas, que diante de ventos negacionistas e do desânimo que circula a sociedade, mantém-se firme em levar o conhecimento científico para variados públicos, mostrando que a Ciência também tem a Democracia como importante atributo.

Por fim, a sobrevivência. Quantos amigos, conhecidos que lutam contra todos esses males para se restaurarem? E, em especial, aqueles acometidos pela doença, que como o “Poeta”, foi até fronteira entre a vida e a morte...e voltou. O Poeta está vivo. O que seria a poesia sem ele? E a “Filosofia”, sem “Rafael”? O Filósofo está vivo.

Solidária ao Poeta, ao Filósofo, ao Cientista e a todos e todas que fazem a vida ser diferente e tornam-se exemplos no enfrentamento dessas agruras, a Revista ASA Palavra se apresenta em seu primeiro número de 2021 e, como sempre, trazendo boas reflexões.

Desejamos aos nossos nobres e resilientes leitores uma excelente leitura!

Sofia Martins Moreira Lopes
Huener Silva Gonçalves

O POETA ESTÁ VIVO

Barão Vermelho

Baby, compra o jornal
E vem ver o sol
Ele continua a brilhar
Apesar de tanta barbaridade

Baby, escuta o galo cantar
A aurora dos nossos tempos
Não é hora de chorar
Amanheceu o pensamento

O poeta está vivo
Com seus moinhos de vento
A impulsionar
A grande roda da história

Mas quem tem coragem de ouvir
Amanheceu o pensamento
Que vai mudar o mundo
Com seus moinhos de vento

Se você não pode ser forte
Seja pelo menos humana
Quando o papa e seu rebanho chegar
Não tenha pena

Todo mundo é parecido
Quando sente dor
Mas nu e só ao meio dia
Só quem está pronto pro amor

O poeta não morreu
Foi ao inferno e voltou
Conheceu os jardins do Éden
E nos contou

(Disponível em: <https://www.letras.com.br/barao-vermelho/o-poeta-esta-vivo>. Acesso em: 20 mai. 2021)

SUMÁRIO

SEÇÃO 1 - HISTÓRIA – BRASIL MODERNO – BRASIL IMPÉRIO7

MOVIMENTO DIALÉTICO: A CIDADE ANTIGA E O IDEALISMO ALEMÃO - *Rafael Tallarico, Carla Pessanha Loque e Aline Barbosa Moura* 8

BREVES APONTAMENTOS PARA AS RAÍZES DA AGROECOLOGIA NA HISTÓRIA - *Irany Maria de Jesus Martins de Paiva e Huener Silva Gonçalves* 36

A RELAÇÃO HISTÓRICO-CONCEITUAL SOBRE A MORTE NO BRASIL MODERNO - *Og Almeida Campos Alessandra Raphaela Menezes Amaral* 57

VIDA PRIVADA, PRIVAÇÕES, PRIVILÉGIOS: APONTAMENTOS SOBRE A LISTA NOMINATIVA DE 1840 DA CIDADE DO SERRO/MG - *Danilo Arnaldo Briskievicz* 66

SEÇÃO 2 - PROCESSO PENAL – DELITOS - EDUCAÇÃO – PATRIMÔNIO90

A NECESSÁRIA COMPREENSÃO TÉCNICA DOS DELITOS DE ESTUPRO E ESTUPRO DE VULNERÁVEL COMO GARANTIA DO DEVIDO PROCESSO LEGAL - *Lucas Azevedo de Lima e Lucas Marques Kennedy Silva* 91

TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS: CONCEITOS GERAIS, E ESTUDOS EM EDUCAÇÃO NO BRASIL - *Liliane da Conceição Rosa da Silva e Lúcio Alves de Barros* 119

O PATRIMÔNIO HISTÓRICO E AMBIENTAL COMO MECANISMO DE SUPERAÇÃO DA TRAGÉDIA EM BRUMADINHO: POSSIBILIDADES DE VIVÊNCIAS PEDAGÓGICAS EM PAISAGENS URBANO-RURAIS NO VALE DO MÉDIO PARAÓPEBA, MG - *Vagner Luciano de Andrade, Priscila Abreu Costa e Patrícia Abreu Costa* 35

SEÇÃO 3 - ENFERMAGEM – FAMÍLIA – SAÚDE SEXUAL 165

CUIDADOS DE ENFERMAGEM NO CONTEXTO DO ALCOOLISMO: UM IMPACTO SOCIAL E FAMILIAR... - *Ana Paula Gonçalves dos Reis, Ana Carolina Gonçalves da Rocha e Renata Aparecida Pereira*..... 166

PAPEL DO ENFERMEIRO NA PREVENÇÃO DE INFECÇÕES SEXUALMENTE TRANSMISSÍVEIS E PROMOÇÃO DA SAÚDE SEXUAL DE ADOLESCENTES - <i>Layane Laisa Lucena Rezende, Maria Gabriella Gomes Amorim e Stefâne Amorim Ribeiro</i>	184
---	-----

SEÇÃO 4 - IMAGEM PESSOAL - TALENTOS210

A INFLUÊNCIA DA IMAGEM PESSOAL NAS REDES SOCIAIS PARA A VISIBILIDADE PROFISSIONAL NOS PROCESSOS DE RECRUTAMENTO E SELEÇÃO DE TALENTOS	211
<i>Gislene Silva Dutra, Josimar Bento Nogueira e Laudilene Mendes do Carmo</i>	211

SEÇÃO I

HISTÓRIA – BRASIL MODERNO – BRASIL IMPÉRIO



MOVIMENTO DIALÉTICO: A CIDADE ANTIGA E O IDEALISMO ALEMÃO

DIALETISCHE BEWEGUNG: DIE ALTE STADT UND DER DEUTSCHE IDEALISMUS

Rafael Tallarico¹

Carla Pessanha Loque²

Aline Barbosa Moura³

Resumo: A História é a trilha percorrida pela Razão rumo à Perfeição. Há um constante movimento na História Universal que traduz a operacionalidade da Razão que é a própria Realidade Efetiva. A dialética especulativa é o movimento da suprassunção. Hegel retorna à Cidade Antiga Grega para resgatar os fundamentos do pensamento ocidental que colocam a condição humana como centro estratégico da Ciência. O ser é pensar e o pensar é o ser. O conhecimento da Verdade é a maior condição para que o ser seja livre. É livre quem conhece da própria liberdade. O Idealismo Alemão alça o indivíduo à condição única de sujeito. Todos são livres e conscientes dessa liberdade.

Palavras-chave: História – Movimento – Dialética – Filosofia – Sujeito.

Zusammenfassung: Die Geschichte ist der Weg der Vernunft zur Vollkommenheit. In der universellen Geschichte gibt es eine ständige Bewegung, die die Funktionsfähigkeit der Vernunft widerspiegelt, die die effektive Realität selbst ist. Spekulative Dialektik ist die Übersuchungsbewegung. Hegel kehrt in die antike griechische Stadt zurück, um die Grundlagen des westlichen Denkens zu

¹ O autor é mestre em Direito e Justiça e doutorando pela Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais em Direito Constitucional Estratégico. Professor Universitário de Direito Internacional Público. Advogado na área empresarial.

² A autora é Especialista em Direito Humanos pelo Instituto Erick Carsten da Universidade de Helsink (Finlândia) e em Direito Internacional Penal pelo Instituto de altos estudos de Direito Penal de Siracusa (Itália). Mestre em Direito Internacional Penal pela Universidade de Granada (Espanha). É funcionária da Organização das Nações Unidas (ONU). Atua em programas de Estado de Direito da ONU e da Comissão Europeia.

³ A autora é bacharel em Direito pela Faculdade ASA de Brumadinho/MG e pós graduanda em Direito Processual Civil pela Faculdade única de Ipatinga.

retten, die den menschlichen Zustand als strategisches Zentrum der Wissenschaft darstellen. Sein ist Denken und Denken ist Sein. Die Kenntnis der Wahrheit ist die größte Voraussetzung dafür, dass das Wesen frei ist. Diejenigen, die ihre eigene Freiheit kennen, sind frei. Der deutsche Idealismus erhebt den Einzelnen zum einzigartigen Zustand des Subjekts. Jeder ist frei und sich dieser Freiheit bewusst.

Schlüsselwörter: Geschichte – Bewegung – Dialektik – Philosophie – Thema.

I INTRODUÇÃO

Compreender o pensamento filosófico de Hegel é caminhar sempre ao encontro da História e “estar” na História. O dualismo, que durante milênios permeou a Filosofia⁴, em suas mais diferentes faces, seja em Aristóteles, Santo Agostinho, Descartes, Kant e tantos outros, encontra em Hegel a sua superação definitiva.

O pensamento habita apenas o ser e o ser apenas é capaz de pensar. Ser e pensar constituem, então, a mesma unidade. Todos são sujeitos.

Mas todos os momentos do caminhar do Espírito, nos trilhos da Razão, ao longo da História, foram a expressão da evolução dos Conceitos de Justiça e Liberdade.

A Consciência, a Ideia, o Conceito, a História, são todas versões deste “movimento”, que se dá continuamente para o “conhecimento da liberdade” que é maior à própria liberdade.

Na obra “Fenomenologia do Espírito” Hegel demonstra a chegada da “consciência” como o momento no qual o “saber” é a tradução do conhecimento na sua forma mais íntima no ser, e depois consciência de si, quando se externaliza (por exemplo através da Legislação).

Em Hegel, após a Consciência, cuja reflexão ele aprofunda na Fenomenologia do Espírito, vem o “Espírito”, cuja abordagem especulativa de seu caminhar a obra “Filosofia da História” trata com o capricho deste pensador que é o ápice de toda construção filosófica ocidental. Não se pode compreender Hegel em “momentos isolados”, mas na totalidade histórica.

Olhar Hegel é olhar a Filosofia na evolução Histórica, através da Razão. O que é real é racional e o que racional é real. O real encontra-se somente na História. A historicidade da Razão e a

⁴ “A “filosofia”, seja como conteúdo conceitual, é uma criação peculiar dos gregos. De fato, se para todos os outros componentes da civilização grega encontra-se idêntico correlativo junto a outros povos do Oriente- os quais alcançaram, antes dos gregos, níveis de progresso muito elevados, -, não se encontra, ao invés, idêntico correlativo da filosofia ou, pelo menos, algo assimilável ao que os gregos e, posteriormente, com os gregos, todos os ocidentais, chamaram de “filosofia”. (REALE, Giovanni, História da filosofia antiga; tradução Marcelo Perene. Volume Isso Paulo: Loyola, 1993, P.13)

racionalidade da História **são resultantes do “movimento” que suprassume todos os momentos anteriores, até mesmo os negativos, primeiro através da negação, depois da conciliação**, para enfim elevá-los a um patamar maior, nada destruindo, mas tudo ao final se unindo. A unidade faz parte do todo e o todo é o resultado das unidades. É um “eu” que é um “nós” e um “nós” que é um “eu”.

Hegel é o filósofo da totalidade e isso se justifica pela historicidade que ele dá à Razão e à racionalidade que ele dá à História. Todos os momentos devem ser considerados, pois a dialética⁵ é a espiral da racionalidade, na qual os momentos negativos se positivam no posterior.

A Perfeição encontra-se no Absoluto. Perfeito é aquele do qual todos dependem e ele não depende de ninguém.

“Eu sou o que sou” é a maior frase de autoridade das Escrituras.

Todo pensamento científico e filosófico tem origem em outro ou em outros que o precederam. O conhecimento é transmitido evolutivamente, sempre acrescentando, nunca eliminando o momento anterior, mesmo que negativo, pois se positivará posteriormente, através da suprassunção. Essa é a sina do caminhar da ideia, que se pretende um plano.

2 BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE O PENSAMENTO FILOSÓFICO DE PARMÊNIDES

Para Parmênides e Hegel⁶, apesar das diferenças culturais e políticas, decorrentes do tempo de cada um, a identidade do ser e do pensar constitui uma unidade percebida por ambos esses filósofos.

⁵ “A dialética tal como expõe Platão em *A República* é, pois, a ciência que tem como método o uso exclusivo da razão, “prescindindo de modo absoluto dos sentidos, pare elevar-se à essência das coisas” ou à coisa em si (por exemplo a cama real não é a que faz o marceneiro, mas que lhe serviu de modelo) até alcançar “por meio da inteligência o que constitui o bem em si”, simbolizado por Platão na imagem do sol, que ilumina as coisas que vemos, isto é, o momento supremo do inteligível, o princípio absoluto. O pressuposto da dialética é, portanto, o libertar-se do sensível através da análise socrática, no sentido de prosseguir nas distinções das formas ou na captação das essências “organizadas em discurso...” (SALGADO, Joaquim Carlos. *A Ideia de Justiça no Período Clássico ou da Metafísica do Objeto: A Igualdade*. 1ª edição, Belo Horizonte: Del Rey, 2018. P. 112)

⁶ “Para Hegel o princípio fundamental do idealismo é que nada existe para o homem a não ser no pensar. Tudo tem de estar no plano do pensamento. A realidade da coisa para o homem dá-se no pensamento. Não que o pensado seja o real, ou o ideal oposto ao que existe fora dele. Nesse sentido, o próprio materialismo está incluso na concepção idealista de Hegel, por ser uma forma de pensar a realidade. O materialismo aparece na visão de Hegel como um reducionismo unilateral que pretende separar a coisa do seu plano de pensabilidade ou, se não separa, pressupõe, sem prova, a coincidência do real e do pensar. A realidade para Hegel só se mostra como tal conceito na idealidade pelo qual o pensável é o real ou em que o real é o pensável e o verdadeiro é o pensável, é o princípio supremo do idealismo, segundo Hegel, e mesmo de toda filosofia, na medida em que é saber no plano infinito do pensar.” (Salgado, Joaquim Carlos. *A Ideia de Justiça em Hegel*. São Paulo: edições Loyola, 1996. P. 118-119).

O ser “Perfeito” encontra em Parmênides⁷ a sua primeira definição. O entendimento do “Absoluto”, que é o Perfeito, foi a tarefa gigantesca à qual Parmênides se dispôs a demonstrar.

O Absoluto⁸, tão caro à religião cristã e por isso fé e cultura, ao se identificar com o Perfeito, encontra suas bases filosóficas em Parmênides. Não existe pensar fora do ser e o ser é a morada exclusiva do pensar.

O ser Perfeito, segundo Parmênides, **é o Absoluto. Na cultura judaico-cristã é o “Eu sou o que sou”, que o Deus único do monoteísmo disse a Moisés lá no Monte Sinai.** Ou “o que era, o que é e que há de vir” dos Evangelhos. Isso remete à infinitude do Absoluto, que se encontra em todos os tempos e até fora dele, posto que a infinitude traz a ideia de eternidade. Se ultrapassa o tempo e está antes e além dele, é sempre o mesmo, então infinito, por isso Absoluto.

Mas quem pensa a infinitude somente é o ser. A Razão é a mola mestra para trazer o entendimento da referida infinitude e compreender sua transcendência. Não há racionalidade fora do ser. Dessa forma, não há que se buscar a realidade fora da racionalidade. Na filosofia especulativa, de Parmênides até Hegel, o ser e o pensar constituem a mesma unidade. Por isso somente o ser é livre, em si e para si.

⁷ “O que é desse modo, *independente* de todo saber, é o ser de Parmênides. Todavia, a consciência sensível não se eleva a tal pensamento filosófico; é, no entanto, este momento da lógica que exprime a sua verdade. Com efeito, não pode dizer que o “isto é”, pondo assim o caráter absoluto desse ente, independente de toda mediação. Tal é o ser necessário, e tal necessidade é apenas a reflexão imediata desse ser em si mesmo. “É porque é. “Contudo, Parmênides devia distinguir entre o ser (*to ón*) e a opinião (*doxa*); assim também, a consciência sensível deve distinguir entre seu ser e sua visada (*Meinung*). O saber do sensível põe à prova sua própria inconstância em relação a esse ser que é a sua verdade e sua essência. Ao considerar a experiência dessa inconsistência, veremos que a própria certeza sensível descobrirá que tal ser, sua verdade essencial, só é como tal pelo artifício da negação. Longe de ser o imediato, ele é a abstração, o Universal como negação de todo isto particular, primeira manifestação negativa do Universal na consciência.” (HYPPOLITE, Jean. Gênese e Estrutura da Fenomenologia do Espírito de Hegel. – São Paulo: Discurso Editorial, 1999, P.105).

⁸ “O Ocidente acolheu o absoluto nos três modos de movimentar-se a razão, pela arte, pela religião e pela filosofia. Intuiu-o na mais exuberante expressão do belo através da sua maravilhosa obra de arte, representou-o nos textos sagrados do Cristianismo e, ao mesmo tempo, *apresentou-o* ou tornou -o presente radicalmente no mistério (na transcendência) e no tempo como evento histórico (na imanência) da sua encarnação e, como momento de sua total luminosidade, pensou-o, elevando a sua intuição e a sua representação ao momento do conceito na Filosofia, essa sua admirável invenção epistêmica, exigida por esse esforço antes ou em outro lugar jamais ocorrido.

A Filosofia, por sua vez, pensou o Absoluto em três momentos definitivos da sua história: com Parmênides, com Platão e com Hegel. Heráclito surge no preparo dessa caminhada do saber absoluto.

Desde que o homem habita a terra, pela primeira vez o absoluto foi pensado na sua total identidade consigo mesmo, isto é, totalmente interiorizado. Quem levou essa tarefa a efeito foi Parmênides.

Depois de intuir a identidade imediata entre ser e pensar (pensar é ser, ser é pensar), Parmênides empreende o gigantesco esforço noético de pensar o ser na sua absoluta identidade consigo mesmo, sem qualquer exterioridade que o contingenciasse. ...” (SALGADO, Joaquim Carlos. A Ideia de Justiça no Período Clássico ou da Metafísica do Objeto: A Igualdade. 1º edição, Belo Horizonte: Del Rey, 2018. P. 62).

Em Parmênides é tecida a “Ontologia”⁹, que é a Teoria do Ser. A valorização do intelecto, pela primeira vez na História, alça voos para a compreensão da condição humana. Desde o seu nascedouro, a Filosofia Especulativa aparece como a ave de minerva, que levanta seu voo ao anoitecer.

“O grande princípio parmediano, que é o próprio princípio da verdade, é este: *o ser é e não pode não ser; o não ser não é e não pode ser de modo algum*. O ser, portanto, é e deve ser afirmado, **o não-ser não é e deve ser negado, e esta é a verdade; negar o ser ou afirmar o não-ser é, ao invés, a absoluta falsidade.**”¹⁰

Uma vez que Parmênides descreve o Absoluto, ele se afasta da “contradição” e adota o princípio da “não-contradição”. Uma coisa não pode ser e não ser ao mesmo tempo.

O ser, então, é o Perfeito, o mesmo ao longo de toda finitude que se encontra dentro da infinitude e por isso é o Absoluto.

“O ser, em primeiro lugar, é *ingênit*o e *in*corruptível.

De fato, é impossível que tenha sido gerado, enquanto, se assim fosse, deveria derivar ou do não-ser ou do ser: do não-ser é impossível, porque o não-ser não é; do ser é igualmente impossível, porque já seria e não nasceria. E por estas mesmas razões é impossível que se corrompa.

O ser não tem, pois, um *passado* (porque em tal caso *não seria* ainda), mas é presente eterno sem início nem fim...”¹¹

⁹“É matriz primeira do desenvolvimento do pensamento ocidental até hoje. Para melhor entender Parmênides, convém levantar certas proposições, embora às vezes não expressas no seu poema. Algo que se adequa ao intelecto é algo igual a ele. Se há algo que é conatural ao intelecto, é igual ao pensamento. Quando se diz que algo é, põe-se esse algo plenamente no pensamento. Esse “é” só é possível no pensar. “Tudo é” significa, pois, que está tudo no plano do intelecto, é pensamento. Tudo se identifica no ser que se instaura como logos.

O problema fundamental para Parmênides é pensar o ser, ou seja, trata-se de um problema legitimamente ontológico, que se preocupa com o ser (*ontos*) e o pensar (*logos*), mas na medida em que podem ser afirmados com os idênticos. O sobre que Aristóteles perguntará posteriormente na fórmula *ti tó ’ón*, ou o que é o ente, afasta-se, segundo Heidegger, da pergunta direta sobre o ser (*ti tó einai*). Talvez porque a pergunta pelo ente, pelo “sendo” *tò ’ón*, acaba por ocultar a verdade do que é, o ser, *tó einai*.

Ser e pensar são a mesma coisa. O ser das coisas não é dado pelo sensível, somente pelo intelecto. O ser só é na medida em que é pensado...” (SALGADO, Joaquim Carlos. A Ideia de Justiça no Período Clássico ou da Metafísica do Objeto: A Igualdade. 1ª edição, Belo Horizonte: Del Rey, 2018. P. 67)

¹⁰ REALE, Giovanni, História da filosofia antiga; tradução Marcelo Perine. Volume I-São Paulo: Loyola, 1993, P.109

¹¹ REALE, Giovanni, História da filosofia antiga; tradução Marcelo Perine. Volume Isso Paulo: Loyola, 1993, P.109

Em Parmênides a “unidade” torna-se essencial para a compreensão do Absoluto¹². Hegel busca na Ontologia a perfeição para o alcance do Absoluto que, já no cristianismo¹³, é o Ser Supremo, o Cristo, o “Logos” encarnado, o princípio e o fim de todas as coisas, por isso infinito, então o Perfeito.

Na História Universal, que Hegel analisa através do caminhar do Espírito, sempre há um “movimento” que traz o progresso para a liberdade de todos, em si e para si. É uma constante relação de reconhecimento, que no período contemporâneo apresenta-se através do Império da Lei.

3 BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE O PENSAMENTO FILOSÓFICO DE HERÁCLITO

“Não há proposição de Heráclito que eu não tenha acolhido na minha lógica¹⁴”.

A dialética hegeliana se fundamenta fortemente no pensamento filosófico de Heráclito. A “alma” a partir deste outro gigante da filosofia ocidental começa a ser levada em conta, no que diz respeito ao constante movimento do universo, do qual o ser, o homem, faz parte, como um “microcosmos”, que pensa, por isso existe e é o ser. Ser e pensar constituem a mesma unidade.

Heráclito foi um homem de seu tempo. A preocupação da filosofia de seu tempo era extremamente voltada para a pesquisa da *physis*, na qual o fogo era tido como o elemento fundamental. O entendimento do fenômeno da natureza “fogo” já trazia a concepção de transformação. Tudo na natureza é transformado, nada se extingue ou é eliminado.

Como sempre asseverava o ilustre Dr. Arthur José de Almeida Diniz em suas magistrais aulas: *“nada no universo e no mundo acaba, mas tudo continua através da transformação...”*

¹² “O absoluto como representação religiosa no Cristianismo, como realidade política na história e como saber de si na filosofia mostra-se em unidade como Espírito do Ocidente.” (SALGADO, Joaquim Carlos. *A Ideia de Justiça no Período Clássico ou da Metafísica do Objeto: A Igualdade*. 1º edição, Belo Horizonte: Del Rey, 2018. P. 68)

¹³ “Parmênides antecipa o que Platão, Aristóteles e Hegel irão dizer, como observa Heidegger, abaixo citado. O universal é o objeto próprio da razão. Ela se impôs à formação da cultura ocidental em todas as suas dimensões, inclusive na religião do Ocidente, o cristianismo. Isso se mostra claro, como adiante se verá (capítulo intitulado “A Religião e o Saber Universal”), na tradução bíblica da passagem referente ao diálogo entre “Moisés e Javé”, quando este responde: “Eu sou aquele que é”. Isso significa a identidade absoluta entre o ser de Parmênides e o Deus dos cristãos, do ponto de vista teológico-filosófico.

Ao lado da religião universal, que se instala na unidade do Estado universal, essa representação do universal na religião e a efetividade do universal no Estado surge uma outra dimensão do universal que os une, o saber universal, a filosofia, cujo tema ou objeto é o próprio universal. Com efeito, essa religião universal, o Cristianismo, é já, desde o início, a religião que procura unir a representação do absoluto com o seu conceito dado na filosofia, ou seja, o Cristianismo recepciona a cultura grega no que ela tem de mais importante, o saber filosófico... (SALGADO, Joaquim Carlos. *A Ideia de Justiça no Período Clássico ou da Metafísica do Objeto: A Igualdade*. 1º edição, Belo Horizonte: Del Rey, 2018. P. 65)

¹⁴ “HEGEL, G.W.F. *Vorlesungen uber de greschichte de Phphilosophie* (trad. Ital., de E. Codignola e G. Sanna, vol. I, La Nuova Italia, Florença 1930, p. 307)

O entendimento científico do fenômeno “fogo”, tão caro aos antigos filósofos, levou às primeiras imaginações humanas para o alcance do espaço cósmico. As pirâmides, um tetraedro com base equilátera, nada mais é a um formato do fogo. Os cientistas alemães que desenvolveram a V1 e a V2 e depois a Apollo 13, que levou o homem à Lua, estudaram muito a filosofia da *physis* na qual o fogo é o principal elemento que levaria o homem ao alcance das “estrelas”¹⁵. A ciência, principalmente a mais perfeita delas, a Filosofia, é um construir de milênios. “*O raio governa todas as coisas*” (Heráclito, Fragmento 64).

Para Heráclito, a alma é como o fogo, pois a busca do infinito não pode ficar preso ao que é material, ou finito. Parece que Heráclito se aproxima de Platão, nessa constante luta dos desejos que afastam o ser do porvir.

Todavia, foi Platão quem desenhou o núcleo da ética através da compreensão da unidade corpo, alma e espírito como essência do ser, por isso indissociáveis.

¹⁵ “Olhar o cosmos sempre deu a sensação de elevação da condição humana, principalmente em nível espiritual, a um patamar que se encontra desapegado dos vícios terrenos. Platão direcionou seu pensamento filosófico para indução do homem a viver não apenas para esta vida, mas principalmente para o além. A determinante deste futuro no além dependeria do ser ter agido conforme a justiça, ou seja, somente o justo desfrutaria da eternidade. O injusto, segundo Platão, não herdará o paraíso.

Se dirigir ao cosmos é elevar a alma para longe das vicissitudes terrenas.

(...)

O cristianismo adotou muito este aparelhamento da alma com as alturas. A Salvação, segundo o cristianismo, vem do alto e é para lá que todo ser deve direcionar sua existência.

O ser, dotado de Razão, através do Conceito, produz ciência. Os primeiros astrônomos, matemáticos e físicos contemplavam a natureza e o cosmos para daí tirarem suas conclusões sobre o melhor caminho da existência humana. A natureza não pode ser concebida como uma desordem abundante, mas como um conjunto de elementos organizados, com finalidade específica.

O universo, as galáxias, possuem corpos que lhe dão movimento, e numa escala de tempo de milhões e até bilhões de anos, influenciam a composição material do planeta Terra.

Analisando o panorama geográfico das pirâmides egípcias da Planície do Gizé (Quefren, Queóps e Miquerinos), percebe-se a vontade dos faraós de serem eternos através do posicionamento angular entre as estrelas. O céu e os astros sempre transmitiram o sentimento do além, do eterno. As primeiras análises científicas do cosmos nada mais eram a não ser a incessante busca do ser racional em se tornar um ser eterno, em que pese as mazelas que o pecado original impôs à existência.

Olhar as estrelas e os astros serviu e ainda serve para o direcionamento de viagens, determinação das condições climáticas e uma elevação do espírito às altitudes purificadoras da consciência. Todavia, alcançar as estrelas, ao longo da História, passou do mundo das Ideias para o Conceito e assim virou Ciência, em um movimento dialético-epistemológico. O infinito leva a indagações nunca satisfeitas.” (TALLARICO, Rafael; MOURA, Aline Barbosa. *Conquista Espacial e Inteligência Artificial: perspectivas geoestratégicas contemporâneas*. Belo Horizonte: Editora D’Plácido, 2019, p. 17-18).

No pensamento filosófico de Heráclito encontra-se a indicação da extrema mobilidade de todas as coisas, como um “rio”. “Ninguém se banha duas vezes nas mesmas águas de um rio”, é a grande assertiva do pensamento de Heráclito.

Esse constante movimento¹⁶ de tudo em Heráclito¹⁷ fez surgir, na Filosofia, o entendimento do “*devenir*”, que muita importância teve na construção da dialética especulativa de Hegel. A superação das contradições decorre do movimento das forças que movem o universo.

Parmênides e Heráclito constituem dois gigantes da Filosofia Ocidental. A Ontologia e o Devenir foram propulsores da dialética especulativa de Hegel, ao colocarem, ao final, o entendimento nos trilhos da Razão, e por isso a Ideia (por exemplo o Direito) deve caminhar no sentido do Conceito (por exemplo a Justiça). A unidade faz parte do todo e o todo é constituído de unidades. A Razão é a energia ontológica que move o universo, por isso as constantes mudanças que nada mais traduzem, filosoficamente, a evolução dos conceitos (por exemplo Igualdade, Liberdade, Justiça, Trabalho e ultimamente a Tecnologia).

¹⁶ “Na Antiguidade, a par do pensamento do constante movimento de Heráclito, qual seja, do “Devir”, ainda não havia em nível científico e filosófico a percepção do homem como sujeito, mas como objeto, dentro de um cosmos, mas sendo este, totalmente organizado e harmonizado. Daí surge a primeira ideia do homem como parte do cosmos, o que implica no direcionamento do seu agir para a perfeição, através do conceito de ordem na natureza. O pensar, esse fluir constante de um rio, é um instrumento para o agir racional, que visa o progresso da condição humana. A ciência, desde os seus primeiros passos na Antiguidade, sempre foi voltada para o progresso do bem-estar no planeta Terra.

Estudar o cosmos tornou-se imperativo na História Mundial, em nível científico. Atingir as estrelas e viver debaixo do manto solar passou a traduzir a ideia de perfeição e do Bem. O tangenciamento do agir moral começa a ser definido na aspiração individual de elevar a existência a um nível Universal, que vê sua tradução racional no cosmos.

A morada no Divino é o Cosmos. A altura traz em si a compreensão da necessidade do caminhar para a perfeição. O mais perfeito é aquele que está no ponto mais alto e serve de paradigma para todos os demais. Nasce uma ideia também de proteção para quem está abaixo do ponto mais alto. Mas o perfeito deve ser atingido.

No consciente humano, aparece o imaginário de uma escada que leve o ser para as alturas. Os degraus dessa escada, do ponto de vista científico, é o conhecimento, que em um primeiro momento se dá com a matemática, a astronomia e a física. Mas o conhecimento propaga-se por todo o globo terrestre pois a humanidade é uma só, em que pese as divergências estruturais entre as mais variadas nações”. (TALLARICO, Rafael; MOURA, Aline Barbosa. Conquista Espacial e Inteligência Artificial: perspectivas geoestratégicas contemporâneas. Belo Horizonte: Editora D’Plácido, 2019, p.19-20).

¹⁷ “Em Heráclito aparecem três palavras fundamentais: 1) O *devir*- movimento permanente das coisas, que é o próprio movimento do pensar, que é simbolizado por um círculo. Quando se afirma que o ponto do círculo é o início do mesmo, vê-se que ele também é o fim. Por isso, o círculo dá a ideia de movimento, pois o ponto inicial, qualquer que seja esse ponto, vai ser o ponto final também. 2) O *logos* e a *alma*: o *logos*, o pensamento ou a razão; é o que explica tudo e dá a unidade de todas as coisas. A razão é simbolizada pelo fogo, porque aparece com a energia universal e fundamental em todas as coisas e individual em cada um de nós. Essa energia universal que é o *logos*, na medida em que aparece como energia individual em cada um, é a alma...”(SALGADO, Joaquim Carlos. A Ideia de Justiça no Período Clássico ou da Metafísica do Objeto: A Igualdade. 1ª edição, Belo Horizonte: Del Rey, 2018. Ps. 73-74)

Tudo se movimenta para a superação dos momentos anteriores, até mesmo os negativos. A dialética em seu movimento caminha para a perfeição. O “eu” é um “nós” e o “nós” é um “eu”.

Após Parmênides e Heráclito, dialeticamente, o “homem torna-se a medida de todas as coisas”, posto que ser e pensar constituem a mesma unidade e apenas o homem possui a capacidade do pensamento, ou como quer Hegel, o ser é pensar. Todos “devem” ser livres e, mais ainda, todos “são” livres, donos de seu próprio arbítrio que se expressa na capacidade de escolhas. É o pensamento cristão, tão fundamental e central no pensamento filosófico de Hegel.

Concebido o movimento dialético especulativo, cuja suprassunção está em Hegel, conclui-se o conhecido ensinamento que “ao final, sempre se encontrará Hegel”. E isso é racional, pois apenas ele dá conta da totalidade na filosofia, até mesmo nos momentos negativos, como foi o pensamento de Marx (que teve de ser moldado posteriormente por Lenin, para fins de aplicação político-ideológica).

A dialética hegeliana não pode ser definida apenas como tese-antítese-síntese, mas como negação-conciliação-suprassunção. A História caminha nos trilhos da Razão e tudo racionalmente encontra-se na História.

4 BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE O PENSAMENTO FILOSÓFICO DE PLATÃO

A grande busca de Hegel era pelo entendimento do “eu” como um “nós” e de um “nós” como um “eu”. A unidade faz parte do todo, e somente nele pode ser encontrado e a unidade somente tem sua essência “reconhecida” por fazer parte do todo.

Hegel se volta, então, para a Filosofia Clássica, na qual a Cidade- Estado era o modelo de organização humana. Através das raízes helênicas do Ocidente, Hegel coloca-se diante da Razão, como instrumento para a organização do poder, que encontra futuramente na República romana a maior expressão de efetivação.

O *logos*¹⁸ deve ser sentido como a alma e no constante movimento leva o ser a ultrapassar todos os limites, ou seja, para a liberdade, na constante evolução de seu conceito.

¹⁸“Ora, aí está também o momento trágico do homem grego. Na medida em que ele recebe os limites impostos pelos deuses para não ser como deuses, é ao mesmo tempo dotado de um dom que o impele a romper todos os limites, o *logos*, a razão, porque só ela é limite e só ela põe limite às coisas e a si mesma. A razão é a faculdade do universal que faz com que o homem rompa todos os limites possíveis. Não há limite para a razão, não há limite para o conhecer do homem. Exatamente porque é racional, quer ser igual a um deus. Portanto, é um ser *determinado* a romper todos os limites por ser racional, porque para a razão não há limites, ao mesmo tempo a religião impõe-lhe limites. Essa natureza da razão de ser sem-limites é a sua própria perdição; uma essência externa, que é ela mesma alienada, o de que ela não sabe, impõe-lhe limites, e castiga-a com a moira, o destino, a sua absoluta negação. Esse é o conceito trágico do homem grego. Por isso surgem as

Platão respeitava o entendimento sofístico segundo o qual “o homem é a medida de todas as coisas.” O constante movimento da História induz o homem, através da Razão, à busca da Perfeição, que é um revisitar da Ontologia de Parmênides através do fluxo contínuo do “rio”, que são as ideias, que se sucedem através do evoluir permanente propiciado pela própria Razão. Pode-se afirmar que no Ocidente desenvolve-se uma dialética¹⁹ que se direciona sempre para a totalidade, com a orientação para o Absoluto em seu conceito, a Liberdade.

O homem Ocidental é o homem livre. Até o Hegel da “mocidade” sabia disso, posto que o Cristianismo é a universalização da liberdade, seja para “gregos, romanos e hebreus...”

Platão pensa no “nós”, na totalidade, rompendo o arbítrio tirânico do Oriente, no qual apenas um era livre, conforme o pensamento hegeliano, dando assim os contornos universais da Razão, por isso do real.

Só é livre quem conhece a Verdade. Só é racional quem conhece da Verdade, em si e para si. O conhecimento torna-se, no modo de vida do homem ocidental, um imperativo, sem a Humanidade é uma só, do ponto de vista biológico, apesar de apenas o homem ocidental conhecer o conceito

tragédias, que descrevem o destino traçado por um deus para um determinado herói, expresso na beleza da dramaturgia grega. Sófocles, Eurípides, Ésquilo. Essa representação religiosa é uma forma pela qual a razão aliena a sua própria essência. A divisão está nela mesma; o limite e o ilimitado, o finito e o infinito, a liberdade e a determinação do destino estão na própria razão. Por isso, a sua unidade aparente cinde-se, no primeiro em razão mítica. A razão cria uma razão fora dela mesma, infinita; não sabe que é ela mesma o infinito, não sabe do seu poder infinito. No mito está essa cisão. O modo porque ela retorna a si é a razão epistêmica. E nas formas sociais de vida, a superação de si, da sua alienação na medida imposta pela razão divina, na essência alienada, o seu retorno dá-se na razão epistêmica ética. Com a ética, a medida passa a ser a própria razão, mas reconciliada consigo mesma. Por isso o sofista intui que o homem é a medida de todas as coisas, não os deuses...” (SALGADO, Joaquim Carlos. *A Ideia de Justiça no Período Clássico ou da Metafísica do Objeto: A Igualdade*. 1ª edição, Belo Horizonte: Del Rey, 2018. P. 37-38)

¹⁹“Quando se chega ao direito aparece algo muito importante. Desenvolve-se no Ocidente uma nova dialética. No costume tem-se a sociedade, pois é ela que produz o costume. No hábito tem-se o indivíduo. Quais são os valores, elementos importantes que aparecem nessas duas faces de uma mesma realidade, em que pese a realidade do agir humano? O indivíduo e a sociedade. Não há sociedade sem o indivíduo, nem indivíduo sem a sociedade. O conceito do homem é eminentemente dialético. Essa é uma proposição apresentada por Aristóteles: *zoon politikón e zoon logikón*. Se o lógico, se pensa, pensa na medida em que há o outro que capta o pensamento como comunicado, *logos*. Do contrário não seria pensante. Por isso é social; e mais, é político, isto é, não só social no sentido de viver em aglomeração, em que os indivíduos estão vinculados por determinações naturais, mas social, vinculados culturalmente, portanto na medida em que se organiza, se estrutura politicamente no Estado que dá unidade ao indivíduo e à sociedade. Estruturar-se politicamente é estruturar-se na forma do poder. Então, aparece aqui o primeiro tema importante da sociedade, o poder, de outro lado, a perversão do poder, evidentemente; a perversão do poder é o arbítrio e a violência. É a desmedida. Para o grego é a tirania, a perda da liberdade de um povo, da sua autonomia, ou seja, a perda do poder de fazer as suas próprias leis, de traçar seus próprios limites, por estar o poder da razão, que é um *nós*, alienado no arbítrio de um *eu* de um só. O *nós* é o momento próprio da razão, que traz em si todo um processo dialético a envolver a consciência oposta ao seu exterior, ao objeto, pela consciência de si, sempre como abertura para o objeto até a consumação de um *nós*, que é também um *eu*, como descreve Hegel na *Fenomenologia do Espírito...*” (SALGADO, Joaquim Carlos. *A Ideia de Justiça no Período Clássico ou da Metafísica do Objeto: A Igualdade*. 1ª edição, Belo Horizonte: Del Rey, 2018. P. 39-40).

de liberdade. Corpo, alma e espírito, segundo Platão, são os elementos fundamentais da identificação do homem como o ser que deve buscar ser justo, ou seja, ir sempre de encontro à Perfeição, ou seja, à semelhança do Absoluto. É o pensamento da totalidade, que Platão houvera descoberto em seu tempo e que Hegel retoma para ultrapassar o formalismo kantiano e chegar ao entendimento do “nós”, que somente pode ser encontrado no Estado, que é o Império da Razão, por isso o máximo ético, através da instrumentalização do Direito, na evolução contínua do conceito de Justiça.

“Deixando de lado os pluralistas, que repropõem sem mudança essa mesma ordem de pensamentos, chegamos a Platão, o qual, sobre esse tema, faz algumas afirmações particularmente importantes e estimulantes.

Na *República*, por exemplo, ele define a natureza do filósofo como a natureza daqueles homens que são amantes daquela ciência que lhes mostra o ser que sempre é e nunca muda, seja por nascimento, seja por morte, e que *desejam todo esse ser* e não querem renunciar a nenhuma parte dele, grande ou pequena que seja. O filósofo é, portanto, *o amante daquela ciência da totalidade do ser...*”²⁰

Hegel retorna a Platão, e traduz, na Fenomenologia do Espírito, o caminhar do entendimento do “eu” que é um “nós” e do “nós” que é um “eu”. É a totalidade do ser, que, segundo o pensamento de Hegel, somente pode ser encontrado no Estado.

Em Platão necessário se faz “sair da caverna” e deixar de conviver com as sombras, que são a violência, o arbítrio. Fora da caverna, somente a Razão capacita o ser para enxergar a luz, ou seja, a Realidade.

Mas o Absoluto se apresenta na História além da Arte, como Religião e Filosofia. Platão previu isso na concepção helênica do Justo e Hegel sistematizou sua Filosofia segundo a Religião Revelada, o Cristianismo.

5 O CRISTIANISMO

O homem livre é o homem da Europa. A parte do mundo no qual todos são livres é a Europa. Sou livre porque o outro também o é e o outro é livre porque sou livre. A liberdade é uma relação

²⁰ REALE, Giovanni, História da filosofia antiga; tradução Marcelo Perine. Volume I-São Paulo: Loyola, 1993, p.393

de reconhecimento, e por isso depende da Lei, o Império da Razão. O Cristianismo²¹ é a Religião²² da Revelação, da Caridade. Paulo realizou a transição do Velho Testamento, no qual havia a guarda de dias e a diferenciação dos alimentos, a Lei e os Profetas, para o Novo Testamento da Igreja de Cristo, a pregação do Evangelho, da Caridade e da Salvação.

"1- No princípio era o Verbo, e o Verbo estava com Deus, e o Verbo era Deus.

2- Ele estava no princípio com Deus.

3- Todas as coisas foram feitas por ele, e sem ele nada do que foi feito se fez.

4- Nele estava a vida, e a vida era a luz dos homens."

(João 1:1-4. Bíblias Almeida Corrigida Fiel, <https://www.bibliaonline.com.br/acf/jo/1>, 13.02.2021, 19:50h)

A cultura Ocidental é a cultura cristã. Religião²³ é fé e cultura.

²¹ "Hegel denominou a ideia de liberdade de uma "ideia europeia." Do ponto de vista da historiologia hegeliana, tal expressão significa que a ideia de liberdade pertence à esfera da manifestação mais alta do espírito, da sua manifestação como razão. Para Hegel, o momento decisivo em que, na cultura do ocidente, a razão se manifesta como liberdade tem lugar com o advento do cristianismo. Somente então se revela a subjetividade infinita do Espírito- a certeza da razão de ser toda a realidade – e a liberdade pode emergir como autodeterminação ou com o *conceito* do Espírito mesmo.

A luz de uma perspectiva estritamente histórica, esse esquema hegeliano de interpretação da história da cultura ocidental como história de uma cultura colocada sob o signo da liberdade – como sua aspiração maior, seu problema mais profundo, seu drama mais pungente – pode parecer arbitrário. Com efeito, toda a história da civilização antiga, antes do advento do cristianismo, pode ser considerada como a história de um esforço pertinaz – nas ideias e nas instituições – para assegurar ao homem o espaço espiritual, dentro do qual lhe seja garantida sua autopossessão, sua independência ou sua *autárquia*. Em suma, sua liberdade. Se a revelação cristã descobre, de um golpe, a profundidade infinita desse espaço, sua des- centração com relação à harmonia entre o homem e o *cosmos*, fundamento do humanismo clássico, como se poderá ver nessa transgressão dos limites dentro dos quais o homem antigo encerrará suas possibilidades de ser livre a emergência da liberdade como liberdade *humana*?

Eis aí, sem dúvida, um dos aspectos decisivos desse grandioso evento histórico que, há dois mil anos, imprimiu um destino singular à civilização do Ocidente: o encontro, o confronto, a fusão que se não consoma e a tensão que sempre renasce entre a civilização antiga e o cristianismo. Como é sabido, essa tensão marcou os primeiros momentos da evolução espiritual do próprio Hegel, até distender-se e finalmente resolver-se nas lições de Berlim sobre a filosofia da história e a filosofia da religião." (VAZ, Henrique Cláudio de Lima. Escritos de Filosofia- Problemas de Fronteira. São Paulo: Editora Loyola, 1986. P. 34-35)

²² "...A consciência de um povo toma de si mesmo na história, eis o que pode exprimir uma religião; e, como tal, ela supera as circunstâncias temporais que presidiram seu nascimento. Para o jovem Hegel, a religião já é um pensamento especulativo tanto como uma ética. Há um *espírito do helenismo*, um espírito do *judaísmo*, um *espírito do cristianismo*, e a esses diversos espíritos correspondem religiões diversas na história. A religião abstrata *Aufklärung* ou a "religião nos simples limites da razão" de Kant não dão conta da originalidade que se manifesta na religião, da genialidade que se exprime nessa consciência do espírito." (HYPPOLITE, Jean. Gênese e Estrutura da Fenomenologia do Espírito de Hegel. – São Paulo: Discurso Editorial, 1999, P. 558)

²³ "O pensamento de Hegel sobre a religião, tal como aparece na sua Fenomenologia, está distante desses discursos proféticos. Apesar disso, também descobre na religião uma forma superior do espírito. A religião é a *consciência de si do espírito*, mas ainda não é o saber absoluto, pois tal conhecimento do espírito pelo espírito é um conhecimento no elemento da

O “Espírito Livre”, que conhece a si mesmo e sabe de si, pois sabe que é livre, se manifesta através da religião cristã.

Hegel compreendeu que o helenismo teceu bases para o entendimento de pessoa, que se deu definitivamente em Roma. A universalização do conceito de pessoa foi obra do cristianismo.

Hegel foi um filósofo cristão, que descreveu o caminhar do Espírito²⁴ através do evoluir judaico-helênico-cristão do conceito de liberdade.

Todo pensamento filosófico de Hegel é marcado pelo Cristianismo. O que lhe antecedeu, o pensamento filosófico de Kant, também o foi. Na dialética hegeliana nada é extirpado, mas há a negação, a conciliação e por fim a supressão.

6 BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE PENSAMENTO FILOSÓFICO DE KANT

O século XVII foi o momento de reforma do pensamento. A Razão vai se tornando o centro dos ideários humanos. A Europa, Casa da Liberdade, afirma-se como o continente liderado pelos filósofos iluministas, que defendiam a busca de um pensamento livre, do ser que conhece da sua própria liberdade.

A Razão oferece ao homem a capacidade de pensar por si mesmo, ou seja, de afastar-se da menoridade, como pretendeu o Iluminismo, tornando-se responsável por seus atos, sem as influências místicas que em determinadas ocasiões dominavam o período medieval.

O Iluminismo é o momento da busca de um ser racional, que deve ser livre e conhecer da sua liberdade.

representação; talvez por isso a arte seja um momento de toda religião, mais particularmente, característica de uma certa forma de religião. A organização- religião da natureza, religião da arte, religião revelada (religião cristã) – talvez tenha sido sugerida a Hegel por Schleiermacher. Todavia, ao passo que este último se inclina a elevar a religião acima do pensamento filosófico da religião, ou pelo menos tende a confundi-los, Hegel vê, tanto na religião como na arte, somente uma representação antecipada do pensamento filosófico. O saber absoluto eleva-se acima da religião. Essa apresenta decerto o conteúdo verdadeiro, mas tal conteúdo, estando na forma de representação, *aparece* à comunidade religiosa como ela é. Em Hegel, a filosofia aparece como enriquecida por todo o aporte da religião e particularmente do cristianismo, de que se pretende o intérprete; porém, ao elevar o saber acima da fé, o conceito acima da representação religiosa, Hegel não reduz singularmente o alcance da religião...” (HYPPOLITE, Jean. *Gênese e Estrutura da Fenomenologia do Espírito de Hegel*. – São Paulo: Discurso Editorial, 1999, P.560)

²⁴“...Visto que a religião é a consciência de si do espírito, isso a opõe a toda a experiência anterior que não era como tal senão para nós- ou seja, para o filósofo-, sem ter-se manifestado deste modo para a consciência fenomênica. Acompanhamos o desenvolvimento de uma consciência individual nas três primeiras partes da *Fenomenologia*: consciência, consciência de si e razão...” (HYPPOLITE, Jean. *Gênese e Estrutura da Fenomenologia do Espírito de Hegel*. – São Paulo: Discurso Editorial, 1999, P.562)

Immanuel Kant representou o ápice do Iluminismo²⁵, momento filosófico no qual o homem é levado a sair da menoridade, através da valorização da Razão. O homem deve ser senhor de si mesmo, ou seja, comandar o seu arbítrio.

Em 1762 Kant evolui do dogmatismo para a conclusão de que a lógica formal não é a lógica do real. O referido filósofo rompe com as tradicionais provas da existência de Deus, principalmente na sua obra “Crítica da Razão Pura”, propondo novas provas que iriam mexer com a “natural inteligência dos homens.”

O desenvolvimento espiritual kantiano leva ao desvinculamento com paradigmas que outrora serviam como marco regulatório da vontade humana.

A grande luz de 1769 consistiu no descerrar da perspectiva revolucionária, ou seja, daquela que Kant chamou de “revolução copernicana”, da superação do empirismo, do dogmatismo e do ceticismo, abrindo novos tempos para a Filosofia.

O professor Joaquim Carlos Salgado traça uma explanação objetiva para demonstrar o ideário de Kant:

“Ceticismo e dogmatismo são as duas terminais da metafísica. O primeiro se assemelha ao caos, à anarquia da ordem social; o segundo ao despotismo. O instrumento da superação dessas correntes estéreis é o cristicismo, com que Kant pretende evitar aquelas consequências que o unilateralismo traz. O conhecimento não poderá desprezar a razão como fonte de representações a priori, nem os sentidos como lugar de ocorrência do objeto. O racional e o sensível devem estar, pois, presentes em todo conhecimento, para evitar o voo das ideias no espaço vazio do entendimento puro”²⁶

²⁵ “Kant, como grande sistematizador e sintetizador do movimento da Ilustração, serve-nos, aqui, como guia na exposição da ideia de dignidade humana que vem a lume. Amadurecida suficientemente a ideia de liberdade, explorada à exaustão a natureza humana em sua intimidade e debatido incessantemente o papel político do homem frente à sociedade, ao Estado, à humanidade, reúnem-se todos os elementos necessários para a consciência da dignidade. A ideia da dignidade vem revelada, em Kant, na *Fundamentação à metafísica dos costumes*, ao abordar o agir moral do homem. A liberdade já havia sido apresentada na *crítica da razão pura* como ideia, como espontaneidade, isto é, “causa incausada”. No desenvolvimento do seu sistema, Kant a desdobra e supera o simples conceito negativo de liberdade. Esta aparecerá então, como autodeterminação, o que equivale a dizer: livre é aquele que não se determina por nada exterior, é aquele que se autodetermina. A ação livre, entretanto, pressupõe uma conduta em conformidade com a razão. A ação determinada por instintos, por exemplo, não pode ser tomada como livre. A noção de autonomia leva, assim, a considerar como ser livre somente aquele que se determina por sua própria razão, ou, no dizer de Kant, aquele cuja máxima de ação pode ser erigida a lei universal.” (SALGADO, Karine. *História, Estado e Idealismo Alemão*. 1ª edição. Belo Horizonte: editora UFMG. 2017. P.37-38).

²⁶ SALGADO, Joaquim Carlos. *A Ideia de Justiça em Kant: seu Fundamento na Igualdade e na Liberdade*. 3ª edição. Belo Horizonte: Del Rey, 2012. P. 13)

Kant, ao elaborar a Crítica da Razão Pura, em que a própria Razão fará um julgamento de si mesma, demonstra o equilíbrio que deve permear o conhecimento humano.

De acordo com Salgado, “Kant chama de noção o conceito puro que tem origem tão só no entendimento. Quando a noção se torna transcendente, isto é, ultrapassa toda a possibilidade da experiência, tem-se a ideia ou conceito de razão.”²⁷ É nesse sentido que Kant busca e correlaciona o entendimento humano com a faculdade do juízo.

Para Kant²⁸ a Razão não pode ser buscada através da experiência, o que é a definição da crítica. Busca a explicação dos fatos e objetos não pela experiência, mas sim pelo intelecto e sentidos, procurando “defini-los de modo transcendental e não somente pelo modo da lógica formal que se abstrai de todo conteúdo.”²⁹ Nesse sentido, a importância das ideias para Kant está na criação das mesmas através da faculdade da razão, bem como o conceito é produto da faculdade do entendimento, e a intuição é criação da sensibilidade.

Assim assevera o professor Joaquim Carlos Salgado:

“O racional e o sensível devem estar, pois, presentes em todo o conhecimento, para evitar o voo das ideias no “espaço vazio do entendimento puro”, como ocorreu com Platão. Essa superação dos dois unilateralismos (empirismo e racionalismo) Kant resume assim: “*Wenn aber gleich alle unsere erkenntnis MIT der Erfahrung anhebt, so entspringt sie darum nicht eben alle aus der erfahrung.*”, quer dizer: “Se, porém, todo o conhecimento se inicia com a nossa experiência, isso não se prova que todo ele deriva da experiência.”³⁰

²⁷ SALGADO, Joaquim Carlos. A Ideia de Justiça em Kant: seu Fundamento na Igualdade e na Liberdade. 3º edição, Belo Horizonte: Del Rey, 2012. P. 43.

²⁸ “O idealismo kantiano, tal como foi interpretado pelos filósofos alemães que o desenvolveram, se resumiria de modo bastante satisfatório nesta fórmula que ainda não se encontra no próprio Kant: “A consciência de si é a verdade da consciência.” Na *analítica transcendental*, Kant precisa o sentido de sua dedução ao dizer que “as condições da possibilidade dos objetos da experiência em geral são, ao mesmo tempo, as condições da possibilidade dos objetos da experiência e, por isso, têm valor objetivo em um juízo sincrético *a priori*.” Quando o entendimento empírico conhece seu objeto- isto é, a natureza, -, e pela experiência descobre a multiplicidade das leis particulares, imagina conhecer um Outro que não ele mesmo; entretanto, a reflexão que constitui precisamente a crítica da razão pura mostra que tal conhecimento de um outro só é possível por meio de uma unidade originariamente sintética, de tal modo que as condições do *objeto*, da natureza precisamente, sejam as condições mesmas do *saber* dessa natureza. No saber da natureza, portanto, o entendimento sabe-se a si mesmo; assim, seu saber do Outro é um saber de si, um saber do saber, e o mundo é “o grande espelho” onde a consciência descobre a si mesma.” (HYPPOLITE, Jean. Gênese e Estrutura da Fenomenologia do Espírito de Hegel. – São Paulo: Discurso Editorial, 1999, P. 157)

²⁹ SALGADO, Joaquim Carlos. A Ideia de Justiça em Kant: seu Fundamento na Igualdade e na Liberdade. 3º edição. Belo Horizonte: Del Rey, 2012. P. 39.

³⁰ SALGADO, Joaquim Carlos. A Ideia de Justiça em Kant: seu Fundamento na Igualdade e na Liberdade. 3º edição. Belo Horizonte: Del Rey, 2012. P.12.

A busca do conhecimento que culmina com a liberdade real do homem deverá estar muito além do embasamento experimental.

O ponto de partida de Kant no que tange à razão humana está primordialmente no pensar, e por isso elaborou a Primeira Crítica, na qual buscou demonstrar que os homens não apenas aceitam as coisas como lhes são dadas, e, sim, para pensá-las sob a ótica crítica, buscando a sua verdadeira essência. A razão de ser do homem perpassa, assim, toda uma lógica outrora concebida empiricamente. A partir desse momento, valendo-se da Razão, o ser passa a pensar.

Nesse momento, Kant tenta resolver se é possível ter a metafísica como uma ciência, e, se não, lança a questão que, se caso contrário, como o ser humano se sente tão atraído pelas questões da metafísica? O conhecimento consiste em preposições de juízos universais e necessários, incrementando o conhecer. Segunda a teoria dos juízos, um juízo consiste em dois conceitos, em que um age como predicado e outro como sujeito.

Kant enumera três tipos de juízos, a saber: 1) Juízo analítico; 2) Juízo Sintético; 3) Juízo da Sintenticidade que une a aprioridade (universalidade) e a necessidade. Kant ensina que é nossa razão sensível que regula os objetos. Estes últimos devem ser regulados pelo nosso conhecimento. Nós só conhecemos das coisas, a priori, o que nós mesmos colocamos nelas.

Para a evolução do pensamento humano, é importante a forma pela qual o ser passa a ter um outro entendimento de si mesmo além daquelas estabelecidas anteriormente.

“A pessoa deve ter a consciência de raciocinar e pensar por si só; aqueles que alcançam o ideal desconhecimento capaz de desenvolver novas técnicas de ascensão ao conhecimento deve partilhá-lo com os menos afortunados de razão. “A consciência de si mesmo (a percepção) é a representação simples do eu e, se por ela todo o diverso que está no sujeito fosse dado espontaneamente, a intuição interna seria intelectual. No homem, porém, esse diverso se dá sem espontaneidade do espírito. É, pois, dado pela sensibilidade. Mas para que se dê essa consciência do eu é preciso que o espírito seja por esse diverso afetado e só assim é que pode falar em intuição de si mesmo.”³¹

A Revolução Francesa teve papel essencial no contexto de transição do ceticismo e dogmatismo para uma sociedade pensadora por si só, ou seja, movida pela Razão.

³¹ SALGADO, Joaquim Carlos. A Ideia de Justiça em Kant: seu Fundamento na Igualdade e na Liberdade. 3º edição. Belo Horizonte: Del Rey, 2012. P. 26.

A Razão para Kant tem duas formas, a saber:

1. Significado geral, que é a faculdade cognoscitiva em geral;
2. Significado específico, que é o estudado precisamente na dialética. A razão em Kant é a capacidade que o ser tem de ir além, de ir ao infinito.

A Razão é a faculdade de operar com conceitos e juízos puros.

Para Kant o ideal é por excelência a Razão. Deus é o ideal porque Ele é o modelo de todas as coisas, e que estas, na qualidade de cópias, ficam infinitamente distintas dele.

São precisos caminhos que, segundo Kant, são apenas três desde a antiguidade. O primeiro, a prova *a priori*, é ontológica; a segunda é cosmológica, que parte da experiência e coloca Deus como Causa; e a terceira prova que a físico- teológica que Kant prefere denominar de físico- teleológica, que valida a sua existência devido à beleza e à finalidade do mundo. O filósofo se identifica com esta, pois ela leva-nos a identificar um arquiteto do mundo.

Kant busca a independência do pensar do empirismo e isto somente pode ser alcançado através da Razão. A Lei Moral somente pode ser encontrada e guiada pela Razão.

“O interesse da razão, entretanto, não se, limita a essa função reguladora, mas compele-a a medir as suas próprias forças (pela sua própria natureza) e a faz ultrapassar a experiência, ou seja, não se contentar com apenas regular conhecimentos que lhe oferecem o entendimento e a sensibilidade e que só são conhecimentos porque fundados numa experiência possível. Não se contentando com o conhecimento limitado à experiência, fazendo dos conceitos puros do entendimento meras formas a se aplicarem ao conteúdo da sensibilidade, entidades distintas que têm valor por si mesmas, como seres incondicionados, procura um conhecimento absoluto, do incondicionado. A razão, portanto, aspira, pela sua própria natureza, ao incondicionado, é metafísica por excelência. Ao aspirar a um uso constitutivo, isto é, quando a razão ultrapassa a região de toda a experiência possível para buscar um conhecimento totalmente independente da experiência, o resultado é a criação da ideia, uma realidade aparente (Shein) embora se mostre à razão como coisa em si”³²

A Justiça, para Kant, é uma ideia, por isso um plano.

As ideias para Kant possuem um uso normativo, por isso valem como esquemas para ordenar a experiência e para lhes dar unidade, organizando também os fenômenos de maneira orgânica.

³² SALGADO, Joaquim Carlos. A Ideia de Justiça em Kant: seu Fundamento na Igualdade e na Liberdade. 3º edição, Belo Horizonte: Del Rey, 2012. P. 44.

Portanto, elas valem como princípios heurísticos; apesar de não ampliarem o conhecimento sobre os fenômenos, ela os unifica.

Kant termina a Crítica da Razão Pura concluindo que os princípios da experiência possível são intransponíveis do ponto de vista científico, mas possível em se tratando do “*nómos*”. Kant então nos ensina que existe outro caminho para o “*nómos*” que não o da ciência: é o da ética, e a razão e suas ideias oferecem a passagem natural do âmbito teórico para o campo prático, ou seja, a razão e a ética são as luzes para o caminho.

“Ninguém (...) pode atravessar o mar deste século se não é levado pela cruz de Cristo.” (AGOSTINHO, Comentário ao Evangelho de João, homilia II,3).

7 O PARÁGRAFO 66 DO PREFÁCIO DA FENOMENOLOGIA DO ESPÍRITO- MOVIMENTO DIALÉTICO

O parágrafo 66 do Prefácio da Fenomenologia do Espírito de Hegel assim assevera:

“66- (Es Kann hierüber) Pode-se lembrar a respeito que o movimento dialético tem igualmente proposições como partes ou elementos seus: a dificuldade indicada parece assim voltar sempre, e ser uma dificuldade da Coisa mesma. É semelhante ao que sucede na demonstração ordinária: os fundamentos que utiliza precisam por sua vez de uma fundamentação, e assim por diante até o infinito. Mas essa forma de fundar e de condicionar pertence àquele demonstrar que é diferente do movimento dialético; portanto, pertence ao conhecer exterior. No que toca o movimento dialético, seu elemento é o conceito puro, e por isso tem um conteúdo que em si mesmo é absolutamente sujeito. Assim, nenhum conteúdo ocorre que se comporte ao modo de um sujeito posto como fundamento, e ao qual advenha sua significação como um predicado: a proposição, imediatamente, é só uma forma vazia. Excetuando o si intuído sensivelmente ou representado, é sobretudo o nome como nome que indica o sujeito puro, o Uno vazio e carente-de-conceito...

Aliás, se forem enunciadas verdades especulativas sobre aquele sujeito, seu conteúdo carece de conceito imanente, pois o sujeito só está presente como sujeito em repouso, e por essa circunstância tais verdades recebem facilmente a forma de mera edificação. Sob esse aspecto também o obstáculo reside no hábito de entender, segundo a forma da proposição, o predicado especulativo, e não como conceito ou essência; e pode aumentar ou diminuir por culpa da própria exposição filosófica. A apresentação, fiel à visão da natureza do especulativo, deve manter a forma dialética e nada incluir a não ser na medida que é concebido e que é o conceito.³³”

³³ HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. Fenomenologia do Espírito. Tradução de Paulo Meneses- 3ª edição. Petrópolis, RJ: Vozes: Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2005, P.66

Hegel retoma a “Cidade Antiga” dos gregos para poder conceber os fundamentos da sua dialética especulativa. Como assevera o próprio filósofo no parágrafo 66 acima citado, “tudo possui um fundamento”, ou seja, um início.

Ultrapassando todo formalismo, Hegel coloca como elemento do movimento dialético o “conceito puro”.

Conceito é Ciência, e por isso somente ele dá conta da realidade.

Razão – Consciência – Conceito – Espírito – História³⁴, é o sinalizar da Fenomenologia de Hegel para se chegar ao conhecimento absoluto. A realidade está somente na História.

Hegel supera toda e qualquer forma de dualismo e extirpa a distinção de sujeito e objeto. Tudo é sujeito, por isso conceito. Ser e pensar constituem a mesma unidade. O *cogito* cartesiano é suprasumido em Hegel na mesma essência³⁵: ser é pensar e pensar é o ser. O *Logos* é que opera essa identificação do ser e do pensar. Então todos são sujeitos.

O movimento dialético se dá na realidade, por isso somente o ser racional, o sujeito, pode conhecê-lo. *Não há dialética na natureza.*

Sujeito³⁶ e predicado se identificam na mesma unidade, posto que o Conceito exige conteúdo e sem ele não existe. O “predicado especulativo” torna-se conceito, uma vez que o saber absoluto

³⁴ “...A história, como história-realidade, não é mais do que o campo de possibilidade da apropriação- ou criação- desses sentidos pela palavra, ou seja, pela existência que se exprime. Ela é o confronto das liberdades no campo do sentido. Como história-descrição, ela é a tentativa de coordenação, num discurso coerente, dos sentidos no quais se inscreveram os traços das iniciativas das liberdades num tempo dado.

O tempo da história é, portanto, um tempo especificamente humano, que transcorre no intervalo de possibilidade que vai do fechamento estrutural de uma linguagem à abertura de um sentido que se torna evento da palavra, realização de uma existência ou risco de uma liberdade. É nesse intervalo de possibilidade que o tempo da história se torna um tempo *atual*, o tempo de uma história que se faz. Nenhuma palavra se abre para um sentido possível senão dentro dos seus limites. É nele, pois, que se descreve a incontornável situação histórica da liberdade, pois é nele que se traçam as linhas dos sentidos aos quais ela pode consentir. Em suma, entre o sistema de sinais dentro do qual é possível compor os sentidos no quais o homem se exprime e se comunica, e a eclosão de tal sentido no afrontamento do real, a história avança como risco e destino da palavra- da existência- do homem.” (VAZ, Henrique Cláudio de Lima. *Escritos de Filosofia- Problemas de Fronteira*. São Paulo: Editora Loyola, 1986, P.220).

³⁵ “...Ora, o conteúdo da experiência que a consciência acaba de fazer é a obra que desaparece; o que se mantém, o que permanece por meio das vicissitudes das obras particulares, é a necessidade da operação, da unidade entre o ser e o operar. A obra aparece na realidade como uma operação; é negada por outras obras, desaparece, mas o que subsiste e agora se torna a realidade efetiva é esta *negação da negação*, o movimento infinito que supera cada obra particular ao integrá-la em uma *essência universal*.” (HYPPOLITE, Jean. *Gênese e Estrutura da Fenomenologia do Espírito de Hegel*. – São Paulo: Discurso Editorial, 1999, P.329).

³⁶ “A “Coisa mesma” é a Realidade efetiva encarada como a obra da consciência de si, o real no âmbito do sujeito criador, aquilo que buscávamos como categoria. Contudo, na forma sob a qual se apresenta inicialmente, a “Coisa mesma” ainda

somente pode ser concebido pelo sujeito, que é o único capaz de dar conteúdo, desde que esteja em operação, ou seja, o próprio movimento dialético. Daí, lá na Antiguidade, Heráclito concebeu o constatar “movimento das águas do rio”. Sem movimento não há transformação. A supressão advém do movimento, posto que é prospectiva.

O movimento dialético que se opera no conhecimento da unidade do ser e do pensar é concebido na universalidade, na qual o “eu” é um “nós” e o “nós” é um “eu”. Hegel, na Fenomenologia do Espírito, busca a universalização das consciências individuais, para se chegar a uma consciência da totalidade, por isso universal. Somente o conceito dá conta da totalidade, posto que ele é capaz de fazer ciência e de chegar ao saber absoluto, ou seja, a Filosofia, a última e mais perfeita de todas as ciências.

A Filosofia, ciência por excelência, é a “ave de minerva que alça voo ao anoitecer.”

Apenas o “conceito” operacionaliza o sujeito, daí dizer Hegel que “o sujeito está presente como sujeito em repouso”, ou seja, o sujeito sem o conceito (Parágrafo 66). Necessária se faz a universalização do conceito, para ocorrer a superação do “ser em si” para a “consciência de si”.

O movimento dialético tem como fundamento o conceito puro, que é essa “consciência de si”, ou seja, da totalidade (e por isso no final chega ao Espírito e à História, que é a união de todos os momentos, até mesmo dos negativos).

A posituação dos momentos negativos da História se dá com o movimento dialético, pois ele é a expressão maior da realidade, ou seja do racional. Na História, até a “irracionalidade” pode ser compreendida “racionalmente”, posto que a ela é ultrapassada através da supressão. Daí não ser admitido o entendimento dialético de Hegel da forma simplista de tese, antítese e síntese, como o fez Marx. A realidade “é o que é”, como já era concebido por Santo Agostinho nos Solilóquios.

A realidade é uma concepção da totalidade, do pensar racional que busca a perfeição. A efetividade do Espírito (que dá conteúdo) é realizada pelo movimento dialético. Como a realidade está na racionalidade histórica, passando pelos trilhos do evoluir contínuo da liberdade, é claro que Hegel concluiria que em certo momento “um só era livre”, em outro momento “alguns eram livres” e por fim “todos são livres”.

não é o sujeito concreto, o espírito como obra comum das individualidades que superam, cada uma particularmente, e que realizam, por meio de sua comunidade, um mundo que é a existência da razão: “o Eu que é um Nós, e o Nós que é um Eu”. A obra autêntica, o sujeito espiritual ou a história, ainda não está posta. Para atingi-la, é preciso que a coisa mesma do predicado universal se torne sujeito; isto exige a consideração de um jogo das individualidades que, como já dissemos, retoma sob outra forma o movimento da mediação das consciências de si.” (HYPPOLITE, Jean. Gênese e Estrutura da Fenomenologia do Espírito de Hegel. – São Paulo: Discurso Editorial, 1999, P. 330).

Na natureza não há conteúdo, muito menos liberdade. A relação de reconhecimento da liberdade se operacionaliza apenas através da Lei³⁷, ou seja, do movimento dialético direcionado para a Verdade. Por isso a liberdade é um conceito da totalidade, que exige o conhecimento por excelência, a Filosofia. Para ser livre “primeiro deve se conhecer da própria liberdade”. Daí o Estado de Direito Contemporâneo, pós Revolução Francesa de 1789, “momento histórico fundamental”.

8 O PARÁGRAFO 67 DO PREFÁCIO DA FENOMENOLOGIA DO ESPÍRITO DE HEGEL-MOVIMENTO DIALÉTICO

O parágrafo 67 da Introdução à Fenomenologia do Espírito de Hegel assim assevera:

“67- (So sher als das) Constitui um obstáculo ao estudo da filosofia, tão grande quanto a atitude raciocinante, a presunção – que não raciocina- das verdades feitas. Seu possuidor não acha preciso retornar sobre elas, mas as coloca no fundamento, e acredita que não só pode exprimi-las, mas também julgar e condenar por meio delas. (Vendo as coisas) por esse lado, e particularmente necessário fazer de novo ao filosofar uma atividade séria. Para se ter qualquer ciência, arte, habilidade, ofício, prevalece a convicção da necessidade de um esforço complexo de aprender e de exercitar-se. De fato, se alguém tem olhos e dedos e recebe couro e instrumentos, nem por isso está em condições de fazer sapatos. Ao contrário, no que toca à filosofia, domina hoje o preconceito de que qualquer um sabe imediatamente filosofar e julgar a filosofia, pois tem para tanto padrão de medida na sua razão natural- como se não tivesse também em seu pé a medida do sapato.

Parece mesmo que se põe a posse da filosofia na falta de conhecimentos e de estudo; e que a filosofia acaba quando eles começam. Com frequência se toma a filosofia por um saber formal e vazio de conteúdo. Não se percebe que tudo quanto é verdade conforme o conteúdo – em qualquer conhecimento ou ciência – só pode merecer o nome de verdade se for produzido pela filosofia. Embora as outras ciências possam, sem a filosofia, com o pensamento raciocinante pesquisar quanto quiserem, elas não são capazes de possuir em si nem vida, nem espírito, nem verdade sem a filosofia. ³⁸”

³⁷ “As leis não são mandamentos arbitrários de uma consciência individual; valem-se em si e não têm seu fundamento no querer de um indivíduo: “A lei é o puro querer absoluto de todos, que tem a forma do ser imediato”. “Esse puro querer” acrescenta Hegel, “não é tampouco um mandamento que só deva ser, mas que é e vale; é o eu universal da categoria, que é imediatamente a realidade efetiva, e o mundo é somente essa realidade efetiva.

Portanto, a consciência se suprimiu como consciência singular, efetuou *essa mediação* que retira das leis seu caráter arbitrário, e somente porque tal mediação foi realizada consciência tornou-se, novamente, consciência de si da substância ética. A essência é consciência de si e a consciência de si é consciência da essência. O espírito é atingido enquanto é a substância concreta, a razão posta como o próprio ser- “o indivíduo que é um mundo” (HYPPOLITE, Jean. Gênese e Estrutura da Fenomenologia do Espírito de Hegel. – São Paulo: Discurso Editorial, 1999, P.339).

³⁸ HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. Fenomenologia do Espírito. Tradução de Paulo Meneses- 3ª edição. Petrópolis, RJ: Vozes: Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2005, P.66-67.

O pior defeito de qualquer ser humano é a incapacidade de pensar. Foi esse o grande erro que o marxismo colocou na mente de quase um terço da humanidade no século XX: “a medida do sapato está por si pronta”, ou seja, não é necessário filosofar, no sentido mais complexo do termo.

A Filosofia, como dito alhures, é a ciência por excelência, A última manifestação do pensamento humano, a maior de todas as ciências, pois somente ela dá conta do Absoluto. A Razão direciona o movimento dialético, sem o qual não há que se falar em Filosofia especulativa, ou seja, no próprio Hegel.

Hegel caminha na formação de seu pensamento filosófico, por isso científico, passando pela Enciclopédia, pela Ciência da Lógica, até chegar na Fenomenologia do Espírito (sua obra central) e na Filosofia da História.

A Fenomenologia do Espírito é a exposição do conhecimento da “consciência para si”, não apenas do “em si e para si”, mas da totalidade, na qual a consciência se manifesta.

Em Roma havia “consciência jurídica”, mas era uma realidade apenas de homens livres, postos em uma sociedade na qual a escravidão era o modo de produção que prevalecia. Em Roma a consciência de liberdade, através da Lei, e por isso jurídica, era apenas dos homens livres. A consciência da liberdade de todos, que exige o conhecimento da liberdade, somente o homem romano-germânico-europeu pós revolucionário o concebeu. Daí concluir-se que a Europa é a “Casa da Liberdade”, preocupação de Hegel na Filosofia da História.

Somente há Filosofia onde há conhecimento especulativo, ou seja, Razão. A presunção é um empirismo que aceita o risco de resultados sem lhes remediar as consequências.

A presunção não faz ciência, muito menos Filosofia. O pensamento é um esforço contínuo sem o qual nada se transforma, ou seja, somente há suprassunção com o pensamento, através do conhecimento, afastando assim o exclusivismo da infante sensibilidade e do entendimento puro. É a partir daqui que Hegel dá um “salto adiante” em relação a Kant.

Platão, na Antiguidade Clássica, asseverava que o governante deveria ser o “filósofo”, ou seja, na sua concepção de Cidade-Estado, o melhor, o mais sábio, o mais capaz de julgar, deveria ser o superior de todos. É a imagem do “rei-filósofo”. Daí saltar aos olhos que o filósofo que mais se aproximou de Hegel, e na verdade foi seu ‘fundamento’, foi Platão.

Tanto para Platão como para Hegel, não é qualquer pessoa que possui a capacidade de “filosofar”. Apesar da diferença de tempo, cultura e modelo civilizacional de ambos, o “conhecimento”, para fins filosóficos, lhes é comum.

Banalizar o conhecimento filosófico³⁹, jogando-o nas mãos de qualquer aventureiro de ideias, é o exaltar da fraqueza especulativa (tão presente no “breve século XX). Sob o prisma filosófico (não político), Lênin teve de se esforçar para adequar o pensamento de Marx a alguma dialética especulativa, ou seja, dá-lhe a medida do sapato, dentro do real e racional, no que diz respeito ao novo Estado revolucionário russo de 1917. Como sempre ressaltou em seu magistério o ilustre Dr. Arthur José de Almeida Diniz, sobre a incapacidade especulativa na política: “acabava tudo nas avenidas dos campos de concentração”. E alguns aduziam que eram “as retas da razão”. Ao tentar ser unicamente cartesiano e nunca especulativo, vários momentos do século XX demonstram uma dificuldade enorme de autocompreensão. Faltava a medida do sapato.

“Mas nenhum pensamento humano está a salvo de reinterpretações” (SCHMITT, 2014. P.131)

9 O PARÁGRAFO 68 DO PREFÁCIO DA FENOMENOLOGIA DO ESPÍRITO DE HEGEL – MOVIMENTO DIALÉTICO

O parágrafo 68 da Introdução à Fenomenologia do Espírito de Hegel assim assevera:

*“68- (in Ansehung der) No que concerne à filosofia autêntica - esse longo caminho da cultura, esse movimento tão rico quanto profundo através do qual o espírito alcança o saber-, vemos que **são considerados equivalentes perfeitos e ótimos sucedâneos seus a revelação imediata do divino ou o bom senso comum.** É algo assim como se faz publicidade da chicória como bom sucedâneo do café.*

Não é nada agradável ver a ignorância e a grosseria, sem forma nem gosto- incapazes de fixar o pensamento numa proposição abstrata sequer, e menos ainda no conjunto articulado de várias proposições-, garantindo que são, ora a expressão da liberdade e da tolerância de pensar, ora a genialidade. Genialidade que, como hoje grassa na filosofia, antes grassava igualmente na poesia, como é notório. Porém, quando tinha sentido o produzir de tal genialidade em lugar da poesia, o que engendrava era uma prosa trivial; ou, se saía para além da

³⁹ “Pois bem, em todas essas tendências se esconde, na realidade, um autêntico enfraquecimento do sentido e do alcance da dimensão especulativa, isto é, da dimensão mais propriamente filosófica: teoriza-se o fim da filosofia porque está se perdendo o sentido da filosofia. A mentalidade técnico-científica habituou-nos a crer que só é válido o que é verificável, acertável, controlável pela experiência e pelo cálculo e o que é fecundo de resultados tangíveis. Ao mesmo tempo, a nova mentalidade política nos habituou a crer que só tem relevância aquilo que faz mudar as coisas: não a teoria, mas a práxis- diz-se- é o que conta; de nada adianta contemplar a realidade, mas nela mergulhar ativamente. E, assim, de um lado, à filosofia se quer impor um método extraído das ciências, que a faz cair inexoravelmente no cientismo; de outro, quer-se impor à filosofia um condicionamento de tipo ativista que a faz degenerar no praxismo. Tanto num como noutro caso, pretende-se absurdamente fazer filosofia, matando a filosofia.” (REALE, Giovanni, História da filosofia antiga; tradução Marcelo Perine. Volume Isso Paulo: Loyola, 1993, P. 1-2)

*prosa, discursos desvairados. Assim, hoje, um filosofar natural que julga bom demais para o conceito, e devido à falta de conceito se tem em conta de um pensar intuitivo e poético, lança no mercado combinações caprichosas de uma força de imaginação somente desorganizada, por meio do pensamento- imagens que **não são carne nem peixe; que nem são poesias nem filosofia.***⁴⁰

A primeira forma de apresentação do Absoluto na História foi a Arte. Os antigos gregos enalteciam a beleza, as formas, e por isso criaram estátuas, esculturas, que transmitiam o “belo”. Os poemas⁴¹ da antiguidade prepararam o caminho da formação ‘espiritual’ do homem ocidental, dando forma a uma reflexão que levaria depois ao próprio saber especulativo, através da Filosofia.

Se o Renascimento for entendido como a valorização do que é humano, então chega-se à conclusão que houve o retorno às premissas fundantes da cultura grega, que foi levada posteriormente para Roma, na valorização do belo.

O helenismo, ao enaltecer a condição humana através da arte, deu condições para a universalização do conceito jurídico de pessoa, bastante talhado na jurídica romana, que é, filosoficamente, a consciência jurídica.

O romano tinha consciência jurídica através de vários institutos tais como a Jurisprudência Romana, a Lei das XII Tábuas, o Direito Pretoriano e mais tarde o *Codex*. A esse último foi dada a tarefa de levar aos povos orientais o Direito Romano.

Os manuais de História do Direito colocam os gregos como “filósofos” e os romanos com o “juristas”. Dentro de uma concepção da totalidade histórica, não há que se imaginar uma distinção rígida entre a sociedade grega e a romana. O Espírito Universal caminha ao longo da História amadu-

⁴⁰ HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. *Fenomenologia do Espírito*. Tradução de Paulo Meneses- 3ª edição. Petrópolis, RJ: Vozes: Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2005, P.67-68

⁴¹ “Antes do nascimento da filosofia, os educadores incontrastados dos gregos foram os poetas, sobretudo Homero, cujos poemas foram, como se disse com justiça, quase a Bíblia dos gregos, no sentido de que a primitiva greidade buscou alimento espiritual essencial e prioritariamente nos poemas homéricos, dos quais extraiu modelos de vida, matéria de reflexão, estímulo à fantasia e, portanto, todos os elementos essenciais à própria educação e formação espiritual.

Ora, os poemas homéricos, como há tempo se notou, contêm algumas dimensões que os diferenciam nitidamente de todos os poemas que estão nas origens dos vários povos e já manifestam algumas das características do espírito grego que criaram a filosofia.

(...)

E uma terceira característica da épica homérica prefigura a filosofia dos gregos: em ambos “a realidade é apresentada na sua totalidade: o pensamento filosófico a apresenta de forma racional, enquanto a épica a mostra de forma mítica. A ‘posição do homem no universo’, tema clássico da filosofia grega, está presente a todo momento em Homero.” (REALE, Giovanni, *História da filosofia antiga*; tradução Marcelo Perine. Volume Isso Paulo: Loyola, 1993. P. 19-20)

recendo instituições e o conhecimento. Na dialética especulativa de Hegel, nada é eliminado, uma vez que a negação da negação leva ao reconhecimento e à suprassunção. A História, segundo o olhar hegeliano, deve ser concebida na totalidade, não em momentos isolados que não se comunicam.

Cabe à Filosofia apresentar este movimento na História, pois lhe é particular o Conceito, em nível epistemológico. Somente o Conceito concebe o Absoluto. A Filosofia, como a última ciência, não é um saber qualquer, uma *doxa*, mas a ciência para a Perfeição, o que a Ontologia de Parmênides se propôs a trabalhar milênios antes de Hegel, mas que adentrou no pensamento do Hegel, posto que este nada mais faz a não ser compreender a História na totalidade, ou seja, através da Filosofia, que é o movimento da racionalidade da História e a historicidade da Razão.

O movimento dialético é a efetividade da realidade, que se dá somente na Filosofia. O Absoluto somente pode ser encontrado, em nível epistêmico, na Filosofia, ciência por excelência. A Fenomenologia⁴² do Espírito de Hegel é a superação do saber empírico para o saber que dá conta do Absoluto, o Conceito, passando depois ao Espírito, manifestação do movimento dialético.

Hegel critica os pensamentos que se dizem “filosóficos”, mas que são totalmente carentes de conteúdo, ou sejam estão distantes da totalidade e da busca do Absoluto. Como assevera no parágrafo 68 da Fenomenologia do Espírito “...não são nem carne nem peixe...”

A “Fenomenologia” é a construção do saber individual, por isso não empírico. Esse “saber singular” será o único que dará conta do Absoluto. Sem o conhecimento não há que se falar em entendimento da História, que é o caminhar do Espírito Universal.

Mais uma vez Hegel retoma a Cidade Antiga, que em Platão é a Cidade-Estado, e coloca a “Educação” como o único instrumento para a formação do indivíduo na busca do saber. Somente é livre quem conhece da própria liberdade.

Mas não é um saber qualquer, empírico, uma simples *doxa*, mas o saber que dá conta da totalidade e por isso do Conceito. A compreensão do saber da própria liberdade implica em ter “cons-

⁴² “A Fenomenologia é a elevação da consciência empírica ao saber absoluto: ela o é em sua intenção primeira, tal como o revela a Introdução à obra. E ainda sob essa forma que Hegel a considera no prefácio escrito posteriormente. “A tarefa de conduzir o indivíduo de seu estado inculto até o saber devia ser entendida em seu sentido geral e consistia em considerar o indivíduo universal, o espírito consciente de si, em seu processo de formação”. Mas essa elevação da consciência empírica ao saber absoluto não é possível se, nela, não se descobrem as etapas de sua ascensão; essas etapas são próprias à consciência, é preciso somente que desça até a interioridade da lembrança por uma operação comparável à reminiscência platônica. Com efeito, como filho de seu tempo, o indivíduo possui em si toda a substância do espírito desse tempo; é preciso somente que se aproprie desse tempo, que o torne novamente presente...” (HYPPOLITE, Jean. Gênese e Estrutura da Fenomenologia do Espírito de Hegel. – São Paulo: Discurso Editorial, 1999. P.55-56)

ciência de si e para si” e esse é o grande salto que a Fenomenologia dá em relação ao formalismo abstrato e à própria Lógica. Todavia, tudo é suprasumido, nada extinto. A dialética especulativa de Hegel é o movimento da racionalidade para absorção de todos os momentos do saber.

“...O interesse da dialética que acabamos de estudar é o de fazer com que compreendamos melhor o “realismo hegeliano”. Todo idealismo do Sollen, toda separação da idéia e da realidade efetiva, deve ser afastado, o que não significa que a realidade desprovida de significação se substitua a um ideal desprovido de realidade, mas que é preciso pensar que a “idéia busca a realidade, assim como a realidade busca a idéia”, e que só é concreto o vir-a-ser do homem em sua operação efetiva.”⁴³

Não há espaço para banalidades em Hegel.

10 NOTAS FINAIS

O realismo de Hegel está fundamentado na racionalidade da História, que implica na consciência singular do ser (Fenomenologia), que depois se universaliza através da totalidade do conhecimento.

Não existe conhecimento isolado, todo saber faz parte de um tecido racional da própria realidade. A razão se apresenta tão somente na Realidade. Não existe dialética na natureza.

O movimento dialético é a própria realidade efetiva, que está na História e somente pode ser percebida através da Filosofia. Nada existe desde a criação do ser que se dê fora da História, todos estão na História e por isso a totalidade somente pode ser percebida pela Filosofia, a ciência por excelência.

O movimento dialético é esse constante *devenir*, que racionalmente impulsiona a História, na busca constante da Perfeição. Operacionalizando a Razão, descobre-se que ninguém é dono da História, posto que sua mola mestra é a dialética especulativa, este movimento que tudo suprassume, elevando todos os momentos a um patamar mais alto.

“Há muito tempo, quando era jovem, fui arrogante o bastante para me julgar capaz de um dia emitir um juízo sobre “O significado da História.” Hoje sei que o significado da história é algo a ser descoberto, não declarado. É uma pergunta a que devemos tentar responder da melhor maneira possível, reconhecendo o fato de que a questão permanecerá aberta ao debate; de que cada geração será julgada por ter enfrentado ou não as maiores

⁴³ HYPOLITE, Jean. Gênese e Estrutura da Fenomenologia do Espírito de Hegel. – São Paulo: Discurso Editorial, 1999. P. 313.

e mais relevantes questões associadas à condição humana e às decisões adequadas para fazer frente a esses desafios precisam ser tomadas pelos estadistas quando ainda é impossível saber qual será o resultado.⁴⁴

A consciência de si e para si leva o ser ao conhecimento da totalidade que somente se dá na História. Para conhecer a própria liberdade, primeiro deve se conhecer a Verdade. Não é qualquer conhecimento, mas o Filosófico- Especulativo, que é um saber efetivo, dentro de um sistema científico, conforme o parágrafo 5º do Prefácio da *Fenomenologia do Espírito* de Hegel.

“E conhecereis a verdade, e a verdade vos libertará” (Evangelho de João 8:32).

REFERÊNCIAS

AGOSTINHO, Comentário ao Evangelho de João, homilia II,3

Bíblia Almeida Corrigida Fiel, <https://www.bibliaonline.com.br/acf/jo/1>, 13.02.2021, 19:50h

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. *Fenomenologia do Espírito*. Tradução de Paulo Meneses- 3ª edição. Petrópolis, RJ: Vozes; Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2005, P.66

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. *Filosofia da História*. 2ª edição. Brasília: Universidade de Brasília, 2008

HEGEL, G.W.F, *Vorlesungen uber de greschichte de Phphilosophie* (trad. Ital., de E. Codignola e G. Sanna, vol. I, La Nuova Italia, Florença 1930, p. 307

HORTA, José Luiz Borges. SALGADO, Karine. *História, Estado e Idealismo Alemão*. 1ª edição. Belo Horizonte: Editora UFMG. 2017

HYPPOLITE, Jean. *Gênese e Estrutura da Fenomenologia do Espírito de Hegel*. – São Paulo: Discurso Editorial, 1999

KANT, Immanuel. *A Religião nos Limites da Simples Razão*. Lisboa: edições 70. 1992

KANT, Immanuel. *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*. Lisboa: Edições 70, 1988

KISSINGER, Henry. *Ordem Mundial*. 1ª edição. Rio de Janeiro: Objetiva, 2015

REALE, Giovanni, *História da filosofia antiga*; tradução Marcelo Perine. Volume Isso Paulo: Loyola, 1993

⁴⁴ KISSINGER, Henry. *Ordem Mundial*. 1ª edição. Rio de Janeiro: Objetiva, 2015. P.376

SALGADO, Joaquim Carlos. *A Ideia de Justiça em Kant; seu fundamento na liberdade e na igualdade*. 3ª edição. Belo Horizonte: Del Rey, 2012

SALGADO, Joaquim Carlos. *A Ideia de Justiça em Hegel*. Belo Horizonte: Edições Loyola, 1996

SALGADO, Joaquim Carlos. *A Ideia de Justiça no Período Clássico ou da Metafísica do Objeto: A Igualdade*. 1ª edição, Belo Horizonte: Del Rey, 2018

SCHMITT, Carl. *O nomos da Terra no direito das gentes do jus publicum europeum*. 1ª edição. Rio de Janeiro: Contraponto: Editora PUC-Rio, 2014

TALLARICO, Rafael; MOURA, Aline Barbosa. *Conquista Espacial e Inteligência Artificial: perspectivas geoestratégicas contemporâneas*. Belo Horizonte: Editora D'Plácido, 2019

VAZ, Henrique Cláudio de Lima. *Escritos de Filosofia- Problemas de Fronteira*. São Paulo: Editora Loyola, 1986.



BREVES APONTAMENTOS PARA AS RAÍZES DA AGROECOLOGIA NA HISTÓRIA

Irany Maria de Jesus Martins de Paiva¹

Huener Silva Gonçalves²

RESUMO: Fruto de monografia de final do curso superior de Direito, o presente artigo tem como objetivo fazer um rastreamento histórico de características que vieram integrar a agroecologia. Para a consecução do pretendido, esse estudo se serviu da técnica de pesquisa bibliográfica e do método compilatório. A partir dessa variedade de fontes, levantou-se particularidades da agricultura, ao longo de sua história, que possuem certa proximidade com aspectos que definem a agroecologia na contemporaneidade.

Palavras-chave: História. Agricultura. Agroecologia.

ABSTRACT: The result of monographs of the end of the higher course of Direct, this article aims to make a historical trace of characteristics that came to integrate agroecology. To achieve the intended, this study used the bibliographic research technique and the compiltory method. From this variety of sources, particularities of agriculture have been raised throughout its history, which have a certain proximity to aspects that define agroecology in contemporary times.

Keywords: History. Agriculture. Agroecology.

INTRODUÇÃO

Fenômeno recente na história da agricultura, configurada no século XX, em pleno sistema capitalista, a agroecologia é entendida como ciência, prática e movimento social (SCHMITT et al, 2018). Para além de uma proposta renovadora no que se refere à relação humanidade e o meio ambiente, fruto do diálogo com o movimento ambientalista do final do século XX, a ela apresenta conexões com a democratização do direito ao acesso à terra nos meios rural e urbano, com a prática da agricultura familiar e comunitária, em pequenas propriedades, cuja produção se voltaria para a

¹Graduada em Direito da Faculdade ASA de Brumadinho.

²Professor da Faculdade ASA de Brumadinho, lecionando disciplinas na área de Ciências Humanas e Sociais. Técnico em Assuntos Educacionais CEFET-MG. Mestre e Doutorando do Programa de Pós-Graduação em História/UFMG.

comunidade. As citadas características se encontrariam presentes, de forma fragmentada e diversa, em sociedades e sistemas de produção de épocas anteriores (CARNEIRO et al, 2015; MOURA, 2017). Considerando essa constatação, neste capítulo será feito um esforço de assinalar essas características, que emergiram, de forma fragmentada, desde os inícios da prática da agricultura pela humanidade, importante alicerce para o surgimento de civilizações. Para isso, será dada maior ênfase aos aspectos sociais em relação a outros no que se refere ao processo de ocupação da terra ao longo do tempo.

ANTIGUIDADE: DA PROPRIEDADE COMUNAL DA TERRA AO INÍCIO DO PROCESSO DE CONCENTRAÇÃO

Este percurso histórico se inicia pelo período compreendido entre 9000 e 6000 anos a.C., conhecido como Neolítico. Nesse intercurso de tempo, os *Homo sapiens* realizavam a transição de caçadores-coletores para agricultores e criadores de animais. Para isso, foram confeccionados instrumentos de pedra que favoreciam o preparo da terra e a colheita de frutos cujas sementes tinham sido domesticadas (PINSKY, 2005). Tais características configuraram o aparecimento das primeiras comunidades sedentárias no globo terrestre. Segundo Daniel Munduruku,

o homem primitivo percebeu que tinha de contar com a ajuda de outras pessoas para que seu trabalho rendesse mais, para isso, se organizou em comunidades em que o fruto do trabalho era de todos e não apenas de alguns; a terra era de todos e não havia patrões e empregados; portanto, não havia exploração de uns sobre os outros. (MUNDURUKU, 2009, p. 37).

Desde o início, as primeiras aglomerações humanas dependiam da agricultura e da criação de animais para sua existência. Produziam para a sua subsistência, ou seja, para o seu consumo próprio. A divisão do trabalho entre homens e mulheres já estaria presente desde os primórdios, conforme assinala Pinsky:

Nos grupos precedentes à revolução agrícola já havia uma divisão sexual de tarefas: ao homem cabia a caça e a preparação de todo o equipamento para a atividade, enquanto a mulher era a coletora e a responsável pela educação dos filhos. Com as mudanças ocorridas com a agricultura, o homem passa a derrubar os bosques e preparar a terra para a lavoura, enquanto a rotina da lavoura fica nas mãos das mulheres. São elas que cuidam da casa, das crianças, da comida e da colheita, submetidas à rotina massacrante dos dias iguais, que tolhem a criatividade e reduzem a imaginação ao horizonte de suas vidas. (...) A sociedade neolítica estabelecia divisão de tarefas e não de trabalho, a chefia era um

ônus e não privilégio, não havia extração de mais-valia. Mas, entre os iguais, os homens eram um pouco *mais-iguais* que as mulheres (PINSKY, 2005, p. 40-41).

Entretanto, com o surgimento de civilizações praticantes da escrita e de formas de organização estatal que se fundamentam na lei e na diversidade de atividades, como a egípcia, próxima ao rio Nilo, as da Mesopotâmia no crescente fértil, compreendidas entre os rios Tigre e Eufrates, no atual Oriente Médio, a partir de 3000 a.C., e a dos Hebreus, nas cercanias do rio Jordão, por volta de 2000 a.C., a dinâmica das relações sociais, de posse e usufruto da terra começaram a se transformar. A produção agrícola, principalmente, a de cereais tinha uma parcela destinada para a sustentação de uma camada da população ocupada com as atividades militar, administrativa e religiosa. Sobre o Egito faraônico, Ciro Flamarion Cardoso (1992, p. 1) ressaltou que “não somente representa o primeiro reino unificado historicamente conhecido, como também a mais longa experiência humana documentada de continuidade política e cultural”.

Conviviam as pequenas posses nas mãos dos clãs de modestos agricultores e pastores, em especial, nas aldeias dominadas pelo trabalho familiar, autossuficientes, e que passavam a enviar, obrigatoriamente, parte de sua produção para bancar os citados grupos, com as emergentes grandes posses de terras mais férteis e próximas dos rios, necessitadas, cada vez mais, de braços escravos (CARDOSO, 2008). Aliás, o progresso de artifícios hidráulicos, como a irrigação, e de conhecimentos relativos ao clima e a fertilidade da terra favoreceram a expansão agrícola, permitindo o crescimento demográfico e tornando a atividade agrícola e a sociedade mais complexa (CARDOSO, 1992). Segundo Karl Marx,

para regular as águas do Egito, onde a irrigação por meio de canais artificiais, não só proporciona a água indispensável ao cultivo do solo, mas deposita nele, com a lama que a água traz das montanhas, adubos minerais (foi que) (...) a necessidade de calcular os períodos das cheias do Nilo criou a astronomia egípcia e, com ela, o domínio da classe sacerdotal como orientadora da agricultura (MARX, 1970, p. 589-590 apud DOBERSTEIN, 2010, p. 29).

Outra lei a versar sobre o usufruto e posse da terra e sua relação com a produção agrícola era o Código de Hamurabi, de XVIII a.C., que determinava, entre seus artigos, que “se um homem der a um jardineiro um campo para ser transformado em pomar e dele cuidar durante quatro anos, no quinto ano, o pomar será repartido igualmente entre ambos; cabendo o primeiro determinar sua parte” (ISAAC; ALBA, 1968, p. 77). Com destaque para as relações entre trabalhadores e aqueles que

detinham a posse da terra, essa legislação, que dedicou 65 temas as questões agrárias, se constituiu, para Alcir Gursen Miranda (1989), na primeira do gênero na história da humanidade.

O caráter sagrado da colheita é outro aspecto a ser realçado. No livro do Levítico, em seu capítulo 23, versículo 10, observa-se uma prática comum a vários povos da antiguidade, a consagração da colheita, ao se entregar uma parcela aos sacerdotes: “fala aos filhos de Israel, e dize-lhes quando houverdes entrado na terra, que vos hei de dar, e fizerdes a sua colheita, então trareis um molho das primícias da vossa sega ao sacerdote” (Lv, 23:10). A expansão da produção agrícola levou a criação de métodos de armazenamento de alimentos entre aqueles povos antigos, em que os hebreus fornecem outro testemunho: “e se encherão os teus celeiros, e transbordarão de vinho os teus lagares” (Pv, 3:10). A questão do roubo também era outra preocupação legal na época: se alguém furtar boi ou ovelha e o abater ou vender, por um boi pagará cinco bois, e quatro ovelhas por uma ovelha (Ex 22: 1-15), indício da presença de despossuídos naquela sociedade (BÍBLIA, 2020).

Relatos de aprimoramentos técnicos e legais relativos à posse e usufruto da terra também são encontrados entre gregos e romanos. Entre os gregos, no século VIII a.C., em *O Trabalho e os Dias*, verifica-se uma disputa envolvendo a posse de terras do falecido pai entre irmãos agricultores, o poeta Hesíodo e seu irmão Perses (HESÍODO, 1989). Era um tempo em que a economia também se baseava na agricultura e na criação de animais. Terras e rebanhos estavam sob o controle dos chefes dos clãs, como Ulisses, que diziam descender dos heróis mitológicos:

Mas Telêmaco já descera ao espaçoso aposento paterno, de elevado teto, onde se acumulavam pilhas de ouro e bronze, arcas de vestidos e óleo odorífero em abundância. Talhas de velho e saboroso vinho, repletas de divino e puro licor, alinhadas ao longo da parede, aguardando o dia em que Ulisses voltasse a casa após tantas provações. Sólida e espessa porta de dois batentes estava fechada por duplo ferrolho. (HOMERO, 2009 [s.d], apud FLOREZANO, 2010 [2001], p. 2).

Essas unidades autossustentáveis eram conhecidas como *oikos*, que, em suma,

O primeiro traço a ser ressaltado na descrição de Homero é o *oikos*, palavra geralmente traduzida por “casa” ou “família”. Em Homero, contudo, ela está impregnada de um significado mais amplo: é uma unidade econômica, humana, de consumo e de produção. O *oikos* tem um chefe guerreiro à testa, juntamente com a sua família, mas os seus componentes não são os únicos dos *oikoi*. Estes compreendem também todos os servidores e escravos; os bens imóveis: a terra e as casas; e os bens móveis: ferramentas, armas, gado, etc., dos quais depende a sobrevivência do grupo. (FLORENZANO, 1987, p. 14).

As guerras neste período e a consequente concentração da posse nas mãos de poucos contribuíram para a migração de grandes levas de gregos despossuídos para outras regiões do mediterrâneo e da Ásia Menor (FUNARI, 2002). Entre os séculos VII e início do VI a.C., crises sociais, que envolveram setores populares e a aristocracia agrária dominante, levaram a emergência de lideranças que promoveram transformações. Mudanças na relação da posse da terra e o fim da escravidão por dívidas de cidadãos se constituíram como pontos cruciais de reformas sociais e políticas operadas em Atenas, tendo como protagonistas Sólon, Clístenes e Psístrato. Esse último, por exemplo, “fez de tudo para arruinar a aristocracia, criou um tipo de crédito agrícola, distribuiu aos camponeses terras confiscadas dos nobres exilados” (FLORENZANO, 1987, p. 33). Era a emergência da pólis e da democracia entre os gregos.

A pólis, ou cidade-estado, constituiu-se como forma de organização social que abrangia a população que vivia nos perímetros urbano e rural, ou seja, “do ponto de vista social, a distinção entre cidade e campo, casas e terras cultivadas era, na Grécia Antiga, menos importante do que a distinção entre o privado e o público” (FLORENZANO, 2010 [2001], p. 2). Conforme Florenzano (1987), a democracia elevou o número de proprietários de terras para três quartos dos atenienses. Porém, a presença dos cidadãos nas tropas, cuja maioria era pequena proprietária de terras, esvaziou os campos da mão de obra livre em favor da escrava. Ainda segundo a historiadora, o regime de pequena propriedade era o dominante no território habitado pelos gregos, cujo cultivo da vinha e da oliveira colaborava para a troca por cereais com outros povos, sobretudo, os egípcios (FLORENZANO, 1987).

O conflito por terras e pela ampliação de direitos também marcaria a civilização romana, opondo patrícios, que detinham as melhores terras e a prerrogativa de legislar, e os plebeus, que possuíam terras menos férteis e estavam excluídos de vários processos políticos. Como forma de tentar amenizar o conflito, foi promulgada a Lei das XII Tábuas por volta de 450 a.C., que garantiu direitos de posse a todos os romanos e abolia a escravidão por dívidas. Destaque deve ser dado à tábua sexta, que determinava: “5. As terras serão adquiridas por usucapião depois de dois anos de posse, as coisas móveis, depois de um ano” (MARQUES, 2015, p. 2).

Não muito diferente dos gregos, existiam propriedades caracterizadas pelo labor familiar e outras pelo trabalho escravo entre os romanos. Por sinal, esse último tipo se ampliaria com a expansão territorial na fase Imperial. A expansão foi concluída pela *Pax Romana* (28 a.C. a 180 d.C.), momento de consolidação do domínio dos territórios conquistados, que apaziguou os conflitos pela posse de terra entre os cidadãos romanos, uma vez que a participação nas legiões propiciou o acesso às terras do Império. Entretanto, como tudo na história é efêmero, o Império Romano entraria

em crise a partir do século III. A invasão gradual de seus territórios pelos povos bárbaros, isto é, os que viviam para além das fronteiras e que não dominavam o latim, chegaria ao ápice com a tomada de Roma e deposição do imperador Rômulo Augusto pelos Hérulos, em 476 (FLORENZANO, 1987; FRANCO JÚNIOR, 1983; FUNARI, 2002).

Ao término, o processo de crise e queda, em que se presenciou o enfraquecimento da pequena propriedade, a dependência da escravidão e a concentração de terras nas mãos de poucos, geralmente generais romanos, e crises sociais urbanas, fez emergir o colonato. Nesse sistema, a terra estava dividida entre o lote senhorial e o dos camponeses. Os camponeses, que abrangiam pobres e escravos, tinham como obrigação entregar parte de sua produção e trabalhar para o senhor voluntariamente em suas terras. Com isso, o Estado Romano, em sua fase final, conseguiu um respiro em suas finanças, os grandes proprietários ampliavam sua influência em regiões mais distantes de Roma, e os camponeses garantiam sua sobrevivência. Assim, eles e suas famílias estavam vinculados a terra. A transferência da terra entre senhores englobava tudo o que ali se encontrava, incluindo os camponeses e suas famílias. Estrutura agrária e relações semelhantes se observavam nas terras dominadas pelos senhores germânicos e camponeses, o que favoreceu a emergência do sistema feudal, em um período marcado pelo esvaziamento de poder central, estados efêmeros, ruralismo e domínio Católico nas terras europeias (FRANCO JÚNIOR, 1983; 1999).

O MEDIEVO: A SUBORDINAÇÃO DO TRABALHO FAMILIAR CAMPONÊS PARA A SUSTENTAÇÃO DO FEUDALISMO

Reinos de breve duração, cruzadas, forte domínio da Igreja Católica, a presença de mosteiros e da Inquisição, a Peste Negra, as guerras duradouras por feudos e coroas reais, e a presença dos cavaleiros são características que perduram no imaginário dos cerca de mil anos que compreenderam a Idade Média. Outra característica também realçada é a situação do elemento camponês e sua família que, com o seu trabalho, sustentava a Igreja e o Senhorio, camadas que possuíam a posse das terras. Essa submissão foi bancada por todo um discurso ideológico originário das camadas dominantes. Um exemplo disso é encontrado nos escritos do bispo católico Adalbéron de Laon, na década de 20 do século XI, para explicar a organização da sociedade em três ordens:

O domínio da fé é uno, mas há um triplo estatuto na Ordem. A lei humana impõe duas condições: o nobre e o servo não estão submetidos ao mesmo regime. Os guerreiros são protetores das igrejas. Eles defendem os poderosos e os fracos, protegem todo mundo, inclusive a si próprios. Os servos, por sua vez, têm outra condição. Esta raça de infelizes não tem nada sem sofrimento. Fornecer a todos alimentos e vestimenta: eis a função do

servo. A casa de Deus, que parece una, é, portanto, tripla: uns rezam, outros combatem e outros trabalham. Todos os três formam um conjunto e não se separam: a obra de uns permite o trabalho dos outros dois e cada qual por sua vez presta seu apoio aos outros (FRANCO JÚNIOR, 1983. p. 34).

Em suma, enquanto os camponeses, igreja que trabalha, tinham a incumbência de sustentar a cristandade com o seu trabalho, os senhores, igreja que luta, tinham o dever de manter a segurança das outras ordens contra possíveis ameaças de infiéis e hereges, e, por fim, o clero, Igreja que ora, tinha a função da luta espiritual contra o pecado a partir da oração, com o fim de salvação das almas de todos.

Quanto à rotina e bens, manteve-se a lógica inaugurada no período de decadência e queda do Império Romano do Ocidente. Terrenos, ou mansos, eram destinados ao trabalho e à morada dos camponeses, o que não significava uma vida confortável:

Walafredus, um colonus e mordomo, e sua mulher, uma colona [...] homens de Saint-Germain, têm 2 filhos [...] eles detém 2 mansos livres com 7 bunuaria de terra arável, 6 acres de vinha e 4 de prados. Deve por cada manso uma vaca num ano, um porco no seguinte, 4 denários pelo direito de utilizar a madeira, 2 módios de vinho pelo direito de utilizar as pastagens, uma ovelha e um cordeiro. Ele lavra 4 varas para um cereal de inverno e 2 varas para um cereal de primavera. Deve corvéias, carretos, trabalho manual, cortes de árvores quando para isso receber ordens, 3 galinhas e 15 ovos [...]” Séc. IX – Político de Irmignon (Passagem de um cadastro das propriedades e rendimentos da abadia de Saint-Germain-des-Prés [Paris], mostrando as obrigações do colono) (COSTA, 2019)

O trecho selecionado apresenta os bens sobre a responsabilidade da família como também as obrigações, entre as quais se destacam a corveia, trabalho gratuito prestado pelos camponeses ao seu senhor. Soma-se a isso o dízimo e outras contribuições compulsórias recolhidas face ao seu produto do trabalho em favor da Igreja e de seu Senhor. A rotina de trabalho dos camponeses se iniciava com a alvorada e se encerrava com o crepúsculo do sol. Em outro documento, datado por volta de 1394, podem ser observadas situações degradantes impostas aos servos:

[...]e, como eu caminhasse a chorar de desgosto, vi um pobre homem atrás de seu arado. Sua cota era de pano grosseiro, chamado cary, seu capuz todo esburacado e seus cabelos escapavam através dos orifícios; de seus calçados deformados, grossos e cravejados saíam-lhe os dedos quando ele pisava na terra; os braços pendiam sobre as polainas e ele estava todo sujo de barro; usava duas mitenes, feitas de pobres farrapos; os dedos eram

gastos e estavam cobertos de lama. O homem estava enterrado na lama até os tornozelos; diante dele, quatro vacas hécticas. Sua mulher caminhava a seu lado, empunhando um comprido agulhão; vestia uma saia curta bastante arregaçada e estava envolta em uma peneira de joeirar para proteger-se do mau tempo, descalça sobre o gelo, o sangue a lhe escorrer dos pés. E para completar havia uma pequena caixa de lixo, onde se achava uma criança esfarrapada, e do outro lado duas outras crianças de dois anos; e elas cantavam uma canção que se ouvia com piedade. Cantavam todas ao mesmo lamento – nota miserável. O pobre homem suspirava tristemente e dizia: ‘Silêncio, crianças.’ c. 1394 – Um camponês inglês e sua família (COSTA, 2019).

Por outro lado, o trabalho era muitas vezes interrompido no inverno e nos dias de feriados religiosos. Momentos de grande convulsão social, afetados por guerras e pela peste, deterioravam ainda mais as condições de trabalho da família servil, o que levou a reações violentas dos camponeses contra seus senhores em vários momentos no medievo. Em fins do medievo, quando se presenciou conflitos da Guerra dos Cem Anos entre Inglaterra e França, a presença de ondas da peste e uma grande fome na França, os camponeses se levantaram mais uma vez para protestar pelas condições de vida impostas pelo contexto nas famosas Jacquerries, em 1358:

No tempo que governavam os três estados, começaram a levantarem-se uns tipos de gentes que se chamavam companheiros e que saqueavam a todos que levavam cofres. Digo que os nobres do reino da França e os prelados da santa Igreja começaram a se cansar da empresa e da ordem dos três estados. Deixaram atuar o preboste dos comerciantes e alguns burgueses de Paris, mas intervinham mais do que desejavam. [...] Algumas gentes das vilas camponesas se reuniram sem chefe em Beauvaisis. A princípio não eram nem cem homens e disseram que todos os nobres do reino da França, cavaleiros e escudeiros traíram o reino, e que seria um grande bem destruir a todos. [...] Então, sem outro conselho e sem outra armadura além de bastões com pontas de ferro e facas, foram à casa de um cavaleiro que estava próxima dali. Destruíram a casa, mataram o cavaleiro, a dama e os filhos, grandes e pequenos, e incendiaram tudo. [...] Assim fizeram em muitos castelos e boas casas, e foram crescendo tanto que chegaram a seis mil. Aumentavam porque todos os de sua condição lhes seguiam por todos os lados por onde passavam [...] (Extraído das Crônicas de Jean Froissart, c. 1337-1410 apud COSTA, 2002)

Em boa parte das revoltas camponesas, a reação violenta das elites senhoriais foi a lógica. Ainda assim, houve algumas exceções. Segundo o historiador Ricardo da Costa (2019), em 1462, senhores e camponeses negociaram uma concórdia que envolvia o fim do direito de maltratar os servos, do direito da primeira noite, da obrigação de ama-de-leite das camponesas e do trabalho compulsório dos filhos/filhas servis antes do casamento (COSTA, 2019).

A emergência dos Estados Nacionais, conjugado com os interesses de uma classe mercantil, ávida por ampliar seus negócios e influência, consolidará a formação de tropas nacionais e forças policiais que ampliaram o controle por opressão sobre esses grupos.

Guardadas as suas especificidades culturais e políticas, o trabalho familiar no campo, consideradas as atividades por gênero e idade, corrente na estrutura feudal europeia, parece ser uma característica que se fez presente nos impérios Inca e Asteca, na América, e entre os reinos africanos na mesma época. De forma geral, nessas sociedades, as famílias tinham direito ao usufruto da terra para a produção de criação de pequenos rebanhos, cuja posse era do governante. Parte dessa produção era compulsoriamente entregue ao chefe aldeão, que tinha obrigação de remeter parte para ao governante, que sustentava seus conselheiros e guerreiros (PEREGALLI, 2003; SOUZA, 2007).

A MODERNIDADE: CONCENTRAÇÃO DE TERRAS, PLANTATION E ADVENTO DO CAPITALISMO

O processo de virada do Medievo para a Modernidade, entre os séculos XV e XVI, foi marcado por importantes eventos, entre os quais estão os desdobramentos das Grandes Navegações, o Renascimento, a Reforma e a Contrarreforma, reverberando na ruptura da unidade da Igreja Cristã, e a Revolução Científica, marcante pela emergência das bases de uma nova ciência, e a consolidação do Estado Nacional Absolutista (MARCONDES, 2006).

Financiada por grupos ligados as atividades comerciais em Portugal e Espanha, as Grandes Navegações possibilitaram a ampliação de áreas que fornecessem recursos para maior acúmulo de riquezas. A busca por metais preciosos e novos produtos agrícolas, que poderiam ser produzidos em larga escala, era o principal objeto de desejo desses grupos, dos dirigentes e da nobreza estatal em um contexto de fechamento do comércio com o oriente pelos árabes. O estreitamento de relações, de forma desigual, com os africanos e o desembarque europeu na América significaram a ampliação de rotas comerciais, maior acesso a novas terras e a ampliação de acúmulo de recursos, a partir da produção e do comércio de produtos que interessavam ao mercado europeu e o tráfico negreiro, para a classe mercantil europeia. Para os povos americanos e africanos, tal dinâmica, trazida pelos europeus, significou a desagregação de suas sociedades, baseadas em uma economia, majoritariamente, de subsistência, fundada no usufruto familiar de pequenas extensões de terras, e, por conseguinte, em maior harmonia com a natureza (PEREGALLI, 2003; SOUZA, 2007; ARNAUT; LOPES, 2008; CUNHA, 2012). Em síntese, as riquezas foram drenadas em favor da classe mercantil e nobreza europeia em um processo de violenta exploração da natureza e das populações americana e africana. E mais, a posse da terra, em especial as do continente americano passava, pelo Tratado de Tordesilhas (1794), para as mãos dos Reis de Portugal e Espanha (MARQUES, 2015).

Em terras americanas, espanhóis reconfiguravam o sistema produtivo agrícola vigente entre incas e astecas no sentido de ampliar a produção de determinados produtos. Implantou-se um regime que concentrou as terras nas mãos dos colonos, não reconhecendo o direito de usufruto indígena, cuja mão de obra foi explorada em formas de trabalho compulsório (PEREGALLI, 2003). Os indígenas e suas famílias não teriam sorte tão diferente no lado português da colonização.

O sistema de sesmarias, implantado com as Capitanias Hereditárias e encerrado em 1822, concentrou terras nas mãos de poucos senhores privilegiados portugueses sem escutar possíveis interesses dos que ali viviam (MARQUES, 2015). De começo, como no lado espanhol, os lusos tentaram, sem sucesso, impor formas de trabalho que chocavam com cultura laboriosa indígena. Exceção deve ser feita às Missões Jesuítas, que conseguiram, com o binômio catequese e trabalho comunitário, colonizar os povos guaranis até o século XVIII, quando foram expulsos da América Portuguesa. A não adaptação dos povos indígenas à lógica implantada pelas sesmarias no litoral e a necessidade de braços nas monoculturas, levaram os portugueses a importarem escravos africanos ainda no século XVI. Com isso, o sentido do tráfico negreiro africano foi drenado para essas regiões. Ele passou a se constituir atividade lucrativa para os negociantes europeus, em especial aos portugueses. Era dado sentido mercantil a uma atividade que, até então, na África, atendia a lógica de ampliação de poder de um reino sobre outros povos, liberando os guerreiros para as conquistas (LIBBY; FRANÇA, 2000). Estava, assim, implantado o sistema de *plantation* na América. Este sistema se caracterizou pela concentração de terras nas mãos de poucos, formando grandes propriedades, os latifúndios, cuja mão de obra estava submetida à escravidão ou ao trabalho compulsório, com a finalidade de cultivo de um produto em grande extensão de terras, como, por exemplo, as monoculturas de cana-de-açúcar e café, voltado para a exportação. Diante desse cenário de ampla expansão da *plantation*, como as práticas tradicionais de povos indígenas e africanos, centradas na exploração de pequenos lotes de terra, na subsistência comunitária, no trabalho familiar sobreviveram? As respostas para essa questão se encontrariam no interior das grandes propriedades, na formação de quilombos, aldeamentos e no isolamento de povos indígenas.

Fundamentado em relatos de viajantes e legislações portuguesas, Ciro Flamarion C. Cardoso (1987), ao analisar o sistema colonial implantado na América Portuguesa, observou que a autonomia dada pelos senhores aos escravos e trabalhadores pobres em cultivarem em lotes marginais nos períodos ociosos, geralmente na entre safra e em feriados, possibilitou a subsistência da propriedade. Ademais, esses trabalhadores conseguiam acumular recursos, que possibilitavam a compra de liberdade e a sobrevivência. Tais características configuraram a “brecha camponesa”, que, nas palavras do historiador,

podia ter uma função meramente complementar à distribuição de rações aos escravos, a intervalos regulares, pelos senhores ou seus representantes: neste caso, as parcelas entregues aos cativos limitavam-se a quintais próximos às suas cabanas, e o tempo livre de que dispunham era menor; ou, então, podia colocar-se como alternativa às distribuições de rações, as quais desapareciam, ou quase: os escravos recebiam, neste caso, lotes situados fora do núcleo central da *plantation*, além dos quintais adjacentes às suas moradias, e dispunham de mais tempo para cultivar suas parcelas (CARDOSO, 1987, p. 88).

Pelas características listadas, a brecha camponesa incluiria, também, a produção nas sociedades quilombolas. Destarte, essa produção teria significativa importância na diversificação da alimentação e no abastecimento local.

Ademais, as características listadas por Cardoso também são perceptíveis quando se refere aos aldeamentos de indígenas formados por autoridades portuguesas (RAVAGNANI, 1987). O isolamento de povos indígenas, seja por não terem sido alcançados ou porque se debandaram do contato com portugueses e africanos, também pode ter favorecido a manutenção dessas características.

A situação imposta aos indígenas e africanos no mundo colonial se somaria ao drama dos camponeses ingleses no século XVIII. Naquele século, vivenciou-se um dos frutos da Revolução Inglesa, a intensificação da política de cercamentos, ou seja, uma política de abolição de direitos feudais sobre a posse fundiária, que tornou a terra uma mercadoria vendível (HILL; SEVECENKO, 1999 [1988]). Tal conjuntura levou a liberação dos camponeses dos vínculos de servidão com a terra. Saía de cena os camponeses e entrava a grande produção de cereais, a criação de ovinos para a lã e a mineração. Para os camponeses, jogados na miséria, restava tentar a sobrevivência nas nascentes cidades industriais. Segundo Silva,

o processo de concentração da terra e de expropriação dos camponeses que deu origem ao contingente dos sem-terra [...] ultrapassou os limites da transformação das terras comunais em propriedade privada. Mas, inegavelmente, os cercamentos permaneceram como o símbolo da nova era, na qual o aumento da produtividade no campo veio associado à deterioração das condições de vida de uma parcela substantiva da população rural, fato que até seus mais ardorosos defensores reconheceram. A perda do acesso direto aos meios de produção pela destruição das formas comunitárias de uso da terra, sujeitou aos imperativos do mercado toda a população rural, mesmo os pequenos produtores não expropriados (SILVA, 2000, p. 10).

Essa conjuntura desfavorável aos camponeses e trabalhadores também é observada em uma França em crise. Ampliava-se a carga tributária, e com ela a miséria no campo e a desigualdade

social. Tal cenário parece não ter passado despercebido pelo filósofo Jean Jacques Rousseau, como sugere o título do ensaio “Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens”, em 1755, e a continuação dessa discussão na obra “O Contrato Social”, em 1762. Por sua vez, a defesa do direito a propriedade privada, enquanto direito natural de todos os homens, tornados cidadãos em um Estado de Direito, fazia parte das propostas de vários autores do iluminismo. E esse direito fez parte da agenda revolucionária inaugurada pela Independência dos EUA, em 1776, e pela Revolução Francesa, em 1789, na luta contra os privilégios que fundamentavam o Antigo Regime (MARCONDES, 2006).

Enfim, para além do aprofundamento da desigualdade social e do advento pela luta pelos direitos naturais, o período marcou o alvorecer da Revolução Industrial, processo que ampliou a desigualdade entre homem e natureza e, mais tarde, alteraria profundamente o equilíbrio ambiental.

A CONTEMPORANEIDADE: REVOLUÇÃO VERDE, OS MOVIMENTOS SOCIAIS PELO DIREITO A TERRA E A EMERGÊNCIA DA AGROECOLOGIA

O direito a propriedade privada passou a integrar as constituições que marcaram a emergência dos Estados Liberais, mas não se traduziu, no capitalismo, na ampliação de acesso à terra ou a moradias às populações desfavorecidas. Nos EUA, por exemplo, assistiu-se o violento movimento de expansão em direção ao Oeste, impulsionado por legislações como a Lei de Remoção dos Índios, de 1830, que deslocou populações indígenas para a região de Oklahoma, e o *Homestead Act* de 1862, que incentivou a ocupação das terras, declaradas públicas, por imigrantes europeus, pouco considerando os interesses dos povos indígenas e mexicanos (KARNAL et al. 2010).

No Brasil, foi promulgada a Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850, mais conhecida como Lei de Terras de 1850, em um momento que se iniciava a entrada de imigrantes europeus no país, diante da proibição do tráfico negreiro. Em seu bojo, a lei tinha como finalidade legalizar as terras que estavam sob a posse dos brasileiros e limitar o acesso à propriedade de estrangeiros (MARQUES, 2015). No fim das contas, a lei colaborou para consolidar a concentração de terras nas mãos dos grandes proprietários, uma vez que somente os mesmos possuíam recursos para legalizá-las. Por outro lado, colaborou para fornecer a esses mesmos senhores braços para suas lavouras, em um contexto de redução da oferta de escravos. Em outras palavras, a situação pouco se alterou para camponeses, trabalhadores, indígenas e africanos (FAUSTO, 2007).

Diante disso, esses setores da população não ficaram de braços cruzados e passaram a se organizar em movimentos sociais visando atenuar, e mesmo, eliminar, o estado de miséria e penú-

ria. Vários movimentos ocorridos no período regencial, como a Cabanagem, no Pará (1835-1840), e mesmo no Segundo Reinado, como a Revolta de Ibicaba, em Limeira, promovida por imigrantes em 1856, tinham na questão do acesso popular à terra um de seus motivadores. Tal situação pouco mudaria no início do regime republicano no país, conforme testemunha o movimento de Canudos (1896-1897). Entretanto, a pequena propriedade, com fins a subsistência, e a agricultura familiar resistiram no processo de ocupação do sul do Brasil e nos limites de quilombos e tribos indígenas. De resto, o trabalho familiar, em pequenos lotes de terra na grande propriedade, com metas de plantio e coleta de café, fazia parte da rotina de muitos trabalhadores imigrantes, naquilo que inicialmente foi denominado como sistema de parceria. Após divergências e conflitos entre imigrantes e latifundiários, as relações foram modificadas e instituiu-se o colonato (FAUSTO, 2007). Ressalta-se que o benefício dos lotes para a subsistência fazia parte de uma lógica que visava a ampliação da produção de produtos agrícola, como o café. Na realidade, ao longo da história das práticas agrícolas, inovações tecnológicas, como o formato dos arados, a domesticação de animais para ao trabalho, a observação das estações do ano, a drenagem dos rios com fins à irrigação, o tratamento do solo, queimadas, rotação de campos, mansos medievais, o uso de estercos e os jardins botânicos devem ser vistas de forma integrada ao trabalho humano, o que levou às revoluções agrícolas desde o Neolítico. Portanto, em vários momentos da História se presenciou transformações desse tipo no que se refere à agricultura, como a Revolução Verde, no século XX, como será destacado adiante.

Na luta pelo direito a terra, o mundo presenciaria, em 1917, o processo da Revolução Russa, que tinha como um de seus lemas *Pão, Terra e Paz*. Se o pão dizia respeito a uma vida digna aos trabalhadores, a paz, a saída da Primeira Guerra Mundial, a terra apontava para a defesa de uma reforma agrária nacional que extirpasse a grande concentração latifundiária na Rússia, que agravava o estado de carestia e fome da população camponesa³. No Brasil, a revolução redundou, em 1922, na formação do Partido Comunista do Brasil, e, em 1928, no Bloco Operário-Camponês (BOC), que tinha na reforma agrária uma de suas propostas de programa⁴. A atuação do BOC foi encerrada com os ocorridos políticos de 1930, que fez ascender, à presidência do Brasil, Getúlio Vargas. Iniciava-se um período de dificuldades para o PCB e suas bandeiras. Ressalta-se que foi também um período de reconhecimento de várias demandas dos operários, o que resultou na Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), em 1943. Por outro lado, a situação para o trabalhador no campo pouco se alterara. Entretanto, a luta pela extensão da aplicação da CLT aos camponeses e pela reforma agrária, voltaria a ganhar força com a atuação das ligas camponesas em vários estados da federação, entre 1955 e

³ TESES de Abril. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Teses_de_Abril. Acesso em: 07 ago. 2020.

⁴ BLOCO Operário Camponês: Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdac/acervo/dicionarios/verbete-tematico/bloco-operario-campones-boc>. Acesso em: 07 ago. 2020.

1964, tendo como um de seus líderes o advogado pernambucano Francisco Julião Arruda de Paula. Apesar de divergências entre algumas lideranças e setores, as ligas conseguiram que o Presidente João Goulart incluísse entre as suas em seu programa de Reformas de Base, a reforma agrária. Porém, diante de um contexto de Guerra Fria, as elites nacional e internacional, entenderam que se tratava de uma tentativa de se implantar o socialismo no Brasil. Assim, ocorre o movimento civil-militar de 1964, que colocou fim ao mandato de Goulart, interrompeu a democracia por 21 anos no país, aborstando a possibilidade da reforma agrária, como desarticulou as ligas, cujos membros passaram a ser perseguidos, torturados e exilados do país pelo novo regime⁵.

Em sintonia com a perpetuação da concentração de terras imposta pelo regime emergente de 1964 e à vocação histórica da dependência econômica das exportações de produtos agrícolas, o governo brasileiro aderiu ao programa da Revolução Verde na década de 1960. A Revolução Verde pode ser vista como um dos desmembramentos de avanços tecnológicos no combate aos insetos causadores de doenças durante a Segunda Guerra Mundial (MAGALHÃES, 2016). Destarte, o Dicloro-Difenil-Tricloroetano (DDT), e seus derivados, tiveram seu uso ampliado para o combate às pragas nas lavouras. A utilização desses agrotóxicos se somou aos desenvolvimentos de novas máquinas, de novas formas de trabalho no campo e da refinação da técnica de modificação genética das sementes, que, em conjunto, permitiria a ampliação da produção com redução de custos. Diante desses avanços, em Conferência realizada em Washington, EUA, em 1966, William Gown, entusiasmado com a possibilidade de erradicação da fome no mundo, declarou que “A Revolução Verde, é feita à base de tecnologia, e não do sofrimento do povo”⁶. Assim, surgiu a designação “Revolução Verde”. A aplicação desse conjunto de avanços teve como um de seus laboratórios o México, tendo a frente o engenheiro agrônomo estadunidense Norman Borlaug. Com os seus métodos, Bourlaug aprimorou e ampliou a produção de trigo no país, tornando-o exportado do cereal. Para ele, esse sucesso ajudaria a reduzir a fome no mundo. Por conta desse sucesso, e dos princípios que o sustentava, o engenheiro foi agraciado com várias premiações, destacando-se, entre elas, o Prêmio Nobel da Paz em 1970⁷. Se Gown é lembrado como aquele que primeiro usou da expressão Revolução Verde e Borlaug ficou conhecido como o pai dessa transformação tecnológica na agricultura, pode-se afirmar que bióloga estadunidense Rachel Carson, pelo conteúdo de sua obra “Primavera Silenciosa”, em 1962, se apresentou como sua primeira oponente (CARNEIRO et al, 2015).

⁵ REFORMAS de Base. Disponível em: <https://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/reformas-de-base>. Acesso em: 07 ago. 2020.

⁶ REVOLUÇÃO Verde. Disponível em: <https://mundoeducacao.uol.com.br/geografia/a-revolucao-verde.htm>. Acesso em: 07 ago. 2020.

⁷ NORMAN Borlaug. **Enciclopédia Britânica**, s.d.. Disponível em: <https://www.britannica.com/biography/Norman-Borlaug>. Acesso em: 07 ago. 2020.

Em sua obra, Carson, sugeriu, a partir da análise de volumoso quantitativo de dados, que a utilização em larga escala do DDT estava modificando a flora e a fauna estadunidense, desencadeando, silenciosamente, danos a vida humana (CARNEIRO et al, 2015; BONZI, 2013). Como efeitos, presenciaram-se o protesto dos fabricantes do produto, da população das regiões prejudicadas, e o convencimento da opinião pública naquele país (CAMPOS, 2006). Em meio às repercussões e ao processo de investigação dos fatos relatados na obra, o governo dos EUA, em 1970, formou a Agência de Proteção Ambiental Norte-Americana, que passou a fiscalizar o uso restrito do DDT e de outras substâncias na agricultura. Na década seguinte, o uso extensivo do inseticida seria proibido naquele país. Como decorrência, a substância foi retirada da fórmula dos inseticidas pelos fabricantes estadunidenses (LIVRARIA FOLHA, 2010). A preocupação ambiental parece ganhar corpo entre as décadas de 1960 e 1970, culminando na publicação do texto “Limites do Crescimento”, do Clube de Roma, e na realização, e das publicações derivadas, da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano em Estocolmo, Suécia, em 1972 (MOREIRA, 2000). Iniciava-se a discussão da sustentabilidade:

As teses do crescimento zero e do congelamento do crescimento populacional, expostas nas posições do Clube de Roma e da Conferência de Estocolmo, tenderam a enfatizar que o crescimento econômico e as tecnologias a ele associadas deveriam se nuclear em torno dos recursos naturais renováveis, a curto e a médio prazos. A utilização intensiva de recursos naturais não renováveis, como é o caso do petróleo, colocava em xeque a matriz energética e o aparato produtivo industrial herdado (MOREIRA, 2000, p. 41).

No Brasil, o DDT continuou a ser utilizado nas campanhas públicas de enfrentamento a malária até 1990, e, de forma extraoficial, até 1995 (GONÇALVES; VILARINO, 2020). Com a promulgação da Lei Federal nº 11.936, de 14 de maio de 2009, estava proibida a fabricação, a importação, a exportação, a manutenção em estoque, a comercialização e o uso do DDT no país (BRASIL, 2009). A dificuldade de se aprovar tal lei também se relacionava ao modelo de modernização da agricultura nacional adotado desde a década de 1960. Políticas públicas como o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), criado pela lei 4.595, de 31 de dezembro de 1964, que facilitou o acesso aos agricultores que adquirissem defensivos agrícolas, e o Programa Nacional de Defensivos Agrícolas (PNDA), lançado em 1975, que facilitou o registro de defensores agrícolas e a abertura e instalação de empresas do ramo no país, deixaram raízes que ainda impacta políticas, econômicas e sociais até os dias atuais (LOPES, ALBUQUERQUE, 2018).

Segundo Roberto José Moreira (2000), a crítica ao sistema composto pela Revolução Verde não deve se restringir apenas a agroindústria, como o faz alguns movimentos ecológicos e ambien-

talistas que tem no conceito de sustentabilidade seu principal alicerce. Para além da crítica técnica e econômica, deve ser atacada a questão social, que se apresenta na intensificação da “exclusão de massas significativas da população de condições mínimas adequadas de acesso à terra, ao trabalho, ao emprego, ao teto, à educação, à alimentação e à saúde” (MOREIRA, 2000, p. 45). Tal viés tem sido encampado, na atualidade, por movimentos sociais como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), a Pastoral da Terra, relacionada a Igreja Católica no Brasil, e a Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO), entre outros. Tais movimentos sucedem a atuação nula dos sindicatos rurais entre 1964 e 1983, após a desarticulação do movimento das ligas camponesas. Tais movimentos tentam reagir a forma histórica como foi conformada a agricultura familiar, a pequena propriedade e produção familiar no país:

no Brasil, as políticas e as visões dominantes sobre a agricultura familiar e a pequena produção familiar rural foram historicamente conformadas pela ideologia de subsistência, com base na ideologia nas relações sociais da morada de favor do Nordeste açucareiro. A morada de trabalhadores no interior das plantações de cana-de-açúcar era tratada como um favor que as elites agrárias da época faziam ao trabalhador rural. Esta concessão, de um lado, não reconhecia os direitos trabalhistas e, de outro, garantia a fixação de trabalhadores nas plantações. As relações sociais de trabalho da morada e também do colonato do café, em São Paulo, envolviam o trabalho no produto principal – cana ou café – e viabilizavam a parceira na produção de alimentos básicos – arroz, feijão, aipim etc. – fundamentais à alimentação desta população. Esta origem da economia de alimentos no interior dos grandes setores econômicos levou a produção de alimentos a ser tratada como sendo uma atividade de subsistência e os agricultores familiares a ela vinculados – os moradores-parceiros acima referidos e a agricultura realizada por pequenos proprietários independentes, por posseiros etc. – a serem denominados de agricultores de subsistência. Dada tal origem, estes agricultores são vistos, na ideologia dominante, como incapazes do progresso econômico e social (MOREIRA, 2000, p. 48).

É neste cenário de crítica tecnológica, econômica e social, que desponta a agroecologia enquanto ciência, movimento social e prática agrícola. No Brasil, ela procura colaborar para a desconstrução dessa visão historicamente dominante que desqualifica as contribuições da agricultura familiar e a pequena produção familiar rural para o progresso econômico e social da nação. Tais visões procuram obstruir o avanço da reforma agrária, a partir do processo de assentamento de famílias, favorecido pela Constituição brasileira de 1988, que em seu artigo 184 estabelece:

competem à União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social, mediante prévia e justa indenização

em títulos da dívida agrária, com cláusula de preservação do valor real, resgatáveis no prazo de até vinte anos, a partir do segundo ano de sua emissão, e cuja utilização será definida em lei (BRASIL, 1988).

Apesar das transformações econômicas, políticas, sociais e tecnológicas ao longo do tempo, a questão agrária e agrícola continua sendo uma problemática de difícil solução na história das sociedades humanas. E, como visto, ao se descortinar a questão ambiental, ela se tornou ainda mais complexa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Feito esse breve painel da história da agricultura, sugere-se que a agroecologia pode ser vista como sucessora histórica da agricultura familiar, voltada para a comunidade, de pequeno impacto ecológico, em oposição a agroindústria, sucessora da prática da concentração de terras, de uma relação predatória com a natureza e com uma produção em larga escala em benefício de poucos, sobretudo, a partir da *plantation* colonial.

A bibliografia e as fontes levantadas demonstraram que não se pode dissociar a agroecologia das lutas pela reforma agrária, pela economia solidária, pela valorização das culturas indígenas, quilombolas, das mulheres camponesas e outros povos tradicionais, como também da defesa de uma alimentação saudável, incentivando a produção orgânica de alimentos em harmonia com outros seres vivos, eliminando o uso de agrotóxicos e transgênicos, configurando, na atualidade, o cumprimento do dever constitucional da função social e ambiental da propriedade.

Em um contexto do reconhecimento da gravidade do desequilíbrio ambiental, de aquecimento global e aprofundamento das desigualdades sociais, compreender o que vem a ser agroecologia, e suas contribuições para a superação desse cenário, se mostra mais oportuno para a busca de um “novo normal” nas relações entre os humanos e entre esses e a natureza.

REFERÊNCIAS

ARNAUT, Luiz; LOPES, Ana Mónica. **História da África:** uma introdução. Belo Horizonte/MG: Cri-sálida, 2008.

BÍBLIA Ave Maria. Disponível em: <https://www.bibliacatolica.com.br/>. Acesso em: 03 ago. 2020.

BLOCO Operário Camponês: Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/bloco-operario-campones-boc>. Acesso em: 07 ago. 2020.

BONZI, Ramón Stock. Meio século de Primavera silenciosa: um livro que mudou o mundo. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Ed. UFPR, n. 28, p. 207-215, jul./dez. 2013. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/made/article/view/31007/21665>. Acesso em: 05 ago. 2020.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituição/ConstituiçãoCompilado.htm. Acesso em: 09 ago. 2020.

CAMPOS, André Luíz Vieira de. **Políticas Internacionais de Saúde na Era Vargas**: o Serviço Especial de Saúde Pública, 1942-1960. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006.

CARDOSO, Ciro Flammarion Santana. A brecha camponesa no sistema escravista. In: CARDOSO, Ciro Flammarion Santana. Agricultura, escravidão e capitalismo. Petrópolis: Vozes, 1979, p. 133-154.

CARDOSO, Ciro Flammarion Santana. Escravo ou camponês? O protocampesinato negro nas Américas. São Paulo: Brasiliense, 1987.

CARDOSO, Ciro Flammarion Santana. **O Egito antigo**. São Paulo, Brasiliense, 1982

CARDOSO, Ciro Flammarion Santana. As comunidades aldeãs no Antigo Egito. **PHOÏNIX**, RIO DE JANEIRO, 14: 96-129, 2008. Disponível em: http://phoenix.historia.ufrj.br/media/uploads/artigos/7_-As_comunidades_aldeas_no_antigo_egito_-_Ciro_Flammarion.pdf. Acesso em: 02 ago. 2020.

CARNEIRO, Fernando Ferreira (Org.) et. al. **Dossiê ABRASCO**: um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde. Rio de Janeiro: EPSJV; São Paulo: Expressão Popular, 2015. Disponível em: https://www.abrasco.org.br/dossieagrototoxicos/wp-content/uploads/2013/10/DossieAbrasco_2015_web.pdf. Acesso em: 02 ago. 2020.

COSTA, Ricardo da. Extratos de documentos medievais sobre o campesinato (sécs. V-XV), 2019. Disponível em: https://www.ricardocosta.com/extratos-de-documentos-medievais-sobre-o-campesinato-secs-v-v#footnoteref68_zi8e9lj. Acesso em: 07 ago. 2020

COSTA, Ricardo da . Revoltas camponesas na Idade Média, 1358: a violência da Jacquerie na visão de Jean Froissart. In: CHEVITARESE, André (org.). **O campesinato na História**. Rio de Janeiro: Relume Dumará / FAPERJ, 2002, p. 97-115. Disponível em: <https://www.ricardocosta.com/artigo/revoltas-camponesas-na-idade-media-1358-violencia-da-jacquerie-na-visao-de-jean-froissart>. Acesso em: 07 ago. 2020.

CUNHA, Manuela Carneiro da. **Índios no Brasil: história, direitos e cidadania**. São Paulo: Claro Enigma, 2012.

DOBERSTEIN, Arnaldo Walter. **O Egito antigo**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010. Disponível em: <http://www.pucrs.br/orgaos/edipucrs/>. Acesso em: 02 ago. 2020.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: EDUSP, 2007.

FLORENZANO, Maria Beatriz Borba. **O mundo antigo: economia e sociedade**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

FLORENZANO, Maria Beatriz Borba. Pólis e oikos, o público e o privado na Grécia Antiga. São Paulo: Labeca – MAE-USP, 2001 [revisado pelo Labeca em 2010]. **Anais do I Simpósio Regional de História Antiga**, Rondonópolis, M.T, 2001: 113-118. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4003145/mod_resource/content/1/florenzano_polis_e_oikos.pdf. Acesso em: 02 ago. 2020.

FRANCO Júnior, Hilário. **História da Idade Média, o nascimento do Ocidente**. São Paulo: Brasiliense, 1999. FRANCO Júnior, Hilário. **O feudalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

FUNARI, Pedro Paulo. **Grécia e Roma**. São Paulo: Contexto, 2002.

HESÍODO. **Os trabalhos e os dias**. trad. Mary de Camargo Neves Lafer. São Paulo: Iluminuras, 1989.

HILL, Christopher Hill; SEVCENKO, Nicolau. O caráter burguês da Revolução Inglesa. Folha de S. Paulo, 10 ago. 1988, p. E-14. In. MARQUES, Adhemar Martins; BERUTTI, Flávio; FARIA, Ricardo. **História Contemporânea, textos e documentos**. São Paulo: Contexto, 1999, p. 12. Disponível em: <https://blogdogeo-historia.blogspot.com/2008/08/o-carter-burgus-da-revoluo-inglesa.html>. Acesso em: 10 ago. 2020.

HOMERO. **Odisseia**. São Paulo: Atena Editora 2009. Disponível em: <http://www.ebooksbrasil.org/eLibris/odisseiap.html>. Acesso em 02 ago. 2020.

ISAAC, Jules; ALBA, André. **Oriente e Grécia**. São Paulo: Mestre Jou, 1968.

ARNAL, Leandro et al. **História dos Estados Unidos: das origens ao século XXI**. São Paulo: Contexto, 2010.

LIBBY, Douglas Cole; PAIVA, Eduardo França. **A escravidão no Brasil: Relações sociais, acordos e conflitos**. São Paulo: Moderna, 2000.

LIVRARIA FOLHA. Obra denunciou em 1962 inseticida cancerígeno proibido no Brasil só em 2009. Folha de São Paulo, São Paulo, 27 mai. 2010. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/folha/>

livrariadafolha/740961-obra-denunciou-em-1962-inseticida-cancerigeno-proibido-no-brasil-so-em-2009.shtml. Acesso em: 10 ago. 2020.

LOPES, Carla Vanessa Alves; ALBUQUERQUE, Guilherme Souza Cavalcanti de. Agrotóxicos e seus impactos na saúde humana e ambiental: uma revisão sistemática. **Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, v. 42, n. 117, p. 518-534, jun. 2018. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010311042018000200518&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 24 ago. 2020.

MAGALHÃES, Rodrigo Cesar da Silva. **A Erradicação do Aedes Aegypti**: Febre Amarela, Fred Soper e Saúde Pública nas Américas (1918-1968). Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2016. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/sv74c>. Acesso em: 07 ago. 2020.

MARCONDES, Danilo. **Iniciação à História da Filosofia**: dos pré-socráticos a Wittgenstein. Rio de Janeiro, Ed. Jorge Zahar, 2006.

MARQUES, Benedito Ferreira. **Direito Agrário Brasileiro**. São Paulo: Atlas, 2015.

MARX, Karl. **O Capital**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.

MIRANDA, Alcir Gursen de. **Teoria de Direito Agrário**. Belém: CEJUP, 1989.

MOREIRA, Roberto José. Críticas ambientalistas à Revolução Verde. Estudos Sociedade e Agricultura (UFRJ), Rio de Janeiro, v. 15, n.Out., p. 39-52, 2000. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4896031/mod_resource/content/1/A6%20Roberto%20Jos%C3%A9%20Moreira.%20Cr%C3%A9ticas%20ambientalistas%20%C3%A0%20Revolu%C3%A7%C3%A3o%20Verde.pdf. Acesso em: 10 ago. 2020.

MOURA, Iracema Ferreira de. Antecedentes e aspectos fundantes da agroecologia e da produção orgânica na agenda das políticas públicas no Brasil. In: SAMBUICHI, Regina Helena Rosa et al. (Orgs). **A política nacional de agroecologia e produção orgânica no Brasil: uma trajetória de luta pelo desenvolvimento rural sustentável**. Brasília: Ipea, 2017, p. 25-51. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/144174_politica-nacional_WEB.PDF. Acesso em: 02 ago. 2020.

MUNDURUKU, Daniel. **Meu vô Apolinário**: um mergulho no rio da (minha) memória. Ilustrações Rogério Borges. 2a ed. São Paulo, Studio Nobel, 2009.

NORMAN Borlaug. **Enciclopédia Britânica**, s.d.. Disponível em: <https://www.britannica.com/biography/Norman-Borlaug>. Acesso em: 07 ago. 2020.

PEREGALLI, Enrique. **A América que os europeus encontraram**. Campinas/São Paulo: Editora da Unicamp/ Atual, 2003.

PINSKY, Jaime. **As primeiras civilizações**. São Paulo: Contexto, 2005.

RAVAGNANI, Oswaldo Martins. A agropecuária e os aldeamentos indígenas goianos. *Perspectivas*, 9/10, p. 119-143, 1986-1987. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/perspectivas/article/viewFile/1866/1533>. Acesso em: 05 ago. 2020.

REFORMAS de Base. Disponível em: <https://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/reformas-de-base>. Acesso em: 07 ago. 2020.

REVOLUÇÃO Verde. Disponível em: <https://mundoeducacao.uol.com.br/geografia/a-revolucao-verde.htm>. Acesso em: 07 ago. 2020.

SCHMITT et al, Agroecologia no Brasil. Valorizando as dimensões da ciência, das práticas, dos movimentos sociais e das inovações institucionais. In: Heinrich Boll Stiftung, Rio de Janeiro, 02 set. 2018. Disponível em: <https://br.boell.org/pt-br/2018/09/02/agroecologia-no-brasil>. Acesso em: 02 ago. 2020.

SILVA, Lígia Osório. Introdução ao texto de Ellen Meiksins Wood, As origens agrárias do capitalismo. **Crítica Marxista**, São Paulo, Boitempo, v.1, n.10, 2000, p.9-11. Disponível em: https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/artigo65Artigo%201.pdf. Acesso em 10 ago. 2020.

SOUZA, Marina de Mello e. **África e Brasil africano**. São Paulo: Ática, 2007.

TESES de Abril. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Teses_de_Abril. Acesso em: 07 ago. 2020.

VILARINO, Maria Terezinha Bretas; GONÇALVES, Huener Silva. Aedes aegypt e inseticidas: mídia, interesses e tecnociência. In: VIII Simpósio Nacional de Ciência, Tecnologia e Sociedade da Associação Brasileira de Estudos Sociais das Ciências e das Tecnologias (ESOCITE.BR), 2019, Belo Horizonte. **Anais do VIII Simpósio Nacional de Ciência, Tecnologia e Sociedade (ESOCITE.BR)**: Os estudos CTs e a defesa da democracia no Brasil.. Belo Horizonte: CEFET-MG, 2019. p. 875-889.



A RELAÇÃO HISTÓRICO-CONCEITUAL SOBRE A MORTE NO BRASIL MODERNO

Og Almeida Campos¹

Alessandra Raphaela Menezes Amaral²

Resumo: O presente artigo pretende abordar questões pertinentes sobre a história da morte no Brasil moderno. Para isso, utilizamos determinadas obras envolvendo as perspectivas de estudos filosóficos, psicanalíticos, sociológicos, literários e históricos. A partir dos estudos bibliográficos, buscou-se analisar a relação histórico-conceitual sobre a morte, a questão da higienização da população brasileira na modernidade, incluído a questão da “lepra” e o tratamento referida doença.

Palavras-chave: Morte, higienização, práticas funerárias.

Abstract: This article aims to address pertinent questions about the history of death in modern Brazil. For this, we use certain works involving the perspectives of philosophical, psychoanalytic, sociological, literary and historical studies. Based on bibliographic studies, we sought to analyze the historical-conceptual relationship about death, the issue of hygiene of the Brazilian population in modern times, including the issue of “leprosy” and the treatment of this disease.

Keywords: Death, hygiene, funerary practices,

A temática da morte no Brasil contrastando e relacionando o fenômeno de higienização e o distanciamento do homem com relação a esta é um convite para a reflexão. Para tanto, tornar-se-á necessário uma abordagem conceitual e literária e que dialogue com obras filosófica³, psicanalítica⁴, sociológica⁵ e literária⁶, além de históricas, sendo estas últimas baseadas no já referido curso e no ‘Danação da Norma’ (MACHADO, 1978).

¹ Possui graduação em filosofia pela Universidade Federal de Minas Gerais (2001/2004), graduação em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (2009/2014) e mestrado em filosofia do Direito pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (2015/2016). Doutorando em Filosofia pela Universidade Federal de Minas Gerais (Desde 2018)

² Possui graduação em História pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (2010/2014)

³ HESSE, 1985.

⁴ FREUD, 1998.

⁵ ELIAS, 2001.

⁶ ASSIS, 1973.

Este texto surge mais como a tentativa de uma pergunta do que de uma resposta, pois ao se deparar diante da temática da morte, em qualquer âmbito, seja ele histórico, psicológico, biológico ou filosófico, ver-se-á que se trata de um campo extremamente complexo e difuso. Assim como é possível a afirmação de ser a problemática da morte uma questão mais antiga que a da própria vida. Isso é verificável ao ter que a vida aparece como algo dado ao homem e não tão desafiador, mas a morte aponta o desconhecido, o além da vida. Percebemos que em todos os campos a morte suscita questões, que vão desde a observação de formas culturais de sepultamento até a construção da malha conceitual e simbólica diante desta.

A questão pretende partir da observação do distanciamento do homem perante a morte através de práticas higienistas e desvitalizadoras em sociedades avançadas e perguntar se no Brasil do séc. XVIII e XIX já havia evidências de tal. No livro 'A solidão dos moribundos' Norbert Elias apresenta o fenômeno do crescente distanciamento humano com relação à morte, contudo sua observação se faz em sociedades avançadas, cuja estrutura científica e tecnológica permite a construção de ambientes alienatórios para os moribundos e aqueles que carregam em si a evidência da morte. Já a questão que será levantada observará a pertinência ou não de tal questão para o Brasil, uma sociedade emergente, principalmente para o Brasil do séc. XVIII e XIX.

Desde o feudalismo era observável a conduta na sociedade ocidental de uma certa proximidade entre homens sãos e enfermos, principalmente por se tratar de uma época na qual havia uma fragilidade técnica, a falta de avanços científicos não possibilitavam às famílias agirem de modo remediador com relação ao moribundo. A eles era possível a reza e a utilização de procedimentos atualmente considerados obsoletos, visto os avanços técnico-científicos, mas que serviam para amenizar dores e o sofrimento do moribundo. Assim, o que mais valia era o apego religioso na tentativa de salvar, ou pelo menos crer na salvação da alma do moribundo e na vida eterna deste. Norbert Elias aponta para a maneira como se dava esta enfermidade, sempre em casa e envolta de seus familiares, principalmente por estes se constituírem de famílias rurais, nas salas ou quartos com a participação e visão de todos os familiares. Viviam os últimos momentos do moribundo junto a este e assistiam a sua morte no local onde seus antepassados também viveram e morreram, lugar no qual aquela pessoa que assiste poderá viver toda sua vida e vir a morrer.

Toda a forma como o ocidental viveu nestes momentos com certa proximidade da morte, assistindo-a e no máximo tentando se preparar para tal, mudou radicalmente com a virada copernicana que ofereceu ao mundo uma nova perspectiva, de novas possibilidades, todas pautadas nas ciências que surgiam. Numa dupla significação, pois o Homem não é mais o centro do universo, mas tem nova abertura ao novo.

Até então, a questão das enfermidades eram sempre motivadas por cóleras divinas, pelas pragas, sempre abordadas de modo supra-humano, que só poderiam ser trazidas a este pela graça.

Por outro lado, a denominada revolução copernicana é marcada pela reorientação da órbita dos astros, invertendo a ótica dada de que a Terra seria o centro do universo, passando-se à de que o Sol é o centro orbital do que hoje chamamos sistema solar.

Através a abertura ao novo, segundo uma metodologia científica (instrumentalizada na luneta, no caso de Copérnico) homem vê a possibilidade de tomar em suas próprias mãos o seu futuro, a sua vida, entra em questão os antigos dogmas religiosos que levavam a crer na centralidade do mundo no universo, da impossibilidade de se encontrar novas terras, do homem não estar no centro do universo, com a abertura para o tempo das luzes, o iluminismo.

Se por uma vertente a revolução copernicana impõe ao homem um golpe simbólico radical, experimenta, por outro lado, a possibilidade do domínio sobre a natureza e o conhecimento dissolvendo até o divino.

A nova ciência, que dará novas perspectivas ao homem, mostrará a este que a Terra é redonda, que novos continentes não só são possíveis, mas uma necessidade (econômica), também trará a este a possibilidade da construção de novos paradigmas.

Contudo, o que Norbert Elias nos propõe⁷ é que a proximidade com a mais nova ciência e a aparição de um novo campo simbólico e tecnológico não só permite, mas impulsiona ao homem um distanciamento da morte. Através da construção de hospitais, dos projetos higienizadores e de distanciamento dos moribundos e de tudo o que sequer lembra ao homem de sua finitude. Entra-se com isso em um âmbito mais fortemente conceitual.

Através da ciência, o homem diagnostica a prejudicialidade da proximidade entre homens saudáveis e moribundos para ambas as partes, logo o processo de mortificação sai das casas e da presença de toda família e vai para centros especializados, brancos e limpos. A preparação para a morte perde a presença de familiares e dos padres, sendo agora realizada por homens de branco e aparelhos. O enterro saiu de dentro das igrejas e ganha lugares arejados, cimentados, nos quais as pessoas passam a ser enterradas em caixões fechados e com o velório acontecendo longe das casas, em locais próprios.

⁷ O esforço é de uma análise a partir do autor, partindo de suas considerações para a análise reflexiva, visto que seu estudo é pautado e voltado para as sociedades europeias, portanto aqui trazido em analogia.

Os locais onde as pessoas morrem ganham siglas como UTI (unidade de terapia intensiva), os velhos são agora chamados de coroa, toda a representação da morte na sociedade, assim como a loucura, signo de alienação e insanidade, ganham novos nomes que se distanciam do homem comum e são.

Os alemães nos ajudam a pensar tais questões⁸, pois estes iniciam e percebem o novo paradigma humano, com a emergência da ciência e com a fragmentação do religioso. Nietzsche diagnostica a religião como uma forma de garantir a vida eterna, de se eternizar sem carne e sem sofrimento e com isso não sucumbir diante da própria finitude, de cair na angústia do nada. O homem garantir-se-ia supremamente, supra-humanamente em Deus, contudo a sociedade haveria amargado a morte de Deus, passaria agora por um momento de niilismo. Como poderia se identificar ao que Nietzsche faz referência?

À mudança de ótica oferecida por Copérnico, na qual a divindade perde seu âmbito, entra em xeque. Toda a religião, assim como a metafísica seriam uma forma de o homem fugir à finitude e à impotência diante da morte⁹. Esta entrou numa grande aporia e a ciência pretende tomar seu posto.

Entramos com tais considerações no âmbito conceitual ao qual já se fez referência, o que por parte já aparenta um problema para um trabalho com princípios históricos, porém para isso a própria psicanálise apresenta uma possível resposta, pois a morte em si é coisa que já morreu. Por isso só se pode falar do conceito de morte.

O paradigma da morte ganha novo posto, pois sai do âmbito supra-humano (divino) e se desloca para o humano, porém Freud fará radicalizar tal questão, pois ao descobrir o inconsciente, descobre ainda que o homem não é movido por seus instintos, nem por sua razão, mas por pulsões, principalmente a de morte e a de vida, sendo que a de morte prevalece. O que se tem então? – Tem-se que a morte só existe (aparece enquanto morte) para o homem vivo.

Com as novas ciências e a psicanálise, a morte ganha nova significação, ou seja, migra do suprahumano passando rapidamente pelo humano, migrando para o subumano, ou seja, sai do supraconsciente e migra para o subconsciente. Freud formula no “Além do princípio de prazer” que a pulsão mais forte do homem, assim como a de todo o ser que vive, é a morte. Toda a matéria em seu princípio é inanimada, é de sua natureza mais originária o estado de inanimação, toda a matéria animada tende a seu princípio mais originário, ou seja, tudo o que é vivo tende à morte.

⁸ Referimos principalmente a Nietzsche, a Heidegger, a Freud e a Althusser.

⁹ A teoria de Nietzsche extrapola ao elaborado em questão, contudo este não seria o momento para tratar pormenorizada-mente a questão, por esta interpretação servir ao proposto.

Com efeito, “tudo o que vive morre por razões internas”. Por sua vez, as coisas mortas antecedem as vivas no mundo. Portanto, há uma tendência de as coisas vivas voltarem ao seu estado natural de inanimação. Do que se pode concluir que o organismo “deseja morrer do seu próprio modo”, e do que se segue “que os guardiões da vida eram também os lacaios da morte”. (FREUD, 1998, p. 49-51).

Não é razoável julgar toda a teoria freudiana como desprovida de respaldo histórico, mas pode-se, ao tentar ver uma sobre a luz da outra, e esta é a presente proposta, trazer alguns eventos históricos para avaliar se tal teoria é preponderante.

Portanto, podem-se perceber evidências de tais deslocamentos simbólicos no Brasil dos séculos XVIII e XIX?

De fato parece-nos um fato um tanto conturbado, contudo pode ser possível algum apontamento neste sentido. No século XVII o Brasil se apresenta distante das sociedades esplanadas tanto por Norbert Elias quanto por Nietzsche, apresenta-se permeada pelo imaginário cristão, pelas práticas cristãs da morte preparada, em casa, uma sociedade na qual são criadas instituições para se preparar para morte e poder encomendar missas para as almas eternamente. A sociedade brasileira do século XVIII parece muito distante de uma prática na qual seja a morte seja resignificada, mas sim aquela que prega a boa morte, aquela esperada de modo simples, sem nenhuma esperança de se afastar desta. De fato existia no Brasil toda a cultura de proximidade e compaixão para com o moribundo, da incapacidade de se distanciar deste, de negar-lhe preces. Toda a presença da iconografia das igrejas que mostrava a configuração do homem de sociedade, assim como aquele do meio rural, da representação da morte como parte integrante da transição do homem para um além eterno divino ou infernal. Assim como a já referida prática de se enterrar homens dentro das igrejas, local no qual os homens vão de encontro a Deus. A ausência de hospitais e de práticas médicas apontam também a resignação do homem diante da maior certeza humana, isso pode ser considerado de fato pela ausência da influência cientificista na América do Sul, assim como sendo aqui o âmbito de atuação da contra-reforma, local no qual a igreja buscava alavancar-se diante do protestantismo.

Todas as práticas de funeral, toda a iconografia, todo o imaginário religioso vai, contudo, perdendo espaço para a nova necessidade que surgirá e crescerá aos poucos com o novo século. Surge no século XIX, novas formas de se lidar com o funeral, os profissionais em medicina, que mesmo com teorias, que nos parece fantasmáticas, reconfiguram o ambiente de morte e de doentes. Surgem novas leis para requerer uma maior higiene para os ambientes fúnebres, para acontecer os enterros e para deslocarem os moribundos.

A nova legislação pautada nos higienistas transporta os enterros para locais próprios e isolados, principalmente em centros como Ouro Preto, Rio de Janeiro, Recife e etc. São em grande parte das vezes desrespeitadas, contudo o deslocamento acontece, pois é preciso afastar-se de miasmas, de ares pútridos dos mortos e doentes. É preciso intervir na sociedade para evitar o perecimento desta. Aos poucos vão surgindo na colônia hospitais para dar hospitalidade àqueles que morrerão, para afastar-se da contaminação sem negar ao moribundo a compaixão devida. A cientifização vai ganhando espaço na sociedade brasileira, mesmo que de modo não tão explícito quanto os verificáveis nessa mesma época na Europa, a morte vai saindo aos poucos das mãos dos sacerdotes e passando para as mãos de técnicos.

Em dois momentos especiais pode ser percebido no livro de organização de Roberto Machado a associação de doenças à própria morte e do recuo do homem diante desta, na primeira a ser enfatizada é a da legalização da arte de curar, especificamente na “Lepra, filha mais velha da morte”, neste subitem do primeiro capítulo pode ser percebido claramente qual é a postura da sociedade diante de doenças sobre as quais os homens não têm domínio. No Rio de Janeiro assim como em Recife e Salvador, aponta a necessidade de distanciamento e do deslocamento da centralidade da morte de dentro de casa para ambientes distantes e especiais. No referido caso, a lepra é constantemente equiparada à própria morte, e que aos leprosos não caberia mais a boa morte, mas sim a alienação, o isolamento. Não somente a doença, mas a morte assolava toda a sociedade, visto que a lepra havia se transfigurado em morte, logo a morte deveria ser afastada da sociedade.¹⁰

É reconhecido pelo autor a consciência por parte das autoridades acerca da ineficiência do afastamento dos leprosos da sociedade, pois isto nada garantiria à própria sociedade sua sobrevivência, pois ainda era desconhecido como se daria o contágio, ou mesmo o que seria contágio, ou ainda como seria possível sua erradicação.

O distanciamento seria necessário, mesmo como uma forma simbólica de distanciamento da deterioração e da morte, e mesmo os enterros de tais moribundos deveriam acontecer em local ermo.

¹⁰ O intuito é de mostrar tal questão neste exemplo específico, embora este não prove o distanciamento diante da morte como um todo, me bastará como a pretendida evidência de tal, ou seja, da construção de uma nova malha simbólica capaz de trazer à luz, o surgimento do fenômeno de distanciamento do homem diante da morte. Para a evidenciação mais profunda de tal seria necessário vir para um ambiente contemporâneo, principalmente após as 2 grandes guerras para mostrar que os grandes centros brasileiros vivem não muito tardiamente à referida desvitalização do mundo denunciada por Heinehard Hesse, assim como a tentativa de criação do super-homem Nietzscheano, que apesar de diverso proposto por ele, se respalda na incessante vontade humana, ora de ser o Ser capaz da vida eterna, da ressurreição, como no caso de nitrogenia, como o da total destruição da raça humana através das armas atômicas, bombas H, através da guerra eletrônica que seria capaz de garantir a vitória do homem diante de si mesmo mesmo após a própria morte.

Ficaria próximo aos portadores da morte somente o 'sacerdote', cuja vida terrestre não era o importante, já que este visava tão somente a vida pós-morte, e àquelas escravas que haviam cometido graves crimes e cujas vidas não teriam nenhum apreço. Portanto, temos uma configuração na qual a compaixão diante da morte toma nova forma, porque os moribundos leprosos viveriam no total isolamento, em locais hospitaleiros assim como mereceria um homem diante da morte, um morto-vivo, contanto que distante da cidade.

É apresentado com isso uma forte evidência da nova postura a ser tomada diante da morte ou do que sequer faça referência a ela, caso da lepra.

A outra evidência a ser levantada no presente texto é a do distanciamento do homem saudável daquele que seja portador de insanidade mental¹¹. A este era necessário para o próprio bem, assim como para a proteção social, a alienação e o total isolamento em locais próprios e capacitados para a manutenção, a prática de medicação e não transtorno do paciente.

Agora é possível perceber que não só o morto-vivo, mas também o mentalmente insano deveria ser afastado da sociedade. É relevante trazer à tona a referência do texto ao dizer que aqueles que anteriormente eram queimados na inquisição deveriam ser alienados para tratamento, o que dá força à mudança do religioso e supraconsciente para o agora consciente (científico) e sub-consciente.

Para ilustrar o que foi elaborado até o presente momento como pertencente ao imaginário culto do século XIX, pode-se trazer à luz o conto 'O Alienista' de Machado de Assis, escrito em 1891. Conto que trata de um alienista que, ao estudar as pessoas de sua sociedade, começa a descobrir patologias em alguns membros desta sociedade, mas que com o avançar em seus estudos começa a perceber a necessidade de se alienar os insanos¹² em ambiente especial. Com os sucessivos avanços da ciência do alienista, este percebe que há um maior número de patologias do que havia imaginado, situação que o leva à alienação de quase toda sua sociedade. Ao ponto que tem sua maior descoberta, isto é, de que quem deveria ser confinado era ele mesmo, pois as demais patologias eram demasiadamente comuns, enquanto sua capacidade de percebê-las era que se configurava uma anormalidade.

¹¹ Esta referência foi escolhida por se tratar de quase uma ironia ao tratar da força pulsiva da morte e da necessidade humana, da sua pulsão de vida de distanciar-se de forma recalcada e patológica de se distanciar da morte e suas evidências.

¹² Portadores de patologias mentais que compelem o moribundo ao descompromisso com a realidade e à mortalidade do ser humano.

Machado de Assis imaginou com maestria¹³ o que seria demonstrado por Freud, ou seja, que ao distanciar da força que ruge com mais potência dentro de si, o homem estará aprisionando não esta força, mas a si mesmo.

Logo, tomo como explicitado que em pelo menos um caso a questão estava posta no meio erudito brasileiro do século XIX.

Contudo a questão persiste, questão denunciada por Norbert Elias, se o que se observou em relação às sociedades avançadas aconteceu no Brasil do século XVIII e XIX.

Infelizmente a esta pergunta não há uma resposta, mas crê-se haver possibilitado a percepção da relevância da mesma para tal momento e da possibilidade de trafegar em âmbitos sociológicos, filosóficos, psicanalíticos, literários e históricos para tal abordagem.

O que se pode concluir com tal texto? Talvez que a questão não seja tão pertinente a algumas sociedades, principalmente às não avançadas, pela distância que estas estão de toda tecnologia e desvitalização ocorrida nas avançadas, por elas (as periféricas) estarem demasiado próximo à morte, como África, ou o nordeste brasileiro, assim como alguns grandes centros devido ao grande número de homicídios e etc.

Por outro lado, a estetização humana, como aparentemente sadio, a procura desenfreada por processos milagrosos de emagrecimento e de cosméticos que rejuvenesçam as pessoas, as cirurgias estéticas, os altos muros das cidades, o desenfreado uso de violência como forma de precaução de mortes e etc., parecem dar força à teoria da patologia social do homem diante da morte, que ao invés de distanciar este da inevitável morte, parece fazê-lo sucumbir, ou no sonho da imortalidade ou na total destruição de si¹⁴.

REFERÊNCIAS

ASSIS, Machado. *O alienista*. Editora Ática S. A. 1973.

ELIAS, Norbert. *A solidão dos moribundos seguido de envelhecer e morrer*. Trad. Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 2001.

¹³ Não pretendemos dizer que Machado de Assis percebeu anteriormente a Freud sua teoria, mas queremos dizer que através de uma interpretação deste conto literário é possível perceber com clareza a proposta freudiana e de Norbert Elias.

¹⁴ Esta última questão abordada se refere ao texto de Hesse (1985).

FREUD, Sigmund. Além do princípio do prazer. Trad. Vhristiano Monteiro Oiticica. Rio de Janeiro: Imago 1998.

HESSE, Reinhard. Na lógica da morte moderna. Síntese nº35 – pág.79-90. Belo Horizonte 1985.

MACHADO, Roberto; LOUREIRO, Ângela; LUZ, Rogério e MURICY, Kátia.

DANAÇÃO DA NORMA: Medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil. R.J.:Graal 1978.

• • • • •

VIDA PRIVADA, PRIVAÇÕES, PRIVILÉGIOS:

APONTAMENTOS SOBRE A LISTA NOMINATIVA DE 1840 DA CIDADE DO SERRO/MG

Danilo Arnaldo Briskievicz¹

Resumo: Em torno do levantamento estatístico da cidade do Serro em seus 16 quarteirões da “zona urbana” e da “zona rural” presentes na lista nominativa de 1840, discutimos as dinâmicas demográficas (qualidade e raça), as profissões manuais e intelectuais, e levantamos taxas de analfabetismo geral e específicas por área do município do Serro, em Minas Gerais. Traçamos um quadro interpretativo da lista nominativa serrana articulando a argumentação em torno das relações da vida privada, com suas possibilidades e impedimentos, bem como os privilégios sociais herdados do passado colonial. A metodologia utilizada diz respeito ao tratamento dos dados estatísticos analisados a partir produção bibliográfica específica da história. O resultado esperado é um panorama do município do Serro em torno do tema da sua história da educação no período imperial brasileiro, em que as conclusões surgem a partir de cada levantamento efetuado com suas estatísticas específicas.

Palavras-chave: Brasil império; Minas Gerais provincial; listas nominativas provinciais; taxas de analfabetismo.

Abstract: Around the statistical survey of the city of Serro in its 16 blocks from the “urban zone” and the “rural zone” present in the nominative list of 1840, we discussed the demographic dynamics (quality and race), the manual and intellectual professions, and raised rates general and specific illiteracy by area of the municipality of Serro, in Minas Gerais. We presented an interpretative picture of the mountainous nominative list articulating the argument around the relations of private life, with its possibilities and impediments, as well as the social privileges inherited from the colonial past. The methodology used concerns the treatment of the statistical data analyzed from the specific bibliographic production of the story. The expected result is a panorama of the municipality of Serro

¹ Doutor em Educação. Professor de Filosofia e Sociologia do IFMG, campus Santa Luzia. Este manuscrito é parte da pesquisa realizada no âmbito do estágio de pós-doutorado em Educação pela PUC-Minas, sob a supervisão do professor Dr. Carlos Roberto Jamil Cury, em realização prevista para o período de março de 2021 a fevereiro de 2022.

around the theme of its history of education in the Brazilian imperial period, in which the conclusions arise from each survey carried out with its specific statistics.

Introdução: o passado colonial bateu à porta em 1840

Nos dias atuais, é comum reportarmos aos censos demográficos pelo binômio polarizador da população analisada entre campo e a cidade, ou melhor, entre a separação clássica entre a zona urbana e a zona rural de povoados, distritos e cidades. De fato, desde de 2010 no Brasil a população da zona urbana é quantitativamente maior que a da zona rural, segundo o Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE do mesmo ano que apontou aproximadamente 191 milhões de habitantes sendo que 161 milhões habitavam as áreas urbanas, e apenas 29 milhões viviam na chamada zona rural (IBGE, 2010).

De outra forma, no século XIX, em especial na produção da lista nominativa de 1840 do município do Serro, não era bem assim que pensavam os juízes de paz responsáveis pela coleta dos nomes dos moradores. Eles cumpriam as orientações da lei anotando a população de outra forma.

Dos 16 bairros descritos no documento entregue ao presidente da província mineira, o recenseador serrano traçou no mapa linhas imaginárias em léguas, começando pela área urbanizada da antiga Vila do Príncipe. Assim, os bairros numerados de 1 a 5 e de 7 a 8 são tipicamente da população que vivia na área urbana do distrito-sede; o bairro 6 parece indicar um afastamento progressivo do centro urbano, compreendendo os subúrbios; por fim, os bairros 9 até 16 parecem indicar um distanciamento muito grande do centro urbano (nesse caso a antiga rua Direita e a Cavallhada, centro comercial do século XIX), calculado em léguas (cerca de 4,2 km) progressivas, começando por légua e quarto (5,25 km) até 4 léguas (16,8 km). Compreende-se, assim, que o distanciamento do centro urbano indica propriedades rurais de atividades agropastoris, áreas de mineração e os distritos e povoados propriamente ditos, incorporados na contagem geral do que seria atualmente a zona rural².

² Para chegarmos aos números atualizados da lista nominativa seguimos o processo convencional: primeiro, a transcrição linha a linha do relatório final (número da linha, número do bairro, contagem dos fogos, nomes (com descrição do vínculo: filho, filha, escravo, escrava, agregado, agregada, exposta), idade (de 1 a 98 anos), qualidade (africano, africana, branco, branca, cabra (homem e mulher), crioulo, crioula, mestiça, pardo, parda), estado (solteiro, solteira, casado, casada, viúvo, viúva), empregos (de acordo com o nome dado pelo declarante), alfabetização (sabe ler e escrever?); segundo, a relação com o chefe do fogo (filho, filha, escravo, escrava, agregado, agregada), com indicação total de moradores por fogo. Descobrimos alguns erros de numeração e contagem: ao final, o juiz de paz afirmou ter encontrado 4.550 habitantes, mas o número de lançamentos corrigido deu o número de 4.565 moradores no Serro, uma diferença de 15 indivíduos ou de 0,32%; há outros equívocos encontrados na soma dos fogos e moradores, indicados nos quadros descritivos. Nosso banco de dados diverge daquele encontrado no site “Programa de População nas Listas Nominativas de Minas Gerais na década de 1830 Polin-Minas-1830 1.0”, disponível em: <http://poplin.cedeplar.ufmg.br>. Para um contraste de dados, ver: Souza, 1993.

No Quadro 1 abaixo apresentamos o resumo estatístico da lista nominativa de 1840, mantendo a forma da grafia do juiz de paz redator e corrigindo as somas incorretas para apuração mais próxima da realidade apurada à época. O uso do vocábulo “fogo” ou “fogos” designava a unidade básica de amostra, ou seja, os domicílios, ranchos, pousadas, palhoças e/ou tendas. Ao que parece, a expressão vem de acender fogueira ou o fogo no interior das casas para aquecer o domicílio, cozinhar os alimentos, assar quitandas, ou mesmo casa, família e ardor das paixões (FONSECA; ROQUETE, 1848, p. 527). O distrito de Santo Antônio do Rio do Peixe é o atual município de Alvorada de Minas, o distrito de São Sebastião [do Correntes] é a atual cidade de Sabinópolis, o arraial do Itambé é o atual município de Santo Antônio do Itambé e São Gonçalo [do Rio das Pedras] é atual distrito do Serro. A partir dos números finais de habitantes e fogos, alcançamos a média de moradores por unidade básica domiciliar em torno de 5 indivíduos. A lista nominativa apresentou efetivamente, 4.564 habitantes recenseados pelo juiz de paz serrano, com um total de 882 unidades básicas domiciliares ou fogos.

QUADRO 1 – RESUMO ESTATÍSTICO DA LISTA NOMINATIVA DE 1840 – SERRO

Quarteirão	Habitantes	Fogos
1º dentro da cidade	259	64
2º dentro da cidade	325	58
3º dentro da cidade	233	69
4º dentro da cidade	240	43
5º dentro da cidade	489	57
6º dentro da cidade e compreende subúrbios	174	36
7º dentro da cidade	349	79
8º dentro da cidade	90 (1)	27
9º começando dentro da cidade e compreende os arrabaldes a dividir na distância de légua e quarto (3) com o distrito de Santo Antonio do Rio do Peixe	282	53
10º nos subúrbios da cidade, distante da mesma $\frac{1}{2}$ légua	240	47
11º distante da cidade 4 léguas, a confinar com o distrito de São Sebastião	343	38
12º distante da cidade de 2 a 3 léguas e confina com o distrito de São Sebastião	454 (4)	70
13º distante da cidade 2 a 3 léguas	360	77
14º distante da cidade 2 a 3 léguas	272 (5)	59
15º distante da cidade 4 léguas a confinar com o distrito do arraial do Itambé	305 (6)	70
16º distante da cidade 2 léguas confina com os distritos de Itambé e São Gonçalo	149	30
Total	4.564 (7)	882(8)

Número corrigido, ignorado lançamento de 433 Joana Borges, parda, viúva, cultura à fl. 36v.

- (1) Total corrigido do quarteirão por soma errada, lançado 2.147 (diferença de 12 moradores); a diferença manteve-se até o 12º quarteirão quando foi ampliada para 15. Na fl. 37v. A contagem regride de 2.147 para 1.147 durante o lançamento deste quarteirão; a diferença de milhar mantém-se na somatória final.
- (2) A légua tem medida a partir de 4,2 km, ou seja, cerca de 5,25 km. No caso de terras de sesmarias a média era de 6 km.
- (3) Total corrigido do quarteirão por soma errada (451); ignorado lançamento 645, fl. 52v.: Francisco Borges, 26, pardo, casado, cultura; Maria Luiza, 26, parda, casada; Venancio filho, 2, pardo, solteiro; diferença na soma: 15 moradores.
- (4) Lançamento incorreto com soma de 7, sendo que o correto são 5: número 774, fl. 59v.; total lançado no original 274.
- (5) Soma incorreta na totalização do quarteirão, mantendo a diferença de menos 15 moradores.
- (6) Erro final do relatório apresenta diferença de menos 1.015 moradores (3.550), quanto o correto é o total de 4.565 moradores.
- (7) Total encontrado pelo recenseador em sua numeração contínua; a soma de cada quarteirão apresentou, contudo, a soma de 877 fogos; o correto seria 878, pois o relatório omitiu um fogo na fl. 10, n. 102; assim, a soma total é 882 fogos para uma população recenseada de 4.564 habitantes.

Fonte: Arquivo Público Mineiro, 1840, MP Cx.09, Doc.18, Rolo-05/Flash-01.

Abaixo, seguem os levantamentos do que seria a “zona urbana” e a “zona rural” do Serro em 1840. Acreditamos que os moradores dos povoados de Três Barras e Capivari além de Milho Verde estejam no 16º quarteirão. A zona urbana serrana apresenta alta densidade populacional se comparada com a zona rural neste contexto, demonstrando sua centralidade pela oferta de bens e serviços, além de importante área comercial, atraindo investimentos e consumidores por conta de seu passado minerador e colonial em que dispunha de casa de fundição, ouvidoria, comarca eclesiástica, cartórios, além de médicos e de advogados. A polarização serrana se fazia sentir como núcleo de circulação de recursos financeiros por trocas de moeda (acumulação monetária), de oferta de produtos e serviços diversos (mercado público municipal para abastecimento de gêneros alimentícios no rancho do Carmo, matadouro e açougue públicos na rua do Corte, matriz e capelas com festas litúrgicas populares na rua Direita e Cavalhada, comércio variado – de secos e molhados, quinquilharias, tecidos, escravos, alfaiatarias e sapatarias na rua Direita e Cavalhada, etc).

QUADRO 2 – LISTA NOMINATIVA DE 1840 – SERRO “ZONA URBANA”

Quarteirão	Habitantes	Fogos
1º dentro da cidade	259	64
2º dentro da cidade	325	58

3º dentro da cidade	233	69
4º dentro da cidade	240	43
5º dentro da cidade	489	57
6º dentro da cidade e compreende subúrbios	174	36
7º dentro da cidade	349	79
8º dentro da cidade	90	27
Total	2.159	433

Fonte: Arquivo Público Mineiro, 1840, MP Cx.09, Doc.18, Rolo-05/Flash-01.

QUADRO 3 – LISTA NOMINATIVA DE 1840 – SERRO “ZONA RURAL”

Quarteirão	Habitantes	Fogos
9º começando dentro da cidade e compreende os arrabaldes a dividir na distância de légua e quarto (3) com o distrito de Santo Antonio do Rio do Peixe	282	53
10º nos subúrbios da cidade, distante da mesma 1/2 légua	240	47
11º distante da cidade 4 léguas, a confinar com o distrito de São Sebastião	343	38
12º distante da cidade de 2 a 3 léguas e confina com o distrito de São Sebastião	454	70
13º distante da cidade 2 a 3 léguas	360	77
14º distante da cidade 2 a 3 léguas	272	59
15º distante da cidade 4 léguas a confinar com o distrito do arraial do Itambé	305	70
16º distante da cidade 2 léguas confina com os distritos de Itambé e São Gonçalo	149	30
Total	2.405	444

Fonte: Arquivo Público Mineiro, 1840, MP Cx.09, Doc.18, Rolo-05/Flash-01.

A continuidade do passado colonial serrano se faz visível na preservação do hábito dos moradores em destinar grande soma de seus investimentos no trabalho compulsório pela compra de escravos. De fato, o uso extensivo do trabalho escravo era comum nos quarteirões da zona urbana e da rural, indistintamente, sendo que na população escrava de 18 a 59 anos encontramos 433 escravos na zona urbana (quarteirões 1-8) e 362 na zona rural (quarteirões 9-16), totalizando 795 pessoas escravizadas para um total de 1.545 homens e mulheres livres, o que dá praticamente uma média de 2 escravos por pessoas livres nessa faixa etária. Outra informação importante da lista nominativa de 1840 diz respeito à concentração do número de escravos por idade: a opção tanto no mercado interno local ou interprovincial (crioulos e cabras em maior número do que pardos), quanto no mercado

externo ou internacional (africanos) era por adultos jovens. Assim, enquanto na faixa etária dos 18 a 59 anos encontramos 795 pessoas escravizadas, nas demais faixas etárias (1-6, 7-17, 60-98), achamos 414 indivíduos. Na faixa etária de 1 a 6 anos o comum foi encontrar filhos de escravas nascidos no cativeiro, em taxa de crescimento natural. A compra e venda de escravos adultos era negócio lucrativo, baseado na capacidade de dispor de sua força produtiva no campo ou na cidade.

QUADRO 4 – LISTA NOMINATIVA DE 1840 – SERRO – LIVRES E ESCRAVOS POR FAIXA ETÁRIA

Quart.	Total censo	Total-recorte	1-6 anos		7-17 anos		18-59 anos		60-98 anos	
			Livre	Escravo	Livre	Escravo	Livre	Escravo	Livre	Escravo
1º	259	242	29	12	48	12	70	48	21	2
2º	325	325	21	16	29	28	112	98	17	4
3º	233	231	19	9	39	8	93	32	29	2
4º	240	240	20	8	30	23	74	72	11	2
5º	489	449	45	15	79	50	117	112	29	2
6º	174	174	17	4	38	8	69	20	17	1
7º	349	348	54	13	58	16	143	41	19	4
8º	90	90	12	2	12	5	42	10	6	1
9º	282	282	62	2	83	1	111	7	16	0
10º	240	239	34	6	46	5	87	37	19	5
11º	343	343	46	15	53	22	74	108	21	4
12º	454	454	72	8	124	9	158	68	13	2
13º	360	360	57	19	74	19	118	55	14	4
14º	272	270	39	10	44	10	86	61	18	2
15º	305	296	53	7	59	9	127	12	26	3
16º	149	149	22	2	33	1	64	14	11	2
	4.564	4.492	602	148	849	226	1.545	795	287	40

Obs.: o recorte está sujeito à anotação do recenseador da condição de cada habitante, nem sempre seguido rigorosamente; os alforriados ou libertos estão agrupados na coluna “Livre”. Fonte: Arquivo Público Mineiro, 1840, MP Cx.09, Doc.18, Rolo-05/Flash-01.

Dados estatísticos dos “ignorantes” e ignorados

Em 1840, a matrícula pelos pais ou tutores de crianças livres nas aulas públicas se dava de maneira não obrigatória. Diferentemente de outros períodos da estruturação da educação brasileira, especialmente nos primeiros anos da república³, os pais não estavam sujeitos às multas e mesmo

³ De acordo com Briskievicz (2020, p. 188), a primeira multa por não matrícula de filhos em idade escolar foi publicada em 1890, através de um código de posturas: “o Conselho de Intendência bem que tentou agilizar a implantação de um novo

prisão por não matricularem seus filhos menores, tutelados, parentes ou agregados em idade escolar nas aulas ofertadas publicamente.

Apresentamos no Quadro 5 o número total de crianças e jovens em idade escolar por quarteirões da “zona urbana” que mostrou uma média de 21,97% pelo total de moradores, ou seja, 1/5 da população estava em idade escolar; na “zona rural”, a média passou para 24,12%, quase 1/4 da população. A população de crianças e jovens em idade escolar livre na “zona urbana” mostrou-se praticamente o dobro da população escrava (333 para 150), enquanto que na “zona rural” este número saltava para quase sete vezes (516 para 76). Dois cenários bem distintos: na “zona urbana” havia crianças e jovens livres e escravos em idade escolar mais equivalente, enquanto que na “zona rural” este número mostrou-se discrepante. Com isso, conclui-se que na “zona rural” a presença de crianças e jovens era quase sete vezes menor que na “zona urbana”, mostrando também que a presença de crianças e jovens escravizados na área urbana era mais comum, talvez por taxas de reprodução natural maiores, ou mesmo por conta da desvalorização desta mão de obra nas atividades agropastoris das fazendas. Em todo caso, mantendo-se a mesma taxa de reprodução natural no campo e na cidade, a proporção demonstra que os moradores urbanos demandavam mais a mão de obra desse grupo, talvez por razões próprias da vida urbana e seus usos e costumes, talvez como forma de investimento a longo prazo, considerando que um escravo adulto teria seu valor elevado em comparação ao dos moleques e meninas, fossem eles crioulos, pardos ou africanos. Entre os escravizados da “zona rural” as crianças e jovens entre 7 e 17 anos eram minoria se comparados aos adultos entre 18 e 59 anos.

QUADRO 5 – LISTA NOMINATIVA DE 1840 – SERRO – CRIANÇAS E JOVENS EM IDADE ESCOLAR

Quart.	Habit.	7-17 anos		Total	%
		Livre	Escravo		
1º	259	48	12	60	23,16
2º	325	29	28	57	17,53
3º	233	39	8	47	20,17

projeto de instrução pública por meio de um Código de Posturas publicado no dia 6 de fevereiro de 1890, dois dias após sua posse. É o que se lê a seguir: ‘A Intendência Municipal do Serro no intuito de desenvolver largamente a instrução pública primária entre os seus munícipes observando que o número de crianças em idade escolar é muito superior ao que frequenta as escolas estabelecidas no município; e que por conseguinte a causa deste mal nasce da inércia dos pais ou protetores dos mesmos resolveu submeter à aprovação do vosso benéfico governo o seguinte plano de Postura para ser observado nesta Intendência: Art. 1º – Nesta cidade, em seus arraiais e povoados onde houver escolas públicas do Estado ou criadas por esta Intendência fica estabelecido o ensino obrigatório. Parágrafo único – todos os pais, tutores, protetores e mais pessoas que tenham em sua companhia filhos menores, tutelados, parentes ou mesmo estranhos serão obrigados a fazê-los frequentar a escola: pena de multa de 5\$ a 30\$000; caso de reincidência pena de prisão’ [...].

4º	240	30	23	53	22,08
5º	489	79	50	129	26,38
6º	174	38	8	46	26,43
7º	349	58	16	74	21,2
8º	90	12	5	17	18,88
Total	2159	333	150	483	21,97(mé- dia)
9º	282	83	1	84	29,78
10º	240	46	5	51	21,25
11º	343	53	22	75	21,86
12º	454	124	9	133	29,29
13º	360	74	19	93	25,83
14º	272	44	10	54	19,85
15º	305	59	9	68	22,29
16º	149	33	1	34	22,81
Total	2405	516	76	592	24,12(mé- dia)
Total	4.564	849	226	1.075	23,04 (média global)

Obs.: o recorte está sujeito à anotação do recenseador da condição de cada habitante, nem sempre seguido rigorosamente; os alforriados ou libertos estão agrupados na coluna “Livre”.

Fonte: Arquivo Público Mineiro, 1840, MP Cx.09, Doc.18, Rolo-05/Flash-01.

Na análise sobre a população em idade escolar chegamos à média geral de 23,04% dos habitantes do Serro, seus subúrbios, arrabaldes, povoados, além da considerada “zona rural”. Isso quer dizer que entre 100 moradores, 23 estavam em idade de frequentar aulas públicas. Isso em termos formais, pois na prática aos escravizados a alfabetização não era um costume ou uso que fizesse parte do gesto pedagógico escolar imperial. As aulas públicas, quando havia, eram destinadas às crianças e jovens livres.

A média global de 23,04 da população em idade escolar representa uma pressão sobre os governos municipal, provincial e imperial. Na primeira metade do oitocentos, era comum que a classe média urbana pautasse sucessivamente na Câmara Municipal do Serro através de seus representantes, os vereadores eleitos, a instrução pública. Nunca houve, de fato, medidas efetivas para minorar a situação de penúria da instrução pública. Assim, se 1/5 da população serrana estava em idade escolar, deveria haver professores pagos pelo governo para instruí-los, o que não ocorria na

prática. Sem escolas públicas era impossível solucionar o problema do analfabetismo. Além disso, caso o combate efetivo ao analfabetismo se tornasse uma política de governo, a oferta de aulas de primeiras letras criaria uma pressão pela abertura de escolas normais para a formação de professores para lidarem com a alfabetização das crianças e jovens. Isso em termos formais.

Na prática, o cotidiano serrano mostra uma aceitação bastante pacífica em torno do analfabetismo generalizado durante praticamente todo o século XIX, modificando o discurso devido aos rearranjos realizados em torno das novas leis antiescravistas, como a Lei do Ventre de 1870, e a abolição da escravidão propriamente dita, em 1888. A república brasileira colheu os frutos da insatisfação em relação à instrução pública e não por acaso, insistiu em seu ideário na modernização do país através da ampliação do sistema de ensino primário.

A informação da lista nominativa de 1840 sobre os analfabetos residentes no Serro e seu termo coloca várias questões sobre como a instrução pública era tratada pelas esferas governamentais. A instrução pública não era, efetivamente, prioridade do governo imperial, provincial ou municipal. A taxa de analfabetismo neste período girava em Minas em torno de 80% da população livre. Esse número não reduziu drasticamente até 1906⁴ quando os dados censitários registraram que de cada 1.000 habitantes mineiros, 256 sabiam ler e 744 eram analfabetos, mostrando uma taxa mineira de 74,4% de analfabetismo (BOMENY, 2003, p. 2-3)⁵, aí incluídos todos os cidadãos, agora plenamente libertados.

⁴ Para termos uma comparação com os o tempo atual, a taxa de analfabetismo no Brasil passou de 6,8%, em 2018, para 6,6%, em 2019, de acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua Educação. Isso na prática corresponde a um número gigantesco de brasileiros analfabetos, cerca de 11 milhões, sendo pessoas de 15 anos ou mais que, pelos critérios do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, não são capazes de ler e escrever um texto simples de poucas linhas. Segundo Tokarnia (2020), “além das diferenças entre as idades, o levantamento mostra que existem desigualdades raciais e regionais na alfabetização no Brasil. Em relação aos brancos, a taxa de analfabetismo é 3,6% entre aqueles com 15 anos ou mais. No que se refere à população preta e parda, segundo os critérios do IBGE, essa taxa é 8,9%. A diferença aumenta entre aqueles com 60 anos ou mais. Enquanto 9,5% dos brancos não sabem ler ou escrever, entre os pretos e pardos, esse percentual é cerca de três vezes maior: 27,1%. As regiões Sul e Sudeste têm as menores taxa de analfabetismo, 3,3% entre os que têm 15 anos ou mais. Na Região Centro-Oeste a taxa é 4,9% e na Região Norte, 7,6%. O Nordeste tem o maior percentual de analfabetos, 13,9%. Entre os que têm 60 anos ou mais, as taxas são 9,5% na Região Sul; 9,7% no Sudeste; 16,6% no Centro-Oeste; 25,5% no Norte; e 37,2% no Nordeste. A Região Nordeste foi a única a apresentar leve aumento da taxa de analfabetismo entre 2018 e 2019. Entre os mais jovens, a taxa praticamente se manteve, variando 0,03 ponto percentual. Entre os mais velhos, a variação foi de 0,33 ponto percentual. Segundo o IBGE, a maior parte do total de analfabetos com 15 anos ou mais, 56,2% - o que corresponde a 6,2 milhões de pessoas - vive na Região Nordeste e 21,7%, o equivalente a 2,4 milhões de pessoas, no Sudeste”.

⁵ A autora (BOMENY, 2003, p. 3) completa “em uma sociedade basicamente rural, - mais de 80% da população -, comandada pelos grupos oligárquicos, com precários sistemas de comunicação, a demanda social de educação era também muito baixa. A educadora Otaíza Romanelli insiste neste ponto, com muita propriedade. As elites não pretendiam abrir a sociedade ao conhecimento [...]. Não foi esta a prioridade”. Por conta deste cenário de naturalização do analfabetismo, a autora acredita tenha surgido o movimento da Escola Nova, inspirado nas ideias reformistas de Anísio Teixeira (1900-1971).

As taxas de analfabetismo no Brasil receberam importante estudo do médico e monarquista José Ricardo Pires de Almeida em seu livro dedicado ao príncipe herdeiro do trono brasileiro, Gastão d'Orleans, o Conde d'Eu. Publicado em 1889, em francês, intitulado *L'instruction publique au Brésil: histoire, législation* (ALMEIDA, 1889; 1989). Por se tratar de um estudo do século XIX, o autor pretende ao final do Segundo Reinado descrever a instrução pública brasileira desde o início da colonização, utilizando fontes oficiais, explicando seus pontos de tensão. É dele a noção de caridade intelectual usada pedagogicamente para explicar a necessária fundação de escolas para todas as categorias de crianças, acessível a todas as camadas sociais, em todas as idades. Contudo, ele percebia o papel moralizador da instrução pública para elevar no seu dizer “o nível moral da população” (ALMEIDA, 1989, p. 267)⁶. Instrução pública para acabar com a ignorância, raiz das imoralidades. O mesmo autor nos fornece um dado estatístico importante sobre o Brasil de 1840, que nos auxilia na leitura do fenômeno do analfabetismo vivenciado cotidianamente pela população serrana, pois segundo ele neste ano o país contava com 6 milhões de habitantes, sendo que destes 2,5 milhões eram indígenas e escravizados, apartados de qualquer processo de instrução pública por conta de sua condição de administrados ou cativos. Sobravam, então, 3,5 milhões de pessoas livres (ALMEIDA, 1989, p. 80). Durante o período imperial brasileiro (1840-1889) entremeado pelo período regencial (1831-1840), as taxas de analfabetismo oscilaram entre 60 a 80% da população livre, brasileiros chamados genericamente de “ignorantes”. O recorte social da ignorância não advinha unicamente do não acesso às aulas públicas, mas era estruturado a partir de outras categorias conceituais, estruturantes do gesto pedagógico imperial e escolar desse período, conforme nos explica Silva (1998, p. 64):

Vemos, assim, que falar em ignorância - não se usam os termos alfabetização/analfabetismo - naqueles tempos, implicava outras coisas além de saber ler e escrever, de dominar uma técnica. O ignorante não era apenas aquele que não sabia ler nem escrever. Era também aquele que era escravo, que era de cor, de classe inferior, órfão, indigente, pobre, e, sobretudo, ocioso, vicioso, vagabundo, descarado, depravado, devasso, imoral. E é destes diferentes-mesmos-lugares que o aluno, que deve aprender a ler e a escrever, é visto e falado, se vê e fala, sendo re-conhecido e se re-conhecendo. Ir à escola é antes e, principalmente, tornar-se um “ser moral” e, conseqüentemente um “ser social”, nunca invertendo a sequência. [...] Era preciso, portanto, estancar a ignorância, enquanto fonte, não de desconhecimento das letras e das ciências, mas de vícios, crimes e misérias. [...] E a escola tinha essa função, bem como a alfabetização.

⁶O tema do direito à educação estava ainda, distante das pautas conservadoras nacionais. A mesma retórica da moralização pedagógica era utilizada por Émile Durkheim, como tive oportunidade de demonstrar em outro estudo (BRISKIEVICZ, 2019, p. 90): “a educação moral é, portanto, uma das funções sociais da escola. Para Durkheim, a moral é um conjunto de regras definidas que determinam a conduta do indivíduo de modo obrigatório. Aceitar a moral exige do indivíduo disciplina para aceitar a coação exterior. O coletivo é mais importante que o individual”.

A cidade do Serro não divergiu das taxas de “ignorância” ou analfabetismo provinciais ou nacionais. Isso fica demonstrado no quadro 10 seguinte, em que tanto na “zona urbana” (taxa média de 64,87%) quanto na “zona rural” (taxa média de 90,23%). A média geral serrana ficou em torno de 75,55% de analfabetos para uma população de 1.075 em idade escolar, cuja maioria era de homens e mulheres livres, únicos com possibilidade de acesso à precária instrução pública municipal.

QUADRO 6 – LISTA NOMINATIVA DE 1840 – SERRO

TAXA DE ANALFABETISMO DOS HABITANTES POR QUARTEIRÃO – 7 A 17 ANOS

Quart.	Total	7 a 17 anos			
		Livre		Escravo	
		Homem	Mulher	Homem	Mulher
1º	60	21 (52,5%)	19 (47,5%)	10 (83,33%)	2 (16,67%)
		70%			
2º	57	8 (44,44%)	10 (55,55%)	9 (33,33%)	18 (66,66%)
		78,94%			
3º	47	11 (50%)	11 (50%)	5 (62,5%)	3 (37,5%)
		63,82%			
4º	53	6 (54,54%)	5 (45,45%)	10 (43,47%)	13 (56,52%)
		64,15%			
5º	129	15 (53,57%)	13 (46,42%)	19 (51,35%)	18 (48,64%)
		50,38%			
6º	46	13 (54,16%)	11 (45,85%)	3 (42,85%)	4 (57,14%)
		68,06%			
7º	74	22 (68,75%)	10 (31,25%)	11 (68,75%)	5 (31,25%)
		64,86%			
8º	17	2 (40%)	3 (60%)	3 (60%)	2 (40%)
		58,82%			
		Média “zona urbana”: 64,87%			

9º	84	31 (41,33%)	44 (58,66%)	0 (0%)	1 (100%)
		90,47%			
10º	51	17 (40,47%)	25 (59,52%)	4 (80%)	1 (20%)
		92,15%			
11º	75	23 (46,93%)	26 (5306%)	15 (71,42%)	6 (28,57%)
		93,33%			
12º	133	53 (44,16%)	67 (55,83%)	8 (88,89%)	1 (11,11%)
		96,99%			
13º	93	23 (53,48%)	20 (46,51%)	8 (47,05%)	9 (52,94%)
		64,51%			
14º	54	20 (52,64%)	18 (47,36%)	6 (60%)	4 (40%)
		88,88%			
15º	68	31 (51,67%)	29 (48,33%)	5 (71,43%)	2 (28,57%)
		98,52%			
16º	34	14 (43,75%)	18 (56,25%)	1 (100%)	0 (0%)
		97,05%			
		Média “zona rural”: 90,23%			
Total	1.075	Média geral (64,87+90,23%)		75,55%	

Fonte: Arquivo Público Mineiro, 1840, MP Cx.09, Doc.18, Rolo-05/Flash-01.

O Quadro 7 seguinte nos conta sobre o passado da instrução pública serrana. A taxa de analfabetismo na zona urbana girava em torno de 50,42% e da zona rural em torno de 86,83%. O total da população que herdou a incapacidade de ler frases simples ou de escrever o próprio nome corretamente e compreendendo seu sentido – o que chamamos atualmente de letramento – apresentou média de 65,31%. O mais revelador destas taxas é que se considerarmos o ano de 1840, o número dos que estavam se mantendo analfabetos em idade escolar (75,55%) era maior dos que haviam sido alfabetizados em anos anteriores (65,31%). A instrução pública havia piorado em menos de duas décadas, não conseguindo atender ao crescimento natural da população.

QUADRO 7 – LISTA NOMINATIVA DE 1840 – SERRO

TAXA DE ANALFABETISMO DOS HABITANTES POR QUARTEIRÃO – 18 A 98 ANOS

Quart.	Total	18 a 98 anos			
		Livre		Escravo	
		Homem	Mulher	Homem	Mulher
1º	118	14 (22,96%)	47 (77,04%)	22 (52,39%)	20 (47,61%)
		87,28%			
2º	231	11 (25%)	33 (75%)	64 (63,37%)	37 (36,63%)
		62,77%			
3º	156	6 (9,68%)	56 (90,32%)	14 (46,66%)	16 (53,33%)
		58,97%			
4º	159	4 (23,52%)	13 (74,48%)	32 (44,44%)	40 (55,56%)
		55,97%			
5º	260	34 (35,05%)	63 (64,95%)	50 (47,61%)	55 (52,39%)
		77,69%			
6º	107	17 (40,47%)	25 (59,53%)	7 (58,33%)	5 (41,67%)
		50,46%			
7º	207	27 (35,06%)	50 (64,94%)	12 (48%)	13 (52%)
		49,27%			
8º	59	4 (80%)	1 (20%)	3 (60%)	2 (40%)
		16,94%			
		Média "zona urbana": 50,42%			
9º	134	34 (30,9%)	76 (60,1%)	1 (16,66%)	5 (83,34%)
		86,56%			
10º	148	32 (40,5%)	47 (59,5%)	30 (73,17%)	11 (26,83%)
		81,08%			
11º	207	24 (29,62%)	57 (70,38%)	87 (82,86%)	18 (17,14%)
		89,85%			

12º	241	62 (43,05%)	82 (56,95%)	53 (75,71%)	17 (24,59%)
		88,79%			
13º	191	30 (25%)	80 (75%)	35 (59,32%)	24 (40,68%)
		88,48%			
14º	167	36 (40,45%)	53 (59,55%)	44 (68,75%)	20 (31,25%)
		91,61%			
15º	168	53 (39,85%)	80 (60,15%)	11 (73,34%)	4 (26,66%)
		88,09%			
16º	91	18 (31,58%)	39 (68,42%)	11 (68,75%)	5 (31,25%)
		80,21%			
		Média "zona rural": 86,83			
Total	2.526	Média geral (50,42+80,21%)		65,31%	

Fonte: Arquivo Público Mineiro, 1840, MP Cx.09, Doc.18, Rolo-05/Flash-01.

As taxas de analfabetismo de 1840 podem ser apresentadas por recortes mais nítidos da população, especialmente aqueles que dizem respeito à herança do gesto pedagógico colonial, em que havia uma valorização das profissões nobilitantes/intelectuais, em comparação com outras profissões degradantes/manuais ligadas à ideologia ou doutrina chamada do "sangue infecto" (CARNEIRO, 2005, p. 49-50) e designada por "defeito mecânico"⁷. Normalmente, as profissões nobilitantes/intelectuais estavam ligadas aos alfabetizados, em detrimento dos analfabetos que exerciam ofícios degradantes/manuais ou que a eles se assemelhassem. Assim, por trás dessa divisão do mundo do trabalho, havia uma questão de acesso ou não à educação formal. Nesse caso, a educação formal seria a escolar, fosse em aulas régias de Primeiras Letras, de Gramática Latina ou de Francês (termo próprio da segunda metade do século XVIII), em escolas isoladas de Primeiras Letras (termo comum no século XIX) e escolas graduadas primárias e secundárias (grupos escolares, em classes por faixa etária e ano de curso, termo comum do século XX e XXI) e a universitária ou acadêmica.

⁷ Forma colonial de qualificação do mundo do trabalho, servindo como distintivo social para o seus não-praticantes e como degradação para os que assumiam esses ofícios. Diz respeito aos trabalhos manuais, cujo exercício gerava desprestígio social. No rol das profissões, os trabalhos manuais eram destituídos de nobreza em comparação com os trabalhos da administração, da gerência, da coordenação, atividades provisionadas pela Coroa portuguesa, legislativos, ou seja, os trabalhos intelectuais, no topo da pirâmide hierárquica, dariam status social e eram considerados próprios da nobreza (SOUZA, 1986; NADALIN, 2003, p. 230-231; 240).

Por outro lado, a educação não formal ou espontânea dizia respeito ao ensino não acadêmico, não institucional, que passava de mestres para aprendizes, de pais para filhos, ou seja, de caráter popular e não livresco e ilustrado; nas oficinas de ofícios mecânicos do século XVIII e primeiras décadas do século XIX, os aprendizes conheciam profissões com os mestres ou mesteres: sapateiro, alfaiate, seleiro, ferreiro, etc; outras eram ensinadas nas obras das igrejas e capelas e nas casas como as de carpinteiro, pedreiro, pintor de parede; outras eram ligadas à música e à pintura dos templos religiosos.

Os ofícios mecânicos eram considerados no mundo do trabalho colonial degradadas e degradantes, por isso chamados de defeito mecânico, que seriam normalmente exercidas por pessoas de sangue infecto e/ou de cor – judeus, negros, mouros, indígenas – ou que se assemelhavam a eles pela atividade manual e desclassificação social da nobreza, da nobiliarquia e da fidalguia; por outro lado, a formação acadêmica estava ligada aos ofícios nobilitantes, sendo os “homens bons”, oficiais do Senado da Câmara o seu principal modelo. A fidalguia estava ligada à educação formal e intelectual ampliando a origem social de seus estudantes, o sangue infecto estava ligado à educação não formal e manual reduzindo as chances de projeção social dos indivíduos.

Os advogados representam o pequeno grupo de alfabetizados com curso superior na cidade do Serro em 1840. No Quadro 8 seguinte, podemos perceber a intersecção entre qualidade/raça e “sangue puro”: dos 8 advogados trabalhando na cidade, todos haviam passado por curso superior (bacharéis e não apenas licenciados, ou seja, com permissão oficial de advogar) e todos brancos. Manter um filho estudando Cânones na Universidade de Coimbra, em Portugal, ou mesmo no curso de Direito em Olinda, em Pernambuco ou em São Paulo (cursos criados em 1827) não era um gasto viável para a maioria das famílias brasileiras. É importante ressaltar a média de advogados por número de habitantes, em 1840, em torno de 1 para cada grupo de 570,42 habitantes. Esse dado é importante para a composição das taxas de serviços advocatícios, pois havendo poucos profissionais, os rendimentos profissionais eram maiores.

QUADRO 8 – LISTA NOMINATIVA DE 1840 – SERRO –
PROFISSÃO DE ADVOGADO – 28 A 84 ANOS

Qualidade	Quant.	Estado civil			Lê e escreve?	
		Solteiro	Casado	Viúvo	Sim	Não
Branco	8 (100%)	2	6	0	8	0

Cabra						
Crioulo	0	0	0	0	0	0
Pardo						
Total	8 (100%)	2 (25%)	6 (75%)	0 (0%)	8 (100%)	0 (0%)
Média por habitante: 570,62						

Fonte: Arquivo Público Mineiro, 1840, MP Cx.09, Doc.18, Rolo-05/Flash-01.

Outras profissões consideradas por herança do gesto pedagógico colonial por degradantes ou ligadas ao defeito mecânico eram as de alfaiate e sapateiro. Profissões fundamentais para a manutenção do cotidiano da cidade do Serro, ligadas ao vestir-se e ao calçar-se, apesar de sabermos que mesmo o calçado era um item do vestuário não muito comum para a maioria da população, especialmente para meninos e meninas.

Em relação aos alfaiates apresentados no Quadro 9, era profissão ausente entre os escravos africanos com 0 registros; de maioria entre pardos ou mulatos com 28 registros, sendo a maioria alfabetizada (24 em 28 indivíduos, ou seja, 85,71%); praticada por brancos com 15 registros, de maioria alfabetizada (12 em 15 indivíduos, ou seja, 80%); crioulos Com 5 registros, de maioria analfabeta (3 em 5 indivíduos, ou seja, 60%); e um registro de um cabra⁸ analfabeto. Do total de 49 alfaiates serranos, a maioria, ou seja, 38 oficiais mecânicos sabiam ler e escrever, perfazendo uma taxa de 80,85%. Diferente da taxa média de advogados por habitante do Serro (570,62), havia em 1840, 1 alfaiate para um grupo de 97,12 moradores.

**QUADRO 9 – LISTA NOMINATIVA DE 1840 – SERRO –
PROFISSÃO DE ALFAIATE – 20 A 70 ANOS**

Qualidade	Quant.	Estado civil			Lê e escreve?	
		Solteiro	Casado	Viúvo	Sim	Não
Branco	15 (30,61%)	10	4	1	12	3
Cabra	1 (2,04%)	0	1	0	0	1
Crioulo	5 (10,2%)	4	1	0	2	3

⁸ Segundo Moura (2013, p. 75), mestiço de negro e mulato, podendo também ser ascendente de índio e de africano; normalmente a dosagem do sangue “inferior” é considerada maior, ou seja, aparentado com negros e índios. Sinônimo de corajoso, destemido e forte.

Pardo	28 (57,14%)	17	7	2	24	4
Total	49 (100%)	29 (61,7%)	13 (27,65%)	3 (6,38%)	38 (80,85%)	9 (19,14%)
Média por habitante: 97,12						

Fonte: Arquivo Público Mineiro, 1840, MP Cx.09, Doc.18, Rolo-05/Flash-01.

Outra profissão ligada ao passado colonial serrano com sua carga de degradação da nobreza do sangue era a dos sapateiros. Os registros da lista nominativa de 1840 se distribuem de modo concentrado entre pardos (18 de 36 registros, com maioria alfabetizada) e crioulos ou mulatos (10 de 36 registros, com maioria analfabeta), seguidos de brancos (4 de 36 registros, com maioria alfabetizada), cabras (2 de 36 registros, com 1 alfabetizado e outro não), finalizando com os africanos (2 de 36 registros, os 2 analfabetos). Comparando a alfabetização dos advogados de maioria absoluta de qualidade branca (100%) e dos alfaixes com mestiçagem crescente (80,85%) temos uma intersecção racial importante: os sapateiros são os mais miscigenados e também os mais sem conhecimento da leitura e da escrita. Contudo, a média de sapateiros por habitante é bem próxima da dos alfaixes, em torno de 99,02.

QUADRO 10 – LISTA NOMINATIVA DE 1840 – SERRO – PROFISSÃO DE SAPATEIRO – 12 A 75 ANOS

Qualidade	Quant.	Estado civil			Lê e escreve?	
		Solteiro	Casado	Viúvo	Sim	Não
Africano	2 (5,55%)	2	0	0	0	2
Branco	4 (11,11%)	2	2	0	3	1
Cabra	2 (5,55%)	2	0	0	1	1
Crioulo	10 (27,77%)	6	4	0	3	7
Pardo	18 (50%)	11	7	0	11	7
Total	36 (100%)	23 (63,88%)	13 (36,11%)	0 (0%)	18 (50%)	18 (50%)
Média por habitante: 99,02						

Fonte: Arquivo Público Mineiro, 1840, MP Cx.09, Doc.18, Rolo-05/Flash-01.

A falta de aulas régias foi comum e constante durante a segunda metade do setecentos no Serro. Pouquíssimos professores de aulas régias (BRISKIEVICZ, 2020, p. 74-82), apesar da instituição

do subsídio literário por conta das políticas modernizadoras do marquês de Pombal. A situação de oferta de aulas públicas financiadas pelo governo municipal com o aval provincial em 1840 era precária, com média de 1 professor ou mestra para 913 habitantes. Não era de forma alguma uma profissão que possa ser considerada popular, ofertada por muitos especialistas. Quando o tema é oferta pública com financiamento público de aulas de primeiras letras ou ensino primário ou elementar, a cidade do Serro não podia contar com classes abertas na “zona rural”, concentradas segundo os registros de 1840 nos quarteirões da “zona urbana”.

Os registros mostram importante informação: dos 5 mestres residentes na cidade, 3 deles habitavam o centro antigo colonial, provavelmente a rua Direita e adjacências; 2 deles residiam no 7º quarteirão, distanciados da antiga matriz serrana, na primitiva rua Direita. Antônio Cândido Cruz Machado era professor de Gramática Latina⁹ e casa se encontra atualmente na rua Dr. Antônio Tolentino n. 54, na esquina com a praça Ângelo Ribeiro de Miranda; Santos Augusto de Queirós era professor de primeiras letras e sua escola deve ter sido transferida para sua chácara Boa Vista pouco tempo depois deste registro¹⁰, sendo ampliada para escola de curso secundário.

⁹ Segundo Briskievicz (2020, p. 143), “as aulas de Gramática Latina ou de Latinidades eram lecionadas na casa de Antônio Cândido da Cruz Machado (1820-1905) para os meninos que já tivessem passado pelas Primeiras Letras. As aulas do curso secundário, intermediário ou de humanidades foram assumidas em 28 de abril de 1837, quando o professor teve seu diploma reconhecido: ‘A comissão de requerimento a quem foi presente o diploma pelo qual foi nomeado lente da cadeira de latinidades desta vila o cidadão Antônio Cândido da Cruz Machado é de parecer que se mande registrar o mesmo no livro competente’ [...]. O funcionamento precário das aulas foi atestado pelos oficiais da Câmara Municipal em 12 de julho de 1838. Pela discussão entre os oficiais, ficou registrado que se tratava de uma aula que não contava com a pontualidade do mestre, chegando a ser chamado de desleixado, por abandonar os alunos a mendigarem aulas pela cidade, pelo vereador Andrade; entretanto, foi de parecer dar-lhe o atestado para receber seu pagamento, de acordo com a Lei Provincial no 108. Na sessão da Câmara de 26 de abril de 1837, por exemplo, ‘indicou que se oficiasse ao delegado [de ensino] a fim de providenciar a respeito’ de que há mais de um mês achava-se ausente o professor da vila [...]. Nascido em Ouro Branco (MG), filho de Antônio da Cruz Machado e Maria José Velasco, Antônio Cândido da Cruz Machado atuou como advogado provisionado no Serro, o que é comprovado pela procuração de João Henrique Ferreira e de outros que o constituíram procurador para assumir diante da Câmara os cargos de primeiro, segundo e terceiros juizes de paz do distrito do Rio Vermelho [...]. Casou-se com a serrana Josefina Cândida Ferreira Carneiro, filha do comendador José Ferreira Carneiro e de Joaquina Cândida da Conceição Pereira Guedes. Foi eleito vereador pelo Serro atuando na Câmara de 1845 a 1848, atuando também como deputado geral por duas legislaturas, entre os anos de 1869 e 1875. Foi senador do império por Minas Gerais e na sua presidência foi discutida e aprovada a Lei Áurea, assinada pela princesa Isabel em 1888 com uma caneta do então Visconde do Serro do Frio, o antigo professor de Latim do Serro”.

¹⁰ Segundo Briskievicz (2020, p. 139), “a escola do mestre Santos era considerada uma escola rural na época de seu funcionamento, na segunda metade do século XIX. Funcionava na Chácara Boa Vista. Descobrimos um documento que comprova o verdadeiro nome do mestre Santos. Trata-se de uma reclamação encaminhada à Câmara Municipal sobre a colocação de um cercado feito pelo “cidadão Sanctos Augusto de Queirós em frente da chácara que possui na estrada pública que vai desta cidade pela Boa Vista para as partes do Lucas e Guanhões”. A comissão da Câmara achou melhor retirar o cercado para o bem público. Assinam o documento o Barão de Diamantina, Demétrio Fidélis Pereira de Queirós e Joaquim Antônio de Araújo, datado de 19 de maio de 1856 [...]”. Ver: Salles, 1993, p. 65-71.

Dos 5 mestres, duas mulheres, uma solteira e outra viúva; três homens, dois solteiros (Cruz Machado casou-se posteriormente) e um casado. A faixa etária bastante ampla entre o mais jovem, de 25 anos e a mais velha, de 70 anos. Em relação à qualidade ou raça, dos 5 mestres, 4 eram brancos e apenas uma parda. Estes eram os professores serranos que Chiquinha Leite tinha como modelo e exemplo quando resolveu se tornar professora de primeiras letras por volta de 1860. Se por um lado, o professor de Gramática Latina Cruz Machado era reconhecido por faltar às suas aulas, sendo chamado de “desleixado” pelos vereadores da Câmara Municipal por deixar alunos perdidos à procura de suas instruções, por outro, o mestre Santos era conhecido por sua austeridade, aplicador de castigos físicos bastante naturalizados neste período¹¹.

QUADRO 11 – LISTA NOMINATIVA DE 1840 –
PROFISSÃO DE PROFESSOR(A) – 25 A 70 ANOS

Quart.	Nome	Idade	Qualidade	Estado civil
4º	Antônio Cândido da Cruz	25	Branco	Solteiro
4º	Santos Augusto de Queirós	35	Branco	Casado
7º	Antônio José Andrade	40	Branco	Solteiro
7º	Claudiana Leonarda	70	Parda	Solteira
4º	Eufrásia Joaquina	53	Branca	Viúva
Média por habitante: 913				

Fonte: Arquivo Público Mineiro, 1840, MP Cx.09, Doc.18, Rolo-05/Flash-01.

Outro recorte da lista nominativa de 1840 apresenta a profissão de cultura. São vários ofícios ligados ao cultivo da terra, em atividades de agricultar, arar, plantar e colher (FONSECA; ROQUETE, 1848, p. 324). A maioria dos trabalhadores de cultura eram da “zona rural” das serranias, e sua média por habitante é uma das mais altas encontradas em 1840, cerca 1 para cada 12,89 habitantes. O Serro, de fato, era um continente agrário e pastoril basicamente de subsistência. Para estes trabalhos extremamente pesados, cansativos e exaustivos por sua natureza manual, os proprietários das ter-

¹¹ De acordo com Briskievicz (2020, p. 141), “o serrano Aurélio Pires (1862-1937) não cita os nomes de seus professores, mas tudo indica que tenha frequentado a escola do mestre Santos. Ele esclarece alguns detalhes do cotidiano da educação no Serro do ponto de vista dos discípulos. Ele aprendeu a ler e a escrever, como era o costume da época, aos sete anos de idade. Contudo, Pires [...] afirma que esse aprendizado não ocorreu “propriamente, naquelas aulas, confiadas, em geral, a professores brutais e ignorantes, mas graças às pacientes lições que me eram dadas, em casa, por meu pai e por minha mãe”; acrescenta que “a palmatória nunca esclareceu a menor questão de gramática ou de qualquer cousa, e que os bolos, então na moda, as taponas, os pontapés nunca ensinaram a colocar uma vírgula em seu lugar, nem a distinguir um adjetivo verbal de um particípio presente”. Ele não cita quais foram os seus professores e em qual escola estudou em 1869. Teria sido aluno do mestre Santos? Possivelmente, sim”.

ras agricultáveis (na maioria os pardos, seguidos dos brancos e crioulos) usavam extensamente os escravizados.

QUADRO 12 – LISTA NOMINATIVA DE 1840 – PROFISSÃO DE CULTURA – 8 A 79 ANOS

Qualidade	Quant.	Estado civil			Lê e escreve?
		Solteiro(a)	Casado(a)	Viúvo(a)	Não
Africano(a)	11	5	3	3	11 (100%)
Branco(a)	50	17	22	11	12 (100%)
Cabra	15	11	4	0	15 (100%)
Crioulo(a)	47	25	15	7	47 (100%)
Pardo(a)	232	65	130	37	177 (76,29%)
Total	355 (100%)	123 (34,64%)	174 (49,01%)	58 (16,33%)	262 95,25%
Média por habitante: 12,89					

Fonte: Arquivo Público Mineiro, 1840, MP Cx.09, Doc.18, Rolo-05/Flash-01.

Um exemplo típico e bastante ilustrativo para nosso estudo pode ser tirado do registro n. 575 relativo ao serrano Francisco José de Vasconcelos Lessa, na época com 40 anos e ainda não detentor do título de Barão de Diamantina. Sua casa no Serro, na antiga rua Direita, atualmente a Escola Estadual Ministro Edmundo Lins, foi edificada na segunda metade do oitocentos, e é um dos maiores edifícios da cidade, atualmente, com dois andares na fachada e quatro andares nos fundos. Um dos homens mais ricos da cidade no século XIX, Vasconcelos Lessa era casada com Júlia Flora, à época com apenas 18 anos e já com três filhos, Francisco de 4 anos, Maria de 2 anos e Ana, com apenas 1 ano de idade. O casal sabia ler e escrever. Esta família se autodenominava branca. Na fazenda trabalhavam 26 escravos africanos entre 16 e 40 anos, 4 escravos cabras entre 16 e 30 anos, 22 escravos crioulos entre 5 e 40 anos, 5 escravos pardos entre 2 e 14 anos, totalizando 57 homens. Entre as 13 escravas das qualidades, parda, crioula e africana, crianças de 1 ano até uma adulta de 40 anos. No total, 70 escravizados, todos solteiros e analfabetos.

Vasconcelos Lessa morava com sua família na Fazenda Bom Sucesso, com cerca de 600 alqueires, cerca de 29 mil metros quadrados. Sua fazenda nos auxilia a pensar de maneira mais realista o contexto das atividades agrárias e pastoris extensivas e de subsistência nas serranias do oitocen-

tos. Por mais que sua propriedade fosse a exceção neste contexto, uma vez que a maioria das propriedades rurais utilizava um número muitas vezes menor de escravizados e tivessem hectares mais modestos, a atividade agropecuária em 1840 do futuro barão mostra a possibilidade de viver com lucros suficientes para reinvestir na cidade. A exportação dos excedentes agropastoris fazia girar a roda da fortuna do serrano. A vida no campo, fazenda ou na “zona rural” era tão comum nas serranias quanto a vida na “zona urbana”, e ao que parece, ambas eram unidas pela dialética campo-cidade, favorecendo relações familiares, culturais, religiosas e, especialmente, econômicas.

Para finalizar o cenário no qual através do nascimento Chiquinha Leite se inseriu nas serranias, apresentamos outras profissões da lista nominativa de 1840 por predominância, dividindo os registros por gênero, estado civil, qualidade/raça e taxa de analfabetismo. Destaque para o registro de ocupação de “agência”, nada mais, nada menos que “biscate”, ou seja, serviços ocasionais na “zona urbana” e “zona rural”, em todos os 16 quarteirões. A predominância de pardos analfabetos em “agência” mostra, muito bem, que os chamados desclassificados do ouro¹² da Colônia continuavam a ocupar seu lugar social de ralé social, agora no Império.

QUADRO 13 – LISTA NOMINATIVA DE 1840 – OUTRAS PROFISSÕES – 12 A 80 ANOS

Profissão	Quant.	Predominância			Analfabetismo	
		Gênero	Estado civil	Qualidade	Quant.	Taxa %
Agência	206	Masculino	Solteiro	Pardo	158	76,69
Negociante	117	Masculino	Casado	Branco	11	9,40
Mineiro	46	Masculino	Solteiro	Crioulo	32	69,56
Carpidor/Carpinteiro	44	Masculino	Casado	Pardo	18	40,9
Lavadeira	31	Feminino	Solteira	Parda	30	96,77
Estudante/Na escola	24	Masculino	Solteiro	Branco	4	16,66
Carreiro	21	Masculino	Casado	Pardo	14	70
Tecedeira	21	Feminino	Solteira	Parda	21	100
Jornaleiro	17	Masculino	Solteiro	Crioulo	15	88,23
Seleiro	15	Masculino	Solteiro	B/P	5	33,33
Ourives	13	Masculino	Solteiro	Branco	2	15,38
Ferreiro	10	Masculino	Solteiro	Crioulo/P	6	60
Pedreiro	10	Masculino	Solteiro	Cabra/Crioulo	1	10

¹² A ralé social. De acordo com a clássica definição de Souza (1986, p. 14), “o desclassificado social é um homem livre pobre – frequentemente miserável –, o que, numa sociedade escravista, não chega a apresentar grandes vantagens com relação ao escravo”. Homens e mulheres da ralé ocupavam o imenso vácuo entre “os extremos da escala social, [...] caracterizada pela fluidez, pela instabilidade, pelo trabalho esporádico, incerto e aleatório [...]”; ocupou as funções que o escravo não podia desempenhar, ou por antieconômico desviar mão-de-obra da produção, ou por colocar em risco a condição servil”.

Caixeiro	9	Masculino	Solteiro	Branco	0	0
Empregado público	9	Masculino	Casado	Branco	0	0
Fiar	7	Feminino	Solteira	Crioula/P	7	100
Lavoura/lavrador	7	Masculino	Casado	Pardo	4	57,14
Criado	6	Masculino	Solteiro	Crioulo	6	100
Marchante	6	Masculino	Casado	Branco	2	33,33
Cozinheiro	5	Masculino	Solteiro	Africano	5	100
Escrivão	4	Masculino	Casado	Branco	0	0
Rendeira	4	Feminino	Solteira	Branca	0	0
Arrieiro	3	Masculino	Solteiro	Pardo	1	33,33
Da roça	3	Masculino	Solteiro	Africano	3	100
Feitor	3	Masculino	Solteiro	Pardo	0	0
Latoeiro	3	Masculino	Solteiro	Branco	0	0
Magistrado	3	Masculino	Solteiro	Branco	0	0
Marcineiro	3	Masculino	Solteiro	Branco	1	33,33
Mendigo	3	Masculino	S/C/Viúvo	Pardo	2	66,66
Ordem [padre/pároco]	3	Masculino	Solteiro	Branco	0	0
Quitandeira	3	Feminino	Solteira	Crioula	3	100
Tropeiro	3	Masculino	Casado	Cabra/Branco/ Pardo	3	100
Vaqueiro	3	Masculino	Solteiro	Africano	3	100
Vendeiro	3	Feminino	Solteira	Crioula	3	100
Boticário	2	Masculino	Casado	Branco	0	0
Cultura e carpinteiro	2	Masculino	Casado	Pardo	0	0
Músico	2	Masculino	S/C	Branco/Pardo	0	0
Pedestre de correio	2	Masculino	Casado	Crioulo	2	100
Requerente	2	Masculino	Solteiro	Branco/Pardo	0	0
Ama	1	Feminino	Solteira	Crioula	0	0
Barbeiro	1	Masculino	Solteiro	Africano	0	0
Cultura e mineração	1	Masculino	Casado	Pardo	0	0
Do corpo policial	1	Masculino	Casado	Branco	0	0
Empregado nas obras públicas	1	Masculino	Casado	Branco	0	0
Empregado público reformado	1	Masculino	Solteiro	Branco	0	0
Entelhador	1	Masculino	Casado	Pardo	0	0
Escrivão da Provedoria Eclesiástica	1	Masculino	Solteiro	Branco	0	0
Fabricador	1	Masculino	Casado	Pardo	0	0
Fazendeiro	1	Masculino	Casado	Branco	0	0

Ferrador	1	Masculino	Casado	Crioulo	1	100
Médico	1	Masculino	Solteiro	Branco	0	0
Militar	1	Masculino	Casado	Branco	0	0
Oleiro	1	Masculino	Solteiro	Crioulo	1	100
Pagem	1	Masculino	Solteiro	Africano	1	100
Peão e ferrador	1	Masculino	Solteiro	Cabra	1	100
Pintor	1	Masculino	Solteiro	Pardo	0	0
Procurador da Câmara	1	Masculino	Solteiro	Branco	0	0
Procurador de causa	1	Masculino	Solteiro	Branco	0	0
Secretário da Câmara	1	Masculino	Solteiro	Branco	0	0
Telheiro	1	Masculino	Casado	Pardo	1	100
Total		M: 53 F: 7	S: 40 C: 20 V: 1	B: 26 - P: 18 Crioulo: 12 - A: 5 Cabra: 2	Média: 37,88%	

Fonte: Arquivo Público Mineiro, 1840, MP Cx.09, Doc.18, Rolo-05/Flash-01.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A lista nominativa de 1840 da cidade do Serro apresenta um retrato da vida privada, da vida de privações (especialmente os cativos e em processo de coartação) e da vida de privilégios. Os privilégios da propriedade urbana e rural, o privilégio do tempo livre dos filhos e filhas para cursarem em aulas públicas bastante precarizadas, o curso de alfabetização, letramento ou de primeiras letras como se dizia à época.

A lista apresenta apenas números, muitas vezes frios e congelados no tempo. Contudo, ao analisarmos esses dados demográficos cruzando-os entre si e destacando por grupos sociais, perceberemos os contrastes típicos do Império brasileiro, ainda tributário no caso serrano, do ofuscamento da instrução pública por conta da corrida do ouro e dos diamantes.

De fato, a lista nominativa de 1840 projeta um Brasil com um passado de analfabetismo que perdura até os dias atuais com a naturalização do não saber ler ou escrever, nem mesmo assinar o próprio nome. Este retrato é perturbador, mas necessário.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, José Ricardo Pires de. *História da instrução pública (1500-1889)*. São Paulo: EDUC; Brasília: INEPIMEC, 1989.

ALMEIDA, José Ricardo Pires de. *L'instruction publique au Brésil: histoire, législation*. Rio de Janeiro: Imp. G. Leuzinger, 1889.

ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. *Lista nominativa de 1840*. Serro, MP Cx.09, Doc.18, Rolo-05/Flash-01.

BOMENY, Helena. *Quando os números confirmam impressões: desafios na educação brasileira*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2003. Disponível em: www.cpdoc.fgv.br. Acesso em: 10 maio 2021.

BRISKIEVICZ, Danilo Arnaldo. *Comarca do Serro do Frio*. História da educação entre os séculos XVIII ao XX. Curitiba: Appris Editora, 2020c.

BRISKIEVICZ, Danilo Arnaldo. O nascimento em Durkheim e Arendt. In: BRISKIEVICZ, Danilo Arnaldo (org.); CURY, Carlos Roberto Jamil; FERREIRA, Amauri Carlos; HERINGER, Aleluia. *O novelo da educação: textos para desatar nós*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2019.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *Preconceito racial em Portugal e Brasil Colônia*. Os cristãos-novos e o mito da pureza de sangue. 3.ed. rev. amp. São Paulo: Perspectiva, 2005.

CEDEPLAR/UFMG. *Programa de População nas Listas Nominativas de Minas Gerais na década de 1830 Polin-Minas-1830 1.0*. Disponível em: <http://poplin.cedeplar.ufmg.br>. Para um contraste de dados, ver: Souza, 1993.

FONSECA, José da; ROQUETE, J.-I. *Diccionario da Língua Portuguesa*. Paris, Lisboa: Guillard, Aillaud e Cia., 1848.

IBGE, 2010. *Censo 2010*. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/>. Acesso em: 08 maio 2021.

MOURA, Clóvis. *Dicionário da escravidão negra no Brasil*. São Paulo: Edusp, 2013.

NADALIN, Sérgio Odilon. A população no passado colonial brasileiro: mobilidade versus estabilidade. *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 7, p. 230-240, 2003.

SALLES, Joaquim de. *Se não me falha a memória*. 2. ed. São Paulo: Instituto Moreira Salles, 1993.

SILVA, Mariza Vieira da. *História da alfabetização no Brasil a constituição de sentidos e do sujeito da escolarização*. 267 fl. Tese (doutorado). Instituto de Estudos da Linguagem, Unicamp, 1998.

SOUZA, Laura de Mello e. *Desclassificados do ouro*. A pobreza mineira no século XVIII. 4.ed. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

TOKARNIA, Mariana. *Analfabetismo cai, mas Brasil ainda tem 11 milhões sem ler e escrever*. Agência Brasil, 2020. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2020-07/taxa-cai-levemente-mas-brasil-ainda-tem-11-milhoes-de-analfabetos>. Acesso em: 10 maio 2021.

SEÇÃO 2

PROCESSO PENAL – DELITOS

EDUCAÇÃO – PATRIMÔNIO



A NECESSÁRIA COMPREENSÃO TÉCNICA DOS DELITOS DE ESTUPRO E ESTUPRO DE VULNERÁVEL COMO GARANTIA DO DEVIDO PROCESSO LEGAL

Lucas Azevedo de Lima¹

Lucas Marques Kennedy Silva²

Resumo: O presente artigo tem como escopo proceder a um estudo técnico e ao mesmo tempo crítico acerca dos tipos penais do estupro e do estupro de vulnerável, abordando a estrutura analítica de cada dispositivo, buscando compreender sua finalidade teleológica, além de aspectos voltados à apuração dos fatos relacionados a tais delitos, bem como o risco causado pela influência midiática em uma seara mais delicada do direito penal.

Palavras-chave: Estupro, estupro vulnerável, processo penal, provas, erro de tipo, dolo, influência midiática

I INTRODUÇÃO

Qual o risco causado pelo desconhecimento da sociedade brasileira atualmente acerca da estrutura técnica dos crimes de estupro e estupro de vulnerável?

É inegável que as mídias digitais cada vez mais têm potencializado uma conexão entre diferentes pessoas, de todos os cantos do Brasil, e até mesmo do mundo. A internet, e toda a evolução digital propiciam cada vez mais um intenso fluxo de compartilhamento de informações, sobre temas dos mais variados. Contudo, com um cenário político como que atualmente é vivido no país, a sociedade também se divide em opiniões e posicionamentos. Nota-se que as grandes massas – principalmente nas plataformas digitais –, quando abraçam uma causa e buscam debater determinado

¹ Mestre em Direito Ambiental e Desenvolvimento Sustentável. Especialista em Gestão Jurídica. Professor de Direito Penal da Faculdade Asa de Brumadinho. Advogado e Sócio do escritório Nóbrega, Souza e Lima Advogados. Membro da Comissão de Ética e Disciplina da OAB/MG.

² Graduando do 9º período do curso de Direito na Instituição Educacional Cecília Maria de Melo Barcelos – Faculdade Asa de Brumadinho; estagiário do Ministério Público de Minas Gerais na comarca de Brumadinho/MG; e-mail: lucasmksilva@gmail.com.

tema, se dividem em lados extremos, dificilmente convergindo em um ponto de equilíbrio ideal. E problema existe até mesmo quando chegam a um denominador comum, que em grande parte dos casos, tende também a um extremo. Um desses debates que quando não divide a sociedade unifica ela, mas contaminado por um vício – que para um julgamento justo é perigoso –, são os temas que envolvem crimes contra a dignidade sexual.

Via de regra, esses crimes não são tratados popularmente no meio social por suas definições técnicas ou doutrinárias, mas sim pela nomenclatura que se destaca em meio a essa espécie de delito, qual seja, o termo estupro. Se perguntar a uma pessoa qualquer o que ela entende por estupro, possivelmente ela responderá que é o ato de alguém ter relações sexuais com outra pessoa, sem seu consentimento, ou forçando-a à prática.

No que concerte ao tipo penal de estupro propriamente dito, que está previsto no artigo 213 do código penal brasileiro, a definição supracitada não está incorreta, contudo o tipo penal traz outros elementos imprescindíveis para a exata caracterização deste crime, em que caso não exista uma dessas chamadas “elementares do tipo penal”, o crime poderá não ser estupro, mas sim outro delito contra a dignidade sexual.

Não obstante a gravidade do delito de estupro de que trata o artigo 213, o código penal ainda define como crime uma situação com um grau de reprovabilidade e indignação bem superior, por ser uma forma de estupro contra uma pessoa que por definições legais é considerada vulnerável, seja em caráter transitório ou permanente. A essa espécie de estupro, dá-se o nome jurídico de estupro de vulnerável, e está expresso no artigo 217-A da legislação penal.

No entanto, tratando-se de um crime cujas penas cominadas em abstrato são consideravelmente superiores às do artigo 213, o estupro de vulnerável requer também uma atenção maior em sua caracterização, pois é um estupro “presumido”, ou seja, que não necessariamente decorre dos mesmos *modus operandi* da outra modalidade. Este delito alia a necessidade de uma pena maior – por se tratar de uma violação sexual mais gravosa –, à necessidade de um zelo redobrado no momento de se averiguarem os fatos que resultaram na determinada investigação, e eventualmente em um procedimento criminal.

Contudo, os debates públicos cada vez mais têm adentrado a seara criminal, que por si só já é extremamente delicada. O clamor social – que via de regra não deveria interferir nos julgamentos criminais – vêm promovendo uma grave (e crescente) exposição em redes sociais, acerca de fatos que geram enorme insegurança para o exercício da justiça. Sentindo-se no “dever” de combaterem a violência sexual, e acreditando estarem empenhados contra esse terrível mal, um número elevado

de pessoas, por meio de mídias digitais de longo alcance, e inflamadas por aporte de repórteres e influenciadores digitais em busca de prestígio, bem como de uma autoafirmação perante seus interlocutores, acabam instaurando um verdadeiro tribunal de exceção, antes de quaisquer averiguações mais precisas, análises e cuidados que a justiça impreterivelmente deve se ater. E quando o crime abordado é o estupro de vulnerável, o cuidado do julgamento deve ser maior, ante à possibilidade de ausência de dolo, a exemplo de uma conduta fundada em erro de tipo.

Destarte, no presente trabalho serão abordadas as características elementares dos crimes de estupro, e principalmente estupro de vulnerável, buscando elucidar as diferenciações precípuas entre ambos os delitos, as formas como são executadas as condutas do sujeito ativo, e como o instituto do erro de tipo interfere na intenção do agente.

2 ESTRUTURA ANALÍTICA DO DELITO DE ESTUPRO – ARTIGO 213

Conforme se afere do código penal brasileiro, o crime de estupro previsto em seu artigo 213 dispõe a seguinte redação: “Art. 213. Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal ou a praticar ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso.” (BRASIL, 2020, p. 71)

Analisando este artigo do diploma penal, é possível perceber quais as elementares do crime de estupro, inerentes à adequação típica do fato concreto à norma legal. Conforme bem disserta Greco (2018, p. 783), o estupro possui como elementar central, ou o chamado “núcleo do tipo”, o verbo “constranger”, demonstrando a intenção do legislador em tornar ilícita a ação do agente que força, obriga, subjuga o sujeito passivo a com ele manter as relações sexuais de que trata o delito.

Não obstante ao significado do termo concernente ao constrangimento da vítima, o tipo penal é mais taxativo, de forma a se evitar possível interpretação extensiva que possa causar insegurança na aplicação da lei, por isso, o *modus operandi* do agente também é definido no dispositivo em comento, devendo o ofensor se valer de uma ação eivada de “violência” ou “grave ameaça” para a obtenção – ou tentativa – da pretensão delitiva.

Acerca destes verbos inerentes à caracterização do crime em tela, vale destacar que a “violência” se materializa pelo emprego da força física do agente sobre a vítima, buscando sua submissão, com o fim de anular sua resistência, ou fazer com que permita a realização do ato pretendido pelo agente. Noutro vértice, a “grave ameaça” possui um conceito mais interpretativo que a violência, visto que ao passo que aquela se dá de forma material – ou seja, através de um ato violento perceptível, muito pela força física empenhada –, esta se dará de forma moral, ou seja, imprimindo o agente um

temor psicológico sob a vítima, de forma que esta se sinta coagida a permitir o ato sexual, por medo de uma grave ameaça utilizada pelo ofensor. (GRECO, 2018, p. 783)

A grave ameaça será constatada à partir da análise do caso concreto, justamente por ser praticada de forma moral e não material como é no caso da violência. Como defende o professor Sanches Cunha (2017, p. 484), sendo a grave ameaça uma “violência moral”, os elementos do caso concreto mostram-se imprescindíveis para aferir se a ameaça utilizada pelo agente foi de fato grave, a ponto de ser capaz de constranger a pessoa ofendida, visto que cada indivíduo possui suas particularidades, bem como seu próprio grau de compreensão acerca do que foi dito pelo sujeito ativo do delito. Assim, como exemplo que o renomado professor inclusive utiliza em sua doutrina, uma expressão que eventualmente possa imprimir pânico a uma pessoa analfabeta, que não compreende a gravidade real da possível ameaça, pode não surtir qualquer temor em uma universitária com maior grau de cognição. (CUNHA, 2017, p. 484)

Por derradeiro no que tange à “grave ameaça”, esta não precisa necessariamente ser injusta, como ocorre por exemplo no crime de ameaça propriamente dita (art. 147 do código penal brasileiro). Mesmo que se utilizando o agente de um temor da vítima que é de certa forma reprovável – como o cometimento de um crime que o sujeito ativo informará às autoridades caso a vítima não consinta com a realização do ato sexual –, sendo ou não uma injusta ameaça, ocorrerá o estupro caso seja empregado o uso desta para se obter o consentimento da vítima. (HUNGRIA, 1981, p. 111)

Outro ponto importante do tipo penal ora estudado, versa sobre a elementar “alguém”, que inicialmente pode parecer óbvia, visto que o constrangimento necessariamente deve ser empenhado contra uma pessoa, contudo, este termo representa uma mudança muito importante no que tange ao crime de estupro. Antes de ser sancionada a lei 12.015 no ano de 2009, o estupro obrigatoriamente tinha como sujeito passivo a mulher, pois a forma de execução deste crime consistia no ato sexual específico da “conjunção carnal”. Excluía-se então o ato libidinoso, que por sua vez era previsto no extinto crime de “atentado violento ao pudor” (art. 214 do CPB). Destarte, de um tipo penal inicialmente classificado como um crime bipróprio, que exigia-se a figura do homem como sujeito ativo, e da mulher como sujeito passivo, atualmente o crime de estupro pode ser cometido, ou ter como vítima, qualquer pessoa, independentemente de seu gênero. (CUNHA, 2017, p. 483)

Contudo, este delito ainda conserva em seus elementos constitutivos a diferenciação entre conjunção carnal e ato libidinoso, todavia, ambos sendo abarcados pelo mesmo tipo penal incriminador.

Conforme leciona Guilherme de Souza Nucci (2020, p. 1153), ocorrerá a conjunção carnal quando se tratar da cópula entre o pênis e a vagina, assim, devem os sujeitos do crime serem de sexos opostos. Por outro lado, caracterizar-se-á o ato libidinoso por aqueles atos diversos que propiciam a satisfação da lascívia, ou seja, do prazer sexual. Tem-se como exemplos o sexo oral, o sexo anal, a masturbação, entre outras.

As elementares constantes no tipo penal incriminador serão os pontos norteadores para que se possa analisar se determinada conduta se enquadra ou não no crime de estupro. A supressão de alguma elementar quando na análise do caso concreto, poderá desclassificar o crime para outro, ou até mesmo afastar a ilicitude da conduta do agente ativo, bem como a reprovabilidade de seus atos. Por exemplo, se instaurado eventual procedimento investigatório para se apurar possível estupro, e vier a ser comprovado que a vítima consentiu com o ato, logo não terão configuradas as elementares “constranger”, e “mediante violência ou grave ameaça”, o que tornará a conduta do agente atípica. Ou se eventualmente restar comprovado que o agente ativo cometeu ato libidinoso contra vítima, sem o consentimento desta, mas não se utilizou de violência nem de grave ameaça, então o crime não será o estupro, visto a ausência de elementares imprescindíveis à constatação. O estupro será desclassificado para o tipo penal no qual não se exige o mesmo *modus operandi* do crime descrito ao artigo 213 do CPB, qual seja, o recém-criado delito da importunação sexual: “Art. 215-A. Praticar contra alguém e sem a sua anuência ato libidinoso com o objetivo de satisfazer a própria lascívia ou a de terceiro.” (BRASIL, 2020, p. 71)

Analizando o texto do crime de importunação sexual, é possível perceber a semelhança em alguns pontos com o delito de estupro, visto que em ambos os casos o agente ativo será punido se cometer ato libidinoso contra outrem, sem que a pessoa consinta com o ato. No entanto, eventual conflito aparente de normas entre os artigos 213 e 215-A, será superado pela observância das elementares contidas no preceito primário da norma, visto que possível configuração do delito de estupro será afastada ante a ausência de violência ou grave ameaça na conduta delitiva. (PRADO, 2019, p. 944)

Exemplificando o tema, o Tribunal de Justiça de Minas Gerais inclusive em decisão recente, afastou a possibilidade de tentativa de estupro em caso concreto, por não vislumbrarem os julgadores, fatos que conduzissem à constatação de ter o agente se utilizado de violência ou grave ameaça na execução do ato libidinoso imprimido contra a vítima. Veja:

[...] Se a prova dos autos demonstra não ter o réu tentado constranger a vítima a ter conjunção carnal ou a com ele praticar atos libidinosos ou a permitir que com

ela fossem praticados, sendo, ao revés, inconteste que o acusado praticou, sozinho, contra a vítima, ato libidinoso consistente em passar a mão pelas pernas da ofendida durante a execução do crime de roubo com o objetivo de satisfazer a própria lascívia, configurado está o delito inserto no art. 215-A do Código Penal. (...) (TJMG - Apelação Criminal 1.0271.19.001586-4/001, Relator(a): Des.(a) Paulo César Dias, 3ª CÂMARA CRIMINAL, julgamento em 26/05/2020, publicação da súmula em 05/06/2020) (grifos nosso).

Por derradeiro acerca do crime de estupro, é importante salientar que a vítima não precisa ter uma qualidade especial para que seja considerado crime a conduta do agente, da mesma forma que independentemente das características da ofendida, se forem praticadas pelo agente as condutas previstas na norma penal, restará caracterizado o delito posto. Ilustrando essa importante lição, vários doutrinadores expõem alguns importantes debates acerca da configuração ou não do crime de estupro em situações, como na constância do matrimônio, ou a violação sexual praticada contra profissional do sexo.

No que concerne à primeira situação supracitada, Rogério Greco (2018, p. 795) pontua que embora alguns expoentes da doutrina mais antiga do direito penal – dentre os quais destaca o professor Nélson Hungria –, defendam a existência de um “débito conjugal” da esposa para com o marido, de forma que não poderia se caracterizar o delito em tela na relação matrimonial; nos dias atuais essa é uma posição flagrantemente machista, não mais aceitável.

Em consonância com Greco acerca do item acima, Marcão (2018, p. 31-32) também traz o questionamento acerca de existir o constrangimento sexual contra aquele (a) pessoa que expõe seu corpo ao triste meio da prostituição. O autor destaca que não há que se falar em atipicidade e/ou desclassificação de crime daquele que se utilizando de violência e/ou grave ameaça, constrange profissional do sexo a manter uma relação sexual, ainda que já tenha o agente pago pelo “serviço”.

[...] o profissional do sexo não perde a liberdade de optar por querer ou não querer praticar atos lascivos. Ainda que a prática esteja prevista por ajuste previamente feito — por exemplo, com um cliente — ela não poderá ser exigida mediante constrangimento, nem, aliás, de qualquer outra forma, visto cuidar-se de obrigação imoral. De tal maneira, o contratante dos serviços sexuais, apesar de seu pretensão direito à prestação, cometerá estupro, tentado ou consumado, se for em busca da satisfação a que entende fazer jus mediante violência ou grave ameaça. (MARCÃO, 2018, p. 31-32)

Postas tais considerações acerca do artigo 213 do código penal e suas peculiaridades, passa-se à abordagem do delito de estupro de vulnerável, tipificado ao artigo 217-A do mesmo diploma legal.

3 ESTRUTURA ANALÍTICA DO DELITO DE ESTUPRO DE VULNERÁVEL

O crime de estupro de vulnerável está previsto no código penal brasileiro no artigo 217-A, tendo a seguinte redação: “Art. 217-A. Ter conjunção carnal ou praticar outro ato libidinoso com menor de 14 (catorze) anos.” (BRASIL, 2020, p. 71)

Como pode-se notar da transcrição literal do dispositivo, este tipo penal possui uma abrangência maior que o delito constante do artigo 213, pois enquanto aquele possui como elementares o constrangimento, a violência e a grave ameaça; no presente caso, são estas prescindíveis para a constatação da prática criminosa. Aqui, destaca-se o fato de que a descrição da conduta tipificada pelo legislador não cita quaisquer *modus operandi* para a execução do ilícito, o fato criminalizado no dispositivo é tão somente a prática da conjunção carnal ou outro ato libidinoso com menor de 14 (catorze) anos, sendo esta a principal diferença com o estupro simples. (MARCÃO, 2018, p. 136)

No entanto, a tipificação do artigo 217-A não se restringe apenas a definir o menor de 14 (catorze) anos como sujeito passivo do delito em tela, mas estende o conceito da vulnerabilidade também a outros indivíduos, os quais indica no parágrafo primeiro do tipo penal:

§ 1º Incorre na mesma pena quem pratica as ações descritas no **caput** com alguém que, por enfermidade ou deficiência mental, não tem o necessário discernimento para a prática do ato, ou que, por qualquer outra causa, não pode oferecer resistência. (BRASIL, 2020, p. 72)

Como bem salienta Marcão (2018, p. 132), é importante atentar-se para o fato de que a redação do parágrafo primeiro do artigo 217-A não está vinculada ao sujeito passivo determinado no caput, ou seja a pessoa menor de 14 (catorze) anos. Para o autor, o legislador teria pretendido dar maior destaque ao critério etário de definição da vulnerabilidade, tornando a redação do caput mais enxuta, contudo, complementando a abrangência da norma em seu parágrafo primeiro. Destarte, não há que se falar em uma necessidade de se combinarem as definições estabelecidas no parágrafo primeiro com o sujeito passivo em destaque no caput do tipo penal ora estudado. Assim, o sujeito passivo do delito de estupro de vulnerável, será o menor de 14 (catorze) anos, definido pelo caput com base em um critério etário, bem como aquela pessoa que por enfermidade ou deficiência men-

tal, não tenha “o necessário discernimento para a prática do ato, ou que, por qualquer outra causa, não pode oferecer resistência.”, redação expressa no parágrafo primeiro.

Para Rogério Sanches Cunha (2017, p. 498-500) no entanto, a intenção do legislador não é apenas de conferir um destaque ao critério etário, mas sim de delimitar qual sujeito passivo a lei atribui uma vulnerabilidade taxativa, e não de mera presunção, cindindo daquela hipótese onde a condição deverá ser constatada à partir do caso concreto. No que concerne ao menor de 14 (catorze) anos, mesmo antes do advento da lei 13.718/18, a maioria da doutrina já considerava o quesito etário da vulnerabilidade de que trata o caput do artigo 217-A, como sendo taxativa, ou absoluta, de forma que seria prescindível analisar o caso concreto para saber se o sujeito passivo tinha ou não o necessário discernimento para a prática sexual ser de fato consensual. No entanto, a *contario sensu*, quanto à vulnerabilidade trazida pelo parágrafo 1º do referido dispositivo legal, será a capacidade cognitiva da suposta vítima no caso concreto que indicará se ela era ou não vulnerável ao tempo do fato. (CUNHA, 2017, p. 498-500)

Insta trazer à baila ainda a lição de Nucci (2020, p. 1190-1191) acerca da vulnerabilidade abordada ao parágrafo primeiro do artigo 217-A. O ilustre jurista leciona que a condição fática da vulnerabilidade no que tange a estes sujeitos não será sempre absoluta. A vulnerabilidade absoluta far-se-á presente, quando o sujeito passivo não possuir ao tempo da ação o necessário discernimento para a prática sexual, ou seja, o indivíduo não pode ter sequer um mínimo de capacidade de consentir com ato, ou resistir a ele, sob pena dessa vulnerabilidade ser considerada relativa, resultando na inadequação da norma com o caso concreto, e consequentemente desclassificando a tipificação para uma conduta atípica, ou para outro delito contra a dignidade sexual, a exemplo do já mencionado neste trabalho, o crime de importunação sexual.

A lição de Nucci vai ao encontro do objetivo precípua da norma penal com a previsão legal do estupro de vulnerável, que é proteger o bem jurídico tutelado, que neste caso específico, é a liberdade e a dignidade sexual da pessoa que está em tal condição de vulnerabilidade que não se mostra cabível adequação típica a outro dispositivo penal que seja menos gravoso, com isso, cabendo ao artigo 217-A a tutela da modalidade mais repressiva de violação sexual, ou seja, contra pessoa que esteja em vulnerabilidade absoluta, utilizando-se para tanto de penas cominadas em abstrato bem superiores às demais, de 8 (oito) a 15 (quinze) anos de reclusão, e ainda a caracterização do ilícito como hediondo, conforme dispõe o artigo 1º, inciso VI, da lei 8.072 de 1990.

Outro ponto importante, dissertando sobre o princípio da legalidade no direito penal, ressalta Nucci a imprescindibilidade da norma penal ser taxativa, clara, bem elaborada, de forma que não

abra margens para amplas interpretações acerca de conceitos centrais da conduta que determinado tipo penal visa criminalizar. (NUCCI, 2020, p. 107-109). Por tal motivo, a definição da vulnerabilidade prevista na teleologia do dispositivo deve ser clara, evitando que seja abarcada por esse gravoso tipo penal, determinada conduta que ensejaria tipificação diversa.

Destaca-se ainda a lição de Marcão (2018, p. 129) acerca do bem jurídico tutelado pelo artigo 217-A do código penal brasileiro, em que o douto jurista destaca que o tipo penal busca reprimir a violação praticada contra “a dignidade sexual da pessoa vulnerável e não mais a sua liberdade sexual, na medida em que, estando nessa condição, a vítima é considerada incapaz de consentir validamente com o ato de caráter sexual”. Nesse mote, a vulnerabilidade não poderia ser tão somente uma expressão vaga, aberta, que em cada caso pudesse ter uma extensão diferente, o que fez com que o legislador destacasse nas elementares dos tipos penais que tratam dos crimes contra a dignidade sexual da pessoa vulnerável, quem seriam os vulneráveis para os efeitos legais. Não obstante, o conceito de vulnerabilidade ainda é tema de diversos debates doutrinários acerca da teleologia dos tipos penais que tratam desse tema, especialmente do crime de estupro de vulnerável, artigo 217-A do código penal brasileiro.

4 ESTUPRO DE VULNERÁVEL – A ALTERAÇÃO TRAZIDA PELA LEI 12.015/2009

O dispositivo legal específico do crime do estupro de vulnerável – artigo 217-A – não é uma previsão legal originária do código penal brasileiro. Sua instituição não se deu a partir do decreto-lei 2848 de 1940, mas sim após a sanção da lei 12.015 do ano de 2009, que incluiu o referido tipo penal no catálogo dos crimes contra a dignidade sexual do diploma penal pátrio. Não obstante ao fato de que não existia um dispositivo próprio para o estupro praticado contra o indivíduo considerado legalmente vulnerável, a legislação não o deixava ao desamparo.

Antes de ser sancionada a lei 12.015 de 2009, o código penal brasileiro contava com o artigo 224, que trazia a seguinte previsão: “Presume-se a violência, se a vítima: a) não é maior de catorze anos; b) é alienada ou débil mental, e o agente conhecia esta circunstância; c) não pode, por qualquer outra causa, oferecer resistência.” (BRASIL, 2021, online)

Uma análise rasa acerca deste dispositivo pode levar o interprete a supor que a alteração legislativa não teve efeito prático, e que o “estupro de vulnerável” já era tipificado mesmo antes da lei 12.015/09; no entanto a grande mudança trazida pela legislação foi no sentido de buscar afastar a “presunção”, visto que não seria compatível presunções com o direito penal. Nesse sentido destaca Nucci (2020, p. 1187), *in verbis*:

Cremos ter sido correta a eliminação da denominada *presunção de violência*, a fim de não criar a falsa dedução de que haveria, em direito penal, presunções (ilações, probabilidades) extraídas em concreto contra os interesses do acusado. Portanto, adotou a Lei 12.015/2009 a conceituação de vulnerabilidade (estado de quem está privado da capacidade de resistência, sujeito à lesão ou despido de proteção). Há variadas formas para alguém se encontrar, em algum momento da vida, vulnerável a algo. No contexto do art. 217-A, trata-se da capacidade de compreensão e aquiescência no tocante ao ato sexual.

A expressão “presunção de violência” é debatida a vários anos pela doutrina e jurisprudência no que concerne ao estupro. Para alguns, a nomenclatura deste tipo – art. 224 – não pretendia trazer ao ordenamento jurídico penal uma mera presunção, mas sim uma imposição da abstenção da prática de relações sexuais com os sujeitos descritos no dispositivo. Para se ter ideia do quão antigo é esse debate doutrinário, o ilustríssimo jurista Nélson Hungria (1956, p. 233-234) já destacava que embora o tipo penal se utilizasse do substantivo “violência”, não presumia-se de fato uma conduta violenta, mas sim, algo – uma conduta – que fosse equiparado aos seus efeitos legais, pois para se ter de fato a caracterização de violência, deveria haver alguma coação, ou ação do sujeito ativo, visando vencer uma oposição, resistência da vítima.

Pela lição de Hungria (1956, p. 233) é possível perceber que há, desde seu tempo, uma tentativa dos intérpretes da lei, de afirmar que não se trata de uma mera presunção, justificando que o fato da relação sexual ser praticada contra aqueles sujeitos descritos no artigo 224 já se apresentaria como violenta, visto que a falta da capacidade de consentimento ou vontade da parte “ofendida”, da possível vítima, induziria a essa conclusão. Destaca-se ainda a posição do clássico jurista italiano Vincenzo Manzini (apud Hungria, 1956, p. 233-234) para o qual não há uma presunção de violência por parte do tipo penal, defendendo que o objetivo da lei é impor “um dever absoluto de abstenção de relações sexuais com certas pessoas (impúberes, dementes), que ela particularmente protege, considerando-os carnalmente invioláveis, ainda quando consensientes”.

Ainda que entenda Hungria que esse raciocínio não se materializa – ou melhor, materializava – na norma escrita do artigo 224, que era expresso no sentido de “presume-se a violência”, os efeitos práticos de seu posicionamento se assemelham ao de Manzini, pois mesmo que siga-se a lição do jurista italiano, e ignore a nomenclatura “presunção de violência”, traduzindo seu sentido para algo como “é proibido”, os efeitos não se destoarão dos da lição de Hungria, para o qual há na expressão “presume-se a violência” uma pretensão de equiparação com atos violentos, através de uma presunção legal ou ficta. Nos dois casos, a consequência é a mesma: não se deve manter relações sexuais,

seja conjunção carnal ou ato libidinoso, com os sujeitos que eram descritos no revogado artigo 224 do código penal brasileiro. (HUNGRIA, 1956, p. 233-234).

Insta destacar ainda que Hungria já sustentava que a análise do caso concreto seria diferente em relação à cada sujeito contido naquele artigo. Nas duas primeiras situações – quando o sujeito passivo não é maior de 14 (catorze) anos, e/ou quando trata-se de pessoal alienada ou débil mental – a análise induziria a uma “presunção absoluta” da violência. Noutro passo, na terceira situação levantada pelo dispositivo retro mencionado – quando a pessoa não poderia, por qualquer outra causa, oferecer resistência –, a análise do caso concreto poderia definir se o consentimento da pessoa era ou não relevante para fins de imputação penal.

É importante adentrar as discussões doutrinárias – e inclusive jurídicas – acerca do revogado artigo 224 do código penal, para compreender-se a origem do próprio tipo penal hodiernamente conhecido como “estupro de vulnerável” – artigo 217-A do CPB.

4.1 CRITÉRIO ETÁRIO – QUANDO A VÍTIMA NÃO É MAIOR DE CATORZE ANOS

Retornando à discussão acerca do critério etário do artigo 224, o professor Damásio de Jesus (2000, p. 729) corroborando da posição de Hungria, no sentido de que o consentimento da vítima nesta hipótese seria irrelevante, cita importantes jurisprudências acerca da temática, a exemplo do informativo nº 99, do STF, datado de 19 de fevereiro de 1998: “O consentimento da vítima menor de quatorze anos e sua experiência sexual anterior não descaracterizam a presunção de violência do crime de estupro”³

Não obstante, essa “presunção” absoluta acerca do critério etário não era unanimidade, é o que disserta Rogério Greco em sua obra, *in verbis*:

A partir da década de 1980, nossos Tribunais, principalmente os Superiores, começaram a questionar a presunção de violência constante do revogado art. 224, a, do Código Penal, passando a entendê-la, em muitos casos, como relativa, ao argumento de que a sociedade do final do século XX, e início do século XXI havia modificado significativamente, e que os menores de 14 anos não exigiam a mesma proteção que aqueles que viveram quando da edição do Código Penal, em 1940. (GRECO, 2018, p. 827)

³ Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/arquivo/informativo/documento/informativo99.htm#Estupro%20e%20Presun%C3%A7%C3%A3o%20de%20Viol%C3%Aancia>> Acesso em: 21 abr, 2021.

Na esteira da lição de Greco, há precedentes do próprio Supremo Tribunal Federal, concluindo há anos atrás pela presunção relativa de violência com base no critério etário:

[...] O estupro pressupõe o constrangimento de mulher à conjunção carnal, mediante violência ou grave ameaça - artigo 213 do Código Penal. A presunção desta última, por ser a vítima menor de 14 anos, é relativa.⁴ (HC 73662, Relator(a): MARCO AURÉLIO, Segunda Turma, julgado em 21/05/1996, DJ 20-09-1996 PP-34535 EMENT VOL-01842-02 PP-00310 RTJ VOL-00163-03 PP-01028)

Nesse mesmo sentido também já decidiu o Superior Tribunal de Justiça:

[...] 1. É relativa a presunção de violência contida na alínea 224 do Código Penal. 2. Recurso não conhecido. (STJ – Resp: 173127 RS 1998/0031306-0, Relator: Ministro HAMILTON CARVALHIDO, Data de Julgamento: 19/08/1999, T6 – SEXTA TURMA, Data de Publicação: DJ 24.09.2001 p. 354 JBC vol. 42 p. 356⁵)

E foi justamente essas divergências jurisprudenciais, um dos pontos cruciais para edição da lei 12.015/2009, objetivando extirpar a terminologia “presunção” do texto jurídico, buscando evitar interpretações acerca do seu caráter absoluto ou relativo. Seja para garantir que o bem jurídico tutelado *in casu* fosse o menor de 14 (catorze) anos, independentemente de seu consentimento; ou para afastar uma presunção absoluta em matéria penal; fato é que a lei 12.015/2009 buscou principalmente garantir que não se trata de presunção, mas sim uma imposição, pelo menos no que concerne ao critério etário, suprimindo a expressão concernente à presunção, tornando-se mais taxativo o tipo, principalmente no que tange ao menor de 14 (catorze) anos, que ganhou destaque. Vale destacar aqui, o texto da exposição de motivos da lei 12.015/2009, pela Câmara dos Deputados, *in verbis*:

Apesar de poder a CPMI advogar que é absoluta a presunção de violência de que trata o art. 224, não é esse o entendimento em muitos julgados. O projeto de reforma do Código Penal, então, destaca a vulnerabilidade de certas pessoas, não somente crianças e adolescentes com idade até 14 anos, mas também a pessoa que, por enfermidade ou deficiência mental, não possuir discernimento para a prática do ato sexual, e aquela que não pode, por qualquer motivo, oferecer resistência; e com essas pessoas considera

⁴ Disponível em <<https://jurisprudencia.stf.jus.br/pages/search/sjur102498/false>> Acesso em 21 abr, 2021.

⁵ Disponível em: <<https://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/302724/recurso-especial-resp-173127-rs-1998-0031306-0>> Acesso em: 21 abr, 2021.

como crime ter conjunção carnal ou praticar outro ato libidinoso; sem entrar no mérito da violência e sua presunção. Trata-se de objetividade fática.⁶

A exposição de motivos da referida legislação teve claramente o condão de buscar uma tutela penal mais específica e protetiva em relação às crianças e adolescentes, abrangendo em caráter subsidiário os demais vulneráveis no tipo penal em comento. Contudo, a elaboração do tipo penal que fixou o critério etário em 14 (catorze) anos, ainda não colocou fim à toda discussão acerca do crime de vulnerável. Aduz Nucci (2009, p. 37) que o que o legislador faz ao promover tal alteração no tocante ao sujeito passivo no critério da idade, é incorporar a presunção de violência na conceituação de vulnerabilidade, continuando, de forma prática, a presumir um estupro. Ademais, conservando o *nomen juris* “estupro”, que está amplamente interligado à uma conduta violenta ou ameaçadora praticada pelo sujeito ativo.

Em que pese já fosse a posição majoritária da doutrina e da jurisprudência, no sentido da presunção – ou vulnerabilidade – absoluta no que tange às relações sexuais mantidas com menores de 14 (catorze) anos, o entendimento foi enrijecendo com o tempo, principalmente com o advento da lei em comento, o que levou o Superior Tribunal de Justiça a editar a súmula de nº 593, *ipsis litteris*:

O crime de estupro de vulnerável se configura com a conjunção carnal ou prática de ato libidinoso com menor de 14 anos, sendo irrelevante eventual consentimento da vítima para a prática do ato, sua experiência sexual anterior ou existência de relacionamento amoroso com o agente.⁷

Por derradeiro, em 2018, com a lei 13.718, visando colocar uma pá de cal no assunto, foi incorporado o parágrafo 5º ao artigo 217-A, dizendo que “[...] as penas previstas no caput e nos §§ 1º, 3º e 4º deste artigo [art. 217-a] aplicam-se independentemente do consentimento da vítima ou do fato de ela ter mantido relações sexuais anteriormente ao crime.” (BRASIL, 2018)

4.2 VÍTIMA ALIENADA OU DÉBIL MENTAL

Continuando o estudo no que concerne às alterações trazidas pela lei 12.015/2009, no que tange à antiga disposição do artigo 224, este diploma trouxe uma importante inovação referente

⁶ Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2009/lei-12015-7-agosto-2009-590268-exposicaodemotivos-149280-pl.html>> Acesso em: 21 abr, 2021.

⁷ Disponível em: <https://www.stj.jus.br/docs_internet/revista/eletronica/stj-revista-sumulas-2017_46_capSumulas593-600.pdf> Acesso em: 23 abr, 2021.

àqueles sujeitos passivos que constavam da alínea “b” do revogado artigo – a pessoa alienada ou débil mental. Nesta alínea, diferentemente do que atualmente se afere do artigo 217-A, não se destacava qual o grau da alienação ou da debilidade mental que a pessoa deveria ser/estar acometida, deixando uma margem mais amplificada de interpretação por parte da doutrina e jurisprudência. Para Hungria (1956, p. 240) a alienação ou debilidade mental da vítima devia impossibilitá-la inteiramente da capacidade de consentir e/ou compreender o ato sexual com ela praticado. Contudo, a legislação revogada não era clara nesse sentido, ficando à cargo da doutrina e da jurisprudência tais conclusões. Inclusive, existem julgados em que se reconhece que a debilidade ou alienação possa ser até moderada que o delito será configurado, desde que, claro, o agente tenha ciência disso. A título de exemplo, veja-se:

A alegação de que a debilidade mental moderada não implica a presunção de violência de que trata a alínea b do artigo 224 do código penal, não procedem, haja vista que este dispositivo legal exige apenas que a alienação ou debilidade mental retire da vítima a plena capacidade de consentimento ou de entendimento do que representa o ato sexual a que foi submetida. Além disso, “incide a presunção de violência, ainda que a alienação ou debilidade mental seja moderada, mas sabida, pois é desnecessário que a vítima seja totalmente irresponsável”. (TJSP, RJTJSP 93/373, 90/467). (TJ-DF – APR: 329759620068070001 DF 0032975-96.2006.807.0001, Relator: GEORGE LOPES LEITE, Data de Julgamento: 07/02/2008, 1ª Turma Criminal, Data de Publicação: 25/03/2008, DJ-e Pág. 72)⁸

Em que pese a legislação do revogado artigo 224 visasse garantir maior proteção a essas pessoas que a lei desde aquela época considerasse vulneráveis – mesmo que não adotando essa nomenclatura –, a legislação também propiciava uma discriminação do deficiente, por não determinar legal e taxativamente uma extensão para a abrangência do tipo penal. A lei 12.015/2009 inovou a legislação, conferindo uma clareza maior ao objeto que se pretende tutelar, bem como ao sujeito passivo. Substituiu os termos “alienação” e “debilidade mental”, por expressões mais técnicas, como “enfermidade” e “deficiência mental”, além de incluir a elementar do “necessário discernimento”. Passou a lei a ser mais taxativa no sentido de que a pessoa enferma ou portadora de deficiência mental, para que seu consentimento não seja válido para fins jurídicos, não pode ter o necessário discernimento para a prática do ato sexual, pois não seria razoável proibir uma pessoa de ter uma vida sexual normal, apenas por ser acometida por determinada enfermidade ou deficiência mental que não comprometa seu discernimento. (GRECO, 2018, p. 830-831).

⁸ Disponível em: <<https://tj-df.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/6602490/apr-apr-329759620068070001-df-0032975-9620068070001/inteiro-teor-102060461>> Acesso em: 24 abr, 2021.

Destarte, é importante ter em mente que uma proibição ao deficiente de se relacionar (inclusive sexualmente), constituir família, engravidar, causada por uma interpretação equivocada do tipo penal que traz à baila a figura do vulnerável, pode se tornar uma forma discriminatória com o outro, apenas porque não possui a mesma capacidade cognitiva da sociedade dita “normal”.

Acerca desse tema, aduz o ilustre jurista Cezar Roberto Bittencourt (2019, p. 175-176), com análise crítica que lhe é peculiar, que os enfermos e deficientes mentais devem ser tratados como pessoas de direitos, e não como meros objetos que não podem ter experiências (inclusive sexuais) como as outras pessoas. O jurista tece duras críticas ao legislador, que em sua visão não considera que tais indivíduos tenham direito a uma vida sexual, o que estaria interligado à própria dignidade da pessoa humana.

Ademais, defende Bittencourt (2019, p. 176) que a deficiência mental e/ou a enfermidade, não possuem o condão de suprimir eventuais desejos sexuais que possam surgir na pessoa acometida, podendo em alguns casos até mesmo aflorar tais sentimentos. Destarte, o Direito Penal, por meio dos legisladores, não teria (na visão do nobre penalista) a capacidade de ditar (e penalizar) condutas pela mera taxatividade legal utilizando-se por critério unicamente o grau de deficiência do sujeito passivo, de modo a proibir que essas pessoas (enfermos e deficientes mentais) possam ter uma vida sexual ativa, de forma adequada. Insta salientar que Bittencourt defende que uma pessoa com condições que a impossibilitam um juízo cognitivo de valor mais apurado, necessitam sim de uma atenção constante da família, e até mesmo de uma equipe especializada, que garanta que os direitos da pessoa estão sendo observados e respeitados, inclusive em relação à relacionamentos afetivos, o que, contudo, não justifica a proibição legal de o sujeito poder ter um relacionamento – inclusive sexual – podendo o companheiro ou a companheira deste enfermo ou debilitado, incorrer no delito de estupro de vulnerável. (BITTENCOURT, 2019, p. 177)

Para Bittencourt (2019, p. 180) a expressão elementar “necessário discernimento” é frágil em legitimar a intervenção penal por um critério de presunção absoluta, quase tratando o enfermo/deficiente mental como um ser assexuado, o que é rechaçado pelo douto jurista.

4.3 VÍTIMA QUE NÃO PODE, POR QUALQUER CAUSA, OFERECER RESISTÊNCIA

Finalizando o tema concernente aos vulneráveis descritos ao artigo 217-A, em seu parágrafo primeiro, há que se falar na alínea “c” do revogado artigo 224, que passou a integral o “rol de vulneráveis” do tipo penal atual do estupro de vulnerável, sem alterações relevantes: “Art. 224 - Presume-se a violência, se a vítima: (...) c) não pode, por qualquer outra causa, oferecer resistência.” (BRASIL, 2020)

Comparando com a parte final do que dispõe o artigo 217-A, parágrafo primeiro, do diploma em vigência, pode-se afirmar que o código penal continuou tutelando aquelas pessoas que não podem exprimir vontade ou consentimento para a prática sexual, por outro motivo que não fosse o critério etário, nem o referente a eventual enfermidade/deficiência mental. Em suma, a impossibilidade de resistência da vítima deverá ser aferida no caso concreto, em razão das amplas formas da pessoa ser induzida – ou se colocar – em estado de vulnerabilidade. Ademais, nesta hipótese da parte final do parágrafo primeiro do artigo 217-A, em muitos casos a impossibilidade de resistência será transitória, o que deverá ser provado, necessitando-se de um juízo valorativo, por meio do processo penal, para se aferir a eventual – suposta – incapacidade de resistência do sujeito passivo.

Destarte, pode-se perceber que os sujeitos passivos deste delito podem ser bem amplos, bem como não serem necessariamente vulneráveis. Por tais motivos, o processo penal, livre de vícios, de emoções exaltadas, de paixões e sensacionalismos, deveria ser uma via segura para a imputação/condenação nesses casos tão delicados.

4.4 A IMPRESCINDIBILIDADE DO PROCESSO

A transgressão de uma norma penal incriminadora faz nascer para o Estado o poder de punir o infrator. Esse *jus puniendi* é conferido exclusivamente ao Estado, retirando a possibilidade de que a própria sociedade exercite por suas próprias razões e ações, a chancela punitiva, inclusive sendo essa possibilidade defesa no artigo 345 do código penal brasileiro. Sendo a vingança e o arbítrio pessoal não aceitos pelo ordenamento jurídico brasileiro, é através do processo penal. (TÁVORA, 2018, p. 46).

Para fazer cumprir a lei material, punindo o infrator dos crimes tipificados pela legislação, o Estado deve seguir certos ritos preestabelecidos, obedecendo às normas e princípios constitucionais que garantem um procedimento justo e imparcial para o acusado perante a autoridade devidamente investida na função jurisdicional, seguindo princípios que norteiam o processo penal, bem como as normas infraconstitucionais, e em consonância com a CRFB/88, materializando-se então um dos princípios constitucionais/processuais mais imprescindíveis que a justiça deve honrar, qual seja o Devido Processo Legal. (TÁVORA, 2018, p. 87)

O *jus puniendi* estatal se mostra uma colisão de direitos fundamentais, pois deve buscar coibir ameaças e/ou lesões a bens jurídicos tutelados pelo Estado, como forma de garantir a segurança e a liberdade social, enquanto deve também respeitar a dignidade do acusado, visto que trata-se de um cidadão, que também faz parte do corpo social tutelado. Assim, o processo penal é ao mesmo tempo uma garantia ao infrator do delito de que ele será julgado de forma justa e imparcial; bem

como uma resposta do Estado à sociedade, de que este adotará as medidas legais necessárias para que o acusado seja – se condenado – responsabilizado. (ARAÚJO, 1999, p. 19)

Acerca desse conflito entre liberdade e direito de punir, uma importante reflexão é trazida por Césare Beccaria (2015, p. 22-23) que de certa forma remonta em sua obra uma concepção que anteriormente já tinha sido debatida por Thomas Hobbes e John Locke, quanto ao pacto social firmado entre os homens, para um convívio em harmonia. Era necessário que cada indivíduo, ao integrar um corpo social mais amplo, nas concepções remotas daquilo que um dia viria a se tornar um Estado, abrisse mão de uma parte de sua liberdade, para gozarem em conjunto, de uma fração bem maior desse direito, que seria resguardada pela harmonia entre os pares, de forma que um não deveria violar o direito/liberdade do outro. Contudo, para Beccaria não bastaria ao homem apenas um tratado, para que ficasse a ele vinculado, era necessário haver uma consequência, caso houvesse a transgressão do pacto firmado, de onde nasceram as penas.

Contudo, a punição deveria ser fundada na sentença de um processo justo, que buscasse por meio das provas reunidas – e vale destacar que não se tratam de provas frágeis e/ou inconclusivas, mas sim, indícios capazes de demonstrarem a verdade dos fatos em que se baseia a acusação – demonstrar que o acusado realmente foi o infrator de determinada norma penal. (BECCARIA, 2015, p. 32)

Para uma sentença justa devem haver provas necessárias a legitimarem o *jus puniendi* do Estado, e apenas após o trânsito em julgado da sentença penal condenatória, é que o réu/acusado, passa a de fato ser considerado culpado do delito. (TÁVORA, 2018, p. 70)⁹

E caso o aparato probatório não seja capaz de demonstrar indubitavelmente que o acusado no processo foi de fato responsável pelo ilícito perpetrado, a consequência legal e justa é que o Estado não possa puni-lo, ante a essa insuficiência. O processo penal é uma colisão entre os direitos fundamentais da sociedade e do réu, em que cabe ao Estado exercer o poder punitivo, contudo deve ser um poder-dever legítimo, pois a dúvida gerada em um processo, acarreta consequentemente em riscos de se ter uma eventual condenação equivocada. (TÁVORA, 2018, p. 88)

A complexidade existente na apuração de um crime, a contundência ou instabilidade das provas, o caminho pelo devido processo legal até uma conclusão justa que condene ou absolva o

⁹ Acerca do termo inicial do cumprimento de pena, desde 2009 a suprema corte já mudou seu posicionamento duas vezes. Em decisão do HC 84.078/MG, no ano de 2009, formou maioria pela impossibilidade do cumprimento provisório da pena após decisão em segunda instância; posição esta que veio a se alterar com a decisão no HC 126.292/SP, passando a permitir o termo inicial após esgotados os recursos nos órgãos colegiados de segundo grau; e voltando em 2019, através das ações diretas de constitucionalidade 43, 44, e 54, a firmar que o cumprimento de pena somente poderia se iniciar após o trânsito em julgado da sentença penal condenatória, sendo esta a posição vigente atualmente.

rêu, demonstra o quão grave pode ser o exercício arbitrário das próprias razões, vedado pela legislação. Não só a vingança privada exercida por meio da violência, ou pela imposição de castigos físicos, mas também a condenação moral do indivíduo, sua difamação social, uma sentença que não raras as vezes é pior que a condenação legal imposta pelo Estado. O processo penal é um caminho que deve ser percorrido necessariamente com cautela, para que não seja a própria justiça, o fato gerador da iniquidade, que pode deixar sequelas profundas naqueles que sofrem a ira do Estado, ou o escárnio, o lixamento – físico ou moral –, o desprezo, da sociedade.

Insta salientar o questionamento crítico feito por Francesco Carnelutti (1995, p. 63:

Fato é que esse terrível mecanismo, imperfeito e imperfectível, expõe um pobre homem a ser pintado a largos traços frente ao juiz, inquirido, e não raramente detido, arrancado de sua família e seus afazeres, para depois não se ver nenhuma culpa de quem, seja também sem culpa, tenha turbado e desconsertado a sua vida. São coisas que acontecem, infelizmente; e ainda uma vez, não há como protestar; mas não deveríamos pelo menos reconhecer a miséria do mecanismo, que é capaz de produzir estes desastres, e também é incapaz de não produzi-los?

É perceptível na crítica de Carnelutti, que um processo penal mal estruturado, arbitrário, e eivado de vícios e ilegalidades, assume o risco de ser a própria violação da liberdade e da dignidade de um cidadão, que pode ser inocente. Importante ponto, Carnelutti ressalta ainda os riscos de uma imprensa demasiadamente afoita, que não guarda necessário cuidado e discrição com a matéria debatida em determinada apuração de delito:

O artigo da Constituição, que se ilude de garantir a incolumidade do acusado, é praticamente inconciliável com aquele outro que sanciona a liberdade de imprensa. Logo que surge o suspeito, o acusado, a sua família, a sua casa, o seu trabalho são inquiridos, investigados, despidos na presença de todos. O indivíduo assim é feito em pedaços. E o indivíduo, assim, relembremo-nos, é o único valor da civilização que deveria ser protegido” (CARNELUTTI, 1995, p. 46)

Nesse mote, inegável a influência que detém a imprensa e a mídia em geral na difusão de notícias concernentes a casos debatidos na seara criminal, principalmente nos dias atuais através de redes sociais, com a opinião pública sendo influenciada por pessoas que não possuem o necessário conhecimento da complexidade da abordagem dos fatos no âmbito do processo penal, aumenta-se a insegurança do acusado, e da própria resolução dos fatos concernentes a um possível delito.

Instaura-se um tribunal paralelo para que os populares possam julgar com base naquilo que foi-lhes noticiado. Um tribunal de exceção.

5 INFLUÊNCIA MIDIÁTICA X JUSTIÇA

O direito é uma ciência não somente nas academias ou nas construções doutrinárias. Para além disso, o direito deve ser uma ciência também na prática, no momento de sua aplicabilidade, ou se não, qual seria o motivo de tantas construções teóricas, se não fossem de fato materializadas na realidade? O direito é uma ciência complexa, e não prescinde de que o cientista conheça suas peculiaridades, que entenda as especificidades da discussão teórica, e também de sua funcionalidade prática, para além de uma compreensão rasa de que o direito é a mera legislação que impõe seu rigor e sua exigibilidade à sociedade, mas tendo-se em mente que o direito também é um “fenômeno social”, que para a compreensão de sua norma é preciso também entender vários outros aspectos que permeiam a positividade normativa. (REALE, 2000, p. 5-8)

Contudo, atualmente esse rigor técnico inerente ao direito, cada vez mais é banalizado no discurso social, principalmente em matéria penal. Um grande problema nessa situação, é que uma sociedade que pouco conhece das lições básicas desta ciência – e aqui com enfoque na seara do Direito Penal – acaba por receber um conteúdo formulado pelas mídias e meios de comunicação mais acessíveis, e tecendo suas próprias interpretações e opiniões acerca de fatos que em ambiente acadêmico demandariam muito estudo, com isso ignorando o caráter científico da norma, simplificando e reduzindo toda sua complexidade em uma opinião simplória e viciada, seguida de um solução fácil, e quase sempre errada. (CALLEGARI e FONTENELE, 2020, p. 1-2)

Os discursos populares, a veiculação das notícias, e o objetivo de atingir cada vez mais o interlocutor da mensagem, afastam o estudo técnico-científico dos fatos, as razões de sua ocorrência, e toda a matéria que determinada ocorrência fática poderia gerar, convertendo o fato social em um espetáculo, passando ao interlocutor a falsa impressão de que ele compreende o que ocorreu, que ele entende o direito, que ele sabe o que deve ser feito. O sensacionalismo cria um cenário dicotômico entre os bons e os maus em que o réu já se torna o mau, antes mesmo do processo. Essa feroz criminologia midiática, “constitui-se em conhecimento vulgarizado e raso das questões criminais, ausente de qualquer traço de cientificidade e com o abuso da emotividade e do senso comum [...]”. Assim, se afasta “o princípio da legalidade utilizando-se de um distorcido pragmatismo jurídico, com seus excessivos direitos e garantias fundamentais, vez que não devem existir limites à ação dos mocinhos contra os bandidos.” (CALLEGARI e FONTENELE, 2020, p. 4-5)

O célebre jurista Luiz Flávio Gomes (2009, online), com primazia, destaca em seus escritos a voracidade midiática em matéria de direito penal, contextualizando os fatos ocorridos no cenário fático com a criação de uma história que irá tocar seu interlocutor. Evidenciam o sofrimento da vítima, de seus familiares, afluindo um sentimento de impunidade, ao passo que a sociedade, comovida com a história, anseia por justiça, mas não uma justiça pautada pelo devido processo legal. Precisam fazer justiça. Mas aí já não se fala mais de justiça, e sim vingança. E a vingança não é compatível com a justiça. A vingança cria uma sensação de justiça, mas que não tem respaldo, por ser arbitrária. E potencializado pela mídia, o desejo de vingança, o julgamento público – principalmente virtual –, toma proporções preocupantes, que colocam em xeque a própria justiça, e a segurança de um acusado, que ainda não foi condenado judicialmente, mas sim sentenciado pela sociedade.

O movimento punitivista que instrumentaliza o Direito penal como objeto de vingança é tão avassalador, que poucos (ou melhor: praticamente ninguém) perguntam de onde vem o criminoso que está sendo publicamente execrado. Teve família ou não, foi educado ou não, foi criado em qual ambiente social etc. O chamativo é a manipulação da dor da vítima (ou da sua família) que, com frequência, se incrementa, quando chega o momento da vitimização secundária (que é a decorrente do contato da vítima ou da sua família com o sistema penal: mau atendimento, erros judiciais, justiça lenta, exposição frente ao criminoso, despesas não ressarcidas, ausência de indenização etc.). (GOMES, 2009, online)

Evidentemente, quanto mais delicado o crime, mais se torna lesivo esse mediatismo, o que obviamente no trato dos crimes de estupro e/ou estupro de vulnerável, torna-se um fator muito perigoso. É um cuidado que as mídias, e a própria sociedade em geral deve ter. Manifestar-se em favor da justiça, não de algo ruim travestido desta, pois as consequências podem ser terríveis.

6 O ERRO DE TIPO NA APURAÇÃO DO CRIME DE ESTUPRO DE VULNERÁVEL

Sabe-se que o dolo é figura imprescindível para a caracterização do crime de estupro de vulnerável, pois não existe previsão legal de uma forma culposa para o cometimento deste delito. E neste contexto, é importante a figura do erro de tipo, pois visa resguardar ao acusado, que seu o erro sobre algum dos elementos que compõem a previsão penal, será relevante, para aferir se ele tinha ou não intenção em praticar o fato típico previsto em lei. O erro de tipo reconhece que no contexto do delito, ao agente possa faltar a consciência de que está incorrendo na prática de um crime, em virtude de uma “falta representação da realidade”, com isso afastando o dolo de sua conduta, por não haver *animus* de infringir a norma penal. (GRECO, 2018. p. 89)

Quando se fala no delito de estupro de vulnerável, tem que se levar em conta que o tipo penal do artigo 217-A – tanto em seu caput, quanto em seu parágrafo primeiro – elenca sujeitos passivos que devem se encontrar em determinado estágio de vulnerabilidade. Contudo, é exigível que o sujeito ativo do delito tenha a consciência da condição de vulnerabilidade da pessoa ofendida, e mesmo assim leve a cabo a execução do ato. Como consequência lógica da ocorrência de erro de tipo, a conduta típica do agente não será considerada dolosa. Um exemplo disso, é quando o agente tem relação sexual com menor de catorze anos, acreditando que ela tenha idade superior.

Acerca do critério etário, a arguição da matéria concernente ao instituto do erro de tipo é mais comum que as hipóteses do parágrafo primeiro, inclusive havendo várias sentenças/acórdãos já proferidos, concluindo pela absolvição do agente, ou pela desclassificação para outro tipo penal. Veja-se decisão do Tribunal de Justiça de Minas Gerais nesse sentido:

[...] Tendo o agente praticado a ação típica, incidindo, contudo, em erro escusável sobre circunstância elementar, relativa ao desconhecimento da idade da vítima, configurando o chamado *error aetatis*, afastado fica o dolo do tipo e a tipicidade da conduta, devendo ser mantida a sua absolvição. (TJMG - Apelação Criminal 1.0710.17.002153-3/001, Relator(a): Des.(a) Paulo César Dias, 3ª CÂMARA CRIMINAL, julgamento em 11/09/2018, publicação da súmula em 21/09/2018)¹⁰

Noutro vértice, embora a incidência do erro de tipo seja maior nos casos que versam sobre o critério etário do delito em estudo, pode-se também ser verificado o instituto nas hipóteses do parágrafo primeiro do artigo 217-A. Nesse sentido, decisão do Tribunal de Justiça de Santa Catarina versando sobre suposto crime de estupro de vulnerável em razão de a relação sexual ter sido praticada com pessoa portadora de deficiência mental leve:

[...] AUTOR QUE NÃO TINHA CONHECIMENTO ACERCA DA CONDIÇÃO DE LIMITAÇÃO DA OFENDIDA. VÍTIMA QUE A PRIMEIRA VISTA NÃO APARENTAVA POSSUIR DEFICIÊNCIA COGNITIVA. DEPOIMENTOS TESTEMUNHAIS QUE ATESTAM QUE A ADOLESCENTE MANTÉM RELACIONAMENTO SOCIAL NORMAL COM OS COLEGAS DA ESCOLA. DEPOIMENTO ESPECIAL COLHIDO COM ENTREVISTADORA CAPACITADA NO QUAL SE VERIFICA QUE A VÍTIMA SUSTENTA DIÁLOGO ESPONTÂNEO NORMALMENTE E TEM CONHECIMENTO ACERCA DO FUNCIONAMENTO DAS RELAÇÕES SEXUAIS. EVIDÊNCIAS DE QUE O AUTOR NÃO APROVEITOU-SE DA SITUAÇÃO DA OFENDIDA PARA A PRÁTICA DO ATO. RECONHE-

¹⁰ Disponível em: <https://www5.tjmg.jus.br/jurisprudencia/pesquisaNumeroCNJEspelhoAcordao.do;jsessionid=C8628C58C5D064F94095A59A1D90331B.juri_node1?numeroRegistro=1&totalLinhas=1&linhasPorPagina=10&numeroUnico=1.0710.17.002153-3%2F001&pesquisaNumeroCNJ=Pesquisar> Acesso em: 01 mai, 2021

CIMENTO DA INCIDÊNCIA DO ARTIGO 20, DO CÓDIGO PENAL QUE SE IMPÕE. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. - “É importante ressaltar que não se pode proibir que alguém acometido de uma enfermidade ou deficiência mental tenha uma vida sexual normal, tampouco punir aquele que com ele teve algum tipo de ato sexual consentido. O que a lei proíbe é que se mantenha conjunção carnal ou pratique outro ato libidinoso com alguém que tenha alguma enfermidade ou deficiência mental que não possua o necessário discernimento para a prática do ato sexual” (Rogério Greco, 2014). (Apelação Criminal n. 2013.021881-0, rel. Des. Moacyr de Moraes Lima Filho, j. 25-11-2014) (TJSC, Apelação Criminal n. 0005476-38.2018.8.24.0036, de Jaraguá do Sul, rel. Hildemar Meneguzzi de Carvalho, Primeira Câmara Criminal, j. 31-10-2019).¹¹

6.1 “ESTUPRO CULPOSO” – A POLÊMICA EXPRESSÃO ORIGINADA DE UMA LEITURA EQUIVOCADA ACERCA DA TESE DO ERRO DE TIPO

Por derradeiro acerca da matéria concernente ao erro de tipo nos crimes de estupro de vulnerável, insta trazer à baila um caso que teve grande repercussão nas mídias em geral no fim do ano de 2020, que versava sobre julgamento favorável ao réu em matéria de suposto estupro de vulnerável com base na parte final do parágrafo primeiro do artigo 217-A, do CPB. Na oportunidade, o magistrado concluiu pela absolvição do réu, por entender que o conteúdo probatório não era suficiente para concluir pela impossibilidade da suposta vítima em oferecer resistência ao ato. No entanto, uma das teses abordadas na longa sentença de cinquenta e uma páginas, foi acerca do erro de tipo, que pela má interpretação popular, acarretou na criação de um termo inexistente no ordenamento jurídico brasileiro, do “estupro culposo”. Ocorre que fundamentando a sentença que concluía pela absolvição do acusado, o magistrado discorreu entre as folhas nove e onze¹², sobre o elemento imprescindível do dolo do agente na conduta voltada à execução do delito de estupro de vulnerável, destacando que o sujeito ativo deve conhecer do estado de vulnerabilidade da ofendida, e se utilizar disso para a satisfação de sua lascívia. Sendo desconhecido pelo agente essa condição da vítima, se mostraria plausível a tese de erro de tipo, que conforme literalidade do artigo 20 do código penal exclui o dolo do agente, mas permite sua condenação na forma culposa, caso seja previsto em lei esta possibilidade.

Ao fim da sentença, o magistrado concluiu que as provas reunidas não eram suficientes para se atestar que a suposta vítima se encontrava em estado de vulnerabilidade no momento do su-

¹¹ Disponível para consulta em: <http://busca.tjsc.jus.br/jurisprudencia/buscaForm.do#resultado_ancora> Acesso em: 01 mai, 2021.

¹² A íntegra da sentença para download está disponível em: <<https://www.poder360.com.br/justica/especialistas-dizem-que-estupro-culposo-nao-foi-citado-no-caso-mariana-ferrer/>> Acesso em: 01 mai, 2021.

posto ato sexual do acusado, e consequentemente acerca do dolo deste em agir contra a dignidade sexual da suposta vítima, e consequentemente – com fulcro no princípio do “in dubio pro reo” – concluiu pela absolvição do agente, inclusive após o próprio órgão acusador – o Ministério Público – pugnar pela improcedência das pretensões formuladas na denúncia, sob a alegação de insuficiência probatória.

Contudo, a polêmica foi instaurada após em matéria veiculada pelo jornal “The Intercept”¹³, ganhar repercussão a expressão de “estupro culposos”, como tese utilizada para concluir pela absolvição. A matéria se utilizou de recortes da sentença, em que o magistrado discorria sobre a tese de erro de tipo, e que sem o dolo, uma conduta só pode ser considerada crime se o tipo penal prever a forma culposa do delito. Não existindo forma culposa para o crime de estupro de vulnerável, caso a tese de erro de tipo fosse adotada, e o dolo do agente excluído, a configuração do crime não seria possível, justamente pela ausência do animus do sujeito ativo, em ter relação sexual com a suposta vítima sem seu consentimento. De fato, na sentença não houve uma “aberração jurídica”, mas sim uma decisão absolutória, fundamentada em insuficiência probatória, cujo sua fundamentação abordou também o instituto do erro de tipo, como forma de analisar suposto dolo do agente.

7 CONCLUSÃO

Discorrido o tema – obviamente sem esgotá-lo, o que não ousou pretender este trabalho – retorna-se ao questionamento levantado ao início, pelo qual buscou a presente pesquisa ser o mais clara possível: “Qual o risco causado pelo desconhecimento da sociedade brasileira atualmente acerca da estrutura técnica dos crimes de estupro e estupro de vulnerável?”

Conforme fora explanado, os crimes de estupro e de estupro de vulnerável, possuem previsão legal no código penal brasileiro, respectivamente nos artigos 213 e 217-A, sendo constituídos por elementares que buscam destacar de maneira unívoca quais as condutas que se intentadas pelo agente, estarão configurando uma ação delitiva.

Demonstrou-se, no que concerne ao delito de estupro “simples”, que este se dará por meio de um constrangimento da vítima, que deverá ser eivado de violência ou grave ameaça. Na primeira haverá uma conduta por parte do agente, uma coação material, ou seja, utilizando-se do empenho de força física para vencer a resistência da pessoa ofendida, o que consequentemente poderá ser mais facilmente perceptível sua aferição para comprovação do crime. Por outro lado, no que concer-

¹³ Matéria disponível em: <https://theintercept.com/2020/11/03/influencer-mariana-ferrer-estupro-culposos/>. Acesso em 01 mai, 2021.

ne à grave ameaça, o agente se utilizará de uma coação moral, provocando um temor psicológico na vítima, que por sua vez poderá deixar menos vestígios – ou quase nenhum – que a forma violenta.

Ademais o estupro poderá ocorrer por meio de uma conjunção carnal – a cópula entre o pênis e a vagina – ou de ato libidinoso – qualquer outro ato de cunho sexual voltado a satisfazer a lascívia do infrator. E aqui outro desafio, pois existem determinados atos libidinosos que não possuem contundência para deixarem marcas corpóreas, ou se deixam, o transcurso do tempo pode levar ao perecimento da prova. Imaginando uma situação em que o agente ativo ameace gravemente a vítima a permitir que este a toque, ou que a própria vítima o toque, com fins lascivos, as provas podem ser prejudicadas ante à ausência de vestígios, buscando os órgãos responsáveis pelas investigações, quando cientes da ocorrência, produzirem conteúdo probatório por outros meios, o que em grande parte das vezes passará pelo depoimento da vítima e testemunhas.

E a elucidação dos fatos, para ser executada de forma segura, sem vícios, deve se ater a um procedimento legal. Um eventual processo criminal deve se ater ao fatos, e ao que as provas, sejam elas periciais, testemunhais, documentais têm a demonstrarem sobre a verdade real do ocorrido. E a condenação – ou absolvição – deve estar em consonância com o que as investigações apontaram como verdade. Por isso uma análise superficial e/ou emotiva prejudica a aferição desta verdade real do fato concreto, podendo levar à uma injustiça. E esta injustiça, quando cometido contra aquele indivíduo que foi “condenado” pela opinião pública é severa, porém é relativizada, como se a dúvida fosse justificativa para uma condenação. O clamor popular produzido pela hipótese, e não pelos fatos e provas do processo.

Se a situação em relação ao estupro “simples” já se mostra temerária – este que possui elementos constitutivos de seu tipo penal mais bem delimitados –, na averiguação do estupro de vulnerável se torna ainda mais arriscada. Isto pois o tipo penal do art. 217-A do CPB não possui um *modus operandi* específico – a exemplo da violência ou grave ameaça –, neste o legislador atribui a prática delitiva àquele que pratica conjunção carnal ou ato libidinoso com pessoa menor de 14 (catorze) anos de idade, ou que por razões de enfermidade ou deficiência mental, não tenha o necessário discernimento para a prática sexual, além da pessoa que por qualquer razão não esteja em condições de oferecer resistência ao ato.

O risco no entanto neste delito – e que por isso não prescinde de cuidadosa e detida investigação –, é que as investigações deverão serem precisas para que se possa aferir, ou que o agente sabia da condição de “vulnerabilidade” da “vítima”, ou que, a vítima, nas hipóteses na qual a “presunção” da vulnerabilidade não é absoluta, que esta estava em condições que a tornava de fato vulnerável,

a ponto de que o ato sexual cometido contra ela se configure em violação sexual. Não obstante, deverão as provas indicarem que a vítima não tinha como oferecer resistência ao ato, sob pena de, em caso de haver possibilidade de resistência – mesmo que prejudicada – estar-se tratando de delito diverso, e menos gravoso – sob a óptica das penas cominadas em abstrato –, a exemplo da violação sexual mediante fraude – art. 215 do CPB.

Ademais deve-se aferir a partir da conduta o dolo do agente, visto que tais crimes contra a dignidade sexual não admitem forma culposa. E aqui entra o importante estudo do instituto do erro de tipo, visto que o desconhecimento do agente acerca de determinados elementos imprescindíveis para a configuração do delito, pode – e deve – influir no momento do processo. É possível que o erro de tipo afaste o dolo na conduta do crime de estupro de vulnerável pelo agente não ter ciência da idade da pessoa ofendida, ou por não perceber que essa pessoa estava em situação de vulnerabilidade – que como dissertado neste trabalho, possui um conceito fluido, que ainda encontra divergências seja em doutrinas ou jurisprudências.

Insta salientar que não é objetivo deste trabalho desacreditar as inúmeras denúncias de agressões sexuais que milhares de pessoas – em sua grande maioria mulheres – sofrem. Contudo o processo penal não pode se tornar uma terra sem lei, movida pelo arbítrio, e conclusões cujas provas não sejam aptas a afastarem a dúvida, sob o risco de estigmatizar um indivíduo com uma marca tão grave, sem o devido processo legal, sem a aferição do que realmente ocorreu.

Repise-se que o crime de estupro de vulnerável não precisa de violência ou grave ameaça, mas conserva um *nomen juris* que como afirma Nucci, remete a um crime sim violento, ainda mais contra alguém vulnerável, o que gera grande indignação social, ainda que essa sociedade não entenda sobre os aspectos técnicos da configuração do delito, pertinentes à aferição de culpabilidade do agente e à reprovabilidade dos seus atos.

A título de exemplo, é possível dizer que uma pessoa que mantém relação sexual consensual com uma jovem de 13 (treze), com maturidade de uma adolescente de 15 (quinze), tenha a mesma reprovabilidade de um indivíduo que dolosamente viola sexualmente uma criança de 9 (nove) anos? Ambos incorrerão no mesmo delito, podendo serem condenados nas mesmas penas, mesmo com dolos bem distintos, pois o consentimento da jovem de 13 (treze) anos não será válido, ainda que a realidade fática demonstre que esta tinha capacidade de consentir.

Ante todo o exposto debatido neste trabalho, e concluindo-o, o risco causado pelo desconhecimento da sociedade brasileira atualmente acerca da estrutura técnica dos crimes de estupro e estupro de vulnerável reside no fato de que uma condenação que não se apoie nos elementos pro-

batórios aferidos do caso concreto – que reflitam a verdade real dos fatos –, mas sim em conclusões superficiais, baseadas em deduções, ou em um espetáculo midiático criado acerca de um evento, não condizem com a ideia de justiça. A justiça social arbitrária não é compatível com o Estado de Direito. É vingança, e vingança não é justiça, pois é desprovida de função, buscando apenas a satisfação de um desejo, que em muitos casos é um desejo cruel.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Sérgio Luiz Souza. **Teoria geral do processo penal**/Sérgio Luiz Souza Araújo. Belo Horizonte: Mandamentos, 1999

BECCARIA, Cesare. **Dos delitos e das penas**/Cesare Beccaria; tradução de Paulo M. Oliveira; prefácio de Evaristo de Maraes. 2 ed. São Paulo: Edipro, 2015

BITTENCOURT, Cezar Roberto. **Teoria geral do delito**/Cezar Roberto Bittencourt, Francisco Muñoz Conde. São Paulo: Saraiva, 2000

BITTENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de direito penal**: parte especial 4: crimes contra a dignidade sexual até crimes contra a fé pública . Cezar Roberto Bitencourt. 13. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2019

BRASIL. **Coletânea básica penal**. 10. ed. Brasília, DF: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2020

BRASIL. Decreto-Lei 2848, de 7 de dezembro de 1940. Código Penal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del2848.htm#art232. Acesso em: abr/2021

CALLEGARI, André Luís; FONTENELE, Marília. **Criminologia midiática e seus reflexos no processo penal brasileiro**. Artigo na íntegra disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2020-abr-26/apon-tamentos-criminologia-midiatica-reflexos-processo-penal-brasileiro>> Acesso em: 01 mai, 2021.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Legislação Informatizada – Lei nº 12.015, de 7 de agosto de 2009 – Exposição de Motivos. Diário do Senado Federal – 19/09/2004, Página 29238 (Exposição de Motivos). Brasília – DF – Brasil. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2009/lei-12015-7-agosto-2009-590268-exposicaodemotivos-149280-pl.html>. Acesso em: abr/2021

CARNELUTTI, Francesco. **As misérias do processo penal**. Trad. José Antônio Cardinalli. Campinas: Conan, 1995

CUNHA, Rogério Sanches. **Manual de direito penal**: parte especial (arts. 121 ao 361) Rogério Sanches Cunha 9. ed. rev. ampl. e atual. Salvador: JusPODVIM, 2017

GOMES, Luiz Flávio. **Mídia, direito penal e vingança popular**. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/12956/midia-direito-penal-e-vinganca-popular>> Acesso em: 01 mai, 2021

GRECO, Rogério. **Código Penal**: comentado/Rogério Greco. 12. ed. Niterói: Impetus, 2018

HUNGRIA, Nélson. **Comentários ao código penal** Vol. VIII/Nélson Hungria, Romao Cortes de Lacerda. 3. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Revista Forense, 1956

HUNGRIA, Nélson. **Comentários ao código penal** Vol. VIII/Nélson Hungria, Romao Cortes de Lacerda, Heleno Cláudio Fragoso. 5. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Revista Forense, 1981

JESUS, Damásio E. de. 1935. **Código penal anotado**. Damásio E. de Jesus – 10. ed. rev. e atual. – São Paulo: Saraiva, 2000

MARCÃO, Renato. **Crimes contra a dignidade sexual** / Renato Marcão e Plínio Gentil. – 3. ed. – São Paulo: Saraiva Educação, 2018

NUCCI, Guilherme de Souza. **Crimes contra a dignidade sexual** – Comentários à lei n. 12.015, de 7 de agosto de 2009. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009

NUCCI, Guilherme de Souza. **Manual de direito penal**. Guilherme de Souza Nucci. – 16. ed. – Rio de Janeiro: Forense, 2020.

PODER 360 [site eletrônico]. Especialistas dizem que “estupro culposo” não foi citado no caso Mariana Ferrer. Disponível em: <<https://www.poder360.com.br/justica/especialistas-dizem-que-estupro-culposo-nao-foi-citado-no-caso-mariana-ferrer/>> Acesso em: 01 mai, 2021.

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. Resp: 173127 RS 1998/0031306-0, Relator: Ministro HAMILTON CARVALHIDO, Data de Julgamento: 19/08/1999, T6 – SEXTA TURMA, Data de Publicação: DJ 24.09.2001 p. 354 JBC vol. 42 p. 356. Disponível em: <https://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/302724/recurso-especial-resp-173127-rs-1998-0031306-0>. Acesso em: abr/2021.

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. Revista eletrônica, súmulas 593-600. Disponível em: https://www.stj.jus.br/docs_internet/revista/eletronica/stj-revista-sumulas-2017_46_capSumulas593-600.pdf. Acesso em: abr/2021.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. Informativo nº 99. Brasília, 9 a 13 de fevereiro de 1998. Data (páginas internas): 19 de fevereiro de 1998. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/arquivo/informativo/documento/informativo99.htm#Estupro%20e%20Presun%C3%A7%C3%A3o%20de%20Viol%C3%Aancia>. Acesso em: abr/2021.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. HC 73662, Relator(a): MARCO AURÉLIO, Segunda Turma, julgado em 21/05/1996, DJ 20-09-1996 PP-34535 EMENT VOL-01842-02 PP-00310 RTJ VOL-00163-03 PP-01028. Disponível em: <https://jurisprudencia.stf.jus.br/pages/search/sjur102498/false>. Acesso em: abr/2021

TÁVORA, Nestor. **Curso de direito processual penal**/Nestor Távora, Rosmar Rodrigues Alencar – 13. ed. rev. e atual. – Salvador: JusPodivm, 2018

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE MINAS GERAIS. Apelação Criminal 1.0710.17.002153-3/001, Relator(a): Des.(a) Paulo César Dias, 3ª CÂMARA CRIMINAL, julgamento em 11/09/2018, publicação da súmula em 21/09/2018. Disponível em: <https://www5.tjmg.jus.br/jurisprudencia/pesquisaNumeroCNJEspelhoAcordao.do;jsessionid=C8628C58C5D064F94095A59A1D90331B.juri_node1?numeroRegistro=1&totalLinhas=1&linhasPorPagina=10&numeroUnico=1.0710.17.002153-3%2F001&pesquisaNumeroCNJ=Pesquisar> Acesso em: 01 mai, 2021

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SANTA CATARINA. Apelação Criminal n. 0005476-38.2018.8.24.0036, de Jaraguá do Sul, rel. Hildemar Meneguzzi de Carvalho, Primeira Câmara Criminal, j. 31-10-2019. Disponível para consulta em: <http://busca.tjsc.jus.br/jurisprudencia/buscaForm.do#resultado_ancora> Acesso em: 01 mai, 2021.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS. APR: 329759620068070001 DF 0032975-96.2006.807.0001, Relator: GEORGE LOPES LEITE, Data de Julgamento: 07/02/2008, 1ª Turma Criminal, Data de Publicação: 25/03/2008, DJ-e Pág. 72. Disponível em: <https://tj-df.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/6602490/apr-apr-329759620068070001-df-0032975-9620068070001/inteiro-teor-102060461>. Acesso em abr/2021.

• • • • •

TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS: CONCEITOS GERAIS, E ESTUDOS EM EDUCAÇÃO NO BRASIL

Liliane da Conceição Rosa da Silva^{1}*

*Lúcio Alves de Barros^{2**}*

Resumo: Produzido no escopo da pesquisa de mestrado, “Evasão Escolar: Representações Sociais elaboradas por jovens moradores da Favela Nova Esperança (Santa Luzia)” desenvolvida no âmbito do Mestrado em Educação e Formação Humana da Universidade do Estado de Minas Gerais, o artigo discorre sobre a Teoria das Representações Sociais (TRS) apresentando, em um primeiro momento, uma breve descrição das origens desse campo teórico, das suas perspectivas de compreensão e análise da realidade social. Em um segundo momento, o artigo volta-se para a pesquisa em TRS no Brasil, em especial, para que é desenvolvida no campo da educação e que se debruça sobre a escola.

Palavras Chave: Teoria das Representações Sociais. Educação. Escola.

Perspectivas gerais de uma teoria

Se há uma década marcante no século XX, sem dúvida é a de 1960, nela o ocidente ferveu em meio a guerras, ditaduras militares, difusão dos meios de comunicação em massa, transformação dos meios de trabalho e revoluções comportamentais, culturais e intelectuais. Nesse contexto, entre impulsos e resistências, foram abertos vastos campos ao novo e tudo que poderia ser compreendido e passível de conhecimento. E é no início desta década, em 1961, que o psicólogo e teórico romeno radicado na França, Serge Moscovici, defende a tese “*La psychanalyse, son image et son public*”³, a partir da qual foi desenvolvida, no âmbito da Psicologia Social, um novo paradigma para se pensar a construção de um método de conhecimento. No bojo de uma análise interdisciplinar extensa, que

¹ * - Professora de Sociologia da rede estadual de Minas Gerais. Mestre em Educação pela UEMG.

² ** - Professor de Antropologia da Educação na Faculdade de Educação (FaE/CBH/UEMG) e Doutor em Ciências Humanas pela UFMG. A responsabilidade pelo artigo é nossa. Agradecemos os leitores que participaram da banca, os quais contribuíram muito mais do que conseguimos assegurar.

³ Publicado em primeiro pela Editora Zahar, depois pela Editora Vozes. MOSCOVICI, Serge. **A Psicanálise sua imagem e seu público**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

tem por referências principais as obras de Piaget, Vygotsky, Lévi-Bruhl, Wundt e Durkheim, a Teoria das Representações Sociais (TRS) foi apresentada por Moscovici como uma corrente de estudos situada na fronteira entre o psíquico e o social, o indivíduo e a sociedade, o micro e o macro.

Moscovici (2015) descreve as Representações Sociais como um conjunto de teorias do senso comum, um fato, um fenômeno social e cognitivo a partir do qual os elementos não familiares ao escopo dos conhecimentos já produzidos são convertidos em elementos familiares e assimiláveis, garantindo, assim, a inteligibilidade e a possibilidade da vida social. Segundo o autor, as Representações Sociais são essenciais à construção do pensamento porque, seja para os grupos ou para os indivíduos, “a ameaça de perder os marcos referenciais, de perder o contato com o que propicia um sentido de continuidade, de compreensão mútua, é uma ameaça insuportável”. (MOSCOVICI, 2015, p. 56). Tal como Durkheim, Moscovici defende que as Representações Sociais se impõe sobre os indivíduos. Produzem conhecimento e múltiplas sociabilidades provenientes de coerções que antecedem a individualidade. Ao se deparar com as representações diárias forjadas em comum cumpre ao investigador verificar e interpretar o que se repete conscientemente, inconscientemente ou que lhe parece familiar:

Representações são *prescritivas*, isto é, elas se impõem sobre nós com uma força irresistível. Essa força é uma combinação de uma estrutura que está presente antes mesmo que nós comecemos a pensar e de uma tradição que decreta o que deve ser pensado (MOSCOVICI, 2015, p. 36).

Conforme Moscovici (2015), para tornar o “não familiar” em familiar, as Representações Sociais operam a partir de dois mecanismos distintos e complementares: (1) a “ancoragem” e (2) “objetivação”. A ancoragem ou classificação se desenvolve quando um grupo recorre ao seu arcabouço de conhecimentos já elaborados para identificar, conferir sentido, classificar e nomear o novo, aquilo que ainda não fora representado. Uma vez ancorado, o novo conhecimento possui as bases necessárias para ser compartilhado na experiência comunicativa. Importa frisar que a ancoragem tem por suporte a memória social e individual e evoca necessariamente o passado, pois o que confere sentido a uma nova Representação Social são os conhecimentos que a precedem. O segundo mecanismo, a objetivação, refere-se ao processo de identificação icônica de uma Representação Social e implica a naturalização da referência a seu aporte imagético por aqueles que a referenciam. Nesse processo é importante a seleção e a (des)contextualização, bem como a formação de um núcleo naturalizado e também figurativo. As representações sociais são contextualizadas e organizadas em relação a um núcleo central, o qual unifica e dá significados e sentidos a um grupo social. Ele é

composto por um complexo de representações individuais oriundas de condições sociais e culturais forjadas por determinado grupo.

Moscovici não se interessou apenas pelo processo de construção do conhecimento engendrado nas Representações Sociais, mas também pelo entendimento dos mecanismos como esse conhecimento afeta e é afetado pelas práticas sociais. Nessa perspectiva, conforme Oliveira (2004), Moscovici debruçou-se sobre o tripé grupos/atos/ideias, compreendendo-o como elemento constitutivo e transformador de uma sociedade. Isto, pois, é “em função das representações e não necessariamente das realidades que se movem os indivíduos e coletividades” (OLIVEIRA, 2004, p.182).

Na perspectiva da Teoria das Representações Sociais (TRS), sem abusar da redundância, a vida social se constitui a partir dos movimentos comunicativos com os quais os sujeitos interagem entre si e dão significado aos seus contextos de vida. Lidas, não como conceitos apenas, mas como fenômenos que convencionalizam objetos e prescrevem interpretações, as Representações Sociais dizem do arcabouço e dos mecanismos operacionais a partir dos quais a vida social se torna possível, tendo em vista os processos com que conteúdos coletivos, socialmente compartilhados, são internalizados e conferem sentido e orientação à ação de sujeitos individuais.

Sobre a produção das Representações Sociais, importa dizer que uma das condições da modernidade é a intensa diferenciação social que a caracteriza; grupos diversificados ocupam cada qual seu espaço e se inter-relacionam na formação do tecido social. Como consequência dessa diferenciação, multiplicaram-se as possibilidades de pertença dos sujeitos, bem como os centros de produção das informações, verdades, imagens, ideias e visões de mundo que os orientam individual e coletivamente. Sobre a relação entre tais condições e as Representações Sociais, Arruda (2002) afirma que “em sociedades complexas, multifacéticas, na era da informação e da velocidade das comunicações, a Representação Social é característica da organização do pensamento social” (ARRUDA, 2002, p.16).

Ainda sobre as características constitutivas das Representações Sociais, importa considerar a distinção entre o universo reificado, associado ao campo científico e à contínua especialização com que a vida social é organizada, e o universo consensual, próprio das Representações Sociais, constituído a partir do encontro horizontal entre os sujeitos que partilham uma dada realidade. Assim, elaboradas como expressão do senso comum e do cotidiano não reificado, as Representações Sociais são uma forma de construção consensual do conhecimento, típica da modernidade, cujos conteúdos respondem aos contextos sócio históricos dos grupos de onde emergem. É preciso dizer, que as Representações Sociais não são uniformes no todo de uma dada sociedade e não possuem alcance universal, sua eficácia está atrelada às particularidades dos grupos em que vigoram, dos

quais se constituem como elemento identitário. Nesse sentido, “elas seriam da natureza mesma dos grupos sociais que as criam, e sua eficácia - tanto prática como simbólica - dependeria dessa inserção, e não poderia jamais ter um sentido universal” (OLIVEIRA, 2004, p.183). Nas palavras de Moscovici (2015, p. 46):

As representações sociais devem ser vistas como uma maneira específica de compreender e comunicar o que nós já sabemos (Grifos do autor). Elas ocupam, com efeito, uma posição curiosa, em algum ponto entre conceitos, que têm como seu objetivo abstrair sentido do mundo e introduzir nele ordem e percepções, que reproduzam o mundo de forma significativa. Elas sempre possuem duas faces, que são interdependentes, como duas faces de uma folha de papel: a face icônica e a face simbólica. Nós sabemos que: representação = imagem/significação; em outras palavras, a representação iguala toda imagem a uma ideia e toda ideia a uma imagem

As Representações Sociais, como mecanismos fixos e fluidos, estáveis e mutáveis, dizem do modo como as sociedades, internamente diferenciadas, produzem conhecimentos que, compartilhados, garantem o estabelecimento de um substrato estável para a vida social no interior de cada grupo ou coletividade e na relação entre estes. Elas remetem à existência de uma fala cultural e historicamente possível, via o compartilhamento, pela linguagem, de cognições, crenças, simbolismos, opiniões, avaliações e afetos; manifestando-se nos costumes, conversações, gestos, relações, textos e imagens que permeiam a vida coletiva.

Na TRS, parte-se da premissa de que a realidade é condicionada por convenções, as quais são endossadas, questionadas, ressignificadas a partir da linguagem, assumida em seus diversos canais e expressões, como um útero onde é gestada a construção social e psíquica do humano, e como um substrato, porque é ela, a linguagem, que por meio dos seus campos semânticos alimenta os sentidos do pensamento e da comunicação e permite, aos sujeitos, se localizarem (ALEXANDRE, 2004).

Como construções comunicacionais, as Representações Sociais são também fenômenos de linguagem e, por isso, criam realidades ao serem base e, concomitantemente, resultado das interações humanas. O olhar a partir da TRS identifica a construção da realidade como um movimento dialético, no qual indivíduo e sociedade se retroalimentam em constantes processos de ruptura e/ou continuidades. Nesta dialética, as Representações Sociais, como fenômenos integrais, configuram-se como estruturas estruturantes de pensamentos, práticas e atitudes elaboradas e localizadas social e subjetivamente.

O caráter integral das Representações Sociais manifesta-se, também, na capacidade com que estas não apenas descrevem, mas prescrevem a realidade, tendo em vista uma dinâmica que faz confluir os tempos da vida. Importa frisar este aspecto, pois, como salientou Moscovici, no processo comunicativo as Representações Sociais permitem que os sujeitos, a partir do passado, se localizem no presente e, em decorrência disso, elaborem psicossocialmente o sentido de suas ações futuras. Segundo o autor: “o poder e a clareza peculiares das representações derivam do sucesso com que elas controlam a realidade de hoje através da de ontem e da continuidade que isso pressupõe”. (MOSCOVICI, 2015, p. 38).

Para a TRS, não há que se falar em dicotomia entre a sociedade e o indivíduo, pois parte-se do princípio de que o indivíduo participa ativamente da construção da sociedade, ao passo em que é formado por ela. Nessa perspectiva, o social ao ser internalizado pelos sujeitos, o é de modo ativo e reflexivo, o que permite explicar a maleabilidade das Representações Sociais e sua adaptabilidade, enquanto conteúdos compartilhados, às tomadas de decisão individuais. Nesse sentido, as Representações Sociais configuram-se como um pensamento social que é singularizado no contato com o arcabouço específico de quem o internaliza, arcabouço que, por sua vez, se constitui no curso das experiências e pertencas sociais de cada sujeito. Nessa relação dialética, em que o individual e social encontram-se irremediavelmente amalgamados, novas Representações Sociais podem ser formadas e antigas podem deixar de existir ou se transformar, visto que o funcionamento do aparelho psíquico e do sistema social incide sobre as Representações Sociais assim como é afetado por elas.

CAMPOS DE ESTUDOS EM REPRESENTAÇÕES SOCIAIS NO BRASIL

De acordo com os apontamentos de Almeida (2009), Silva *et al.* (2009), Martins *et al.* (2014), Sá e Arruda (2000) e Santos *et al.* (2012), os estudos em TRS são inaugurados no Brasil após o regresso de pesquisadores brasileiros que tomaram contato com a teoria em centros de pesquisas europeus. A princípio, o desenvolvimento da TRS se estabelece nas regiões nordeste, centro-oeste e sul, áreas consideradas periféricas, quando comparadas ao sudeste em termos de volume e visibilidade de produção científica. Assim como na Europa, os estudos em TRS enfrentaram no Brasil um período de ostracismo em decorrência das críticas enunciadas pela psicologia social de viés comportamental e marxista. Contudo, superadas estas primeiras resistências, a TRS se mostrou uma alternativa interessante para o entendimento de diversos problemas sociais decorrentes da condição de subdesenvolvimento do país.

As décadas de 1980 e, principalmente, 1990, são essenciais para a compreensão do processo de crescimento da TRS no Brasil. Em 20 anos, o espaço ocupado pela teoria se expandiu em termos

de visibilidade e alcance, dadas a construção de pontes com expoentes europeus, tais como Denise Jodelet (2001, 2009), Robert M. Farr (2004), e a organização de eventos com vistas a reunião de pesquisadores nacionais (GUARESCHI e JOVCHELOVITCH, 1994).

Em pesquisa sobre os grupos de estudos em Representações Sociais cadastrados no Conselho Nacional de Desenvolvimento Tecnológico e Científico (CNPQ), Martins *et al.* (2014) afirmam que a cobertura da teoria se estende por todas as regiões do país, sendo o sudeste, nordeste e sul os polos de concentração desses grupos. Em relação às grandes áreas de conhecimento, as Ciências Humanas, Ciências da Saúde, Ciências Sociais Aplicadas e a Linguística, Letras e Artes são as que mais utilizam propostas metodológicas centradas na TRS, o que, entre outros fatores, evidencia a potencialidade multidisciplinar da teoria. No âmbito das Ciências Humanas, a Psicologia e a Educação são as áreas que mais possuem grupos de estudos em Representações Sociais. De acordo com os autores, o grande interesse do campo da Educação na TRS é consequência da potencialidade dessa corrente teórica para explicar contextos sociais, históricos e institucionais que se encontram em constantes mudanças. Paralelo a isso, a TRS também se mostra eficaz para compreender os modos como atores diversos representam socialmente determinadas situações, atores que, por vezes, se encontram inscritos em um mesmo arcabouço institucional, o que é, para a Educação, um aspecto relevante, devido à multiplicidade dos sujeitos e grupos sociais envolvidos em processos educativos e passíveis de serem pesquisados.

REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E EDUCAÇÃO NO BRASIL: LEITURAS SOBRE A ESCOLA.

O campo da Educação constitui-se como um *locus* privilegiado quanto ao uso da TRS no Brasil, sendo esse referencial aplicado, principalmente, ao estudo de instituições escolares e de seus sujeitos, tais como professores, estudantes, funcionários e responsáveis pelos alunos e alunas. O estudo da escola revela-se profícuo para visualização das diferenças e aproximações entre o universo reificado, elaborado em bases científicas, especializadas e impessoais e o universo consensual atrelado às construções horizontais levadas a cabo por aqueles que partilham uma dada realidade. Isto, pois, como instituição reificada, a escola é idealizada quanto a sua forma e função, porém, uma vez experienciada, é descrita, no plano consensual, a partir do vivido por aqueles que nela se inserem e se inter-relacionam. A seguir serão apresentados alguns estudos que discorrem sobre a interface entre TRS e Educação, a partir deles é possível visualizar o quanto essa corrente teórica pode contribuir para uma melhor compreensão das diversas perspectivas pelas quais o espaço escolar é concebido, experienciado e comunicado.

Conforme Crusoé (2004), as práticas sociais não se encontram vinculadas a uma realidade objetiva, mas à representação dos atores sobre essa realidade, o que indica a importância de se compreender quais são e como operam as Representações Sociais sobre a escola que permeiam um universo maior, universo escolar. Nesse sentido, a autora afirma que:

se entendemos que os comportamentos dos sujeitos não são determinados pelas características objetivas da situação, mas sim pela representação dessa situação, as pesquisas a partir dessa perspectiva abrem possibilidades de verificação das práticas escolares, tomando como ponto de partida o conteúdo das representações (CRUSOÉ, 2004, p. 113).

Crusoé (2004) afirma ainda que os estudos em TRS no campo educacional propiciam a compreensão sobre os modos como o conhecimento é disseminado no ambiente escolar, tendo em vista a interface entre os saberes científicos e os saberes do senso comum, o qual não deve ser desconsiderado no processo de ensino e aprendizagem. Nessa perspectiva, a autora ressalta que:

o fato da teoria das Representações Sociais considerar o conhecimento de senso comum como um conhecimento verdadeiro, permite explicar determinadas práticas nas escolas, na medida em que, identificar as representações dos professores e alunos em relação a um determinado objeto, pode nos ajudar a compreender algumas questões de sala de aula (CRUSOÉ, 2004, p. 113).

Em Ponte (2005) é possível encontrar um primoroso trabalho no qual, a partir da análise de jornais publicados na cidade de Teresina, é traçado um panorama de como a escola pública foi retratada no período entre 1960 e 1985. De acordo com a autora, na década de 1960 as Representações Sociais sobre a escola pública diziam de uma instituição positivamente avaliada pela opinião pública, tendo em vista a prestação de um serviço de qualidade, considerado como privilégio da elite e de figuras ilustres. Estudar na escola pública dessa década era sinônimo de projeção social e um passo importante para o ingresso na universidade. Esse cenário se modifica na década de 1970, na qual a escola pública vivencia um duplo processo que transforma suas estruturas. Observa-se, por um lado, a diminuição dos recursos públicos destinados a educação, por outro, tem-se a ampliação no número de estudantes e a diversificação da origem social dos alunos atendidos, dada a perspectiva de universalização do ensino elementar, a qual incluía um projeto de anos, a escolarização dos mais pobres. Nessa década, as Representações Sociais sobre a escola pública nos jornais de Teresina dizem de uma instituição que, em transformação, passa a não corresponder às expectativas que sobre ela recaem. É nesse contexto que se verifica um crescimento das escolas particulares como

resposta às demandas por aprovação no vestibular. Por fim, as Representações Sociais sobre a escola, na primeira metade da 1980, refletem o agravamento da desestruturação iniciada nos anos de 1970, em virtude da não correspondência entre o orçamento destinado à educação e às necessidades financeiras relativas ao sustento de uma instituição ampliada e de qualidade. Ao passo que a sociedade cobra mais verbas para as escolas públicas, o que se vê nos jornais é o retrato de uma instituição degradada em suas estruturas materiais e humanas e, nesse contexto, as péssimas condições salariais dos professores marca a consequente desvalorização do magistério. Em uma reflexão sobre a escola pública dos anos 2000, Ponte (2005) afirma que no contínuo de uma espiral de degradação e tendo passado pelos dogmas de um “Estado neoliberal”, as Representações Sociais a descrevem como uma instituição inoperante.

Alves-Mazzoti (2008), em estudos sobre o uso da TRS no campo da Educação, apresenta uma gama de temas que essa teoria permite abordar, desde os fenômenos micro observáveis, como o ambiente interativo de uma sala de aula, a fenômenos macro observáveis, como a incidência do fracasso escolar na realidade educacional das classes desfavorecidas, sendo, essa última, uma situação que estudos em TRS poderiam ajudar a prevenir. Por permitir a compreensão dos sistemas a partir dos quais os sujeitos ancoram a realidade, esse referencial se mostra propício ao desenvolvimento de pesquisas sobre o ensino, a aprendizagem e os mecanismos psicossociais que atuam no processo educacional. Nesse sentido, a autora afirma:

A consideração dos grandes sistemas organizados de significações que constituem as Representações Sociais é útil à compreensão do que se passa em classe durante a interação educativa propriamente dita, tanto do ponto de vista dos objetos do conhecimento a ser ensinado quanto dos mecanismos psicossociais em ação no processo educacional. A consideração desses sistemas é essencial à superação dos problemas que levam ao fracasso escolar (ALVES-MAZZOTI, 2008, p. 40).

Ao analisar as Representações Sociais sobre a escola a partir de “meninos trabalhadores” e “meninos de rua”, Alves-Mazzoti (2008) diz da identificação de uma escola idealizada e de uma escola vivida. Segundo a autora, essa instituição:

não é vista de forma positiva por nenhum dos grupos focalizados: embora haja menção a uma escola ideal, abstrata, que “é importante”, “ajuda a ser alguém na vida”, ao falar da escola real nenhum dos grupos tem dela uma visão que possa justificar sua ligação com o trabalho e o futuro. As professoras são retratadas como pessoas “chatas”, “grossas”, que “vivem gritando”, “não respeitam o aluno”, “não tratam todos da mesma maneira”, nem se

esforçam para que ele aprenda. Mas o aspecto central na representação da escola entre os meninos trabalhadores é a desorganização: falta de professores, professores que faltam, alunos que fazem o que querem e a sujeira (dos prédios, das salas, dos banheiros) são os principais aspectos mencionados (ALVES-MAZZOTI, 2008, p. 36).

Conforme Azevedo e Cerqueira (2012), a escola contemporânea constitui-se como um artefato cultural que, após diversas transformações históricas, é tida como responsável pelo pleno desenvolvimento dos indivíduos, tendo em vista uma perspectiva inclusiva de construção da cidadania em meio a diversidade e pluralidade social. Sobre os sentidos da escola, as autoras afirmam que esses são sustentados pelos atores nela inscritos e não se pode falar de uma Representação Social que seja universal e aplicável a todas as instituições escolares. Ao contrário, o que se tem são Representações Sociais múltiplas, associadas à experiência social e temporal dos sujeitos que dão corpo a cada instituição. Em função dos mecanismos de construção das Representações Sociais, Azevedo e Cerqueira (2012) afirmam que, para serem compreendidas, as Representações Sociais sobre a escola que vigoram no tempo presente devem ser contextualizadas em relação às Representações Sociais que as ancoraram, tanto aquelas acerca da escola, quanto as de outras situações/instituições sociais. Nesse sentido, como resultado de uma pesquisa realizada com professoras do Ensino Fundamental, as autoras verificaram que a escola é representada pelas profissionais como sendo uma extensão da casa do aluno, situação que, no desenvolvimento da docência, espelha a naturalização e reprodução dos padrões associados às mulheres na divisão social do trabalho. Dessa forma, as autoras apontam que:

Em relação à Representação Social da escola pública de 1º ao 5º ano na perspectiva das professoras do presente estudo existe uma objetivação, uma transposição do conceito dessa escola para a imagem de “extensão de lar” que guarda estreita relação com a figura feminina como face educadora. Essa objetivação está ancorada em condicionantes anteriores, a escola “primária”, que era entendida como trabalho próprio de mulheres, uma extensão dos cuidados com os filhos, reforçando assim tendências femininas naturais à profissão, atribuindo um conteúdo sexista à profissão docente. (AZEVEDO E CERQUEIRA, 2012, p. 13).

Outras Representações Sociais sobre a escola encontradas no estudo de Azevedo e Cerqueira (2012) remetem ao entendimento da instituição escolar como espaço formativo legítimo e indispensável para que os sujeitos alcancem bem-estar social e econômico, espaço cuja qualidade remete diretamente à figura do professor. Nas palavras das autoras:

A Representação Social sobre escola, na perspectiva do grupo de professoras estudado é permeada por uma ideologia dominante que entende a escola como detentora do saber científico, naturalmente boa, passaporte para o futuro melhor, as professoras compartilham de uma ideia em prol de uma escola que imprima a marca da qualidade. [...] Na fala das professoras, observa-se a expectativa de que a escola seja: “o caminho prá recomeçar”, “oportunidades na vida”, “transformar”, “futuro positivo”, “lugar de mudar comportamento”, inserção na sociedade”. A escola representada pelas professoras é a escola de qualidade, essa escola de qualidade está também ligada ao professor de qualidade (AZEVEDO E CERQUEIRA, 2012, p. 13-11).

Para Alves (2012), a escola constituiu-se como um local de interação e educação, trata-se de uma instituição que pretende a transmissão de uma racionalidade científica e que, na modernidade, orientou a construção e manutenção de sentidos hegemônicos no interior de uma sociedade. Longe de serem neutras, as ações educativas realizadas na escola reproduzem forças macro contextuais e ligam os indivíduos aos padrões sociais vigentes. No interior desse campo relacional, tornar-se aluno é, segundo a autora, uma construção que envolve a assimilação de regras morais e de condutas, cujos significados se imiscuem na atual pluralidade de sentidos que caracteriza os tempos pós-modernos. Ao pesquisar as Representações Sociais com que alunos se auto referenciam, a autora constatou que essas se encontram atreladas à “bagunça”, à “indisciplina” e à “amizade”, bem como à necessidade de sucesso nos processos avaliativos. Alves (2012) verifica que o jogo reflexivo entre as Representações Sociais sobre a escola e as auto representações dos alunos sustenta-se sob uma contradição: “a escola é associada ao estudo” e, a “figura do aluno é associada à bagunça”. Sobre essa relação, a autora assevera que:

A ideia de escola está ainda intimamente ligada à questão da disciplina e do papel dos alunos como constituintes da instituição de ensino. Se o núcleo central da representação de escola é “estudar” e os alunos dizem que a instituição não parece uma escola, “porque eles não respeitam nada”, denota-se uma ligação entre uma necessidade de disciplina que possibilite a esses alunos o ato de estudar” (ALVES, 2012, p.132. Grifos da autora).

No que tange ao desenvolvimento das habilidades preconizadas pela escola, tendo em vista a construção de Representações Sociais sobre a instituição escolar e de auto representações dos alunos sobre si, Alves (2012) aponta, ainda, para o reconhecimento de Representações Sociais associadas à figura dos professores, considerados como sujeitos centrais no processo de ensino e aprendizagem. “Em sua função de ensinar e promover a aprendizagem, o professor inspira a construção

de sentidos que vai muito além das perspectivas puramente técnicas da transmissão de conteúdos escolares” (ALVES, 2012, p.130).

A partir da produção dos estudantes do Ensino Fundamental, Lima (2014) afirma que as Representações Sociais dos estudantes sobre a escola têm implicações diretas nos modos como esses vivenciam a experiência educativa escolar. Nesse sentido, “identificar, compreender e problematizar as Representações Sociais de escola que circulam entre a comunidade dos alunos, usuários primeiros dessa instituição, é importante, pois tais representações podem favorecer ou inviabilizar o processo educativo” (LIMA, 2014, p. 123). Na produção analisada pela autora, uma das Representações Sociais com que a escola é identificada aponta que a instituição escolar é compreendida como espaço cuja função é a de garantir o acesso ao conhecimento. Nessa perspectiva, a escola é pensada:

sob a ótica de sua função. Função esta compreendida pelos anos, na medida em que eles a representam como espaço privilegiado para a aquisição dos conhecimentos socialmente valorizados. [...] Depreendem-se, destas referências, a importância e o gosto de ler e escrever, bem como a preferência por esta ou aquela disciplina, além da valorização da instituição escolar como transmissora de conhecimentos e também como fonte de motivação para aprender (LIMA, 2014, p. 93).

Quanto ao aprender, esse é representado, segundo a autora, como gradual e resultado da ação dos professores:

Pode-se depreender uma representação sobre o próprio ato de aprender: o aprender é gradual e exige a atitude intencional de ensino por parte do professor. [...] A ação intencional do professor faz-se necessária no processo de aprender algo que ainda não se sabe [...] também é de vital importância essa ação do professor para aqueles que sabem um pouco, mas compreendem que é preciso avançar. (LIMA, 2014, p. 97)

Lima (2014) afirma, ainda, que a escola é representada socialmente como um lugar importante para o desenvolvimento de vínculos sociais e, nessa esteira, de atividades brincantes.

As análises sugerem que as crianças representam a escola como um local privilegiado tanto para o desenvolvimento intelectual, conforme foi apresentado, quanto social, no sentido da valorização das relações que ali ocorrem. Relações que se dão com os pares, os colegas, e com os professores [...] Fazer amigos na escola e brincar com eles é algo muito enfatizado pelos alunos investigados, sendo outro dos grandes destaques do estudo, atividade que aparece entrelaçada com o tema das relações: afinal, quem brinca,

na maior parte das vezes, brinca com alguém. No caso da escola, as brincadeiras acontecem com os colegas, que se tornam amigos para além dos seus muros (LIMA, 2014, p. 107-113).

Os trabalhos analisados também permitem concluir que a escola é representada socialmente como sendo um portal para melhorias nas condições de vida dos sujeitos, tendo em vista a relação direta entre o processo de escolarização e o ingresso no mundo do trabalho. Segundo a autora:

É como preparadora para o mercado de trabalho que a escola é representada e relacionada ao futuro. [...] O contexto e a identidade dos alunos da pesquisa explicam tal representação: vindos de famílias da classe trabalhadora, de um bairro periférico e violento, a inserção no mercado [...] é considerada a via direta para a melhoria de vida e para a inserção social. (LIMA, 2014, p. 104-102)

Ao analisar peças audiovisuais postadas no Youtube por alunos de duas escolas estaduais do município de Macaé, Matos (2016) afirma que a escola é representada socialmente como um lugar de diversão. Conforme o autor, os vídeos permitem observar que, nas escolas analisadas, as normas e tradições são desafiadas a partir de um comportamento carnavalesco sustentado pelos alunos, que em suas ações subvertem a ideia de concentração e silêncio. Dentro desse contexto, e substancialmente relevante para a estruturação do mesmo, a escola também é representada como lugar de amizades.

As relações afetivas estabelecidas dentro das instituições escolares são um dos alicerces fundamentais dessa estrutura social e política [...] As relações sentimentais, como as amizades e os amores fraternos, e as práticas lúdicas, tais como as brincadeiras, as músicas, as danças, os jogos, as piadas e as iniciativas culturais, subvertem um status quo da representação tradicional da escola como lugar do ensino e da aprendizagem e o transformam em lócus de relações afetivas e de ações de carnavalização da instituição (MATOS, 2016, p. 139 – 134).

No contexto da Modernidade, a escola constituiu-se como uma importante instituição social, por ela espera-se que passem todas as crianças e adolescentes. A ela atribui-se a função de formar os sujeitos em relação aos conhecimentos considerados relevantes para o desenvolvimento dos indivíduos e da sociedade. É também uma instituição que, no Brasil, vivencia diversos desafios quanto às relações que abriga e aos resultados que dela se espera. Nesse sentido, referenciais que permitam conhecê-la são extremamente importantes. Os estudos acima apresentados sobre a in-

terface entre Representações Sociais e Educação ajudam a visualizar as potencialidades da TRS para uma melhor compreensão da escola, levando-se em consideração, principalmente, a possibilidade de acessar os distintos modos como os sujeitos inseridos nessa instituição a veem e os modos como agem em relação a ela. Tais condições são importantes pois interferem, significativamente, no desempenho das instituições escolares, no impacto das mesmas e nos modos como são socialmente comunicadas e avaliadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No aspecto coletivo, as Representações Sociais se inscrevem no plano da comunicação, da linguagem e do conhecimento generalizado no todo em um determinado grupo ou coletividade social. No campo individual, as Representações Sociais são provenientes de mecanismos cognitivos de formação do pensamento e permitem aos sujeitos a compreensão e construção de balizas significativas de orientação (objetivação) de suas ações, utilizando para isso as imagens e as linguagens ancoradas em símbolos.

Os trabalhos acima apresentados, todos eles versando sobre o uso da TRS no campo da educação, nos permitem visualizar quão amplos podem ser os objetos, os sujeitos, os sentidos e as práticas escolares analisados no escopo de um referencial teórico que parte tanto da psique humana como dos determinantes sociais já consolidados. Moscovici, sem dúvida, conseguiu o que temos chamado de um campo “meso”, sem determinantes macrosociais e micro observáveis. Obviamente, sua proposta carrega seus problemas, especialmente na dificuldade de encontrar o núcleo central dos problemas que se observam. O que, na verdade é o desafio de cada pesquisa. Contudo, é clara sua proposta e foi enorme a sua influência em pesquisas tanto na França como no Brasil e nos EUA.

Sua contribuição vai além da capacidade descritiva e, na Educação, aponta para a identificação da potencialidade prescritiva da TRS, tendo em vista a possibilidade de, a partir dos resultados de pesquisa, serem construídas alternativas para a resolução de diversos problemas atrelados a experiência da escola na sociedade brasileira contemporânea. Possivelmente mais que isso, pois atores cognoscentes nas instituições escolares não faltam para a TRS. Desde as relações entre alunos e alunas, entre professores, funcionários até sociabilidades fora e no interior da comunidade escolar a TRS serve como luva. Como visto, em geral identifica-se com clareza a imagem que os estudantes fazem da escola. Percebe-se com detalhes, devido a força da descrição, as condições objetivas dos professores, dos discentes ou da própria instituição no qual tais atores estão inseridos. E, não é lícito deixar de fora, toda possibilidade de encontrar representações sociais provenientes da escola a respeito de outros atores que passaram nos últimos anos a fazer parte do seu dia a dia. Não ao acaso,

a TRS, no campo da educação ganhou campo e magnitude tornando-se um poderoso conceito e método para inserção de novos projetos e identificação de possíveis extensões.

REFERÊNCIAS

ALEXANDRE, Marcos. Representação Social: uma genealogia do conceito. Rio de Janeiro, **Comum**, v.10, nº.23, p. 122-138. 2004.

ALMEIDA, Ângela Maria de Oliveira; SANTOS, Maria de Fátima de Souza; TRINDADE, Zeide Araújo. Representações e práticas sociais: contribuições teóricas e dificuldades metodológicas. São Paulo. **Temas em Psicologia da SBP**, v.8, nº.3, p. 257-267, 2000.

ALMEIDA, Ângela Maria de Oliveira. Abordagem societal das Representações Sociais. Brasília. **Sociedade e Estado**, v. 24, nº. 3, p. 713-737. 2009.

ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith. Representações Sociais: aspectos teóricos e aplicações à Educação. São Paulo. **Revista Múltiplas Leituras**, v.1, nº. 1, p. 18-43, jan./jun. 2008.

ALVES, Walcéa Barreto. **A escola no espelho**: as representações do aluno. Tese (Doutorado) - Universidade Federal Fluminense (UFF), Faculdade de Educação. Rio de Janeiro. 2012.

ARRUDA, Ângela. As Representações Sociais: desafios de pesquisa. **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis, Especial Temática, p.09-23, 2002.

AZEVEDO, Kátia Rosa; CERQUEIRA, Teresa Cristina Siqueira. O olhar do professor sobre a escola: um estudo de Representações Sociais. **VI Colóquio Internacional: Educação e Contemporaneidade**. São Cristóvão, set. 2012.

CALSA, Geiva Carolina; ARAÚJO, Karina de Toledo. A Teoria das Representações Sociais (TRS) e a psicologia social como fundamentos para as reflexões sobre a constituição de saberes, as significações de práticas sociais e a escola. **XI Congresso Nacional de Educação** - Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, set. 2013.

CRUSOÉ, Nilma Margarida de Castro. Teoria das Representações Sociais em Moscovici e sua importância para a pesquisa em Educação. Vitória da Conquista. **APRENDER - Cad. de Filosofia e Psicologia da Educação**. Ano II, nº. 2, p. 105-114, 2004.

FAAR, Robert M. **As raízes da Psicologia Moderna**. Petrópolis: Ed. Vozes, 2004.

GILLY, Michel. As representações Sociais no campo educativo. Curitiba. **Revista Educar** nº. 19, p.231-252. 2002.

GUARESCHI, Pedrinho e JOVCHELOVITCH (Org). **Textos em Representações Sociais**. Petrópolis: Ed. Vozes, 1994.

JODELET, Denise (Org.). **As representações sociais**. Rio de Janeiro: Ed. EdUERJ, 2001.

JODELET, Denise. O movimento de retorno ao sujeito e a abordagem das Representações Sociais. Brasília/DF. **Sociedade e Estado**, v. 24, nº. 3, p. 679-712. 2009.

JODELET, Denise. Représentations sociales: un domaine en expansion. In D. Jodelet (Ed.) **Les représentations sociales**. Paris: PUF, 1989, pp. 31-61. Tradução: Tarso Bonilha Mazzotti. Revisão Técnica: Alda Judith Alves- Mazzotti. UFRJ- Faculdade de Educação, dez. 1993.

LEANDRO, Leonardo Dantas. **Representações sociais da Escola SESC de Ensino Médio (integral e residência) por seus alunos egressos**. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Estácio de Sá. Rio de Janeiro, 2014.

LIMA, Cinthia V. Brum. **Representações sociais da escola em produções de alunos do Ensino Fundamental**. Dissertação de mestrado, UNICAMP, Faculdade de Educação. Campinas, 2014.

LOPES, Telma Jannuzzi da Silva. **As Representações Sociais e a educação**. XI Congresso Nacional de Educação – Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, set. 2013.

MARTINS, Alberto Mesaque; CARVALHO, Cristiene Adriana da Silva; ANTUNES-ROCHA, Maria Isabel. Pesquisa em Representações Sociais no Brasil: cartografia dos grupos registrados no CNPq. São Paulo. *Revista Psicologia: Teoria e Prática*, v.16, nº.1, p.104-114. 2014.

MATOS, Ricardo Valadão Siqueira. **Estudantes equipados: as Representações Sociais da escola pública em audiovisuais postados no Youtube**. Tese de Doutorado - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Educação. Rio de Janeiro, 2016.

MOSCOVICI, Serge. **A Psicanálise sua imagem e seu público**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

MOSCOVICI, Serge. **Representações Sociais: investigações em Psicologia Social**. 11ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

OLIVEIRA, Márcio. Representações sociais e sociedades: a contribuição de Serge Moscovici. São Paulo. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v.19, nº.55, p.180-186, 2004.

PONTE, Maria Gláucia Ferreira. **As Representações Sociais da Escola Pública nos Jornais de Teresina (1960-1989)**. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2005.

SÁ, Celso Pereira; ARRUDA, Ângela. O estudo das Representações Sociais no Brasil. **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis, Especial Temática, p.11-31, 2000.

SÁ, Celso Pereira. Representações Sociais: teoria e pesquisa do núcleo central. São Paulo. **Temas em Psicologia**, nº.3, 1996.

SILVA, Neide de Melo Aguiar (Org.). **Representações Sociais em educação**: determinantes teóricos e pesquisas. Blumenau: Ed. EDIFURB, 2009.

SANTOS, Maria de Fátima de Souza; MORAIS, Edclécia Reino Carneiro; NETO, Manoel de

Lima Acioli. A Produção Científica em Representações Sociais: Análise de Dissertações e Teses Produzidas em Pernambuco. Porto Alegre. **PSICO** v. 43, nº. 2, pp. 200-207. 2012.

SANTOS, Maria de Fátima de Souza. Representação social e a relação indivíduo-sociedade.

Ribeirão Preto. **Temas em Psicologia**, nº. 3: Ribeirão Preto, 1994.



O PATRIMÔNIO HISTÓRICO E AMBIENTAL COMO MECANISMO DE SUPERAÇÃO DA TRAGÉDIA EM BRUMADINHO:

POSSIBILIDADES DE VIVÊNCIAS PEDAGÓGICAS EM PAISAGENS URBANO-RURAS NO VALE DO MÉDIO PARAÓPEBA, MG

Vagner Luciano de Andrade¹

Priscila Abreu Costa²

Patrícia Abreu Costa³

RESUMO: Nunca se poderá esquecer Córrego do Feijão, cujos danos socioambientais atingiram grande parte da Bacia Hidrográfica do Rio Paraopeba. O presente artigo versa sobre a importância da educação para o patrimônio cultural e ambiental no contexto escolar do Município de Brumadinho - MG, em resposta positiva à nuance negativa que se formou e consolidou sobre a cidade, após o rompimento da barragem em 25 de janeiro de 2019. A partir dos referenciais em educação patrimonial e guias culturais e turísticos impressos pela prefeitura municipal, buscou-se enaltecer a beleza e potencialidade da municipalidade, com vistas a evidenciar a reconstrução de sua história, fundamentada, na agroecologia, no turismo cultural, no ecoturismo e no turismo rural. O artigo utilizou além desses referenciais teóricos, quatro artigos científicos, utilizando metodologicamente, uma alternância entre informações da urbe, no contexto atual e lembranças da tragédia, convocando à reflexão e à transformação das perspectivas locais, evocando ao desenvolvimento. Se

¹ Bacharel-licenciado em Geografia e Análise Ambiental (UNI-BH/2007), Licenciado em História (UNICESUMAR/2018) e especialista na área de Educação, Patrimônio e Paisagem Cultural (Filosofia da Arte e Educação, Metodologia de Ensino de História, Museografia e Patrimônio Cultural, Políticas Públicas Municipais). Licenciado em Ciências Biológicas (FIAR/2018), Tecnólogo em Gestão Ambiental (UNICESUMAR/2019) e especialista na área de Educação, Patrimônio e Paisagem Natural (Administração escolar, Orientação e Supervisão, Ecologia e Monitoramento Ambiental, Gestão e Educação Ambiental, Metodologia de Ensino de Ciências Biológicas). Mestre em Direção e Consultoria Turística, área de concentração em Turismo Sustentável pela Universidad Europea Del Atlántico (Espanha)

E-mail: botafogo321@yahoo.com.br

² Técnica Ambiental e de Segurança pela Escola Técnica de Formação Gerencial de Contagem - ETFG. Graduada em Educação Física pela Universidade Estácio de Sá e Graduada em Administração pela IFMG - Campus Ribeirão das Neves. E-mail: priscila.abreu.costa@gmail

³ Técnica Ambiental e de Segurança pela Escola Técnica de Formação Gerencial de Contagem - ETFG. E-mail: patriciats2016@outlook.com

a superação parece impossível, a catástrofe nunca será esquecida, devido a sua imensa proporção socioambiental, mas a cidade se une num processo contínuo de reinvenção.

Palavras-chave: Ecologia; Educação; História; Mineração; Patrimônio.

ABSTRACT: You can never forget Córrego do Feijão, whose socio-environmental damage has affected a large part of the Paraopeba River Basin. This article deals with the importance of education for cultural and environmental heritage in the school context of the Municipality of Brumadinho - MG, in a positive response to the negative nuance that was formed and consolidated over the city, after the collapse of the dam on January 25, 2019. From the references in heritage education and cultural and tourist guides printed by the city hall, we sought to highlight the beauty and potential of the municipality, with a view to highlighting the reconstruction of its history, based on agroecology, cultural tourism, ecotourism and rural tourism. In addition to these theoretical references, the article used four scientific articles, using methodologically, an alternation between information from the city, in the current context and memories of the tragedy, calling for reflection and the transformation of local perspectives, evoking development. If overcoming seems impossible, the catastrophe will never be forgotten, due to its immense socio-environmental proportion, but the city is united in a continuous process of reinvention.

Keywords: Ecology; Education; History; Mining; Patrimony.

INTRODUÇÃO

O entorno da capital mineira, desde a criação oficial da Grande BH, em 1973 apresentou significativa diminuição de paisagens agropecuárias e ecológicas, principalmente devido à expansão da mineração e da urbanização entre 1973 e 1993. Esta situação piorou no período entre 1993 e 2013 e tende a se intensificar nas 34 municipalidades metropolitanas, dentre elas, Brumadinho. A cidade tem histórias e segredos que habitam o imaginário coletivo para contar e recontar acontecimentos, fatos e personagens que movimentaram a urbe, perpetuando boas memórias (PREFEITURA 2020-a, p. 16). A cartilha da prefeitura declara que em cada fotografia antiga, diferentes versões de uma mesma história emolduram a Terra das Brumas. Esses documentos e imagens de tempos pretéritos descrevem o que aconteceu na história de Brumadinho e despertam a curiosidade de quem não viveu o passado recente que consolidou a identidade e trajetória da cidade (PREFEITURA 2020-a, p. 16). A prefeitura (2020-a, p. 15) registra ainda que urbe de Brumadinho é banhada pelo rio Paraopeba e localiza-se na média vertente do Vale do Paraopeba, sendo que o nome de origem indígena significa rio (para) largo (opeba). O rio se destaca na paisagem local e corta todo o perímetro urbano

da Sede Municipal. Com águas escuras, evidencia que a mineração se perpetua em seu leito desde Congonhas do Campo. O Site Estações Ferroviárias (2020, on line) atesta que:

A estação aberta em 1917 somente foi terminada no ano seguinte. O distrito, que era em Brumado, foi transferido para Brumadinho. Separando-se de Bonfim, em 1938, Brumadinho virou município. Meu bisavô, Guilherme Giesbrecht, trabalhou em Brumadinho para fazer uma parte da rodovia São Paulo-Belo Horizonte, no trecho de Brumadinho a Crucilândia, em 1928. 35 anos antes, Guilherme tinha construído a atual cidade de Jaguariúna, em volta da estação da Mogiana, no Estado de São Paulo, sendo hoje considerado um de seus fundadores. Cartas escritas em alemão de Brumadinho para a sua nora, Rosina, escritas em 1928, mostram um Guilherme preocupado com seu filho mais velho no Paraná, Hugo (meu avô), que trabalhava na época como engenheiro na E.F. São Paulo-Rio Grande. Entroncamento de rodovia com ferrovia, Brumadinho cresceu mais ainda. Porém, trinta anos depois, a Rodovia Fernão Dias substituiu a primitiva estrada e passou mais para o sul da cidade, tirando muito de seu movimento - a estrada de 1928, naquele ponto, é hoje uma estrada vicinal estadual. A presença da MRS, a partir de 1997, que mantém ali uma equipe de manutenção de linha, garante também a preservação do prédio da estação. Pena que isto não seja adotado para todas e a maioria esteja definhando, apenas vendo o trem passar. O prédio da estação estava em perfeito estado de conservação em 2015, assim como a plataforma lateral do antigo trem de subúrbio.

O tempo pretérito é sempre passível de um olhar pedagógico e não seria diferente com a tragédia em Córrego de Feijão. O passado é uma forma significativa de compartilhar conhecimentos, positivos ou negativos. A Estação Ferroviária transformou-se um memorial da cidade, marcada pela circulação de trens⁴ de carga e passageiros, em Brumadinho (PREFEITURA, 2020-b, p. 11). Isso atesta que a sociedade pós-contemporânea tem ampliado seu olhar e cautela para com a arte, a estética e o tombamento. Mas ainda são inúmeras as dúvidas que perpassam sobre o termo tombamento, principalmente quando ele é entendido como prejudicial ao proprietário, sendo que isso não acontece (PREFEITURA, 2020-a). Quais medidas devem tomadas? Neste contexto, pairam quatro dúvidas essenciais: 1) O tombamento prejudica o proprietário? 2) Por que devemos tombá-lo? 3) O que devemos tomar? 4) Quem solicita o tombamento? A Prefeitura (2020-a, p. 14), reforça que:

O tombamento não prejudica o proprietário de um imóvel. O que fica impedido de ocorrer são demolições, ampliações e reformas que o descaracterize. Isso porque só as carac-

⁴ A estação de Brumadinho foi aberta em 1917, juntamente com o trecho de linha que ligava a estação de João Ribeiro a Belo Horizonte. Esta mesma data pode ser considerada como a da fundação do atual município de Brumadinho. Muitos trabalhadores vieram para a construção da linha; alguns, inclusive estrangeiros, se fixaram no núcleo (SITE ESTAÇÕES FERROVIÁRIAS, 2020, on line).

terísticas desse bem, que atribuem um valor ao imóvel. Portanto, todas as alterações no bem histórico devem ser solicitadas aos órgãos de proteção de preservação do patrimônio cultural⁵. Lembrando que o direito de propriedade do bem continua: o proprietário pode alugar, ou vender como bem entender.

(...)

Por que o tombamento é uma forma que nós temos desenvolver e preservar os bens históricos. O tombamento também ajuda a desenvolver o turismo local e a promover a sustentabilidade na comunidade, garantindo a preservação dos bens culturais da história e da memória coletiva, mantendo assim a identidade cultural deixada pelos grupos sociais.

(...)

Todos os bens de natureza material que possuem valor histórico, cultural ou memorial para as pessoas da cidade, do estado, do país. Os bens tombados não precisam ser necessariamente antigos ou velhos. A importância de um bem não tem ligação direta com sua idade, isto é, bens recentes também podem ser indicados para o tombamento

(...)

Qualquer cidadão brumadinhense ou entidade pode solicitar o tombamento de algum bem histórico. O pedido deve ser descrito mediante justificativa encaminhada ao Conselho Municipal de Patrimônio Cultural, que vai analisar e deliberar sobre a solicitação de tombamento.

As fotos e diferentes meios de registros históricos possibilitaram lembranças e resgates acerca dos movimentos culturais e momentos marcantes de Brumadinho (PREFEITURA, 2020-a, p. 17-20): *Jornal Brumal*, o primeiro periódico impresso, entre 1969 e 1973 e *jornal Fascum* (1969-1973). Outros documentos como uma licença para o trem seguir viagem ou um bilhete de rifa para construção do ginásio e obras paroquiais, o recibo da alfaiataria do Senhor Paulo Alves em 1953, a cédula de votação para presidência da república, a nota da companhia telefônica de Brumadinho e um telegrama do ano de 1952, compõe o acervo do espaço cultural. Brumadinho orgulha-se da luta histórica do povo afrodescendente cuja resistências ao longo dos séculos, resultou em quatro comunidades remanescentes de povos quilombolas: Marinhos, Sapé, Ribeirão e Rodrigues todas reconhecidas oficialmente pela Fundação Palmares (PREFEITURA, 2020-a, p. 21). Esses grupos conservam vivos, os costumes culturais e as tradições religiosas. Segundo a Prefeitura (2020-a, p. 26):

⁵ Patrimônio - que no latim, *patrimonium*, significa “herança do pai” - é um conjunto de bens e direitos que uma pessoas ou uma instituição possui, como casas, terrenos, veículos, objetos, direitos autorais, etc. fora do patrimônio particular, existem ainda praças, estádios, templos religiosos, tradições e costumes específicos, que são patrimônios comuns a uma comunidade. (PREFEITURA, 2020-a, p. 07)

Todos nós devemos ser Guardiões do nosso patrimônio cultural: conheça todos os órgãos de fiscalização que preservam a história do município: IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional é o órgão nacional responsável por preservar a diversidade dos elementos que compõem a sociedade brasileira em seus ecossistemas; IEPHA/MG Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais tem por finalidade pesquisar, proteger e promover o patrimônio cultural do Estado de Minas Gerais, nos termos do disposto na Constituição Federal e na Constituição do Estado; Prefeitura de Brumadinho por meio da Secretaria Municipal de Turismo e Cultura desenvolve políticas públicas em prol da conservação, preservação e promoção do Patrimônio Cultural Municipal; Conselho Municipal de Patrimônio Cultural órgão colegiado de assessoramento integrante da estrutura pública (municipal) composto por um grupo de pessoas representantes dos diversos segmentos da sociedade, cujo objetivo é a preservação dos bens de valor histórico cultural.

A Prefeitura (2020-b, p. 03); declara que: reconhecer cada canto da urbe de Brumadinho e tudo que descreve sua história é reviver uma cultura única e se reconhecer como elemento dela. É por meio do conhecimento que cada habitante da urbe, colabora desde cedo com a conservação, preservação e promoção do patrimônio cultural da urbe, segundo os preceitos legais vigentes (Quadro I). Por isso, a Secretaria Municipal de Turismo e Cultura em parceria com Conselho Municipal de Patrimônio Cultural amplia suas ações no Programa de Educação Patrimonial para toda a rede particular e pública de ensino com distribuição da cartilha de educação patrimonial, que por sua vez, apresenta os bens patrimoniais materiais e imateriais e naturais da cidade para que as crianças e adolescentes sejam apresentados ao rico patrimônio (PREFEITURA, 2020-b, p. 03).

QUADRO I - PRECEITOS LEGAIS VIGENTES NAS ESFERAS FEDERAL, ESTADUAL E MUNICIPAL ACERCA DO PATRIMÔNIO

Aparato legal	Ementa
Constituição da República Federativa do Brasil - Artigo 215 ¹	Direitos, gestão, dimensões e bens culturais
Constituição da República Federativa do Brasil - Artigo 216 ²	Bens de natureza material e imaterial, tomados
Decreto Estadual nº 42505 de 15 de abril de 2002	Institui as formas de registros de bens culturais de natureza imaterial ou intangível que constituem patrimônio cultural de Minas Gerais.
Decreto Federal nº 3551 de 4 de agosto de 2000	Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências

Decreto Federal nº 5753 de 12 de abril de 2006	Promulga a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, adotada em Paris, em 17 de outubro de 2003, e assinada em 3 de novembro de 2003
Decreto-lei Federal nº 25 de 30 de novembro de 1937	Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional.
Decreto-lei Federal nº 378 de 13 de janeiro de 1937	Dá nova organização ao Ministério da educação e Saúde Pública. Art. 1º O Ministerio da Educação e Saude Publica passa a denominar-se Ministerio da Educação e Saude.
Lei Estadual nº 11258 de 28 de outubro de 1993	Reorganiza o Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais – IEPHA/MG e dá outras providências
Lei Estadual nº 18038 de 17 de janeiro de 2009	Dispõe sobre a distribuição da parcela da receita do produto da Arrecadação do ICMS pertencente aos municípios.
Lei Estadual nº 5775 de 30 de setembro de 1971	Autoriza o Poder Executivo a instituir, sob a forma de Fundação, o Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais - IEPHA/MG e dá outras providências;
Lei Federal nº 3924 de 26 de julho de 1961	Dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos.
Lei Municipal lei nº 1197 de 2001	Dá nova forma à Lei Municipal 939/97, de 27 de dezembro de 1997, que cria o Conselho Deliberativo Municipal do Patrimônio Cultural de Brumadinho e dá outras providências
Lei Municipal nº 1744 de 2009	“Institui o Fundo Municipal do Patrimônio Cultural - FMPC de Brumadinho.”
Lei Municipal nº 2171 de 2015	Altera a Lei nº 1.219/2001, do Conselho Municipal de Patrimônio Histórico, Natural e Paisagístico de Brumadinho, e dá outras providências

Fonte: Adaptado de Prefeitura (2020-a, p. 25)

A Prefeitura (2020-b, p. 05) atesta ainda outros aspectos legais como proteger os bens materiais através de ações educativas, apoio cultural e financeiro, preservação das manifestações culturais e proteção legal do registro imaterial. Com destaque para aprender a valorizar tudo que faz parte da formação sociocultural que caracteriza Brumadinho, que iniciativas tem sido criadas para prover novas perspectivas e possibilidades frente à triste lembrança daquilo que jamais será esquecido (PREFEITURA, 2020-b, p. 03). A tragédia de 2019 traz também a possibilidade de realização do geoturismo⁶, entendido como uma nova maneira de perceber e gerir os recursos minerários, com vistas à geoconservação (FONSECA, 2010). O patrimônio imaterial, efetivo através de celebrações, crenças, festas, ofícios, rituais e saberes se perpetua, de geração em geração (PREFEITURA, 2020-b, p. 05).

tudo isso representa a identidade de um povo e é parte de seu patrimônio cultural imaterial. São práticas culturais coletivas, expressões teatrais, plásticas, musicais e lúdica; mercados, fei-

⁶O geoturismo é uma nova forma de percepção do espaço. É a prática do turismo direcionada aos aspectos geológicos que são os legados das transformações que o planeta sofreu no decorrer de sua configuração (FONSECA, 2010, p. 17).

ras e igrejas. Brumadinho tem um patrimônio imaterial rico e diverso que se insere na história das Comunidades: guardas de Congo e Moçambique, corporações musicais, festas populares, produções culturais, celebrações.

CONTEXTUALIZAÇÃO E PROBLEMATIZAÇÃO

O presente trabalho tem por objetivo discutir a necessidade urgente de incentivar a incorporação da Educação para o Patrimônio Cultural e Ambiental no contexto escolar em Brumadinho e de municípios adjacentes da bacia hidrográfica. Atualmente os estabelecimentos de ensino público carecem de incentivos, seja nos aspectos curriculares, seja na manutenção de espaços físicos que poderiam ser transformados em potenciais à prática dessa importante abordagem, tão necessária e tão atual. E eis que um dos inúmeros caminhos é o que parte da escola. O resultado é que a temática, quando abordada, se limita apenas às ciências biológicas, à geografia e à história, sendo o restante dos currículos omissos para com a questão. Em tempos contemporâneos, é preciso que a Educação para o Patrimônio Cultural e Ambiental trilhe a missão de transformar o quadro social e ambiental de destruição e degradação da região, com destaque para o rompimento da barragem. Vivendo agora a ameaça socioambiental da alça sul do Rodoanel Metropolitano (AGÊNCIA MINAS, 2020, on line), a urbe jamais esquecerá o dia em que Córrego do Feijão eclodiu nas manchetes do mundo, conforme relato de Pereira (2019, p. 18):

Um canto para expressar o inexprimível. A história dos absurdos se repete. Apenas três anos e dois meses após o rompimento da Barragem do Fundão em Mariana, vive-se o mesmo do mesmo, mais uma tragédia, mais um crime contra a humanidade. Dessa vez derramou-se 12 milhões de m³ de rejeitos em toda a extensão da Bacia do Rio Paraopeba, destruindo centenas de hectares de Mata Atlântica, comprometendo a qualidade da água e devastando a biota aquática de 250 quilômetros de extensão do rio, um dos principais afluentes do Velho Chico. O Paraopeba compõe parte dos sistemas de abastecimento de água potável da Região Metropolitana de Belo Horizonte e a captação da COPASA em seu leito teve que ser desativada. Todo o Brasil e o mundo acompanharam atônitos a mudança radical na vida e na paisagem do Córrego do Feijão, uma comunidade rural pertencente ao distrito sede de Brumadinho.

E da noite para o dia, a cidade transformou-se no vale de dor e lágrimas e moradores desacreditados tentavam se reerguer e sobreviver diante dessa grande tragédia (ANDRADE; PEREIRA, 2019, on line). É preciso lembrar Córrego do Feijão para nunca esquecer a essência de Brumadinho e entender que sua vocação não está na mineração, mas no patrimônio e no turismo sustentável. Pas-

sados dois anos, a prefeitura tem investido na promoção do ecoturismo e na educação patrimonial com resultados significativos no ambiente escolar vislumbram-se inúmeras ações como a implantação da temática patrimonial nas escolas (PREFEITURA, 2020-b, p. 03). Restritas às escolas do município, o ideal seria ampliar o projeto para a calha do Rio Paraopeba (ANDRADE; COSTA; COSTA, 2020, on line). Uma pesquisa sobre como essa temática empreendida por Andrade; Costa; Costa (2020, on line) se consolida, sendo que essa ação ecológica ainda se limita à placas educativas, à confecção de murais e de painéis de grfitagem, à pinturas internas nas salas com mensagens educativas, porém as ações culturais e ambientais acabam se perdendo no contexto e no cotidiano escolar. Quando se pensa em educação, vislumbra-se a escola que promove a manutenção de lixeiras comuns, numa transição para os coletores seletivos de lixo em conjunto com a criação de adaptações ecológicas nas salas existentes, dentro do espaço escolar (ANDRADE; COSTA; COSTA, 2020, on line). Assim é preciso problematizar a questão incentivando a criação de laboratórios de ecologia, o desenvolvimento de projetos ambientais, a promoção de eventos culturais, as parcerias com a comunidade, a reorganização das bibliotecas escolares com um cantinho socioambiental (ecotecas), dentre outros aspectos didáticos (ANDRADE; COSTA; COSTA; 2020, on line). Para a Prefeitura (2020-a), p. 05) a Educação para o Patrimônio Cultural e Ambiental:

A cultura é a identidade de um povo. É com a dança a música, a arquitetura, o artesanato e todas as artes e os costumes que nós, brumadinhenses, mostramos com orgulho quem somos. Todos nós temos o dever de cuidar deste rico patrimônio, que é nosso. E, para cada cidadão conheça bem as belezas de Brumadinho, que a Secretaria Municipal de Turismo e Cultura, em parceria com Conselho Municipal de Patrimônio Cultural, reuniu histórias e informações importantes sobre a cultura da cidade. É com a colaboração de todos, governo e população, que valorizamos nossas raízes e preservamos os bens culturais - sejam eles materiais, sejam eles imateriais - e a memória da nossa gente.

Para Andrade; Costa; Costa (2020, on line) é preciso, sobretudo, sair da rotina de alunos, professores e colaboradores circunscritos à rotina metódica e disciplinar do prédio escolar. Desta forma, se enquadram as excursões, visitas e vivências, como práticas enriquecedoras da técnica docente e fortalecedora dos vínculos entre discentes e educadores (ANDRADE; COSTA; COSTA; 2020, on line). Integrar essa discussão nas matérias específicas, visando a interação dos conteúdos é um desafio, em especial para a visualização dos impactos ambientais, em especial, aqueles decorrentes da mineração, elemento historicamente enraizado na história mineira (ANDRADE, PEREIRA, 2019, on line) Além de Córrego do Feijão, o estado coleciona inúmeras outros acidentes minerários, conforme descrição de Pereira (2019, p. 24)

Frise-se também, que este rompimento se soma a tantos outros em Minas Gerais nos últimos dezoito anos. Foi assim com a Mineração Rio Verde em Nova Lima (2001), a Mineração Rio Pomba (Cataguases) em 2003 e depois em Mirai (2007), a Companhia Siderúrgica Nacional (Congonhas, 2008), a Mineração Herculano, em Itabirito (2014), a Samarco em Mariana (2015) e, por fim, esperava-se, neste ano de 2019, que Brumadinho, fosse a última do estado e do Brasil. Mas não foi, pois em julho outra estourou em terras baianas. Relembrando Mariana, Brumadinho excedeu, transtornou e consternou. Entretanto, Mariana e Brumadinho são apenas casos que se repetem. O primeiro rompimento em Minas, também dentro do Quadrilátero Ferrífero, foi em Itabirito na Mina do Fernandinho em 1986, contudo, levando-se em consideração o cenário nacional, há um rompimento a cada dois anos, sendo que o mais recente foi em Quati, construído em 2000 pela Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional – CAR situada em Pedro Alexandre, nordeste da Bahia, em julho de 2019.

Neste cenário de vivências agroecológicas, além do Acampamento Pastorinhas, apresenta-se o Sítio Ypê, na localidade de Souza Noschese, situada aos pés da Serra do Funil, e próximo do Rio Paraopeba, na divisa entre Brumadinho e Mário Campos (ANDRADE, ALBINO, 2021). Trata-se de um minifúndio, com práticas agroecológicas, e equipado com serviços básicos de hospedagem e alimentação (ANDRADE, ALBINO, 2021). Este espaço tem-se estruturado no sentido de oferecer um calendário permanente com oficinas temáticas, nas áreas ambiental e cultural (ANDRADE, ALBINO, 2021). Andrade, Albino (2021), declaram que num espaço de vinte mil metros quadrados há vários recantos, com diferentes destinações: hortas, pomares, herbário de plantas medicinais, jardins, viveiro de mudas, canteiros de composto orgânico, bosques, gramados (permeabilidade do solo). A estruturação de espaços ambientais e a reabilitação/recuperação da região é uma maneira de se equacionar o inesquecível e triste acidente conforme descreve Pereira (2019, p. 25):

Não precisou mesmo chegar ao entardecer do dia 25 e os principais jornais já haviam repercutido o desastre do Córrego do Feijão. A Agência de Notícias Reuters, que é fonte de outras tantas agências mundo afora, deu destaque à tragédia em sua página principal às 14h03 anunciando 200 desaparecidos e comunicando trechos da entrevista de Fábio Schvartsman que já anunciava, friamente, que a perda humana seria muito maior daquela havida em Mariana. Enquanto isso, vídeos mostravam uma vasta faixa de lama espessa ao redor das colinas verdejantes invadindo fazendas e áreas residenciais nivelando tudo em seu rastro destruidor. A Rede BBC prontamente falou em crime ambiental e o The Guardian descreveu a onda vermelha de rejeitos que descia rumo ao Rio Paraopeba alertando para o risco de contaminação da biota e o comprometimento de abastecimento de água da Grande BH e outras cidades inseridas na calha, como Pará de Minas. A grande preocupação era a chegada dos rejeitos ao Rio São Francisco, na altura da Re-

presa de Três Marias. Também informou que o renomado museu de arte contemporânea em Inhotim fora evacuado, e que a pousada de luxo escolhida pelos artistas nacionais e estrangeiros que ficava próxima à Mina, tinha sido tragada pela lama. Não houve nenhum sobrevivente. A imagem de uma pessoa sendo içada do mar de lama, em instantes espalhou-se pelo mundo virtual. Ambientalistas brasileiros, estrangeiros, ONGS e a ex Ministra Marina Silva, autoridade em meio ambiente também no cenário internacional, lamentaram sob todos os prismas, o rompimento como algo inaceitável.

Nesta região está a maioria dos mananciais públicos que se constituem como principais responsáveis pelo abastecimento de água da Grande BH: Córrego Bálamo, Córrego Rola Moça, Córrego Taboões, Represa do Rio Manso, Represa Serra Azul, Represa Várzea das Flores, Ribeirão Catarina e Rio Paraopeba, todos pressionados pela mineração e urbanização (ANDRADE, ALBINO, 2021). O espaço do Sítio Ypê se insere ainda em grandioso e relevante corredor ecológico vinculado ao Quadrilátero Ferrífero, entre as serras da Piedade, Taquaril, Curral, Água Quente, Mutuca, Cachimbo, José Vieira, Jatobá, Rola Moça, Jangada, Três Irmãos, Funil, Farofas, Igarapé e Azul, entre os municípios de Caeté e Itatiaiuçu, cuja função é a preservação das matas e das nascentes, dentre outras premissas (ANDRADE, ALBINO, 2021). A Prefeitura (2020-a, p. 08-10) averigua que:

O que conta a história dos brumadinhenses, ao longo dos anos, é o nosso patrimônio cultural. Não são apenas objetos expostos no museu ou um casarão antigo, mas se em cada manifestação cultural, cada tradição das comunidades que construíram e constroem a memória da cidade. São as heranças deixadas pelos nossos pais, avós e antepassados. Conheça o patrimônio cultural de Brumadinho e ajude a preservar nossa identidade. Bens Materiais Móveis são pinturas e esculturas, mobiliários, objetos e utilitários. Bens Imateriais Imóveis são bens culturais que não se movem, casas, edifícios, núcleos históricos, e os conjuntos paisagísticos. Bens Imateriais são as tradições, as danças, as expressões religiosas, gastronomia e todas as atividades peculiares das comunidades de Brumadinho, passadas de pai para filho, há muitos anos e já fazem parte da história da cidade. Bens Imateriais Naturais são as belezas naturais da cidade, os rios, as matas, as cachoeiras, e as plantas. As belíssimas paisagens de Brumadinho.

É impossível não falar em patrimônio, seja ele natural ou cultural, sem falar no modelo societário de desenvolvimento predatório e excludente (ANDRADE; PEREIRA, 2019, on line). Educar para “salvar” o meio ambiente é um ação fundamental não só para a humanidade, mas para todos os seres que vivem na Terra (ANDRADE; COSTA; COSTA; 2020, on line). Enfim, é nela que estão os meios naturais essenciais para a continuidade das diferentes formas de vida, dentre as quais, a humana (ANDRADE; PEREIRA, 2019, on line). A educação deve se ater à aspectos vitais como água, alimen-

tos e matérias-primas, com vistas a conscientizar os alunos para a urgência da ecologia (ANDRADE; COSTA; COSTA; 2020, on line). Sem esses recursos educativos, integralmente aplicados em todas as etapas de formação escolar, é certo que futuramente todas as formas de vida do globo poderão se anular, extinguindo-se, incluindo o homem (ANDRADE; PEREIRA, 2019, on line). A tragédia, segundo Pereira (2019, p. 26) enuncia esse contexto contraditório, onde a economia se sobrepõe à ecologia:

Bombeiros e voluntários lamacentos procuravam vidas. Novamente, um desastre em barragem da mesma mineradora, ganha o centro dos noticiários: uma tragédia anunciada e Mariana lembrada a todo instante. Até o presidente chinês, Xi Jinping, tão contido em seus posicionamentos, se disse chocado com as imagens da devastação no Brasil. Curiosamente, a China é a maior compradora dos minérios explorados no Quadrilátero Ferrífero. Ironia do destino. Reportagem do Jornal Estado de Minas (2019, on line) relatou que: Além disso, o produto brasileiro acaba sendo mais demandado por ser considerado de maior rendimento, já que tem em média 62% de ferro, teor maior do que o extraído em outros países. O maior destino da commodity brasileira é a China, que comprou 58% do total exportado pelo Brasil em 2018. Segundo o presidente da Associação de Comércio Exterior do Brasil, José Augusto de Castro, ao preço médio de US\$ 52 a tonelada registrado nas exportações brasileiras de minério no ano passado, a produção que fica comprometida com as paralisações corresponderia a pouco mais de US\$ 2 bilhões, equivalente a menos de 1% do total das vendas brasileiras. A Vale exporta 90% de sua produção e o minério de ferro, que é o terceiro maior produto de exportação brasileira, respondeu por 8,4% das exportações do País em 2018. As vendas de minério corresponderam a um total de US\$ 20,2 bilhões em 2018, crescimento de 5,3% na comparação com 2017. Mesmo com os impactos ambientais e sociais da tragédia em Brumadinho, os especialistas não acreditam que a Vale perderá espaço no mercado internacional no longo prazo por eventuais problemas de imagem. Ponderam que a China, principal comprador do minério de ferro brasileiro, dificilmente teria toda sua demanda atendida sem a oferta vinda do Brasil. As informações são do jornal O Estado de S. Paulo.

Assim Artes, Ciências Biológicas, Educação Física, Educação Religiosa, Filosofia, Física, Geografia, História, LEM Inglês, Língua Portuguesa, Matemática, Química, Sociologia, devem se entrelaçar para abordar conjuntamente a questão, preferencialmente sob o formato de projetos interdisciplinares (ANDRADE; COSTA; COSTA; 2020, on line). A falta de ecologização do currículo escolar é “milenar” assim como o distanciamento histórico da humanidade para com os ciclos naturais e serviços ecossistêmicos (ANDRADE; PEREIRA, 2019, on line). E fez com que ao longo da permanência humana, vários dos recursos naturais fossem sendo corrompidos, devido ao indisciplina socioeconômico (ANDRADE; COSTA; COSTA; 2020, on line). A situação se complica com o avanço

permissivo e violável do capitalismo moderno que coisificou natureza e pessoas, conforme descreve Pereira (2019, p. 28):

O município de Brumadinho tem sua principal base econômica sustentada pela atividade da mineração, sobretudo pela atuação da Vale S.A. Em 2017 o município recebeu 35,6 milhões de reais a título de compensação ambiental pelos estragos causados pela extração de minério em seu território. Deste total, 65% vieram apenas da mineradora Vale. Até 2018, somente a Mina Córrego do Feijão produziu 8,5 milhões/ano de toneladas de minério, o que era equivalente a 2% da produção de minério da Vale. A priorização minerária consome paisagens, comunidades e patrimônios inigualáveis e de excepcional valor histórico, ecológico e geográfico para a Brasilidade.

A mercantilização da natureza e do homem ampliou a devastação, criando novos recortes temporais como o Antropoceno. Isso aconteceu, ampliando a devastação ecossistêmica, por meio da queima de combustíveis fósseis; descarte de lixo e esgoto em rios e mares; expansão irregular das urbes, gerenciamento hídrico ineficaz e extinção de espécies, além é claro, da derrubada de matas e florestas, entre outros males, malefícios, deturpações e violências capitalistas (ANDRADE; PEREIRA, 2019, on line). Mas o direito à natureza preservada, fonte de manutenção da vida, é um direito fundamental do ser humano (ANDRADE; COSTA; COSTA; 2020, on line). Laços se romperam e precisam ser reconectados (ANDRADE; PEREIRA, 2019, on line). Assim é preciso focar nas quatorze pautas para se pensar a educação no século XXI, conforme estruturado no Quadro I (ANDRADE; COSTA; COSTA; 2020, on line). Para Pereira (2019, p. 29):

Mesmo com vocação explícita para o turismo, a cidade se reestrutura a partir da égide mineradora. Foi notícia pela imprensa, o receio dos prefeitos com os impasses da mineração, confirmando a total dependência econômica em relação aos grupos mineradores. Na época, o pavor desses administradores públicos era um possível colapso econômico da municipalidade.

QUADRO I - INTEGRALIZAÇÃO DO CURRÍCULO DA EDUCAÇÃO BÁSICA EM 14 PAUTAS

Áreas do conhecimento	Licenciaturas	Áreas do currículo	Disciplinas
ARTES, LETRAS E LITERATURA	Artes Visuais	ESTUDOS CULTURAIS	Artes
	Português		Linguagem
	Religião		Religiosidade

CIÊNCIAS DA VIDA E DA NATUREZA	Ciências Biológicas	ESTUDOS AMBIENTAIS	Ecologia
	Ciências Biológicas		Saúde
	Educação Física		Esportes
	Educação Física		Lazer
CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA	Física	ESTUDOS CIENTÍFICOS	Física
	Matemática		Matemática
	Química		Química
CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANIDADES	Filosofia	ESTUDOS SOCIAIS	Filosofia
	Geografia		Geografia
	História		História
	Sociologia		Sociologia

Fonte: Elaborado pelos autores (2021)

E, estrategicamente, a escola, sobrecarregada e saturada, não cumpriu seu papel de defensora dos direitos humanos e ambientais, ao por meio dos diferentes conteúdos, explicitar os crimes e perversidades (ANDRADE; PEREIRA, 2019, on line). Será porquê? Taticamente, o currículo foi silenciado e boicotado (ANDRADE; COSTA; COSTA; 2020, on line). Não falem sobre a degradação ecológica, pois a apropriação dos recursos naturais é necessária e emergencial (ANDRADE; PEREIRA, 2019, on line). Traz emprego, gera renda, movimenta a esfera econômica, consolida o progresso (ANDRADE; COSTA; COSTA; 2020, on line). Principalmente nos tempos de ditadura, entre 1964 e 1985, a devastação socioambiental era sinônimo de progresso, e os que gritaram em favor da ecologia e da sociedade foram torturados, exilados, assassinados (ANDRADE; PEREIRA, 2019, on line). A partir da década de 1960, o impacto ambiental acabou tendo mais magnitude para ecologistas e organizações mundiais exigindo esforços e mobilizações (ANDRADE; COSTA; COSTA; 2020, on line). Pereira (2019, p. 34) evidencia que:

Destaca ainda eventuais avanços e retrocessos no contexto de uma economia minerária que gera submissão e dependência contrariando princípios de economia solidária, sustentável, circular e emancipatória. Brumadinho, surpreendentemente nunca passará despercebida, pelo contrário, jamais será esquecida, pois legitimou as custas de uma grande tragédia, a aplicação de técnicas defasadas, o que reafirma a dialética de sobreposição do lucro sobre a vida, denuncia o ato de violar a lei e a ética que fomentam a coletividade e resignifica a prática minerária com vistas à construção, reconstrução e desconstrução da ordem social vigente com novos modelos socioeconômicos que prezem pela vida de seres humanos e demais formas biológicas constantemente ameaçadas pela égide capitalista neoliberal. Brumadinho renasce como contrapartida ao modelo socioeconômico predatório, tradicional e tecnicista e se reinventa. Abraça Brumadinho!

Nos anos de 1970, a ONU estendeu conferências que apresentassem regulamentos mais precisos e objetivos para as nações integrantes com intuito de enfatizar elos de resguardo do meio ambiente (ANDRADE; PEREIRA, 2019, on line). Chico Mendes, assassinado em 1988 é um nome que ecoa na história dos diversos e latentes conflitos socioambientais na Amazônia (ANDRADE; COSTA; COSTA; 2020, on line). Dezesesseis anos depois, Dorothy Stang “tombaria” (ANDRADE; PEREIRA, 2019, on line). A cautela com o meio ambiente, é sobretudo um compromisso para com a vida (ANDRADE; COSTA; COSTA; 2020, on line). Todos os objetivos econômicos deveriam ser planejados para serem cumpridos de forma sustentável (ANDRADE; PEREIRA, 2019, on line). O fruto atual disso é o esquentamento climático em diferentes cenários globais; mudanças do ciclo natural de animais e plantas; deficiência de água; contaminação do ar e água; entre outros problemas (ANDRADE; PEREIRA, 2019, on line). Num futuro próximo, isso tudo pode ser ainda pior, com a falta de água potável, energia elétrica e alimentos, além de diversas dificuldades sociais (ANDRADE; COSTA; COSTA; 2020, on line). Pereira (2019, p. 31) explana que:

O Projeto Abrace Brumadinho é uma evidência de que Brumadinho resiste. A vida toca com insistência revelando as cores daqueles que saltam de parapente no emoldurado céu azul lá do Topo do Mundo, o mais famoso mirante da Serra da Moeda. A Associação de Turismo de Brumadinho e Região com o apoio da Prefeitura Municipal e do Circuito Veredas lançaram a campanha Abrace Brumadinho, e, desde então, anunciam em seu site que Brumadinho espera e precisa de todos os abraços. O projeto turístico explora o potencial ecológico da região, ao que se soma uma estrutura de gastronomia, cultura, artesanato e confortável rede hoteleira, destacando a hospitalidade das pessoas dos povoados. A cidade de Brumadinho é duas vezes maior que BH e ainda tem o maior museu de arte contemporânea a céu aberto do mundo, Inhotim, que reúne os mais relevantes acervos de arte contemporânea e uma coleção botânica de espécies raras de todos os continentes.

O futuro da humanidade, dependerá desta conservação e a educação, muito além da escolas e das limitações do currículo escolar devem ser protagonistas na construção de um novo imaginário, sobretudo, de um novo projeto socioambiental (ANDRADE; PEREIRA, 2019, on line). E a educação ainda, em pleno século XXI, limita-se a abordar a temática ecológica, de forma reducionista restrita a apenas alguns conteúdos curriculares, em especial, ciências e geografia (ANDRADE; COSTA; COSTA; 2020, on line). Transitando para a área de história, de acordo com a Prefeitura (2020-a, p. 11), os conceitos técnicos de conservação e preservação, são:

Manter nossa história viva, preservar e conservar o patrimônio. Cabe a todos nós, cidadãos, cuidar dos bens culturais da cidade, sem fazer alterações radicais em suas características, assegurando seu significado cultural. O que é representação? preservação é o conjunto de práticas que visam impedir um processo de degradação, ou, quando esse já estiver instalado, buscar desacelerá-lo. Isso evita danos, no caso de bens materiais, e também faz com que haja sempre o resgate das práticas culturais, no caso de bens materiais. O que é conservação? conservar e restaurar nosso patrimônio material. É reparar qualquer dano causado pelo tempo pelo malcuidado das pessoas em móveis e imóveis históricos da cidade. Porque devemos conservar e preservar? a destruição dos nossos bens culturais herdados de gerações passadas leva um desconhecimento da nossa história, bem como de nossas memórias.

Cenários educativos em formato interdisciplinar, transdisciplinar e multidisciplinar permeando todos os conteúdos educacionais entrelaçando-os, entremeando-os, ainda são pequenos e tímidos (ANDRADE; COSTA; COSTA; 2020, on line). Assim sendo, pesquisadores de áreas como Arquitetura, Biologia, Biotecnologia, Engenharia, Geografia e Química têm desenvolvido e pesquisado soluções tecnológicas para a salvaguarda socioambiental (ANDRADE; PEREIRA, 2019, on line). Mas para Andrade; Costa e Costa (2020, on line), os discursos atuais de empreendedorismo, inclusão, interdisciplinaridade e sustentabilidade demonstram que é possível conciliar sociedade, cultura, ambiente e economia e a educação protagonizando esse alinhamento tão necessário e emergencial (Quadro II). Sobre o complexo ecológico e cultural do Rola Moça (Figura 01), Pereira (2019, p. 32) afirma que:

É preciso subir a estrada que corta o Parque Estadual da Serra do Rola Moça, considerado hoje o terceiro maior parque em área urbana do Brasil, para chegar ao histórico povoado de Casa Branca, erguida em 1674 para abastecimento das tropas que serpenteavam a região e, que somente passou a pertencer a Brumadinho em 1939. Enquanto isso, vislumbram-se o Mirante dos Veados, o Observatório Astronômico, a flora exuberante da região e o lobo-guará, que vez por outra, cruza carros e assusta turistas. O Conjunto Histórico e Paisagístico da Serra da Calçada e o Assentamento Pastorinhas também compõem esse cenário. Lá é possível fazer um voo de balão ou se aventurar no parapente. Arte, história e a paisagem natural apontam o potencial do turismo em suas diferentes facetas, mostrando que a Cidade das Brumas pode ser sim referência em termos de desenvolvimento, preservação e justiça social na região metropolitana, pois reúne todos os predicados para tal.

QUADRO II -LISTAGEM DE PERSPECTIVAS SOCIOAMBIENTAIS

Perspectiva ambiental: está centrada no *ambiente bio-físico*; parte do ponto de vista de que a qualidade ambiental está se degradando, ameaçando a qualidade de vida humana. A preocupação dessa vertente está na ideia do engajamento para prevenir e resolver os problemas ambientais. A expressão definidora dessa postura é: “Que planeta deixaremos às nossas crianças?”;

1. Campanha de limpeza de rios e praias!
2. Visita a museus de ciências naturais para aprendizagem acerca da evolução de espécies animais e vegetais
3. Visita a parques e unidades de conservação ambiental
4. visita a pontos no entorno da escola para averiguação de problemas ambientais

• *Perspectiva educativa:* está centrada no *indivíduo ou grupo social*; parte da constatação de que o ser humano desenvolveu uma relação de alienação a respeito de seu entorno. A preocupação dessa vertente é a educação integral do indivíduo, com o desenvolvimento da autonomia, do senso crítico e de valores éticos. A expressão definidora dessa postura é: “Que crianças deixaremos ao nosso planeta?”;

1. Projeto de pesquisa com os avós sobre as plantas medicinais que utilizavam para valorização do saber dos mais velhos.
2. Entrevistas com pais e parentes dos alunos sobre paisagens pretéritas do bairro
3. Mobilização com a comunidade local para construção de uma praça ou parque
4. Criação de um jornal com notícias ecológicas da região, editado pelos alunos

• *Perspectiva pedagógica:* está centrada no *processo educativo*, diferentemente das abordagens anteriores que centram num ou noutro polo. Por considerar os métodos pedagógicos tradicionais demais dogmáticos e impositivos, essa vertente inclina-se sobre o desenvolvimento de uma pedagogia específica para a Educação Ambiental, através da perspectiva global e sistêmica da realidade, da abertura da escola ao seu entorno, ao recurso da metodologia da resolução de problemas ambientais locais concretos. A expressão definidora dessa postura é: “Que educação deixaremos para nossas crianças nesse planeta?”.

1. Projeto de inserção da família na escola com práticas de hortas comunitárias na escola e nos terrenos vazios do bairro.
2. Criação do chefe de turma ecológico
3. Trabalho de estudos dos problemas ambientais permeando professores de diferentes disciplinas
4. Contato com poder público municipal para divulgação da situação ambiental da comunidade visando transformações e melhorias.

Adaptado de <https://portalresiduossolidos.com/conceitos-da-educacao-ambiental/>



Fonte: COSTA (2010, p. 83)

PÚBLICO ALVO

A tragédia deve ser contextualizada junto às escolas estaduais e municipais localizadas na Média Vertente da Bacia Hidrográfica do Rio Paraopeba, que abrange parte das municipalidades integrantes da Região Metropolitana de Belo Horizonte: Betim, Brumadinho, Contagem, Esmeraldas, Florestal, Ibirité, Igarapé, Itatiaiuçu, Juatuba, Mário Campos, Mateus Leme, Rio Manso, São Joaquim de Bicas, Sarzedo (ANDRADE, ALBINO, 2021). Serão atendidas, prioritariamente, as escolas estaduais, na 1ª etapa do projeto e as municipais serão contempladas na 2ª etapa. Andrade e Albino (2021), descrevem que as vivências contemplam alunos do 5º ano (10 anos de idade) e 9º ano (14 anos de idade) do ensino fundamental, bem como 3º ano do ensino médio (17 anos de idade). Unidades escolares públicas que ofertam regularmente o EJA - Ensino de Jovens, Adultos e Idosos também serão considerados (ANDRADE, ALBINO, 2021). Importante destacar que apenas os municípios da Grande BH, inseridos na Bacia do Paraopeba serão contemplados em decorrência da capacidade técnica e operacional do futuro projeto (ANDRADE, ALBINO, 2021). Andrade e Albino (2021) alegam que mesmo circunscrito ao entorno de Brumadinho, não haverá possibilidades de atendimento ao Alto Paraopeba, nem à região do Baixo Paraopeba. Pereira (2019, p. 33) confirma que:

Duas barragens minerárias se rompem em pouco mais de três anos, mostrando a fragilidade da política ambiental mineira. As concepções de mundo moderno e de consumismo demandam pela incessante oferta de inovações e tecnologias, em sua maioria decorrentes de transformação dos minerais estratégicos em objetos de consumo. O presente trabalho centrou-se em discussões apontando cenários e desafios da mineração contemporânea, a partir das análises em Brumadinho, município integrante da Grande BH – MG, onde o rompimento de uma barragem de rejeitos minerários provocou um panorama de transformação em toda uma coletividade. O estudo buscou apresentar dados referentes às realidades da mineração no contexto histórico geográfico de Minas Gerais. Fundamentou-se em apresentar as técnicas minerárias degradantes e devastadoras de comunidades, ecossistemas no âmbito de formação de paisagens da destruição. Teve como recorte espacial, Brumadinho levantando o referencial teórico relacionado à ocorrência de rompimentos, uma vez que geralmente mais “distantes” núcleos populacionais, fogem à regra criando riscos e conflitos.

OBJETIVO GERAL E OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Assim, intenciona-se selecionar as escolas que se adequem aos padrões preestabelecidos para posteriormente certificar e/ou premiar com mesma com a titulação de Escola Amiga do Rio Paraopeba (ANDRADE, ALBINO, 2021). Apesar da Pandemia de COVID-19, promover futuramente a visitação escolar ao Sítio Ypê, em Souza Noschese, Brumadinho, ofertando aos alunos e docentes, o deslocamento, as refeições, o seguro de viagem e a visitação pedagógica para o Patrimônio Cultural e Ambiental é destacar a tragédia, mas apresentar o que ficou depois dela (ANDRADE, ALBINO, 2021). Segundo Pereira (2019, p. 20), um município e um povo que se reinventa:

Sexta-feira, Mina do Córrego do Feijão, dia 25 de janeiro. Era somente mais um dia intenso de trabalhos, quando grande parte de trabalhadores estavam na área administrativa da Vale⁷ e moradores circulavam pelos arredores da mina que se localizava abaixo da barragem a montante. Eventuais transeuntes que passavam pela estrada vicinal também foram surpreendidos. De repente, uma megaestrutura de contenção de rejeitos minerários se desmancha e marcha formando outro mar da lama, no estado sem mar. O rompimento ocorreu no início da tarde, horário em que a maior parte das pessoas almoçava, mais precisamente às 13h28. Minutos após a catástrofe, camponeses e sitiante

⁷ A Mineradora Vale informou sobre o acidente à Secretaria do Estado de Meio Ambiente às 13h37. Os rejeitos atingiram toda a área administrativa da companhia e parte da comunidade da histórica Vila Ferteco. Tal como em Bento Rodrigues, o subdistrito devastado em Mariana, a sirene não tocou¹⁰. Tal fato, denominado de Dam Break, foi designado pela própria Vale em 2012, quando esta área foi considerada crítica, e que não haveria a menor possibilidade de salvamento para a maioria das pessoas, vez tratar-se de uma região de autossalvamento. Não foi um acidente, foi um crime (PEREIRA, 2019, p. 22).

acostumados à uma vida rotineiramente tranquila, viram-se diante da morte, da tristeza, do desrespeito à vida, do descaso. Essa calamidade mudaria para sempre a história de Brumadinho. Berço da Mineiridade, por abrigar a terceira povoação erguida nas Minas Gerais, por Fernão Dias Paes Leme. Brumadinho é recorte importante da história mineira e da história minerária.

A ideia é analisar e avaliar os aspectos educacionais e a situação dos espaços físicos das escolas estaduais e municipais, visando incentivar o desenvolvimento de Projetos de Educação para o Patrimônio Cultural e Ambiental, criando e explorando espaços de vivência de valores para assim formar uma consciência crítica e posturas de comprometimento (ANDRADE, ALBINO, 2021). Incentivar a criação de mecanismos de Educação para ampliar o conceito de meio ambiente, é premissa do Século XXI e enfatiza a questão da ecologia pessoal⁸, ecologia social⁹ e ecologia ambiental¹⁰ de acordo com Andrade e Albino (2021). Ao se sensibilizar e capacitar os professores e demais funcionários, para a importância da questão socioambiental, transforma-se a escola num ambiente formador de agentes facilitadores e multiplicadores, para atuarem junto às escolas do entorno de Brumadinho, que também foram afetadas pela tragédia de Córrego do Feijão (ANDRADE, ALBINO, 2021). A Prefeitura (2020-a, p. 12-13), ao registrar os instrumentos de proteção do patrimônio cultural, por sua vez, destaca que transformar a escola, num espaço referencial, é essencial para o desenvolvimento de projetos de Educação para o Patrimônio Cultural e Ambiental:

O inventário é um registro de todas as informações sobre os bens culturais materiais (móveis e imóveis) de Brumadinho. Esses são avaliados e divididos em categorias para sua melhor conservação e preservação. O levantamento é feito pela Secretaria Municipal de turismo e cultura e encaminhado para verificação deliberação do Conselho Municipal de Patrimônio Cultural. Registro de Bens imateriais é a proteção dos bens imateriais se dá por meio do registro de Patrimônio Cultural Imaterial, também feito pela Secretaria Municipal de Turismo e Cultura e encaminhado para verificação e a deliberação do Conselho Municipal de Patrimônio Cultural. Esse registro legitima existência e a importância dos bens imateriais, protegendo as diferentes manifestações culturais evitando o seu uso indevido. O tombamento histórico é um conjunto de ações, asseguradas por lei e realizadas pelo poder público, em parceria com a sociedade civil, visando preservar e conservar

⁸ Domínio da ecologia mental, no seio da vida cotidiana individual, doméstica, conjugal, de vizinhança, de criação e de ética pessoal. Longe de buscar um consenso cretinizante e infantilizante, a questão será, no futuro, a de cultivar o *dissenso* e a produção singular de existência (GUATTARI, 2013, p. 10).

⁹ Não apenas a crise permanente atual, financeira e econômica, pode desembocar em importantes transtornos do *status quo* social e do imaginário da mídia que lhe serve de base, como também certos temas veiculados pelo neoliberalismo, relativos por exemplo à flexibilidade de trabalho, às desregulagens etc, podem perfeitamente voltarse contra ele. (GUATTARI, 2013, p. 11).

¹⁰ O princípio particular à ecologia ambiental é o de que tudo é possível, tanto as piores catástrofes quanto as evoluções flexíveis. Cada vez mais, os equilíbrios naturais dependerão das intervenções humanas. (GUATTARI, 2013, p. 14).

os bens de valor histórico, cultural, ambiental, arquitetônico e até afetivo. O termo “tom-bamento” tem origem em Portugal, cuja procedência a torre do Tombo ou do arquivo de uma das Torres do Castelo de São Jorge. Ali eram guardados documentos importantes que até hoje faz parte do arquivo central do estado português.

Trazer à Grande BH, um novo imaginário acerca da cidade de Brumadinho evidenciando seu potencial turístico e pedagógico nas inúmeras comunidades e localidades: Águas Claras, Alberto Flores, Almorreimas, Aranha, Carneiros, Casa Branca, Casinhas, Catarina, Conceição de Itaguá (Brumado Velho/Brumadão), Conquista, Coronel Eurico, Córrego das Almas, Córrego do Feijão, Córrego Ferreira, Eixo Quebrado, Inhotim, Jangada, Lagoa, Marinhos, Marques, Mato Dentro, Melo Franco, Monte Cristo, Palhano, Piedade do Paraopeba (Figura 02), Pires, Ribeirão, Rodrigues, Samambaia, Sapé, Sede (Brumado Novo/Brumadinho), Soares, Sousa Noschese, Suzana, Tejuco, Toca de Baixo, Toca de Cima, conforme regionalização descrita no Quadro III e na Figura 02. Pereira (2019, p. 18):

O município na porção sudeste da Grande BH com cerca de 36.748 habitantes (IBGE, 2013) é um tradicional destino turístico devido à localização do Museu de Arte Contemporânea do Inhotim. De acordo com Neide Alves Lima, “o Censo Demográfico de 2010, a população do Município era igual a 33.973 habitantes, com 84,31% das pessoas residentes em área urbana e 15,69% em área rural”. A projeção populacional é de 39.520 habitantes, o que evidencia um crescimento de 5.547 novos moradores. Emancipado desde 1938, sua formação deriva da estação ferroviária construída entre as localidades de Brumado Velho (Brumadão) e Brumado Novo (Brumadinho) e a toponímia se deve às constantes brumas do Fecho do Funil. Uma catástrofe mudaria radicalmente o cotidiano dessa municipalidade mineira. Por quê? É uma pergunta aparentemente sem resposta.

QUADRO III - REGIONALIZAÇÃO DE BRUMADINHO PARA FINS TURÍSTICOS

Regional	Nome	Localidades
Central	Sede	Sede Municipal e bairros adjacentes ao Centro
Sudoeste	Brumado	Águas Claras, Conceição de Itaguá (Brumado), Eixo Quebrado, Mato Dentro, Soares,
Oeste	Conquista	Serra da Conquista
Noroeste	Inhotim	Inhotim, Monte Cristo, Sousa Noschese
Norte	Tejuco	Córrego do Feijão, Tejuco
Nordeste	Catarina	Casa Branca, Catarina, Jangada,
Leste	Piedade	Carneiros, Córrego das Almas, Córrego Ferreira, Marques, Palhano, Piedade do Paraopeba, Samambaia, Suzana
Sudeste	Marinhos	Casinhas, Coronel Eurico, Marinhos, Ribeirão, Rodrigues, Sapé,
Sul	Almorreimas	Almorreimas, Aranha, Lagoa, Melo Franco, Pires, Toca de Baixo, Toca de Cima,

Adaptado do Passaporte Cultural da Prefeitura Municipal de Brumadinho (2020)

[illegible]

Fonte: <https://visite.brumadinho.mg.gov.br/ descubra-brumadinho/ROTEIROS/92/>

Os Aspectos Gerais do Patrimônio Natural de Brumadinho são evidenciados, porém ainda pouco destacados. Marcada por dois conjuntos significativos na paisagem de um lado a Serra da Moeda e do outra, a Serra do Rola Moça, Brumadinho é um dos municípios metropolitanos mais promissores para o turismo alternativo. Após a Tragédia minerária em 25 de janeiro de 2019, busca-se enaltecer a beleza e potencialidade municipal, com vistas a evidenciar a reconstrução de sua história, fundamentada, na agroecologia, no turismo cultural, no ecoturismo e no turismo rural. A natureza explode em múltiplas possibilidades de experiência e vivências em ecoturismo. A Cachoeira dos Carrapatos é singela e segura, principalmente para crianças se refrescarem e brincarem, a Cachoeira da Jangada, com esplêndidos 13 metros de queda, a Cachoeira da Ostra, escondida nos rincões de uma belíssima serra, a Cachoeira do Anão, com sua beleza ímpar, a popular Cachoeira dos Marques, as Comunidades de Casa Branca, Córrego do Feijão e Suzana destacam a imponência do patrimônio natural brumadinhense. Muitos atrativos ainda encontram-se em estudos técnicos como o Rio Paraopeba e a Praça da Rodoviária, cujo inesquecível coreto foi demolido. A Prefeitura (2020-b, p. 17) confabula que:

Fonte: <https://visite.brumadinho.mg.gov.br/descubra-brumadinho/ROTEIROS/92/>

Os Aspectos Gerais do Patrimônio Natural de Brumadinho são evidenciados, porém ainda pouco destacados. Marcada por dois conjuntos significativos na paisagem de um lado a Serra da Moeda e do outra, a Serra do Rola Moça, Brumadinho é um dos municípios metropolitanos mais promissores para o turismo alternativo. Após a Tragédia minerária em 25 de janeiro de 2019, busca-se enaltecer a beleza e potencialidade municipal, com vistas a evidenciar a reconstrução de sua história, fundamentada, na agroecologia, no turismo cultural, no ecoturismo e no turismo rural. A natureza explode em múltiplas possibilidades de experiência e vivências em ecoturismo. A Cachoeira dos Carrapatos é singela e segura, principalmente para crianças se refrescarem e brincarem, a Cachoeira da Jangada, com esplêndidos 13 metros de queda, a Cachoeira da Ostra, escondida nos rincões de uma belíssima serra, a Cachoeira do Anão, com sua beleza ímpar, a popular Cachoeira dos Marques, as Comunidades de Casa Branca, Córrego do Feijão e Suzana destacam a imponência do patrimônio natural brumadinhense. Muitos atrativos ainda encontram-se em estudos técnicos como o Rio Paraopeba e a Praça da Rodoviária, cujo inesquecível coreto foi demolido. A Prefeitura (2020-b, p. 17) confabula que:

Nosso seu patrimônio natural: montanhas, matas, rios, cachoeiras e toda a exuberante natureza de Brumadinho. Tudo que tem valor histórico e que não foi criado pelo homem e nem tão pouco tem a sua intervenção. Nosso patrimônio natural é rico e diverso. Como proteger os bens naturais? ação educativa permanente; limpeza de material poluente como sacolas plásticas, latas e vidros; reciclagem do lixo de modo consciente; orientação de outras pessoas que preservem a natureza

O patrimônio material consolidado em casarões, estações ferroviárias, fazendas, igrejas, e monumentos, ou seja, tudo que tem valor histórico para a urbe, sendo o patrimônio material de Brumadinho, rico em cultura e memória dos agentes socioculturais que habitam o território municipal (PREFEITURA, 2020-b). Preservar os importantes bens e proteger o passado é se preparar para o futuro como valorizar os bens materiais, através de ações educativas nas escolas com a comunidade (PREFEITURA, 2020-b). A prefeitura tem se destacado em consultorias destinadas à preservação e à conservação do patrimônio, incluindo a restauração dos bens materiais, a proteção legal através do tombamento (PREFEITURA, 2020-b). O quadro IV permitir conhecer um pouco dos principais bens imateriais e materiais.



Fonte: <https://www.folhadebrumadinho.com.br/nossa-linda-brumadinho/>

QUADRO IV - ASPECTOS GERAIS DO PATRIMÔNIO CULTURAL DE BRUMADINHO

Nome	Descrição/Destaque
Casa da Cultura Carmita Passos	Berço da Educação brumadinhense, a Casa da Cultura já brigou muitas escolas da cidade ao longo dos anos. Desde 2004, o prédio histórico se tornou um centro cultural. Seu nome foi escolhido para prestar uma homenagem a ex-professora do município, Carmita Passos
Conjunto paisagístico da Serra da calçada	Um antigo caminho que guarda histórias e lendas sobre Brumadinho. O conjunto paisagístico da Serra da calçada ganhou esse nome por causa do calçamento de pedras, datado do século XVIII. Uma estrada que, antigamente, era utilizada para facilitar o acesso à região mineradora, hoje nos leva ao forte de Brumadinho.

Corporações musicais	A música que dá o tom em Brumadinho, vem do vento nas árvores, do cantar dos pássaros e também talento de quem vive aqui. Nossa cidade tem muitos músicos e várias bandas, que se apresentam em festas e solenidades da cidade e tocam coração dos brumadinhenses e dos visitantes: Banda Brumado, Banda de Suzana, Banda São Sebastião, Banda Santa Efigênia.
Estação ferroviária de Brumadinho	Foi com a chegada da Estação Ferroviária que Brumadinho entrou nos trilhos do desenvolvimento. A partir de 1917, com a inauguração da linha ferroviária, Brumadinho passou a atrair muitos trabalhadores, escolheram a cidade para viver e construir a vida e também uma nova história em meio às montanhas de Minas Gerais.
Fazenda dos Martins	A Fazenda até hoje conserva arquitetura imponente, as características originais e as marcas de um passado de lutas e conquistas. O próprio Quilombo do Sapé teve sua origem com um ex-escravo da fazenda. Segundo registros históricos, a fazenda está entre as mais antigas de Minas Gerais
Festas religiosas	Os brumadinhenses são um pouco de fé. A religiosidade está presente em diversas manifestações culturais: Jubileu de Nossa Senhora das Mercês, Festa de São Sebastião, Festa de Nossa Senhora da Conceição, Jubileu de Nossa Senhora da Piedade, Congado.
Forte de Brumadinho	Ruínas centenárias e palco de muitas histórias, o Forte de Brumadinho é edificação simples e ao mesmo tempo imponente. Em meio às montanhas e vegetação densa, o Forte de Brumadinho que já serviu de rotas de pessoas e mercadorias no século XVIII, hoje é cercado de lendas e histórias.
Guarda de Congo e Moçambique	A cultura afrodescendente é bem representada em suas danças, costumes e histórias. As Guardas de Congo e Moçambique de Brumadinho são grupos tradicionais, que se apresentam por toda a cidade. Cores, acessórios, ritmos, instrumentos e danças diferentes marcam a identidade de cada guarda. O compromisso dos congadeiros com essa expressão de alegria e fé faz dessa festas, uma das mais belas manifestações culturais de Brumadinho.
Inhotim	O maior museu a céu aberto da América Latina. O Instituto Inhotim é um espaço de contemplação, convívio e conhecimento. Como um dos mais relevantes acervos de arte contemporânea do mundo e jardins botânicos que une elas de espécies de plantas, algumas raras, de todos os continentes, o museu atrai turistas de todas as partes do mundo, para nossa cidade. Um lugar dedicado à criação e a formação cultural, onde os acervos são mobilizados para o desenvolvimento de atividades educativas e sociais para diferentes públicos.
Matriz de Nossa Senhora da Piedade	Uma preciosidade histórica nas terras de Brumadinho. A matriz de Nossa Senhora da Piedade é uma das igrejas mais antigas de Minas Gerais. Construída em 1713, ela marcou o início da ocupação dos habitantes da cidade. Segundo os moradores mais antigos de Brumadinho, a imagem do altar foi doada por Bárbara Heliadora, poetisa, mineradora e ativista política brasileira, esposa do Inconfidente Inácio José de Alvarenga Peixoto. Na tricentenária igreja, é realizada o Centenário do Jubileu de Nossa Senhora da Piedade.
Mirante Topo do Mundo	Uma vista que tira o fôlego dos turistas e inspira os amantes de esportes radicais. Situado a 1500m de altitude, no Alto da Serra da Moeda, o Mirante do Topo do Mundo é um local de rara beleza em meio à natureza, com uma visão panorâmica do Vale do Paraopeba. Esportistas, não somente brasileiros, Mas também de diversos outros países vão ao Topo do Mundo aproveitar as duas rampas naturais para decolagens, onde é praticado voo livre. Há também trilhas ecológicas e eventualmente ocorrem atrações diversificadas.
Produções Culturais	Artesanato, dança, corais, bandas, grupos teatrais. Brumadinho vive uma efervescência cultural há muitos anos. São várias as manifestações artísticas que mostram a diversidade de nosso povo.

Sítio Histórico Quilombo do Sapé	O Sítio Histórico Quilombo do Sapé que fica nas comunidades de Rodrigues, Ribeirão, Sapé e Marinhos preserva a memória e resgata o orgulho da comunidade afrodescendente de Brumadinho. Costumes e tradições passadas de pais para filhos recontam a história das pessoas que viveram na região.
Toca de Cima	Depois de percorrer algumas trilhas ecológicas, o melhor prêmio é sombra e água fresca. Com belas quedas d'água, a Cachoeira da Toca é formada de uma grande extensão de areia, às margens do Rio Paraopeba, no povoado que leva o mesmo nome.

BCM - Bem Cultural Móvel e BCI - Bem Cultural Imóvel



Fonte: <https://www.minasgerais.com.br/pt/atracoes/brumadinho/forte-de-brumadinho>

JUSTIFICATIVA, METODOLOGIA E BENEFÍCIOS

A Educação tem papel fundamental na construção de um mundo melhor, mais harmônico e equilibrado. Dentro dessa visão, o protagonista é o aluno, enquanto sujeito, que se forma e transforma sua realidade ambiental e cultural. Compete aos professores, a maestria de conduzirem estes sujeitos na formação de cidadãos críticos, conscientes e comprometidos consigo mesmos, com a sociedade e com o meio ambiente. Por outro lado, é necessário analisarmos a situação da educação em nosso país, atualmente. A Ausência de meios para que professores e alunos vivenciem projetos comprometidos com a questão socioambiental, de maneira dinâmica, lúdica e interativa se associa à falta de agentes facilitadores e multiplicadores, que atuem na sensibilização e mudança da realidade local. Por outro lado, faltam espaços nas escolas e nas comunidades, que por sua vez, funcionem como meios de vivência social e ação ambiental. Enfim, o que se verifica é a deficiência de integração de Educação para o Patrimônio Cultural e Ambiental nos diversos conteúdos aplicados, permitindo

que ela seja o elo de integração entre os mesmos. Neste contexto de professores mal remunerados, por vezes desqualificados, sobrecarregados e frustrados, urge a necessidade de mecanismos de incentivo que visem facilitar o processo de inserção da Educação para o Patrimônio Cultural e Ambiental no cotidiano curricular. Principalmente em contextos antagônicos que envolvem ecologia e mineração conforme discorre Pereira (2019, p. 23):

Era previsível, passível de medidas eficientes de contenção e fora denunciada dezenas de vezes após a tragédia em Mariana, entretanto, nada foi feito, e ainda há tantas outras barragens identificadas com o mesmo nível de risco da Mina do Córrego do Feijão¹¹, sendo totalizado pelo menos dez no Estado de Minas. Barão de Cocais, Congonhas e Itatiaiuçu vivem o pesadelo do possível rompimento realocando moradores, desestruturando-os, traumatizando-os. Há uma violência implícita em consolidação, que ganha conotações de estratégia mercadológica e ideológica em prol do capital privado. O pânico e o pavor tomam conta da população, a mídia socializa a possível calamidade, e territórios vão sendo declarados inviáveis para seres humanos ou preservação ambiental, e aptos apenas para a exploração comercial de minerais estratégicos. Seria uma forma de burlar a legislação discretamente ou uma iniciativa para ganhar tempo e dinheiro frente à morosidade dos processos de desapropriação e indenizações correlacionadas. Há perguntas que precisam ser esclarecidas, pois riscos e conflitos se condensam no turbulento Quadrilátero Ferrífero. E como território de conflito, violências podem se efetivar ameaçando movimentos sociais, ativistas e forças de resistência.

Assim, uma visita às escolas com o objetivo conhecer a realidade social, estrutura educacional e situação ambiental, permite a elaboração de um diagnóstico que visa conhecer a realidade interna e externa das escolas identificando com os envolvidos os problemas e definindo soluções. Para a Prefeitura (2021, p. 22), Redescobrir Brumadinho é pensar em Brumadinho como local de visitação turística pedagógica requer preparar as escolas para essa emparentada pedagógica (Quadro V).

Reconhecer, admirar, preservar, pertencer. Viver a nossa cidade é aproveitar tudo que ela oferece com responsabilidade de cuidar do que é nosso. A informação é a chave para proteger nossos bens culturais e a memória da nossa gente. Por isso, a Secretaria Municipal

¹¹ Córrego do Feijão nunca mais será o mesmo, assim como Minas e o Brasil também não o serão. A pacata vila localizada no entorno da capela de Nossa Senhora das Dores, viu seu céu encher de helicópteros, que pousavam e decolavam trazendo desesperança e corpos. Lágrimas e desespero por quem tinha alguém trabalhado na mina naquele dia e por aqueles que estivessem em sítios por onde a avalanche passou. Um pontilhão ferroviário foi literalmente partido pela força da lama. A mata de galeria foi revolvida e plantações foram destruídas. Jornais televisionaram o espetáculo da dor e da tristeza cobrindo 24 horas a tragédia, em nível nacional e mundial. Não se pode esquecer, outro dia tão triste da história das Minas Gerais, sociedade mestra em teimosia ao insistir em minerar desde os auríferos tempos pretéritos (PEREIRA, 2019, p. 21).

de Turismo e Cultura de Brumadinho, em parceria com Conselho Municipal de Patrimônio Cultural, criou o primeiro programa institucional de educação patrimonial do município, intitulado “**Redescobrimdo Brumadinho**”. Um programa completo de educação continua, com diversas ações e publicações informativas, que buscam conscientizar todos - moradores e turistas - a preservar o patrimônio de Brumadinho. Participe do programa, ajude a conservar igrejas, monumentos, natureza, danças, músicas, religiosidade, culinária, costumes. proteja nossa história!

QUADRO V - ETAPAS DO PROJETO DE EDUCAÇÃO PARA O PATRIMÔNIO CULTURAL E AMBIENTAL DE BRUMADINHO

1a Etapa	Analisar a existência e situação dos aspectos educacionais: placas educativas, murais, painéis de grafite e pinturas, laboratório de ecologia, projetos, eventos, parcerias. ecoteca, oficinas e excursões.
2a etapa	Avaliar a existência e situação dos espaços físicos: hortas, pomares, herbário, jardim, viveiro de mudas, lixeiras comuns, salas ecológicas, coletores seletivos, canteiro de composto orgânico, bosque, mata, re-canto, nascente, permeabilidade do solo e bebedouros.
3ª etapa	Programa Pedagógico de Vivências Agroecológicas em Paisagens Rurais do Município de Brumadinho, Bacia Hidrográfica do Rio Paraopeba, MG: inclui a avaliação geral, a supervisão de ações, a supervisão de projetos, a promoção de eventos, a implantação coleta seletiva, a integração comunitária, as reuniões administrativas, as excursões e visitas, a palestra - resíduos sólidos, a palestra - projetos E.A., a palestra - áreas verdes, a palestra- recursos hídricos, a oficina de alimentação, a oficina plantas medicinais, a oficina jardinagem, a oficina composto orgânico, o concurso de grafite, a elaboração - compromisso e por fim, a seleção e certificação.
4ª etapa	Elaboração de Compromisso Socioambiental: Elaboração de documento contendo os compromissos adotados pelas escolas durante o desenvolvimento do projeto. Com este documento será confeccionada uma placa que será fixada na entrada das escola.
5ª etapa	Seleção e Certificação: Estabelecimento de critérios de seleção baseados no desenvolvimento do programa proposto, visando certificar e/ou a escola, através de meios como o FNMA (Fundo Nacional do Meio Ambiente) ou parcerias com a iniciativa privada.

Fonte: Andrade; Albino (2021) adaptado de Andrade; Costa; Costa (2020, on line)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No texto abaixo apresentam-se os passos para conclusão com êxito do projeto, considerando-se o acompanhamento, as reuniões, as visitas de monitoramento, as atividades de orientação e as atividades de supervisão. O projeto inicia-se em Brumadinho, e segue pelas seguintes municipalidades: Mário Campos, Sarzedo, Ibirité, Contagem, Esmeraldas, Florestal, Juatuba, Betim, São Joaquim de Bicas, Igarapé, Mateus Leme, Itatiaiuçu, Rio Manso. A Prefeitura (2021, p. 20) afirma ainda sobre Festivais gastronômicos:

Como bons mineiros, compreendemos o que há conexão entre a gastronomia e o patrimônio cultural imaterial. O ato de cozinhar é mais do que apenas preparar alimentos. É uma prática cultural que identifica e caracteriza povos, tornando-se assim símbolo da identidade local. em Brumadinho, não é diferente. Nossa culinária conta a história da cidade, por meio da comida mineira, com ingredientes típicos, sabores e combinações de temperos herdados dinheiro de geração a geração. Com uma gastronomia rica e diversa, nossa cidade promove festivais gastronômicos que mostram não se diversidade cultural, enquanto brumadinhenses. a comida é um dos nossos bens culturais. Esses festivais gastronômicos são atividades turísticas das comunidades que atrai muitas pessoas interessadas em conhecer novos sabores, pratos, pessoas e histórias.

Conclui-se que se quisermos revertermos o atual quadro cultural e socioambiental, precisamos urgentemente priorizar a Educação para o Patrimônio Cultural e Ambiental e toda sua amplitude. É necessária que a sociedade trilhe o caminho da transformação que lhe é proposta estabelecendo novos valores, que resultem na mudança de mentalidades e comportamentos. Somente assim teremos um mundo melhor mais fraterno e justo, com desenvolvimento sustentável e qualidade de vida para todos. a Educação para o Patrimônio Cultural e Ambiental e um instrumento efetivo para motivar a criação ou implantação de hortas e/ou pomares, trazendo considerável melhoria na qualidade da merenda, envolvendo alunos em projetos de eventos, excursões, grafiteagem, etc.

A educação para o patrimônio cultural e ambiental, promove efetivamente a integração das matérias do currículo escolar, informando, sensibilizando e conscientizando através de preservação da cobertura vegetal como bosques e matas, objetivando melhoria da qualidade de vida na escola e entorno, corroborando sobre as espécies de plantas, árvores suas especialidades no convívio, e na melhoria das condições visuais e aspectos paisagísticos, criando ambientes agradáveis. Do ambiente escolar partem as ações para a integração escola-comunidade e a significação do projeto societário, visando sua reformulação de maneira mais sustentável e menos devastadora. Córrego do Feijão nunca será esquecida, pois agora, mesmo sem saber e querer se tornou disciplina obrigatória do currículo escolar da educação básica, mas, sobretudo, uma vergonha mineira e nacional que precisa ser tratada como tal.

A prefeitura tem evoluído bastante no que se refere a Educação para o Patrimônio Cultural e Ambiental indo além do material educativo de excepcional qualidade gráfica e pedagógica, já se visualizam placas educativas na Casa da Cultura Carmita Passos, na Estação Ferroviária, na Fazenda dos Martins, no Forte do Paraopeba, na Igreja Nossa Senhora da Piedade, no Museu Inhotim, no Quilombo do Sapé, na Serra da Calçada, na Toca de Cima e no Topo do Mundo. Cuidados estão sendo tomados com as Corporações Musicais e as Guardas de Congo e Moçambique. Sugere-se à municí-

palidade, a melhoria da limpeza nos atrativos, através do incentivo do uso da lixeira, especificamente das padronizadas para implantação da coleta seletiva, visando a geração de renda.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA MINAS. **Governo de Minas lança consulta pública sobre o Rodoanel Metropolitano: Projeto recebe contribuições da sociedade até 22 de março.** Disponível em <<http://www.agenciaminas.mg.gov.br/noticia/governo-de-minas-lanca-consulta-publica-sobre-o-rodoanel-metropolitano>> Acesso em 25. Jan. 2021

ANDRADE, Vagner Luciano de; ALBINO, Sônia Celeghini; **EDUCAÇÃO PARA O PATRIMÔNIO CULTURAL E AMBIENTAL NO CONTEXTO ESCOLAR: Programa Pedagógico de Vivências Agroecológicas em Paisagens Rurais do Município de Brumadinho, Bacia Hidrográfica do Rio Paraopeba, MG.** Sousa Noschese, Brumadinho. 1º semestre de 2021

ANDRADE, Vagner Luciano de Andrade; COSTA, Patrícia Abreu; COSTA, Priscila Abreu; **NESTA RUA, TEM UM BOSQUE QUE SE CHAMA EDUCAÇÃO: a escola enquanto laboratório de Ecologia.** In: Jornal Pensar a Educação em Pauta. Ano 9 – Nº 313/ sexta-feira, 26 de março de 2020. Faculdade de Educação – UFMG. Disponível em <<http://pensaraeducacao.com.br/pensaraeducacaoem-pauta/nesta-rua-tem-um-bosque-que-se-chama-educacao-a-escola-enquanto-laboratorio-de-ecologia/>> Acesso em 25. Jan. 2021

ANDRADE, Vagner Luciano de; PEREIRA, Juliana Barros. **A REINVENÇÃO DE BRUMADINHO DEPOIS DA TRAGÉDIA: reentrâncias de uma paisagem turística e educativa.** In: Jornal Pensar a Educação em Pauta. Ano 7 – Nº 250 / sexta-feira, 30 de agosto de 2019. Faculdade de Educação – UFMG. Disponível em <<https://pensaraeducacao.com.br/pensaraeducacaoempauta/a-reinvencao-de-brumadinho-depois-da-tragedia-reentrancias-de-uma-paisagem-turistica-e-educativa/>> Acesso em 25. Jan. 2021

BANCO DE DESENVOLVIMENTO DE MINAS GERAIS. **RODOANEL METROPOLITANO.** Disponível em <<https://www2.bdmg.mg.gov.br/Paginas/data-room.aspx>> Acesso em 25. Jan. 2021

BIBLIOTECA INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **MINAS GERAIS: Brumadinho.** Disponível em <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/minasgerais/brumadinho.pdf>>

ESTAÇÕES FERROVIÁRIAS. **E. F. Central do Brasil (1917-1975) / RFFSA (1975-1996): ESTAÇÃO DE BRUMADINHO, MG. Linha do Paraopeba, km 579,825 (1928).** Disponível em <http://www.estacoesferroviarias.com.br/efcb_mg_paraopeba/brumadinho.htm> Acesso em 25. Jan. 2021

FOLHA DE BRUMADINHO. **Nossa Linda Brumadinho**. Disponível em <<https://www.folhadebrumadinho.com.br/nossa-linda-brumadinho/>>Acesso em 25. Jan. 2021

FONSECA, Charles de Oliveira. **FACES DE PAISAGEM: Interpretação para Valorização do Geoturismo no Parque Estadual Serra do Rola Moça - MG** (Monografia - Curso de Graduação em Turismo). Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. Julho de 2010. Disponível em <<http://www.igc.ufmg.br/images/igc/biblioteca/TUR94.pdf>>Acesso em 25. Jan. 2021

GUATTARI, Felix. **As três ecologias**. 20ª ed. Trad. Maria Cristina F. Bittencourt. Campinas: Papirus, 2009, 56p.

PEREIRA, Juliana Barros. Para não esquecer Córrego do Feijão: permanências e rupturas após a tragédia da barragem em Brumadinho - MG. In: CAETANO, Fernanda Araújo Kallás e; CASTRO, Emerson Luiz de; RESENDE, Fernanda Marçal Pontes (Orgs.) **TRAGÉDIA DE BRUMADINHO: reflexões acerca dos impactos jurídicos**. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2019.p. 17-36. Disponível em <<https://www.editorafi.org/728brumadinho>>Acesso em 25. Jan. 2021

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUMADINHO. **EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: Volume 1 (o que é patrimônio?)**. Secretaria Municipal de Turismo e Cultura. Brumadinho, 2020-a. 28 p.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUMADINHO. **EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: Volume 2 (Patrimônio brumadinhense)**. Secretaria Municipal de Turismo e Cultura. Brumadinho, 2020-b, 24 p.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUMADINHO. **VISITE BRUMADINHO: Site Oficial de Turismo do Município de Brumadinho**. Disponível em <<https://visite.brumadinho.mg.gov.br/>>Acesso em 25. Jan. 2021

(Footnotes)

1 Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

§ 1º O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional. § 2º A lei disporá sobre a fixação de datas comemorativas de alta significação para os diferentes segmentos étnicos nacionais.

§ 3º A lei estabelecerá o Plano Nacional de Cultura, de duração plurianual, visando ao desenvolvimento cultural do País e à integração das ações do poder público que conduzem à:

- I - defesa e valorização do patrimônio cultural brasileiro;
- II - produção, promoção e difusão de bens culturais;
- III - formação de pessoal qualificado para a gestão da cultura em suas múltiplas dimensões;
- IV - democratização do acesso aos bens de cultura;
- V - valorização da diversidade étnica e regional.

2 Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

- I - as formas de expressão;
- II - os modos de criar, fazer e viver;
- III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;
- IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
- V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

§ 1º O poder público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.

§ 2º Cabem à administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem.

§ 3º A lei estabelecerá incentivos para a produção e o conhecimento de bens e valores culturais.

§ 4º Os danos e ameaças ao patrimônio cultural serão punidos, na forma da lei.

§ 5º Ficam tombados todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos.



SEÇÃO 3

ENFERMAGEM – FAMÍLIA – SAÚDE SEXUAL



CUIDADOS DE ENFERMAGEM NO CONTEXTO DO ALCOOLISMO: UM IMPACTO SOCIAL E FAMILIAR

Ana Paula Gonçalves dos Reis¹

Ana Carolina Gonçalves da Rocha²

Renata Aparecida Pereira³

RESUMO: O alcoolismo é um sério e crescente problema de saúde pública, sendo bem aceito pela sociedade desde os tempos remotos. O uso abusivo do álcool acarreta diversos prejuízos físicos, psíquicos, social, econômico e familiar, além do grande peso na carga de doenças. Nesse contexto, o enfermeiro tem seu papel fundamental no cuidado, não somente do indivíduo como também de sua família que sofre uma sobrecarga muito grande ao lidar com tal problema. Esta pesquisa tem como objetivo principal, analisar os impactos do alcoolismo na vida social e familiar do indivíduo e de que maneira o profissional Enfermeiro (a) contribui no cuidado do indivíduo e de seus familiares. Quanto à metodologia adotada, trata-se de um estudo de revisão bibliográfica, o método utilizado para o levantamento de dados foi à busca por artigos na Biblioteca Virtual da Saúde. Artigos disponíveis na íntegra, idioma português, inglês ou espanhol; que abordassem o tema, publicados no período de 2016 a 2020; critérios de exclusão: artigos que trataram de outro assunto, dissertações e teses. A análise sistemática foi agrupada em dois quadros de categorias diferentes (Implicações do alcoolismo e Cuidados de enfermagem), para melhor compressão do leitor. A revisão da literatura evidencia diversos impactos negativos, tanto no indivíduo, quanto na sua família. Verifica-se, portanto, a importância de estratégias que busquem um cuidado integral com o indivíduo e sua família, dando suporte e o devido acolhimento, por meio de políticas públicas que contribuam para a diminuição dos agravos decorrentes desse uso e mais apoio a família.

Palavras chaves: Alcoolismo. Família. Social. Enfermagem.

¹ Enfermeira, Mestre em Educação em Diabetes. Docente da Faculdade Asa de Brumadinho/ MG.

² Acadêmica do Curso de Enfermagem do 10º Período da Faculdade Asa de Brumadinho/ MG.

³ Acadêmica do Curso de Enfermagem do 10º Período da Faculdade Asa de Brumadinho/ MG.

ABSTRACT: Alcoholism is a serious and growing public health problem and has been well accepted by society since ancient times. The abusive use of alcohol causes several physical, psychological, social, economic and family losses, in addition to the great burden on the burden of disease. In this context, the nurse has a fundamental role in the care, not only of the individual but also of his family who suffers a great burden when dealing with such a problem. This research has as main objective, to analyze the impacts of alcoholism on the individual's social and family life and how the professional Nurse contributes to the care of the individual and their family members. As for the methodology adopted, it is a bibliographic review study, the method used for data collection was to search for articles in the Virtual Health Library. Articles available in full, in Portuguese, English or Spanish; that addressed the theme, published in the period from 2016 to 2020; exclusion criteria: articles dealing with another subject, dissertations and theses. The systematic analysis was grouped into two tables of different categories (Implications of alcoholism and Nursing care), for better compression of the reader. The literature review shows several negative impacts, both on the individual and on his family. Therefore, there is the importance of strategies that seek comprehensive care for the individual and their family, providing support and due reception, through public policies that contribute to the reduction of injuries resulting from this use and more support to the family.

Keywords: Alcoholism. Family. Social. Nursing.

I INTRODUÇÃO

O uso de substâncias psicoativas, entre elas, o álcool, é uma prática comum e antiga, presente em diversas culturas, desde os tempos passados. Depende de cada época, cultura, conhecimentos e finalidade, mais o uso abusivo se torna evidente, seja por substâncias lícitas ou ilícitas. (HORTA et al. 2016)

O álcool é comercialização de forma lícita em diversos países incluindo, o Brasil, sendo bem aceito pela sociedade, apesar disso o seu consumo oferece risco tanto para quem o consome, como para os familiares. (BRASIL, 2015)

A Organização Mundial de Saúde OMS (2019), estima que três milhões de mortes por ano em todo o mundo resulta do uso abusivo do álcool, representando 5,3% de todas as mortes. Nesse sentido, o uso abusivo de álcool resulta em um fardo significativo em termos sociais, familiares, econômicos e de saúde.

O alcoolismo é um sério e crescente problema de saúde pública, tanto no Brasil como mundialmente, impondo à sociedade uma carga considerável de agravos indesejáveis, apesar de o álcool

ser considerado uma droga lícita, pode levar vários danos ao indivíduo, família e comunidade. A partir desse pressuposto, o alcoolismo foi entendido como uma doença pela Organização Mundial de Saúde (OMS) em 1967, inserida como Q86 no Código Internacional de Doenças (CID8- oitava edição) e desde então, foi classificada como patologia, capaz de gerar danos físicos, psíquicos e sociais. (HORTA et al. 2016; PAZ et al.2019)

Diariamente profissionais da saúde, em especial o enfermeiro que por diversas vezes é o primeiro contato do indivíduo e sua família nos serviços de saúde, lidam com problemas gerados pelo uso abusivo do álcool de forma direta ou indiretamente, dentre eles, os mais frequentes são: agressão doméstica, abandono familiar, gravidez na adolescência e desemprego. Diante do exposto, surge a questão norteadora dessa pesquisa: quais os impactos e os efeitos do abuso de álcool no âmbito familiar e social?

A atuação do Enfermeiro, deve ser junto com a realidade, criando e executando ações de acolhimento, auxílio e prevenção ao indivíduo e sua família. A partir do momento em que se identifica o obstáculo, cria-se a possibilidade de intervenção sobre o mesmo, e cabe ao enfermeiro, junto com uma equipe multiprofissional, executam um papel central no processo de cuidado e controle desta patologia.

O interesse em pesquisar e aprofundar sobre o impacto do alcoolismo no âmbito familiar e social deve se a problemas vivenciados, e também por se tratar de um assunto bem polêmico nos sistemas de saúde e com poucas intervenções, por se tratar, não apenas do indivíduo em uso abusivo de álcool mais sim de todo o contexto ao seu redor.

O Objetivo principal desta pesquisa é analisar os impactos do alcoolismo na vida social e familiar do indivíduo e de que maneira o profissional Enfermeiro (a) contribui no cuidado do indivíduo e de seus familiares. Diante do que se expõe o estudo possui como objetivos específicos: contextualizar o álcool no Brasil; descrever as principais implicações do uso do álcool na vida social e familiar do indivíduo; compreender o papel da família e da sociedade frente ao indivíduo dependente do álcool; avaliar o impacto social para os indivíduos que convivem com o agravo do alcoolismo na família.

É importante ressaltar que as políticas públicas, em um contexto geral, têm apenas o indivíduo em uso abusivo de álcool como foco, excluindo seus familiares do processo, não apenas o indivíduo mais sua família e pessoas próximas, ficam expostas a tal vulnerabilidade social e mental.

Nessa perspectiva, a pesquisa se justifica pela necessidade de abordar esses impactos causados no âmbito familiar e social do indivíduo que faz uso abusivo de álcool e os cuidados de enfermagem frente tal problema. Desta forma identificamos o problema, que é o primeiro passo para criar soluções. Assim, ao pesquisar os impactos sociais e familiares do uso abusivo de álcool, pretende-se esclarecer sobre possíveis intervenções de enfermagem, atuar em foco preventivo, ou, dando acolhimento e suporte não só aos indivíduos que sofrem com a patologia, mas também para suas famílias e amigos que convivem em seu meio.

2 METODOLOGIA

O presente estudo trata-se de uma revisão bibliográfica, que foi realizada por meio de um levantamento literário de estudos já publicados sobre o alcoolismo.

A partir do rastreamento feito em fonte secundária, por meio de acesso à Internet, consultando os bancos de dados da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), no qual foram buscados e localizados artigos científicos.

A busca foi desenvolvida utilizando-se o descritor de assunto *Alcoolismo, família, Social e Enfermagem*; indexado ao Decs (Descritores de Ciências da Saúde). Inicialmente, os descritores foram analisados. Encontrou-se um total de 53 artigos. Foi feito um refinamento para textos completos disponíveis chegando a 25 artigos completos.

Ainda como critérios de inclusão foram utilizados: artigos disponíveis na íntegra, idioma português, inglês ou espanhol; que abordassem temática, publicados no período de 2016 a 2020; critérios de exclusão: artigos que trataram de outro assunto, dissertações e teses, chegando-se a 24 artigos.

Posteriormente realizou-se a leitura de títulos e resumos relacionados com o tema, ocasião que foram selecionados 04 artigos.

Os mesmos critérios foram utilizados para uma busca manual na Internet, através do Google acadêmico. Encontrou-se um total de 06 artigos que se enquadravam no tema.

Obteve-se, portanto, 30 artigos no total e após leitura deles, 10 artigos foram utilizados como os mais relevantes de acordo com o objetivo da pesquisa.

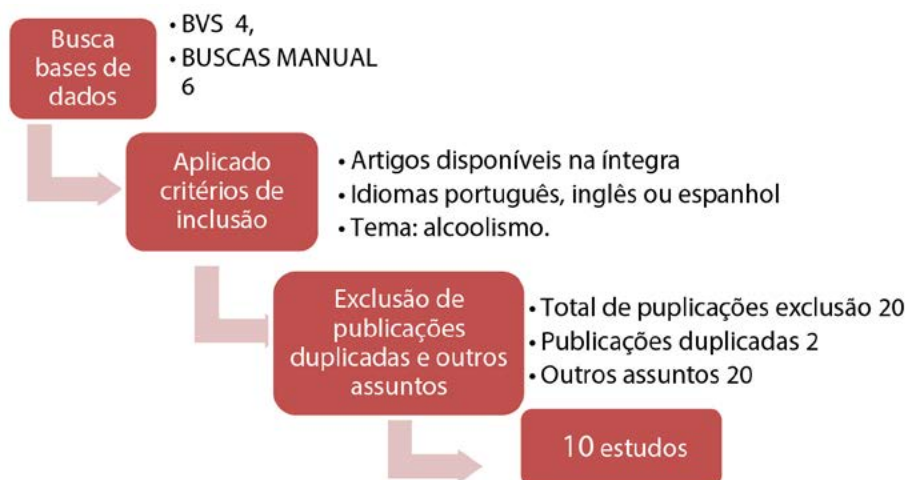


Imagem 1. Diagrama do processo de seleção de artigos.

Fonte: Elaborado pelas autoras.

3 RESULTADO E DISCUSSÃO

A revisão de literatura demonstrou que os 10 artigos foram construídos por enfermeiros e outros profissionais (médicos) que atuam diretamente no cuidado ao paciente alcoólatra e sua família. A análise sistemática evidenciou temáticas relevantes nos estudos, no qual foram agrupados em dois quadros de categorias diferentes (Implicações do alcoolismo e Cuidados de enfermagem), para melhor compressão do leitor.

3.1 CONTEXTUALIZAÇÕES HISTÓRICAS DO ÁLCOOL NO BRASIL

Estudos mostram evidências arqueológicas que comprovam que o consumo e a produção de bebidas alcoólicas são atividades costumeiras das sociedades em geral há mais de 8 mil anos a.C. afirmam ainda que a agricultura foi a atividade precursora do consumo de álcool na forma de bebidas. Acredita-se que a descoberta começou a surgir quando os povos nômades descobriram a possibilidade de reaproveitar sementes para a produção de novas plantas. A fermentação surgiu de tal processo de cultivo de sementes. A primeira fermentação aconteceu de forma natural, e daí o ser humano buscou aprofundar no processo. (PAIXÃO; SILVA; OLIVEIRA, 2018)

O uso de bebidas fermentadas é uma tradição antiga que remonta ao período pré-colombiano, de forma que, seu consumo estava associado à cultura social das diferentes sociedades. A produção de tais bebidas era realizada por mulheres dessas sociedades através da fermentação de diversos elementos como a seiva da palmeira, mel, frutas, banana, batata doce, milho, mandioca,

caju, etc. Depois de prontas eram armazenadas em grandes potes de barro ou madeira. (PAIXÃO; SILVA; OLIVEIRA, 2018)

A respeito da origem do consumo de bebidas alcoólicas no Brasil colonial, os missionários e colonos conviveram com o consumo da bebida nativa. Produzidas a partir da mandioca, do aipim, do milho, do caju, do abacaxi, da jabuticaba, entre tantas outras raízes e frutas, que conduzia ao estado de embriaguez. (ACSELRAD, 2014)

Ainda segundo o mesmo autor, uma bebida da época era o cauim, o caldo era extraído da mandioca era misturado à saliva, provocando sua fermentação. Contrariando as normas de higiene, esse processo acabou sendo aceito pela semelhança com o processo de produção do vinho quando os pés, nem sempre limpos, amassam as uvas.

A embriaguez para os nativos tinham um caráter sagrado, não sendo uma questão moral. O seu uso abusivo só era mal visto quando houvesse ruptura dos laços de sociabilidade. “Regras e interdições organizavam o consumo das bebidas: o cauim era proibido antes da puberdade, entre as crianças; rapazes só podiam beber depois de casados e a embriaguez era valorizada como prova de virilidade”. (ACSELRAD, 2014, p.12)

A partir disso, surgem evidências de que os povos nativos da época já faziam uso de bebidas alcoólicas, antes da chegada dos colonizadores. Estudos mostram que um dos esforços iniciais dos colonizadores foi dirigido à extinção das celebrações etílicas dos indígenas, isso porque os colonizadores começaram a temer que o consumo dessas bebidas, pois poderiam criar instabilidade nos seus mecanismos de dominação, já que durante e após os rituais de consumo de álcool os nativos pareciam “possuídos” por uma força demoníaca que hora ou outra poderia se rebelar contra os europeus. Ao perceber que seus esforços não trariam resultados, começaram a observar certa vulnerabilidade promovida pelo consumo das bebidas e introduz a cultura indígena as bebidas destiladas, que seriam mais fortes que as fermentadas. (PAIXÃO; SILVA; OLIVEIRA, 2018)

A superioridade dos Europeus sobre o povo nativo destina destilação e os alambiques. Os nativos sofreram enormemente os efeitos de ter acesso a um licor superalcoólico. “É nesse momento que se observa um dos sintomas mais dramáticos da desintegração da cultura nativa e da angústia a que ela dava origem: o alcoolismo”. (PAIXÃO; SILVA; OLIVEIRA, 2018, p. 7)

Os colonos consumiam o vinho, enquanto os menos favorecidos consumiam a aguardente de cana (cachaça, pinga caninha) matéria prima da indústria açucareira, a partir da segunda metade

do século XVII. A cachaça era considerada pelas populações nativas como uma bebida de não índio, comprada na cidade. (ACSELRAD, 2014)

Fala-se que a cachaça foi descoberta de forma acidental, porém acidental ou não, fato que, a bebida caiu no gosto da população geral.

Segundo Paixão, Silva e Oliveira (2018, p. 8), surgiram uma preocupação pela predileção do consumo da cachaça:

A predileção da cachaça sobre o vinho português, fez com que os senhores de engenho valorizassem mais a produção da bebida do que de sua matéria prima. Preocupada com a diminuição da produção de cana-de-açúcar e do consumo de vinho, a Coroa decide então (em 1649) proibir a produção da bebida em todo território brasileiro. Estudos afirmam que a proibição foi ineficaz, e incentivou a produção clandestina e o contrabando da bebida, até que - não resistindo à pressão popular, a proibição é revogada em 1661 e não demorou muito tempo para que a bebida se tornasse um dos principais produtos da economia do país. (PAIXÃO; SILVA; OLIVEIRA, 2018, p. 8)

“Difundido o uso das bebidas alcoólicas no Brasil, dissociado dos costumes tradicionais indígenas [...], o alcoolismo se tornou mais frequente. A Igreja Católica favorável ao consumo do vinho português condenava a cachaça que fazia “perder o juízo” dando margem ao pecado”. (ACSELRAD, 2014, p.11)

O uso da cachaça foi recomendado pelos nativos como forma de facilitar a dominação. Mas a cachaça permanece ligada aos rituais, principalmente religiosos. (ACSELRAD, 2014)

“Em todos os tempos, a ocupação e gestão territorial favorecem o alcoolismo. Portanto, conhecer as características dos processos históricos é fundamental para entender o impacto sofrido pelas populações”. (ACSELRAD, 2014, p.11)

O alcoolismo é hoje uma das enfermidades mais comum no Brasil, sendo a “doença social”, ligada às mudanças introduzidas no seu modo de vida. O “beber” como arma de dominação e controle em relação às populações nativas teve como consequência a diminuição da resistência e a destruturação de práticas de consumo outrora integradas nos usos e costumes tradicionais. (ACSELRAD, 2014)

O autor ainda afirma que, do ponto de vista das populações nativas, o uso das bebidas alcoólicas ajudou a suportar o mal estar sofrido num mundo que lhes negava origem e costumes. O

ser humano não bebe conscientemente em busca do efeito que o álcool produz no organismo, mas sim pela necessidade de outra vida.

3.2 IMPLICAÇÕES NA FAMÍLIA DO INDIVÍDUO.

O uso abusivo do álcool é um problema bastante complexo e muitos são os fatores envolvidos em tal fenômeno, devendo-se compreender a dependência do álcool como uma questão biopsicossocial, o que implica em modelos de tratamento de procedimentos completos, permitindo incluir nas estratégias de abordagem do problema os elementos biológicos, psicológicos e sociais que perpassam as questões do consumo abusivo do álcool. Questão essa, que configura um desafio ao poder público de saúde para a consolidação de um cuidado holístico nesse campo de assistência, em que é necessária uma espécie de intervenções junto a essa população, abrangendo, inclusive, a esfera familiar. (MACIEL et al.2018)

Segundo Maciel (2018, p.2), a família é conceituada “como um sistema em que cada um dos membros está interligado aos outros de maneira que a alteração em uma das partes gera uma reação em toda a estrutura”. De modo que, o adoecimento de um dos membros da família por uso abusivo de álcool, afetar a estrutura familiar como um todo, resulta em angústias e sentimentos de culpa, incapacidade e até fracasso. Agregando a isso a questão da exclusão social vinculada aos indivíduos dependentes e aos próprios familiares. (MACIEL et al.2018)

A relação intrafamiliar com o usuário sob os efeitos do álcool ocasionava em uma sobrecarga. A sobrecarga é definida “como efeito gerado pela secundarização das necessidades e vida dos cuidadores familiares e pelas intensas mudanças ocasionadas em suas rotinas cotidianas, de trabalho e de vivência familiar em função do provimento de cuidado”. Sendo classificadas como sobrecarga objetiva e subjetiva. (BANDEIRA apud UFSC, 2014, p.55)

O familiar cuidador sofre uma sobrecarga de aspectos objetivos como acúmulo de responsabilidades, assumindo atividades do alcoolista; e gastos financeiros com ele, desde como alimentação e pagamento de conta de luz até custeio de consertos de carro batido e construção de casa, entre outros, e os aspectos subjetivos abarcaram a constante tensão psicológica e a preocupação, potencializadas pelo medo do alcoolista sofrer ou provocar um acidente, ou outro tipo de tragédia. (GUIMARÃES et al.2019)

Segundo o autor acima, é evidente que a sobrecarga vivenciada diariamente com o alcoolista afeta todos os indivíduos da estrutura familiar, podendo causar-lhes um sentimento de exaustão e até mesmo influenciar no seu adoecimento. A literatura evidência as expressões de cansaço e sofrimento por parte da família, entende-se que relacionamento com o alcoolista é um fardo difícil de

suportar, chegando a provocar problemas clínicos, como o aumento da pressão arterial e a origem ou piora de quadro depressivo.

Outro ponto importante é a discriminação, quando o problema/situação limite é reprovado socialmente, como no caso da alcoolista, evitar leituras moralizantes, que culpabilizam e criminaliza o usuário, tal situação tende a ser extensiva para seus familiares, o que pode comprometer sua relação com a comunidade e com os serviços de saúde. (UFSC, 2014)

Vale lembrar que o risco de isolamento social é muito frequente nesta ocasião. O risco de um dos membros da família culpar outro pelo ocorrido é muito comum, ou vice versa. Um sentimento de perda de referências intensifica as relações. (UFSC, 2014)

Diante do que foi exposto, faz-se necessária uma atenção especial para a família de um alcoolista, devido que os mesmo nem sempre estão preparados para lidar com a situação de ter um alcoólatra em casa. Muitas vezes, pensam em usar a força/agressividade como uma intervenção sendo uma forma desesperada de superar o problema. A atenção e suporte psicossocial ao familiar tornam-se importante, em muitas situações, até mesmo para que consiga reconhecer que chegou ao seu limite.

QUADRO 1: IMPLICAÇÕES DO ALCOOLISMO.

Procedência	Título	Autores	Periódico (vol, nº, pág, ano)	Considerações
REBEn	Vivência e estratégias de enfrentamento de familiares de dependentes	(HORTA et al.2016)	Revista Brasileira de Enfermagem [Internet], v.69, n.6, p.1024-1030, 2016.	Compreende a vivência e estratégias de enfrentamento de familiares de pessoas dependentes de substâncias químicas. Analisando o olhar dos familiares diante desses dependentes, abordando Sentimentos, atitudes e as dificuldades encontradas no processo de enfrentamento.
Psicologia Clínica e Cultura	Cuidadoras de Dependentes Químicos: Um Estudo sobre a Sobrecarga Familiar	(MACIEL et al. 2018)	Revista Psicologia Clínica e Cultura, Brasília, v. 34, 2018.	Descreve o nível de sobrecarga de cuidadores e de familiares de pacientes com dependência química em tratamento, além de abordar a forma como famílias necessitam de escuta, acolhimento e auxílio para amenizar as dificuldades e conflitos encontrados no dia a dia.

Revista Brasileira de Neurologia e Psiquiatria.	Prevalência de alcoolismo e sintomas depressivos em pacientes da clínica geral na cidade de Salvador-BA	(GARRIDO et al.2016)	Revista Brasileira de Neurologia e Psiquiatria, v.20, n.1, p.37-72,2016.	Aborda a prevalência de sintomas depressivos em pacientes dependentes do álcool, abordando cuidados e intervenções terapêuticas, bem como elaborando estratégias preventivas no intuito de reduzir os problemas causados pelo álcool ao seu dependente.
Cuidado é Fundamental	O Álcool Dentro dos Agravos em Urgências e Emergências: um Estudo de Representações Sociais	(SILVA et al.2019)	Revista Cuidado é Fundamental, v.11,n.2, p.345-350, 2019	Evidencia as representações sociais sobre álcool e suas implicações aos usuários para os agravos dentro das urgências e emergências, no que tange aos domínios sociais, psicológicos e fisiológicos e seu impacto negativo no grupo familiar e na sociedade como um todo.
Ciência de Cuidado Saúde	Autonomia e reinserção social: percepção de familiares e profissionais que trabalham com redução de danos	(SILVEIRA et al. 2017)	Revista Ciência de Cuidado Saúde, v.16, n.3, 2017.	Expõem que a autonomia e a reinserção social do paciente alcoólatra são conceitos muito importantes para ser trabalhado, mas desde que envolva a família e uma rede de apoio social.
Escola Anna Nery	Alcoolismo no meio rural: situação biográfica de familiares de pacientes internados em hospital geral	(GUIMARÃES et al.2019)	Escola Anna Nery, v.23, n.4, 2019.	Evidencia uma repetição do histórico de alcoolismo na família e o quadro clínico do alcoolista interferindo nas relações entre os sujeitos, gerando conflitos, adoecimento e distanciamento social. Mesmo com esse quadro de dificuldades, os familiares estavam motivados a cuidar do alcoólatra.

Fonte: Elaborado pelas autoras.

3.4 PAPEL DA FAMÍLIA FRENTE AO INDIVÍDUO QUE FAZ USO ABUSIVO DO ÁLCOOL.

A família é considerada a principal instituição socializadora do indivíduo. Ela possui relação importante tanto na criação de condições que implicam na prevenção e no tratamento ao uso abusivo do álcool, esse tema tem ganhado muito destaque. (SILVEIRA et al. 2017). “A Organização Pan Americana da Saúde recomenda o envolvimento de familiares na formulação e na tomada de decisão sobre políticas, programas e serviços, o que está em sintonia com os princípios de controle social defendidos pelo Sistema Único de Saúde do Brasil” (UFSC, 2014, p. 60)

Estudos apontam a família como coadjuvante, tanto no processo do desenvolvimento da doença quanto da sua “cura”. Os familiares assumem um papel social que é tipicamente esperado para esses papéis, especialmente nos cuidados em situações de sofrimento e adoecimento por causa do álcool. (SILVEIRA et al. 2017; GUIMARÃES et al.2019).

A estrutura familiar parecia passar pelo seu lugar coadjuvante na assistência e retaguarda no cuidado ao usuário. À medida que a família percebe o indivíduo em uso abusivo de álcool como uma pessoa doente e não um “sem-vergonha”, atenuará sentimentos hostis de condenação e de desânimo, facilitando assim a tarefa de auxiliá-lo. (UFSC, 2014)

A família é o principal e primeiro alicerce do indivíduo, por essa razão, mesmo estando fragilizada estruturalmente deve apoiar e buscar soluções para prevenir ou tratar o uso abusivo de álcool. É na família que o usuário deve encontrar auxílio para combater a doença, mesmo contra a sua vontade, levando em consideração que um dependente de álcool não tem controle sobre si, pois seus desejos e ações estão atrelados ao vício do álcool. (BARACHO, 2018)

De modo geral os estudos expõem que o papel da família, e de grande importância em todas as fases da doença, mas em especial no início do tratamento, onde o indivíduo ainda não percebe claramente o que está acontecendo, em muitos casos não admitem que seja dependente do álcool. A família deve estar aliada com os objetivos do tratamento, criar ou recuperar o vínculo com o usuário, garantindo a aceitação ao tratamento, com isso estabelece maior efetividade do tratamento.

Contudo, é importante que a família faça parte de todo cuidado com os seus familiares, e que se sinta acolhida, de modo a fazer algo para ajudar nesse processo, quando for possível, mesmo quando não é o apoio, dedicação e carinho fazem toda a diferença.

3.5 IMPLICAÇÕES DO USO DO ÁLCOOL AO INDIVÍDUO.

O uso abusivo do álcool leva a vários danos à saúde do indivíduo sendo elas complicações clínicas por intoxicação aguda, hepatopatias agudas e crônicas, transtornos mentais, tais como, ansiedade, depressão e psicose, muitas das vezes até mesmo as alucinações psíquicas. (GARRIDO et al. 2016).

Muitas das vezes o abuso do álcool pode levar as pessoas a se envolverem em acidentes de trânsito, a comportamentos violentos envolvendo até mesmo a violência doméstica e infantil, bem como acidentes de trabalho. (GARRIDO et al. 2016).

O autor ainda diz que, os profissionais da saúde devem estar atentos e realizarem se possível o diagnóstico de paciente alcoolista já no exame clínico de rotina. O uso abusivo do álcool está muito associado a uma alta prevalência de comorbidades mentais, tendo alta relação com a depressão.

O suicídio também é um fator preocupante e muito presente em indivíduos que faz uso abusivo do álcool, ele é fruto da interação de fatores de ordem filosófica, antropológica, psicológica, biológica e social. Um fenômeno complexo e multifatorial. (GARRIDO et al. 2016).

Em relação aos sintomas clínicos, é comum o indivíduo apresentar fadiga, irritabilidade, tristeza, perda ou ganho de peso, alterações do sono, retardo motor, alteração na concentração, vivências sombrias e pessimistas do futuro, além de idéias sobrevalorizadas de culpa, desvalia e gestos de auto-agressão e suicídio. (GARRIDO et al. 2016)

Ainda de acordo com o mesmo autor, o alcoolista perde o controle sobre sua vontade, e com o passar do tempo vai se agravando essa situação o que acarreta perda de memória e de raciocínio além da capacidade de concentração, o que muitas das vezes começa a interferir no trabalho e nas relações com outras pessoas.

O que se percebe é que na maioria dos casos de famílias que possuem o indivíduo alcoolista não procuram ajuda muitas das vezes por vergonha e medo se expor perante a sociedade e pelo medo do preconceito. (GARRIDO et al. 2016)

O alcoolista julga usar o álcool para se esconder de seus problemas e com isso o mesmo traz para as suas vidas várias comorbidades além de outros problemas e ao contrário do que ele imagina o uso do álcool faz com que ele se fragilize cada vez mais ao invés de torná-lo forte. (GARRIDO et al. 2016)

O uso abusivo do álcool traz grandes problemas e consequências ao indivíduo, tanto físicas quanto psíquicas.

As patologias físicas causa pelo alcoolismo tem origem no trato gastrointestinal, como úlceras, varizes esofágicas, gastrite e cirrose. As neuromuscular, como câibras, formigamentos e perda de força muscular; ou cardiovascular, como a hipertensão; além de impotência ou infertilidade. (GUIMARAES et al. 2019)

Uma das alterações físicas mais grave devido o consumo do álcool por longos períodos, são as lesões hepáticas de tal forma que altera o funcionamento do fígado e consequentemente favorece a má absorção do fígado favorecendo a má absorção de alimentos. (GUIMARAES et al. 2019)

As doenças hepática alcoólica são inter-relações entre esteatose hepática, hepatite e cirrose, sendo a cirrose a forma final da doença e irreversível, em geral, evolui lenta e insidiosamente. O dano grave no fígado do indivíduo também pode levar a uma esplenomegalia. (ROBBINS; COTRAN, 2010).

De acordo com DSM-IV, as doenças mentais associadas ao alcoolismo são o delirium tremens; a demência de Korsakoff; as perturbações psicóticas do humor, da ansiedade ou do sono; e a disfunção sexual. (GUIMARAES et al. 2019)

A ingesta alcoólica excessiva contribui para hábitos alimentares deficientes, principalmente entre os alcoolistas crônicos. (GUIMARAES et al. 2019)

As pessoas etilistas tem seu estado nutricional comprometido devido a uma má alimentação, a uma baixa absorção de nutrientes, vitaminas e minerais (ROTH et al 2020).

Ainda de acordo com o autor, dentre os nutrientes comprometidos estão as vitaminas do complexo B, especialmente a tiamina e folato, vitaminas A, D e K e os minerais, magnésio, zinco e Cálcio, além de proteínas.

A deficiência desses micronutrientes citados anteriormente levam o indivíduo a algumas complicações como, por exemplo: encefalopatia de Wernicke, psicose de Korsakoff, pelagra, dermatite, diarreia, demência, anemia megaloblástica, acidose, hipocalcemia, hipocalcemia, hipertrigliceridemia e hiperuricemia (ROTH et al 2020).

O álcool consumido por longos períodos provoca lesões hepáticas de tal forma que altera o funcionamento do fígado e conseqüentemente favorece a má absorção do fígado favorecendo a má absorção de alimentos. (GUIMARAES et al. 2019)

Nem sempre é fácil o diagnóstico do indivíduo alcoolista, o mesmo pode levar anos para se ter esse diagnóstico, podendo levar o indivíduo a várias comorbidades. (GARRIDO et al. 2016)

Segundo Garrido et al. (2016, p. 44) a Síndrome de dependência do álcool (SAD) é definida como:

A SAD (Síndrome de dependência do álcool) não é uma enfermidade estática que se define em termos absolutos, mas um transtorno que se constitui ao longo da vida. É um fenômeno que depende da interação de fatores biológicos e culturais, que determinam como o indivíduo vai se relacionando com a substância, em um processo de aprendizado individual e social do modo de se consumir bebidas. (GARRIDO et al. 2016, p.44).

O alcoolismo se trata de uma doença complexa e suas causas são múltiplas e pode coexistir no mesmo indivíduo. Podendo estar presentes fatores etiológicos interativos: a genética, a dimensão social, cultural, psicológica e/ou de personalidade. (GARRIDO et al. 2016)

3.6 PAPEL DO ENFERMEIRO FRENTE AO ALCOOLISMO

Como já mencionado antes, o alcoolismo está relacionado ao aumento da morbidade, mortalidade e prejuízos interpessoais e disfunção familiar. “A relação entre alcoolismo e família é abordada principalmente sob duas perspectivas: os aspectos genéticos, comportamentais e relacionais do ambiente familiar, como fator de risco para o uso abusivo e o impacto do alcoolismo nas relações familiares”. (NINDITI, 2019, p. 7). Diante do exposto, a atuação da enfermagem frente ao paciente e familiar é de extrema importância, visto que são profissionais qualificados a prestar assistência com qualidade, segurança e humanização.

O processo de atendimento inicial seguro ao indivíduo em uso abusivo de álcool, são estabelecidos padrões mínimos para a assistência de enfermagem nos aspectos clínico/biológico/físico, psicoemocional e social. (ROSA et al.2016)

Em relação aos cuidados de enfermagem destaca-se, manter o indivíduo em repouso em maca próxima ao piso ou colchão no piso, elevar as grades da maca. Quando indicado realizar procedimentos terapêuticos indicados (ex. lavagem gástrica, tiamina) e instituir medidas de proteção de vias aéreas. (ROSA et al.2016)

Realizar anamnese e exame físico, através de uma consulta de enfermagem, atentando para nível de consciência, monitorar sinais avançados de depressão do SNC. Avaliar turgor de pele diminuído, hipotermia, taquicardia, taquipneia, mucosas secas e hipocoradas. Controlar diurese. (ROSA et al.2016)

Avaliar balanço hídrico Puncionar veia(s) periférica(s) e manter acesso venoso seguro permeável. Instituir medidas de controle do choque hipovolêmico e manter o paciente aquecido, quando necessário. Fornecer apoio verbal contínuo até que os efeitos se dissipem. Realizar contenção do paciente, para agitação marcada que não responde ao manejo verbal. Proporcionar ambiente tranquilo, diminuindo a luminosidade e ruídos e com poucos móveis e objetos. Promover a socialização durante as atividades em grupo na enfermaria. (ROSA et al.2016, GUIMARÃES et al.2019)

Ainda de acordo com autor acima, a abordar o paciente de forma adequada e tranquila, evitando comentários discriminativos. Orientar o indivíduo e família quanto à necessidade de participação de programas de reabilitação e grupos de apoio, orientar sobre as políticas vigentes.

A literatura também evidencia que o papel da enfermagem na atenção básica é de suma importância, ao indivíduo que faz uso abusivo de álcool. A equipe deve ser capacitada a atuar e intervir, se necessário. A atenção básica é a porta de entrada, e capaz de realizar ações preventivas e orientação tanto para o indivíduo, quanto para sua família. (BRANCO et al. 2016; FARIAS et al. 2017)

Vale ressaltar, que a família deve ser incluída no ato de cuidar, pois, estudos já comprovaram a sua importância no processo, no entanto, também deve ser cuidada, pois, também sofre. (GUIMARÃES et al.2019)

Contudo, o enfermeiro desempenha importante papel na assistência ao paciente alcoolista, pois este se encontra frequentemente sob seus cuidados em unidades de saúde, quer pelo alcoolismo propriamente dito, quer pelas patologias dele decorrente. (NINDITI, 2019; ROSA et al.2016)

QUADRO 2: CUIDADOS DE ENFERMAGEM.

Procedência	Título	Autores	Periódico (vol, nº, pág, ano)	Considerações
Cuidado é Fundamental	Cuidados de Enfermagem a um Paciente Alcoolista Portador Da Síndrome de Wernicke-Korsakoff: Estudo de Caso	(GUIMARÃES et al.2019)	Revista Cuidado é Fundamental, v.11,n.2, p.502-509, 2019	Compreende os cuidados de enfermagem relacionados a uma síndrome que se refere a um das mais graves consequências do uso abusivo de álcool., abordando também os principais impactos causados ao paciente tanto na parte neurológica como cognitiva podendo levar o paciente a morte.
Enfermagem UFPE	O enfermeiro e a assistência a usuários de drogas em serviços de atenção básica	(FARIAS et al. 2017)	Revista enfermagem UFPE, Recife, v.11,n. 7, p.2871-2880, 2017.	Compreende a atuação do enfermeiro frente ao usuário de drogas e substâncias químicas, junto ao serviço de atenção básica promovendo os principais cuidados de enfermagem voltada para esses usuários. Aborda também as necessidades de uma maior qualificação desses profissionais de saúde frente ao enfrentamento ao uso de drogas e álcool.

Revista interdisciplinar	Papel dos enfermeiros da atenção básica diante dos usuários de drogas: uma revisão de literatura	(BRANCO et al. 2016)	Revista interdisciplinar, v. 9, n. 4, p. 154-163, 2016	Expõem o aumento do uso abusivo de álcool e outras drogas e a necessidade da atuação do profissional enfermeiro junto a essa clientela, em toda rede de saúde, mas em especial na AP, onde a maior parte dos usuários procura como principal apoio. Na maioria das vezes o enfermeiro e o profissional que tem mais contato o usuário. Além disso, estudos mostram que os enfermeiros possuem um trabalho bastante eficiente no que diz respeito à redução do consumo excessivo de álcool e outras drogas na AP.
Revista Cuidado é Fundamental	Padrões mínimos para assistência de enfermagem segura a usuários de bebidas alcoólicas	(ROSA et al. 201)	Revista Cuidado é Fundamental, v.8,n.3, p. 4659-4667, 2016.	Compreende os principais padrões de enfermagem a serem seguidos em um atendimento ao paciente que faz uso excessivo de álcool, principalmente no que tange o risco de intoxicação e risco de tentativa de suicídio, além de padronização no atendimento aos mesmos.

Fonte: *Elaborado pelas autoras.*

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O abuso do álcool é um sério problema de saúde pública, é uma patologia complexa, e o indivíduo acometido por essa doença, sente um desejo insaciável por essa droga, que é considerada lícita.

As bebidas alcoólicas são substâncias antigas utilizadas culturalmente desde o período pré-colombiano. Anos atrás com as transformações culturais, tiveram o poder de produzir e prolongar a existência do alcoolismo que se tornou uma sobra em nossa população. Sua comercialização e uso são bem abundantes até os dias de hoje.

O presente estudo evidenciou a importância de ampliar as discussões sobre o tema de dependência do álcool incluindo a família como parte do cuidado, considerando o conhecimento que esta tem sobre o assunto, suas dificuldades e facilidades para lidar com tais questões. O uso abusivo do álcool traz diversos impactos negativos para o indivíduo e sua família, impactos estes que permeiam a esfera biopsicossocial.

É evidente que a interação familiar associada a uma assistência humanizada influencia diretamente nos resultados positivos, porém o estudo mostrou, ainda que a família sofra uma sobrecarga muito grande, e muitas das vezes não sabem como agir frente ao alcoolismo da família.

O alcoolismo é um problema crescente, e que gera várias mudanças na vida, do usuário e família também. E com isso impede que conheçamos todas suas consequências.

Verifica-se, portanto, a importância de estratégias que busquem um cuidado integral com o indivíduo e sua família, dando suporte e o devido acolhimento, por meio de políticas públicas que também contribuam para esses objetivos e para a diminuição dos agravos decorrentes desse uso.

Assim torna-se relevante que sejam realizadas novas pesquisas sobre essa temática, pois é um assunto pertinente no nosso convívio social, e que diz respeito aos serviços de saúde também.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Gilberta. **Consumo do álcool no Brasil**. Série cadernos Flacso, n. 12, 2014.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Alcoolismo**. Brasília: Ministério da Saúde, 2015. Disponível em: < <https://bvsms.saude.gov.br/dicas-em-saude/412-alcoolismo> > Acesso em, 24 ago. 2020

BRANCO, Fernanda Matos Fernandes Castelo et al. Papel dos enfermeiros da atenção básica diante dos usuários de drogas: uma revisão de literatura. **Revista interdisciplinar**, v. 9, n. 4, p. 154-163, 2016.

BARACHO, Laise Aparecida Nascimento. O Papel do Assistente Social no Enfrentamento das Consequências do Uso de Drogas nas Relações Familiares. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**, v. 4, n. 3, p. 160-173, 2018.

FARIAS, Lívia Maria da Silva et al. O enfermeiro e a assistência a usuários de drogas em serviços de atenção básica. **Revista enfermagem UFPE**, Recife, v.11,n. 7, p.2871-2880, 2017.

GARRIDO, Maria Clara Tosta et al. Prevalência de alcoolismo e sintomas depressivos em pacientes da clínica geral na cidade de Salvador-BA . **Revista Brasileira de Neurologia e Psiquiatria**, v.20, n.1, p.37-72, 2016.

GUIMARÃES, Andréa Noeremberg et al. Alcoolismo no meio rural: situação biográfica de familiares de pacientes internados em hospital geral. **Escola Anna Nery**, v.23, n.4, 2019.

GUIMARÃES, Tânia Maria Rocha et al. Cuidados de Enfermagem a um Paciente Alcoolista Portador Da Síndrome de Wernicke-Korsakoff: Estudo de Caso. **Revista Cuidado é Fundamental**, v.11,n.2, p.502-509, 2019.

HORTA, Ana Lucia de Moraes et al. Vivência e estratégias de enfrentamento de familiares de dependentes. **Revista Brasileira de Enfermagem** [Internet]. v.69, n.6, p.1024-30, 2016.

MACIEL, Silvana Carneiro et al. Cuidadoras de Dependentes Químicos: Um Estudo sobre a Sobrecarga Familiar. **Revista Psicologia Clínica e Cultura**, Brasília, v. 34, 2018.

NINDITI, Angelo Aparecido. **Percepção do enfermeiro da estratégia de saúde da família frente ao alcoolismo**. 2019.

OMS. Organização Mundial de Saúde. **Folha informativa: Álcool**. Brasília, 2019. Disponível em: <https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=5649:folha-informativa-alcool&Itemid=1093> Acesso em, 24 ago. 2020.

PAIXÃO, Guilherme Augusto; SILVA, Ayeska Monielly; OLIVEIRA, Roberto Dalmo Varallo de. **História do álcool no Brasil como tema mediador da interculturalidade no ensino da química**. V Encontro Nacional de Ensino de Ciências da Saúde e do Ambiente Niterói/RJ, Campus da Praia Vermelha, 2018.

PAZ, Amanda Fernandes Cardoso et al. Estratégias traçadas pelos enfermeiros da atenção primária à saúde para o enfrentamento do alcoolismo entre mulheres. **Revista Interdisciplinar Ciências Médicas**, v. 3, n.2, p. 60-65, 2019.

ROSA, Natalina Maria da et al. Padrões mínimos para assistência de enfermagem segura a usuários de bebidas alcoólicas. **Revista Cuidado é Fundamental**, v.8,n.3, p. 4659-4667, 2016.

ROTH, Thais et al. Prejuízo na absorção de nutrientes pela ingestão de álcool: uma revisão. **Research, Society and Development**, v. 9, n.1, 2020.

ROBBINS e COTRAN. **Patologia**: Bases patológicas das doenças. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010. C. 18.

SILVA, Silvio Éder Dias da et al. O Álcool Dentro dos Agravos em Urgências e Emergências: um Estudo de Representações Sociais. **Revista Cuidado é Fundamental**, v.11,n.2, p.345-350, 2019.

SILVEIRA, Maria da Penha da Rosa et al. Autonomia e reinserção social: percepção de familiares e profissionais que trabalham com redução de danos . **Revista Ciência de Cuidado Saúde**, v.16, n.3, 2017.

UFSC, Universidade federal de Santa Catarina. Álcool e outras drogas: Recursos e Estratégias do Cuidado. Florianópolis: UFSC, 2014.

PAPEL DO ENFERMEIRO NA PREVENÇÃO DE INFECÇÕES SEXUALMENTE TRANSMISSÍVEIS E PROMOÇÃO DA SAÚDE SEXUAL DE ADOLESCENTES

Layane Laisa Lucena Rezende¹

Maria Gabriella Gomes Amorim²

Stefãne Amorim Ribeiro³

RESUMO:

Objetivo: A adolescência constitui uma fase de grandes transformações emocionais, cognitivas, sociais e corporais e, conseqüentemente, de maior vulnerabilidade, principalmente no que se refere à saúde sexual, já que a falta de experiência e a falha da educação sexual nas escolas propiciam esses indivíduos a terem comportamentos de risco. Este artigo tem como objetivo analisar e esclarecer o papel do enfermeiro como promotor da saúde sexual e como agente na prevenção de riscos à saúde do adolescente, definindo ações a serem realizadas em conjunto com a escola, família e seu grupo de convívio, a fim de impedir a ascensão das infecções sexualmente transmissíveis nessa faixa etária.

Métodos: trata-se de uma revisão da literatura, realizada por meio de pesquisa de artigos nas bases de dados Scielo, BVS e Google Scholar. Foram selecionados 13 artigos primários e 01 guia do Ministério da Saúde, seguindo os seguintes critérios: estar na língua portuguesa, serem publicados no período de 2015 a 2020 e associar a prevenção de infecções sexualmente transmissíveis (IST's) e/ou promoção em saúde sexual com a adolescência.

¹ Enfermeira pela Instituição Educacional Cecília Maria de Melo Barcelos. Brumadinho, MG, Brasil. E-mail: layanerezende12@hotmail.com

² Enfermeira pela Instituição Educacional Cecília Maria de Melo Barcelos. Brumadinho, MG, Brasil. E-mail: mariagabrielagamorim@gmail.com

³ Enfermeira, Mestre em Educação em Diabetes pelo Instituto de Ensino e pesquisa da Santa Casa de BH. Pós-graduada em Docência do Ensino superior. Pós-graduanda em Enfermagem em Urgência e Emergência. Docente e Coordenadora do Curso de graduação em Enfermagem da Faculdade Asa de Brumadinho/ MG.

Resultados: Os resultados demonstram que apesar de os adolescentes estarem em lugar de destaque nas políticas públicas eles ainda são leigos no quesito sexualidade e prevenção de IST's por uma falha da educação sexual nas escolas e por falta de vínculo com os serviços de saúde, o que explicaria o motivo pelo qual essas infecções vem se tornando um grave e crescente problema de saúde pública nessa faixa etária.

Conclusões: A partir desse estudo foi possível perceber a necessidade de capacitação de educadores escolares e do enfermeiro, a fim de desenvolver profissionais promotores de educação em saúde sexual e aptos a praticar ações de prevenção às infecções sexualmente transmissíveis. Além da criação de políticas públicas atrativas que fortaleçam o vínculo desse grupo com os serviços de saúde, facilitando seu acompanhamento e aplicação de intervenções efetivas.

Palavras-chave: Infecções sexualmente transmissíveis; Doenças sexualmente transmissíveis; Saúde do adolescente; Enfermagem.

ABSTRACT

Objective: Adolescence constitutes a phase of great emotional, cognitive, social and corporal transformations and, consequently, of greater vulnerability, mainly with regard to sexual health, since the lack of experience and the failure of sexual education in schools provide these individuals to behave at risk. This article aims to analyze and clarify the role of the nurse as a promoter of sexual health and as an agent in the prevention of risks to the health of the adolescent, defining actions to be carried out together with the school, family and their social group, in order to prevent the rise of sexually transmitted infections in this age group.

Methods: This is a literature review, carried out by searching for articles in the Scielo, BVS and Google Scholar databases. 13 primary articles and 01 Ministry of Health guide were selected, according to the following criteria: be in Portuguese, be published in the period from 2015 to 2020 and associate the prevention of sexually transmitted infections and / or promotion in sexual health with adolescence.

Results: The results show that despite the fact that adolescents are in a prominent place in public policies, they are still laymen in terms of sexuality and STI prevention due to a lack of sexual education in schools and a lack of connection with health services, which it would explain why these infections are becoming a serious and growing public health problem in this age group.

Conclusions: From this study it was possible to perceive the need for training of school educators and nurses, in order to develop professionals who promote sexual health education and able to practice actions to prevent sexually transmitted infections. In addition to the creation of attractive public policies that strengthen the bond of this group with health services, facilitating their monitoring and application of effective interventions.

Keywords: Sexually transmitted infections; Sexually transmitted diseases; Adolescent health; Nursing.

I INTRODUÇÃO

A adolescência constitui uma fase de grandes transformações emocionais, cognitivas, sociais e corporais dos indivíduos. A OMS (Organização Mundial de Saúde) a classifica como o período entre a infância e a idade adulta, delimitando cronologicamente como a faixa dos 10 aos 19 anos. (CARNEIRO et al, 2015)

Sabe-se que nessa fase a busca por experiências novas tornam-se constantes e podem acarretar conseqüentemente em maior vulnerabilidade aos riscos relacionados à saúde desses indivíduos, principalmente no que se refere à saúde sexual - mais especificamente as infecções sexualmente transmissíveis - já que a falta de experiência e a falha da educação sexual nas escolas, propiciam esses jovens a terem comportamentos de risco. (SANTOS e ROCHA, 2017)

As infecções sexualmente transmissíveis (IST's) são a causa mais comum de procura pelos serviços de saúde e um dos problemas de saúde mais comuns no mundo. Estima-se que mundialmente, mais de um milhão de pessoas adquirem uma IST diariamente e que a cada ano, 500 milhões de pessoas adquirem uma IST curável (gonorreia, clamídia, sífilis e tricomoníase). (BRASIL, 2015)

No Brasil, há poucas informações sobre a prevalência de IST's na adolescência. Os dificuldades seriam primeiramente a falta de notificação, já que somente a AIDS, sífilis e hepatites virais estão na lista nacional de doenças e agravos de notificação compulsória, não havendo obrigatoriedade de notificar todas as IST's e secundamente, a falta de controle de pacientes assintomáticos, que frequentemente não recebem orientação e tratamento adequado, mas constituem os principais na cadeia de transmissão. (ALVES et al, 2017)

Atentar para a educação sexual de adolescentes é uma necessidade para reduzir problemas em sua vida pessoal e social, pois apesar de as IST's serem de fácil diagnóstico, quando não tratadas podem causar infertilidade, câncer genital, dor pélvica, doença hepática crônica, aumentar o risco de contrair HIV e outras IST's e evoluir para óbito. (SILVA et al, 2018)

A educação sexual é papel fundamental das escolas, segundo a Lei nº 60 de 2009⁴ e deve ser incluída na grade curricular do ensino fundamental e médio em todo território nacional. Contudo, é sabido que ainda há falhas na educação sexual realizada pelas instituições de ensino, por isso, deve ser bem esclarecido o papel do enfermeiro e da saúde pública no âmbito escolar, familiar e na comunidade e definir ações de prevenção e promoção em saúde sexual voltadas para a adolescência, a fim de impedir a ascensão das infecções sexualmente transmissíveis nessa fase. (CARNEIRO et al, 2015)

Diante do exposto, este estudo tem o objetivo de analisar e esclarecer o papel do enfermeiro na prevenção de infecções sexualmente transmissíveis e na promoção da saúde sexual de adolescentes, destacando os desafios da implantação e implementação de ações educativas com foco nessa faixa etária.

2 METODOLOGIA

Trata-se de uma revisão integrativa de literatura, que segundo Ferenho e Fernandes (2016) tem a finalidade de reunir e sintetizar resultados de pesquisas sobre um determinado tema ou questão, de maneira sistemática e ordenada, contribuindo para o aprofundamento do conhecimento do tema abordado.

A seleção dos artigos foi realizada na segunda quinzena de agosto de 2020, usando as bases de dados do portal da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), Scientific Electronic Library Online (SciELO) e Google Acadêmico. A busca dos descritores foi realizada por meio das terminologias cadastradas nos Descritores em Ciências da Saúde (DeCS), sendo eles: “Infecções sexualmente transmissíveis”; “Doenças sexualmente transmissíveis”; “Saúde do adolescente” e “Enfermagem”.

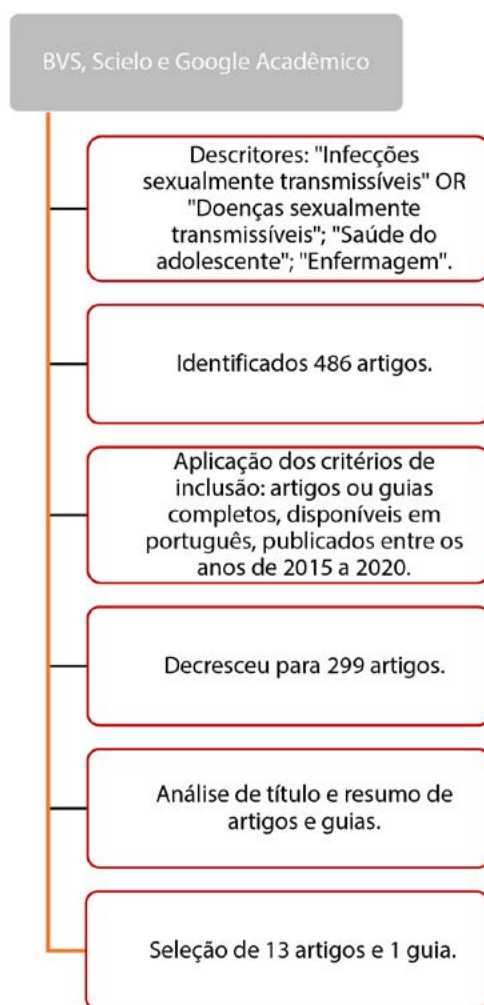
Ao colocar os descritores nas bases de pesquisa, foi utilizado o operador booleano “OR” para “Infecções Sexualmente Transmissíveis” e “Doenças Sexualmente Transmissíveis” devido ao fato de a mudança do termo ser recente. Para os outros descritores foi utilizado o operador booleano “AND”. A busca resultou no total de 486 artigos.

Em seguida, foram estabelecidos os seguintes critérios de inclusão: artigos ou guias disponíveis na íntegra, publicados em português, no período que abrange os anos de 2015 a 2020 e que associassem a prevenção de infecções sexualmente transmissíveis e/ou promoção em saúde sexual com a adolescência, resultando em 299 artigos ao total. Os critérios de exclusão se referem ao não atendimento dos critérios anteriores, teses, dissertações e artigos duplicados.

⁴ Disponível em < <https://data.dre.pt/eli/lei/60/2009/08/06/p/dre/pt/html> >. Acesso em 20 out. 2020

Após a leitura criteriosa das publicações, foram selecionados 13 artigos primários e 01 guia do Ministério da Saúde, sendo 1 da base de dados Scielo, 1 da base de dados BVS e 12 do Google Acadêmico, que serviram como referencial teórico do tema. À medida que o trabalho foi desenvolvido, foram acrescentados artigos em busca manual, utilizando os mesmos descritores, incluindo 37 artigos e guias, sendo eles 12 da base de dados Scielo, 6 da BVS e 19 do Google Acadêmico, totalizando 51 artigos e guias.

QUADRO 1- ORGANOGRAMA DO PROCESSO DE SELEÇÃO DOS ARTIGOS PRIMÁRIOS:



Fonte: Elaborado pelos autores

3 REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 O ADOLESCENTE, VULNERABILIDADES E ATENÇÃO À SAÚDE

A adolescência é o período entre 10 e 19 anos de idade. Essa palavra vem do latim “*adolescencia*” e caracteriza a fase entre a infância e a idade adulta, na qual há inúmeras transformações físicas e psicológicas, além de corporais e fisiológicas provenientes da maturação fisiológica. Alguns autores consideram que essa fase começa na puberdade, com a maturação sexual ou fertilidade, ou seja, sua capacidade de reproduzir e seu término não é claramente definido, enquanto na Idade Média os adolescentes eram vistos como “adultos em miniatura”, participando de tarefas na vida comunitária. (LIRA e SILVA, 2017)

Para Santos e Rocha (2017) a adolescência caracteriza uma fase crucial do desenvolvimento do ser humano, marcada por grandes mudanças físicas, psicológicas e sociais, sendo essas constantes descobertas o principal fator de vulnerabilidade que trazem riscos à saúde desses indivíduos. A incessante busca pelo novo e a curiosidade, associados às condições socioeconômicas e pouca experiência fazem com que esses jovens sejam mais suscetíveis a exposição aos riscos, principalmente no que se refere a sexualidade e a doenças sexualmente transmissíveis. Alves, A.B. (2016) completa que os adolescentes em parte, tem um pensamento de “invulnerabilidade” (“isso nunca vai acontecer comigo”), esclarecendo que aspectos presentes nessa faixa-etária, como a busca de si, tendência grupal, necessidade de fantasiar, crises religiosas e contradições sucessivas nas manifestações de condutas, esclareciam o porquê dos adolescentes tomarem atitudes sem visarem as consequências a longo prazo.

Apesar de a saúde do adolescente ter lugar de destaque nas políticas públicas, garantidas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que asseguram a proteção à vida e à saúde desse grupo desde 1990 e pela implementação do Programa Saúde nas Escolas (PSE) instituído pelo Decreto nº. 6.286, em 5 de dezembro de 2007, como estratégia de fortalecimento de ações de promoção em saúde no âmbito escolar, a Organização Mundial de Saúde refere que tanto em países mais desenvolvidos quanto nos menos, os serviços de saúde direcionados aos adolescentes permanecem altamente fragmentados, mal organizados e desiguais em qualidade. É sabido também que os adolescentes procuram as unidades de saúde predominantemente em situações de doença e que a evitam por falta de privacidade, mau atendimento e desconhecimento de alguns serviços. (ALVES M.J.H., et al, 2016; SILVA, JACOB e HIRDES, 2015; CORTES et al, 2019).

Para Alves M.J.H. (2016), essa problemática não deve ser atribuída somente como negligência dos adolescentes em não procurar os serviços de saúde ou a ações ineficientes destes, mas sim a políticas públicas fragmentadas, fora do contexto da realidade desses jovens e, portanto, ineficazes. Contudo, ressalta que grande parte dos agravos aos quais os adolescentes são expostos são passíveis de prevenção se trabalhados em conjunto com os serviços de saúde, sob perspectiva de promoção em saúde e prevenção de agravos, contribuindo para a atenção integral à saúde do adolescente.

Nesse sentido, destaca-se a necessidade de disponibilização de informação em saúde de forma atrativa e compreensível pelos adolescentes; de facilitação do acesso para que os mesmos recorram aos serviços de saúde e tenha fortalecimento do vínculo; e efetivação de políticas públicas que ampliem o acesso desse grupo a esses serviços, através da implementação de programas que os estimulem a comparecer às unidades de saúde. Além disso é imprescindível que o atendimento desse grupo seja realizado por profissional capacitado em saúde do adolescente, capazes de trabalhar em equipe multidisciplinar e interativa, evitando a fragmentação do acolhimento. (LEAL et al, 2018)

3.2 INFECÇÕES SEXUALMENTE TRANSMISSÍVEIS

As infecções sexualmente transmissíveis são um grave problema de saúde pública, que atinge cada vez mais a população adolescente e jovem entre 15 e 21 anos de idade. A OMS (Organização Mundial de Saúde) estima que de 1990 a 2008 houve um aumento em quase 100% de casos de infecções sexualmente transmissíveis na faixa etária de 15 a 49 anos. A estimativa anual de novos casos de IST's curáveis é entre 10 a 12 milhões, além de milhões de casos já existentes de infecções não curáveis, se tornando então um sério problema de saúde pública em nível mundial, pelos altos índices de casos e por sua alta disseminação, que vem aumentando consideravelmente principalmente na população adolescente e jovem. (AMORAS et al, 2015; SANTOS, J. 2016)

Sua transmissão ocorre na maioria das vezes por relação sexual (oral, vaginal ou anal) sem o uso de preservativo por uma pessoa que esteja infectada, ou ainda, pelo uso de perfuro cortantes não esterilizados e contaminados. Devido ao fato de grande parte das pessoas não saberem que estão infectadas, pois as IST's podem ser assintomáticas, a antiga nomenclatura "DSTs" (doenças sexualmente transmissíveis) foi atualizada para a nomenclatura "IST's" (infecções sexualmente transmissíveis) por meio do Decreto nº 8.901/2016 publicado no Diário Oficial da União em 11 de novembro de 2016 (seção I, páginas 03 a 17)⁵, já que o termo "doença" implicaria em sinais e sintomas visíveis e o termo "infecções" remete à possibilidade de períodos assintomáticos, ou até mesmo,

⁵ Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/D8901.htm>. Acesso em 17 out. 2020

a nunca ser sintomática e identificadas somente a partir de exames laboratoriais. (ARAÚJO, SILVA E RODRIGUES, 2019; BRASIL, 2016)

Segundo uma pesquisa, no qual foram entrevistados 22 alunos entre 16 e 19 anos do ensino médio do colégio universitário da Universidade Federal do Maranhão, no município de São Luís – MA, foi evidenciado que, apesar de 85% dos adolescentes possuírem alguma informação sobre como evitar filhos e IST's e em geral saberem que o preservativo evitaria tanto as infecções como a gravidez, a maioria apresentava alguma dificuldade para o uso do mesmo. Ademais, os pesquisadores perceberam através das entrevistas, que a grande maioria não conhecia seu próprio corpo e não reconhecia os sintomas e as formas de transmissão das IST's, além de associaram a aparência saudável de uma pessoa com a impossibilidade de as mesmas estarem infectadas. A IST mais citada como conhecida pelos entrevistados foi o HIV/AIDS, contudo, um conhecimento mais aprofundado acerca das referidas infecções não fora manifestado, revelando um fato preocupante, visto que outros estudos revelaram a fase da adolescência como um período em que o HIV/AIDS apresenta a sua maior incidência. Ao concluir o estudo, por ser percebido desconhecimento dos adolescentes quanto as formas de transmissão e o baixo conhecimento sobre as formas de prevenção, os alunos e pesquisadores reconheceram a importância da participação da escola, enfatizando que palestras são ações de promoção fundamentais para a orientação e saúde desses indivíduos. (ALMEIDA et al, 2017)

Em relação ao conhecimento da enfermagem sobre IST's, um estudo realizado por Silva et al (2018) que avaliou o conhecimento de acadêmicos de enfermagem antes e após a vivência de um projeto de extensão com a estratégia de multiplicar conhecimento sobre formas de transmissão, prevenção, sinais e sintomas de infecções sexualmente transmissíveis, verificou que grande parte das estudantes apresentavam conhecimento sobre as vias de transmissão das IST's, da importância da camisinha como o principal método de prevenção, reconheciam a necessidade de tratamento do parceiro sexual e identificavam como deve ser realizado o diagnóstico de infecção pelo HIV. Contudo, alguns conhecimentos eram limitados na primeira fase (antes da estratégia ser aplicada), como o baixo conhecimento sobre IST's que cursavam com leucorréia; a dúvida quanto as vias de transmissão das infecções, sendo o sexo vaginal o mais citado e o sexo oral o menos citado como uma delas; a falta de conhecimento sobre a transmissão do HPV (Papiloma Vírus Humano) e do herpes genital, já que a maioria citou que o preservativo protege contra todas IST's, porém, é sabido que o preservativo masculino pode não proteger contra essas infecções se as lesões estiverem em um local não coberto pelo preservativo; e pouca informação sobre os centros de testagem e aconselhamento, que foi citado apenas por 18% dos entrevistados ao serem questionados em qual local o paciente deveria procurar atendimento ao apresentar sinais e sintomas, revelando a necessidade de manter capacitações e discussões sobre essa temática.

Em outro estudo realizado por Petry et al (2019) com 40 universitários de graduação em Enfermagem da Universidade Federal de Santa Catarina foi percebido na fala de estudantes em fases finais do curso que a disseminação de conhecimentos sobre a temática sexualidade e infecções sexualmente transmissíveis é mais presente no âmbito primário, tendo os mesmos relatado que tiveram maior contato com essa temática ao estagiarem na Atenção Básica, que é o principal ambiente para a promoção da saúde, não vendo muita aplicabilidade ao realizarem o estágio em outros níveis de atenção.

Diante da realidade percebida, apresentamos de forma resumida algumas informações atualizadas das principais infecções sexualmente transmissíveis:

3.2.1 HERPES GENITAL

Segundo Bottega et al (2016), as infecções pelo herpes simples 1 e 2, representam as IST's mais prevalentes, com soroprevalência entre 60% a 80% de casos a nível mundial. É uma infecção sexualmente transmissível, causada na maioria das vezes pelo vírus herpes simples tipo 2 (HSV2). Contudo, o número de casos de infecção genital pelo herpes simples tipo 1 (HSV1), que geralmente acomete a região perioral, vem crescendo consideravelmente, já sendo em alguns países o principal agente causador do episódio primário de herpes genital. (GARRIDO e COSTA, 2018)

De acordo com Brasil (2020) as manifestações da infecção pelo HSV são divididas em primoinfecção e surtos recorrentes. A primoinfecção é considerada a mais severa, por ser o primeiro contato com o vírus, tendo um período médio de incubação de 6 dias e logo após esse período há o surgimento de lesões eritemo-papulosas de um a três milímetros de diâmetro, que evoluem para vesículas dolorosas sobre base eritematosa, de localização variável em área genital. O quadro da primoinfecção costuma ser acompanhado de febre, mal-estar, mialgia e disúria com ou sem retenção urinária, facilmente confundido com a infecção urinária. A linfadenomegalia pode estar presente em até 50% dos casos. Pode cursar com corrimento vaginal em casos em que o vírus atinge o útero, ou corrimento uretral em homens, em casos em que se atinge a uretra.

Após o primeiro episódio, o vírus ascende pelos nervos periféricos e penetra nos núcleos das células dos gânglios sensitivos, entrando em estado de latência até a reativação. Os episódios recorrentes, ocorrem pela reativação do HSV e pode ser causada por quadros infecciosos, exposição à radiação ultravioleta, traumatismos locais, período menstrual, estresse, antibioticoterapia prolongada ou imunodeficiência. As recorrências são menos intensas e ocorrem comumente no mesmo local, sendo precedidas por sintomas prodrômicos característicos como pruridos, formigamento,

“queimação” e “fisgadas” nas pernas, quadris e região anogenital, progredindo para lesões cutâneas ou em mucosas na forma de vesículas agrupadas, que evoluem para úlceras e regredem entre 7 a 10 dias, com ou sem presença de cicatriz. (BRASIL, 2020)

Segundo Oliveira et al (2016) existem algumas formas de prevenção do herpes genital, que incluem educação em saúde para a população, uso de métodos de barreira e terapia de supressão crônica. Quanto a terapia de supressão, deve ser realizada pela pessoa infectada pelo HSV a fim de diminuir as chances de transmissão e recorrências, com o uso contínuo de medicamentos antivirais (BRASIL, 2016). Quanto aos métodos de barreira, alguns especialistas e estudos afirmam que o preservativo somente poderia evitar a infecção pelo herpes genital caso o mesmo envolvesse toda a área com lesões. (OLIVEIRA et al, 2016)

3.2.2 PAPILOMAVÍRUS HUMANO (HPV)

De acordo com Primo e Primo (2019), o papilomavírus humano é considerado a IST de maior incidência no mundo, principalmente entre adolescente e jovens, com estimativa de que 70 a 80% da população sexualmente ativa já tenha entrado em contato com o vírus em algum momento da vida. Mundialmente, a infecção pelo HPV causa até 4,5% de novos casos de câncer e representa 29,5% de cânceres relacionados com alguma infecção. O desenvolvimento do câncer de colo de útero é causado pelo HPV em 99,7% dos casos, mas apesar da alta prevalência, apenas 1% das infectadas desenvolvem câncer cervical, além de 91% das infecções regredirem em até 2 anos.

A transmissão se faz por meio do contato sexual pele a pele ou pele-mucosa, no qual o vírus penetra o epitélio através de microfissuras ou no colo uterino pelas células metaplásicas, até atingir as mais profundas. O vírus frequentemente escapa da resposta imune do hospedeiro e pode permanecer latente ou ascender para as camadas superficiais do epitélio, utilizando da maturação e diferenciação, podendo atuar de duas formas na célula: a forma episomal, no qual se produz cópias virais, ou a forma integrada ao DNA do hospedeiro, que na junção de outros fatores pode iniciar o processo de oncogênese. (CARDIAL et al, 2019)

O período de incubação do HPV até o aparecimento do condiloma acuminado é entre três semanas a oito meses, mas 90% das infecções não resultam em manifestações clínicas. No restante dos casos o vírus infecta células da camada basal do epitélio e se estabelece na epiderme, resultando em lesões epiteliais, verrugas ou câncer em útero, vagina, vulva, pênis e região perianal. (PRIMO e PRIMO, 2019)

As principais formas de prevenção à infecção pelo HPV, são realizadas pelo uso de preservativo e pela imunização. O exame citopatológico é considerado um método de prevenção secundária, já que auxilia na detecção precoce do câncer de colo de útero. No Brasil, é aprovado pela ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) dois tipos de imunobiológicos para a prevenção do HPV, sendo uma a bivalente, que protege contra os tipos 16 e 18 do vírus, e a quadrivalente, que protege contra os tipos 6, 11, 16 e 18. A vacina quadrivalente é disponível pelo SUS através do Programa Nacional de Imunização desde 2014, a fim de mobilizar o público feminino de 9 a 13 anos (atualmente 9 a 14 anos) de idade devido à alta incidência de câncer de colo de útero no país, contudo, em 2017 o esquema foi ampliado para meninos de 11 a 14 anos, pois perceberam que a imunização destes contribuiria para a diminuição da transmissão do vírus para mulheres e consequentemente reduziria a incidência de doenças relacionadas ao HPV em ambos os grupos. O esquema vacinal é realizado em duas doses com intervalo de 6 meses. (FEITOSA et al, 2019)

3.2.3 CLAMÍDIA

A infecção por *Chlamydia trachomatis* é a infecção sexualmente transmissível bacteriana mais prevalente no mundo de acordo com Santos et al (2017). Além de ser a causa mais comum de infertilidade evitável e apesar de ser assintomática em 80% dos casos em jovens sexualmente ativos, é responsável por patologias severas na saúde reprodutiva da mulher, podendo causar também doença inflamatória pélvica, cervicite e complicações relacionadas à gravidez e ao neonato, como parto prematuro, aborto, gravidez ectópica, doença respiratória no recém-nascido e mortalidade neonatal. No homem, a infecção por clamídia é responsável por 50% dos casos de uretrite não gonocócica, caracterizada por presença de corrimentos mucoides discretos e disúria, que pode evoluir para prostatite, epididimite, balanite, conjuntivite por autoinoculação e síndrome de Reiter. (BRASIL, 2020)

A transmissão da clamídia acontece por contato sexual desprotegido, ou seja, sem o uso de preservativo masculino ou feminino e pode atingir o ânus, além dos órgãos genitais e as faríngeas oculares. Embora não seja de notificação compulsória, portanto, de difícil controle, estima-se que, aproximadamente, 500 milhões de pessoas estejam em alto risco de contaminação, sendo destes, 140 milhões de jovens. Após a detecção da *Chlamydia trachomatis* o tratamento de escolha é realizado com o uso de antibióticos como a Azitromicina e a Doxiciclina ou mesmo a Eritromicina ou Amoxicilina em caso de gravidez, avaliando e tratando também, sempre que possível os parceiros sexuais. (BOTTEGA et al, 2016)

3.2.4 SÍFILIS

A sífilis é uma infecção de notificação compulsória, cujo agente etiológico é a bactéria *Treponema Pallidum*. Sua transmissão ocorre principalmente por via sexual, portanto, é evitável com o uso consistente de preservativos. Pode também ser transmitida verticalmente para o feto durante a gestação de uma mulher que esteja com sífilis que não tenha sido tratada ou que tenha sido tratada de forma não adequada. A maioria das pessoas são assintomáticas ou não valorizam sinais e sintomas e continuam transmitindo a infecção aos seus parceiros sexuais. Quando não tratada pode evoluir para formas mais graves, comprometendo o sistema nervoso e o cardiovascular. (BRASIL, 2020).

Clinicamente se apresenta subdivida em fase primária, secundária, latente recente, latente tardia e terciária, no qual cada uma apresenta suas particularidades quanto aos sinais e sintomas, mas em geral, caracterizam-se por lesão única e indolor em região genital, seguida por pápulas em região palmo-plantar, placas mucosas, alopecia em clareira, madarose, febre, cefaleia, mal-estar, fadiga muscular, linfadenopatia generalizada e alterações neurológicas, cardiovasculares e óssea. (MOROSKOSKI, 2018)

A Sífilis é uma doença de etiologia conhecida e o seu tratamento pode alcançar êxito total, levando à cura. Entretanto, ainda é considerado um sério problema de saúde pública, já que segundo Bottega (2016) cerca de 50.000 gestantes apresentaram essa infecção em 2004 e segundo Zaupa et al (2020) a taxa de detecção da doença foi de 75,8 em cada 100 mil habitantes em 2018 e a taxa de mortalidade por sífilis congênita neste mesmo ano foi de 8,2 para cada 100.000 nascidos vivos.

3.2.5 GONORREIA

A infecção pela bactéria *Neisseria gonorrhoeae*, é outra causa de uretrite além da Clamídia. Inserida na categoria “uretrite gonocócica”, é causa de um processo infeccioso da mucosa uretral, sendo assintomática em menos de 10% dos casos em homens e assintomática em grande parte das infecções em mulheres (BRASIL, 2020)

Sua transmissão ocorre por via sexual, com período de incubação de 5 a 7 dias, evoluindo em casos sintomáticos para uretrite caracterizada por disúria, ardor, corrimento purulento de cor branco-amarelada e eritema no homem, sendo uma das principais causas de infertilidade masculina. Na mulher, cursa com cervicite aguda com corrimento purulento, disúria, edema e eritema no colo uterino, contudo, por grande parte dos casos serem assintomáticos, a infecção pode passar despercebida e contribuir para a cronicidade, comprometendo o útero e seus anexos (trompas e ovários), provocar doença inflamatória pélvica e causar infertilidade. (BOTTEGA et al, 2016)

O tratamento da infecção pela bactéria deve ocorrer o mais cedo possível, pois sua progressão pode causar danos irreversíveis. O tratamento recomendado para essa infecção é com o uso de antibióticos como a ceftriaxona ou a cefixima, avaliando e tratando também os parceiros sexuais, entretanto, é necessária observação constante nos resultados obtidos no intuito de detectar possível falha no tratamento devido à grande capacidade dessas bactérias desenvolverem resistência aos diversos antibióticos utilizados em seu tratamento. (MEIRA e GAGLIANI, 2015)

3.2.6 VÍRUS DA IMUNODEFICIÊNCIA HUMANA (HIV)/AIDS

O vírus da imunodeficiência humana (HIV) é pertencente à família *Retroviridae*, capaz de infectar e destruir as células CD4, afetando suas funções no sistema imunológico, levando à Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (AIDS). De acordo com Brasil (2020) a infecção pelo HIV possui diversas fases e a duração delas depende exclusivamente da imunidade do indivíduo e da carga viral, sendo a primeira fase da infecção aguda, que ocorre entre a primeira e terceira semana após a infecção e apresenta sintomas inespecíficos da doença; a fase seguinte é denominada assintomática e pode durar anos. A AIDS consiste no estado mais avançado da infecção pelo HIV e seu desenvolvimento está relacionado a ausência de tratamento ou tratamento inadequado, seu desenvolvimento é caracterizado pelo aparecimento de doenças oportunistas (devido a diminuição das funções do sistema imune), como o câncer e outras infecções e manifestações clínicas graves. (FERNANDES et al, 2020)

A infecção pelo HIV compromete pessoas de todo o mundo independente de classe social, sexo, orientação sexual, cultura ou idade, entretanto, os casos entre os jovens no Brasil vêm aumentando. A taxa de detecção da Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (AIDS) em jovens do sexo masculino de 15 a 19 anos triplicou no país no período de 2006 a 2016. Entre os jovens de 20 a 24 anos, a taxa multiplicou de 15,9 para 33,9 casos por 100 mil habitantes. (MONTEIRO, R. et al, 2019)

As principais vias de infecção pelo HIV são através de relação sexual desprotegida, com um parceiro portador do vírus e através do compartilhamento de agulhas e seringas contaminadas (BOTTEGA et al, 2016). O preservativo é reconhecido como o principal recurso de prevenção, além disso, a testagem e o tratamento para a redução da carga viral vem sendo apontado em diversos estudos como importantes formas de prevenção, contudo, ainda apresenta limites que precisam ser superados, como a desigualdade social e de gênero e problemas estruturais da saúde pública. (MONTEIRO, S. et al, 2019)

O manejo do HIV é realizado com o uso de antirretrovirais, contudo, de acordo com Costa e Meirelles (2019), a adesão ao tratamento, principalmente entre a população jovem, é um fenômeno complexo, que envolve aspectos como medo, discriminação e estigma. Portanto, é de extrema

importância que os profissionais de saúde realizem um acompanhamento interdisciplinar desses jovens, adotando ações de saúde para além do aspecto clínico, desenvolvendo práticas centradas ao cuidado de jovens e adolescentes e de sua família, a fim de prestar apoio na aceitação do diagnóstico e “quebrar” estigmas e preconceitos, que são fatores que podem influenciar negativamente na adesão ao tratamento.

3.2.7 HEPATITE B

As hepatites virais são um grande problema de saúde pública no mundo, segundo Brasil (2020), são causadas por vírus hepatotrópicos, sendo eles os vírus da hepatite A, B, C, D e E, que apesar de possuírem agentes etiológicos diferentes, possuem em comum a capacidade de infectar o tecido hepático. A hepatite B é uma das principais causas de doença aguda e crônica do fígado, com estimativa de que cerca de 2 bilhões de pessoas já tenham se infectado com o vírus e que 350 milhões estejam vivendo com a doença crônica e em risco de complicações graves como a cirrose hepática e o hepatocarcinoma. (FRANCISCO et al, 2015)

A transmissão da Hepatite B ocorre principalmente pela via parenteral e pela via sexual, sendo esta, de fácil transmissão, devido ao alto poder infectivo do vírus, sendo segundo Brasil (2020), a via sexual como a via predominante de infecção em áreas com baixa endemicidade. No entanto, o vírus possui diversos meios de transmissão, sendo eles: saliva, sangue, sêmen, secreções vaginais, leite materno e transmissão vertical. (BRANCO et al, 2017).

Os adolescentes são classificados como o grupo populacional de risco elevado para a infecção por hepatite B, devido ao início da vida sexual precoce, geralmente sem proteção ou com uso irregular de preservativos e principalmente, por desconhecer as formas de transmissão do vírus (SANTOS, MJM. 2018). Por serem considerados vulneráveis à Hepatite B, uma doença evitável por imunizantes, os adolescentes fazem parte dos grupos prioritários do Programa Nacional de Imunização, tendo o propósito de reduzir a morbimortalidade com a cobertura vacinal, sendo a vacina contra a Hepatite B composição do calendário básico do adolescente. Entretanto, apesar da ampla oferta de vacinas por todo o país e realização de campanhas vacinais, ainda é baixa a cobertura vacinal entre adolescentes, com percentual de 37% de cobertura na faixa etária de 11 a 19 anos no ano de 2005. (SOUZA et al, 2015)

3.3 EDUCAÇÃO SEXUAL NAS ESCOLAS

A educação sexual é prevista nas escolas desde 1928, inicialmente higienista, controladora, repressora da sexualidade e cercada por valores morais e religiosos. Começou a evoluir após movimentos feministas nas décadas de 1960 e 1970 e após a grande incidência de HIV em jovens na

década de 1980, influenciando uma educação sexual voltada à prevenção de infecções sexualmente transmissíveis e a métodos contraceptivos. Na década de 1990, a educação sexual passa a ser um direito do cidadão, buscando promoção da autonomia e considerando os direitos sexuais dos adolescentes, com a aprovação da Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LBD) e após estabelecido os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), a educação sexual passou a ser tema transversal a ser abordado em todas as disciplinas no Ensino Fundamental e no Ensino Médio. (SFAIR et al, 2015; VIEIRA e MATSURIKA, 2017)

Atualmente, questiona-se a efetividade das práticas voltadas a educação sexual realizadas nas escolas, principalmente porque inúmeros estudos apontam a situação de vulnerabilidade e risco que os adolescentes vivenciam de acordo com seu comportamento sexual, como o início precoce da atividade sexual, o não uso ou a inconsistência no uso de preservativos e a falta de informações sobre infecções sexualmente transmissíveis, métodos contraceptivos e sexualidade (FURLANETTO et al, 2018; OLIVEIRA et al, 2018). Além disso, discute-se a falta de capacitação de educadores para lidarem com temáticas relacionadas à sexualidade, motivo pelo qual a conduta desses profissionais tenderia a ser uma reprodução de propostas pedagógicas desatualizadas, amparadas em concepções religiosas e higienistas. (FURLANETTO et al, 2018)

Em um estudo no qual foi realizado uma entrevista com 15 profissionais da educação do município de São Paulo, foi percebido nas falas e discussões apresentados pelos mesmos que a abordagem sobre a sexualidade desde a infância, ainda é realizada a partir de preceitos morais e pessoais, repreensiva, de espanto com as manifestações sexuais e de readequação. A maioria dos entrevistados refletiram em seus discursos que a escola deveria ter papel protetor e que o tema da sexualidade nas escolas deveria ser exclusivamente informativo e impessoal. Para os autores do estudo, a escola deve ter papel participativo, considerando seus desejos e saberes nas ações que digam respeito a suas vidas e apontam uma necessidade de uma educação sexual baseada na curiosidade e capacidade de exploração que os adolescentes possam ter quanto ao sexo:

O direito à reflexão e à produção de sentidos acerca da sexualidade é tão importante quanto o acesso a informações e insumos de prevenção às DST/aids. Pensar num trabalho que tenha como pressuposto o conceito da Educação em Sexualidade é propor uma ação que permita que emergam conflitos, dúvidas e reflexões, para que profissionais e estudantes possam ser agentes eficazes da promoção de direitos e de saúde, no sentido mais amplo e ativo do conceito. (GAVA e VILLELA, 2016, p.169)

Em outro estudo, realizado por Gesser, Oltramari e Panisson (2015), que teve por objetivo identificar as concepções de sexualidade de docentes que atuam na rede de educação básica de

uma capital do Sul do Brasil, foi percebido nos depoimentos dos professores que a maioria não teve acesso a informação relacionada às temáticas de sexualidade voltada a garantia dos direitos humanos na sua formação, revelando uma falha nos currículos dos cursos de graduação. Além disso, concluíram que é evidente que as diversas concepções dos profissionais são muitas vezes voltadas a questões higienistas.

Para Furlanetto et al (2018, p.563):

As práticas higienistas e a repressão da liberdade de expressão sexual, alinhadas a algumas crenças religiosas, caracterizaram o início da educação sexual no Brasil, valorizando as relações heterossexuais, o patriarcado e a visão da sexualidade como um tabu. Essa cultura influencia até hoje a dificuldade de diálogo sobre sexualidade na escola, permitindo que apenas as informações sobre práticas preventivas sejam realizadas, especialmente nas séries finais do ensino fundamental e no ensino médio. Parece existir um temor, por parte dos professores, de que o diálogo sobre sexualidade nas séries iniciais fomenta uma antecipação dos comportamentos sexuais, além do receio de provocar conflitos com as famílias

A sexualidade deve estar presente de forma sistemática, contínua e abrangente desde o 5º ano escolar, visto que ela perpassa por todas as fases do ser humano e que a partir dessa faixa etária há melhor compreensão dessa temática, bem como mais curiosidade e capacidade de diálogo. (FURLANETTO et al, 2018)

Outro estudo, realizado por Barbosa et al (2020), dessa vez abordando adolescentes do 6º ao 9º ano do ensino fundamental de escolas municipais e estaduais do Pernambuco e Rio Grande do Sul. Ao serem questionados sobre seus medos em relação a sexualidade obtiveram como uma das respostas principais, o medo relacionado a infecção por IST's. Ao compararem as respostas com outros estudos, concluíram que esse medo está relacionado a falta de informação sobre o assunto, a falta de suporte familiar e conhecimento limitado sobre sexualidade e prevenção de IST's. Para os autores desse estudo:

Apesar do investimento em campanhas que abordem a prevenção da transmissão de IST's, principalmente através do uso do preservativo masculino, nota-se que ainda existe uma lacuna em relação a efetividade destas informações, e o quanto a educação sexual nos moldes praticados contemporaneamente atingem de maneira eficaz a população adolescente. (BARBOSA et al, 2020, p.7)

As instituições escolares enfrentam dificuldades para inserir novas práticas em educação sexual, possivelmente devido a carência de recursos materiais e de profissionais capacitados. Essa

realidade reforça a necessidade de rever as ações educativas em saúde sexual e de criar ações que tematizem essa questão e incluam a participação dos mesmos na tomada de decisão. O desenvolvimento de uma educação que direciona o adolescente a reflexão crítica de sua realidade, favorece a vivência de comportamentos saudáveis e promovem o senso de compromisso e responsabilidade com a sua própria sexualidade. (SOARES et al, 2015; SANTOS, VRP. 2017; BARBOSA et al, 2020)

3.4 O PAPEL DA ENFERMAGEM NA PREVENÇÃO DE IST'S E PROMOÇÃO EM SAÚDE SEXUAL

A educação em saúde é uma atividade intrínseca ao exercício profissional de enfermagem e deve ser considerada como uma pratica educacional transformadora, criativa e que envolve os sujeitos, trazendo responsabilidade e incentivando o autocuidado e a autonomia. No entanto, a atuação do profissional de enfermagem na promoção à saúde do adolescente e prevenção de riscos não é simples, já que o vínculo do usuário adolescente com as propostas criadas pelo enfermeiro pode ser dificultado devido ao fato do adolescente não frequentar as unidades de saúde como as demais pessoas. (RIBEIRO et al, 2018; OLIVEIRA, 2017; SOARES et al, 2015)

Diante disso, o ambiente escolar deve ser considerado como coparticipação da saúde e o espaço mais oportuno que o enfermeiro poderá aplicar o trabalho em educação sexual, visto que é um ambiente propício para a aprendizagem e realização de atividades reflexivas e ainda, é um local onde os adolescentes buscam informações nos grupos informais em que convivem, tornando as ações educativas trabalhadas de forma científica mais amigáveis, sem preconceitos e com a possibilidade de inclusão na participação tanto o grupo alvo, como a de seus professores e familiares. (SANTOS V.R.P., 2017; OLIVEIRA, 2017; SILVA, 2020)

A inclusão do enfermeiro em abordagens relativas à educação sexual, é capaz de favorecer a prevenção da gravidez indesejada e problemas na saúde do adolescente através de atividades simples, como orientações e conversas sobre suas dúvidas, já que apesar de que grande parte dos adolescentes possuam facilidade no acesso a informações e ao conhecimento, é de extrema importância que um profissional capacitado os oriente no entendimento da sua sexualidade. É necessário ainda, que os profissionais dominem os conteúdos científicos, tenham habilidades para lidar com os paradigmas do adolescente e que sejam capazes de manter uma parceria entre o setor de saúde e o da educação para que esse trabalho cumpra seu objetivo. (SANTOS V.R.P., 2017; CARTEIRO e NÉNÉ, 2015)

Moreira et al (2015) e Ciriaco et al (2019) corroboram com essa afirmação, alegando que as ações do enfermeiro frente a prevenção das IST'S consistem em orientar, retirar dúvidas, e conscien-

tizar para comportamentos seguros, promovendo hábitos mais saudáveis que diminuam os riscos de infecção, considerando o contexto social e cultural na qual o indivíduo está inserido e mostrando que a educação ainda é o melhor meio de prevenir doenças.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados demonstram que os adolescentes se encontram em um período de vulnerabilidade, pela própria fase de mudança em que se encontram (SANTOS e ROCHA, 2017) e apesar de estarem em lugar de destaque nas políticas públicas com garantias de proteção à vida e à saúde pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e pelo Programa Saúde nas Escolas (PSE) (ALVES M.J.H., et al, 2016; SILVA, JACOB e HIRDES, 2015; CORTES et al, 2019), eles ainda se encontram desamparados no quesito educação sexual, visto que grande parte dos indivíduos dessa faixa etária possuem pouco ou nenhum conhecimento quanto as formas de transmissão das IST's e suas formas de prevenção, além da pouca adesão ao preservativo, que é o principal método de prevenção à elas (ALMEIDA et al, 2017), o que explicaria o aumento de quase 100% de casos de infecções sexualmente transmissíveis na faixa etária de 15 a 49 anos de 1990 a 2008 no mundo, se tornando um grave e crescente problema de saúde pública nessa faixa etária (AMORAS et al, 2015; SANTOS, J. 2016).

Um dos principais responsáveis identificados nessa problemática são as escolas, visto que inúmeros estudos questionam a efetividade da educação em saúde sexual nas escolas e falta de capacitação de educadores para lidarem com temáticas relacionadas à sexualidade, que ainda teriam uma abordagem de reprodução de propostas pedagógicas desatualizadas, amparadas em concepções religiosas e higienistas (FURLANETTO et al, 2018), que levam ao medo e repressão, justificando o pouco conhecimento de escolares em relação aos métodos de prevenção, conhecimentos sobre seu próprio corpo e prevenção às ITS's. (Barbosa et al, 2020; GAVA e VILLELA, 2016)

Outros fatores associados a problemática seriam a dificuldade do profissional de enfermagem criar vínculo e manter a adesão do adolescente no acesso aos serviços de saúde (RIBEIRO et al, 2018; OLIVEIRA, 2017; SOARES et al, 2015) e a ausência de políticas públicas que ampliem o acesso desse grupo aos serviços de saúde, através da implementação de programas que os estimulem a comparecer aos serviços (LEAL et al, 2018).

Foi evidenciado a necessidade e importância da inserção do enfermeiro na temática da sexualidade e prevenção de infecções sexualmente transmissíveis desde a sua formação, pois estudos realizados com estudantes de enfermagem apontam que há um déficit de conhecimento sobre prevenção de IST's e promoção da saúde sexual na graduação. (SILVA et al, 2018)

Os motivos pelos quais essa inserção se faz relevante é para que antes da atuação o profissional tenha se preparado e desenvolvido sensibilidade de identificar no indivíduo/família/comunidade, seus medos, ansiedades e questões não abordadas de forma explícita, mas que são necessárias de se explicitar, para que o planejamento da intervenção seja mais adequado. Portanto, é necessário que na intervenção o enfermeiro seja empático perante aos sentimentos, valores, conhecimentos e dilemas expressados/vividos pelo paciente, evitando juízo de valores, bem como reprovações, discriminações e atitudes que gerem desigualdade, como expressados por Carteiro e Néné (2015), visto que a sexualidade ainda é muitas vezes condicionada pelos valores sociais e culturais.

Além disso, diante das dificuldades encontradas com a falta de políticas públicas que incentivem os adolescentes a procurarem o serviço de saúde e consequentemente levam a baixa frequência a esses locais, faz-se necessário que o enfermeiro se insira no ambiente escolar e vá até esse jovem, criando uma aliança entre escola e saúde, tornando um ambiente já propício para a educação em uma oportunidade para orientar, retirar dúvidas, conscientizar para comportamentos seguros e promover hábitos mais saudáveis, aplicando o seu trabalho em prevenção e promoção em saúde. (SANTOS, VRP. 2017; OLIVEIRA, 2017; SILVA, 2020; MOREIRA et al (2015); CIRIACO et al, 2019)

5 CONCLUSÕES

A partir desse estudo foi possível perceber a necessidade de capacitação de educadores escolares para lidarem com temáticas relacionadas à sexualidade, já que o tema ainda tem sido tratado de forma desatualizada e que as infecções sexualmente transmissíveis vêm se tornando um crescente problema de saúde pública entre adolescentes.

A capacitação do enfermeiro se faz necessária desde o ambiente de graduação, para que o mesmo se forme um profissional promotor de educação em saúde sexual e apto a praticar ações de prevenção às infecções sexualmente transmissíveis.

É necessário ainda, a criação de políticas públicas que ofereçam programas com recursos e espaço para a aplicação de ações de prevenção e promoção que sejam atrativos para esse grupo, para que haja fortalecimento do vínculo desse indivíduo com os serviços de saúde e o estabelecimento de confiança entre o mesmo e os profissionais da saúde (especialmente o enfermeiro), facilitando seu acompanhamento e aplicação de intervenções efetivas.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Rebeca Aranha Arrais Santos et al. Conhecimento de adolescentes relacionados às doenças sexualmente transmissíveis e gravidez. **Rev. Bras. Enferm.** Brasília, vol.70, n.5, set/out. 2017.

Disponível em < https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-71672017000501033&script=sci_arttext&tlng=pt >. Acesso em 07 out. 2020.

ALVES, Alyne Brandão. Adolescência e a Construção da Identidade: Análise e Discussão da Sexualidade e Influência da Mídia na Adolescência. **Alcar – Associação Brasileira de Pesquisadores de História da Mídia. IV Encontro Regional Norte de História da Mídia**. Rio Branco, 2016. Disponível em < http://www.alcarnorte.com.br/wp-content/uploads/alcar2016_adolescencia_e_a_construcao_da_identidade_analise_e_discussao_da_sexualidade_e_influencia_da_midia_na_adolescencia.pdf >. Acesso em 29 out. 2020.

ALVES, Camila Coelho et al. IST'S NA ADOLESCÊNCIA. **Mostra Interdisciplinar do Curso de Enfermagem da Universidade Católica de Quixadá**. Quixadá, v.3, n.1, 2017. Disponível em < <http://publicacoesacademicas.unicatolicaquixada.edu.br/index.php/mice/article/view/3185> >. Acesso em 27 ago. 2020.

ALVES, Maria Juscinaide Henrique et al. Fatores envolvidos na adesão de estudantes adolescentes à estratégia saúde da família. **SANARE**. Sobral, v.15 n.02, p.37-46, jun-dez, 2016. Disponível em < [file:///C:/Users/acidg/Downloads/1036-2455-1-SM%20\(3\).pdf](file:///C:/Users/acidg/Downloads/1036-2455-1-SM%20(3).pdf) >. Acesso em 30 out. 2020.

AMORAS, Bruna Corrêa et al. Reflexões sobre vulnerabilidade dos adolescentes a infecções sexualmente transmissíveis. **Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP**. Macapá, v. 8, n. 1, p. 163-171, jan.-jun. 2015. Disponível em < <https://periodicos.unifap.br/index.php/pracs/article/view/1668> >. Acesso em 20 out. 2020.

ARAÚJO, Francisca Maria Pontes Aguiar; SILVA, Josiane Ângelo da; RODRIGUES, Tatyane Silva. Caracterização das infecções sexualmente transmissíveis em usuários da atenção básica: uma revisão integrativa. **Rev. UNINGÁ**. Maringá, v. 56, n. S2, p. 204-221, jan./mar. 2019. Disponível em < <http://revista.uninga.br/index.php/uninga/article/view/2417/1914> >. Acesso em 07 out. 2020.

BARBOSA, Luciana Uchôa et al. Dúvidas e medos de adolescentes acerca da sexualidade e a importância da educação sexual na escola. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**. Belo Jardim, vol.12, n.4, 2020. Disponível em < <https://doi.org/10.25248/reas.e2921.2020> >. Acesso em 20 out. 2020

BOTTEGA, Angelita et al. Abordagem das doenças sexualmente

Transmissíveis na adolescência: Revisão de literatura. **Saúde (Santa Maria)**. Santa Maria, p. 91-104, julho, 2016. Disponível em < <https://periodicos.ufsm.br/revistasauade/article/view/21481> >. Acesso em 08 out. 2020

BRANCO, Tairo Barros et al. Prevalência de vulnerabilidades e situação vacinal para hepatite b em adolescentes escolares. **Revista Ciência & Saberes**. Caxias, vol.3, n.3, 2017. Disponível em < <https://www.facema.edu.br/ojs/index.php/ReOnFacema/article/view/239/126>>. Acesso em 17 out. 2020.

BRASIL. **Decreto nº 8.901, de 10 de novembro de 2016**. Secretaria-Geral. Presidência da República. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/D8901.htm >. Acesso em 17 out. 2020.

BRASIL. **Lei n.60/2009. Diário da República n.º 151/2009**, Série I de 2009-08-06. Assembleia da República. p. 5097-5098. Disponível em < <https://data.dre.pt/eli/lei/60/2009/08/06/p/dre/pt/html> >. Acesso em 20 out. 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Departamento passa a utilizar nomenclatura**

“IST” no lugar de “DST”. 2016. Disponível em: < <http://www.aids.gov.br/ptbr/noticias/departamento-passa-utilizar-nomenclatura-ist-no-lugar-de-dst> >. Acesso em 07 out. 2020.

BRASIL. Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro. **Coleção Guia de Referência Rápida: Infecções Sexualmente Transmissíveis**. Rio de Janeiro, 1 ed, 2016. Disponível em < http://subpav.org/download/prot/_IST.pdf>. Acesso em 08 out. 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de DST, AIDS e Hepatites Virais. **Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas Para Atenção Integral De Pessoas com Infecções Sexualmente Transmissíveis**. Brasília: ministério da saúde, 2015. 120p. Disponível em <https://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/protocolo_clinico_diretrizes_terapeutica_atencao_integral_pessoas_infecoes_sexualmente_transmissiveis.pdf>. Acesso em 14 set. 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Doenças de Condições Crônicas e Infecções Sexualmente Transmissíveis. **Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas para Atenção Integral às Pessoas com Infecções Sexualmente Transmissíveis**. Brasília: Ministério da Saúde, 2020. Disponível em < http://www.aids.gov.br/system/tmf/pub/2016/57800/pcdt_ist_final_revisado_020420.pdf?file=1&type=node&id=57800&force=1>. Acesso em 08 out. 2020

CARDIAL, Márcia Fuzaro Terra et al. Papilomavírus humano (HPV). **FEMINA**. São Paulo, vol.47, n.2, p.94-100, 2019. Disponível em <<http://docs.bvsalud.org/biblioref/2019/12/1046496/femina-2019-472-94-100.pdf>>. Acesso em 12 out. 2020.

CARNEIRO, Rithianne Frota et al. Educação sexual na adolescência: uma abordagem no contexto escolar. **Revista SANARE**. Sobral, vol. 14, n. 1., 2015. Disponível em < <https://sanare.emnuvens.com.br/sanare/article/view/617>>. Acesso em 27 ago. 2020.

CARTEIRO, Dora; NÉNÉ, Manuela. A importância da formação na área da sexualidade em enfermagem. **Revista da associação portuguesa dos enfermeiros obstetras**. Almada-PT, n. 16, dez, 2015. Disponível em < https://www.researchgate.net/publication/313179808_A_importancia_da_formacao_na_area_da_sexualidade_em_enfermagem_The_importance_of_education_in_the_area_of_sexuality_in_nursing_La_importancia_de_la_formacion_en_el_area_de_la_sexualidad_en_enfermeria>. Acesso em 27 ago. 2020.

CIRIACO, Natália Lopes Chaves. A importância do conhecimento sobre Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST) pelos adolescentes e a necessidade de uma abordagem que vá além das concepções biológicas. **Em Extensão**. Uberlândia, v. 18 n. 1, p. 63-80, jan./jun. 2019. Disponível em < <http://www.seer.ufu.br/index.php/revextensao/article/view/43346/26931>>. Acesso em 20 out. 2020.

CORTES, Dryelle Gasparini et al. Adesão e saberes dos adolescentes acerca da atenção primária de saúde: relato de experiência. **III Seminário Internacional: Tecendo Redes na Enfermagem e na Saúde. X Semana de Enfermagem: Universidade Federal de Santa Maria**. Santa Maria, 2019. Disponível em < https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/371/2019/09/ANAIS_25_MAIO_TARDE.pdf#page=63>. Acesso em 30 out. 2020.

COSTA, Veridiana Tavares; MEIRELLES, Betina Hörner Schlindwein. Adesão ao tratamento dos adultos jovens vivendo com hiv/aids sob a ótica do pensamento complexo. **Texto & Contexto – Enfermagem**. Florianópolis, vol.28, nov 11, 2019. Disponível em < https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-07072019000100387&script=sci_arttext&lng=pt>. Acesso em 15 out 2020.

FEITOSA, Larysse Gonçalves et al. Imunização contra papilomavirus humano em escolas municipais. **Rev enferm UFPE online**. Palmas, vol 13, 2019. Disponível em <<https://doi.org/10.5205/1981-8963.2019.241812>>. Acesso em 12 out. 2020.

FERENHOF, Helio Aisenberg; FERNANDES, Roberto Fabiano. Desmitificando a revisão de literatura como base para redação científica: Método SSF. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**. Florianópolis, v. 21, n. 3, p. 550-563, ago./nov., 2016. Disponível em < https://www.researchgate.net/publication/325070845_DESMISTIFICANDO_A_REVISAO_DE_LITERATURA_COMO_BASE_PARA_REDACAO_CIENTIFICA_METODO_SSF>. Acesso em: 29 set. 2020.

FERNANDES, Roberta Arinelli. Tratamento do HIV/AIDS no Brasil: impacto da

adesão sobre a utilização de recursos e custos. **J Bras Econ Saúde**. São Paulo, v.12, n.1, p.81-7, 2020. Disponível em < <http://www.jbes.com.br/images/v12n1/81.pdf> >. Acesso em 15 out. 2020.

FRANCISCO, Priscila Maria Stolses Bergamo Francisco et al. Vacinação contra hepatite B em adolescentes residentes em Campinas, São Paulo, Brasil. **Rev. bras. epidemiol.** São Paulo, vol.18, n.3, jul-set, 2015. Disponível em < <https://doi.org/10.1590/1980-5497201500030003> >. Acesso em 17 out. 2020.

FURLANETTO, Milene Fontana et al. Educação sexual em escolas

Brasileiras: revisão sistemática da literatura. **Cadernos de pesquisa**. São Leopoldo, v.48, n.168, p.550-571, abr./jun, 2018. Disponível em < <https://www.scielo.br/pdf/cp/v48n168/1980-5314-cp-48-168-550.pdf> >. Acesso em 20 out. 2020.

GARRIDO, Pedro Miguel; COSTA, João Borges. Manifestações Clínicas Atípicas de Infecção Genital pelos Vírus Herpes Simplex e sua Abordagem Terapêutica. **Revista SPDV**. Lisboa, 2018. Disponível em < <https://revista.spdv.com.pt/index.php/spdv/article/view/847/549> >. Acesso em 08 out. 2020.

GAVA, Thais; VILLELA, Wilza Vieira. Educação em Sexualidade: desafios políticos e práticos para a escola. **Sex., Salud Soc.** (Rio J.). Rio de Janeiro, n.24, set-dez, 2016. Disponível em < https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-64872016000300157&lng=en&nrm=iso&tlng=pt >. Acesso em 20 out. 2020.

GESSER, Marivete; OLTRAMARI, Leandro Castro; Panisson, Gelson. Docência e concepções de sexualidade na educação básica. **Psicol. Soc.** Belo Horizonte, vol.27 no.3, set-dez, 2015. Disponível em < https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822015000300558&lng=en&nrm=iso&tlng=pt >. Acesso em 20 out. 2020.

LEAL, Carla Bianca de Matos et al. Assistência de Enfermagem ao Público Adolescente na Atenção Primária. **Revista Enfermagem Atual**. Guanambi, vol.86, n.24, out-nov-dez, 2018. Disponível em < <https://revistaenfermagematual.com.br/index.php/revista/article/view/123/40> >. Acesso em 30 out. 2020.

LIRA, Daniela Mello de Britto; SILVA, Regina Coelli Araújo da. Adolescência – Quando surgiu e para onde vai? Um Recorte Histórico e Psicossocial. **Revista Latino-americana de Psicologia Corporal**. Recife, vol.6, n.1, 2017. Disponível em < <https://psicorporal.emnuvens.com.br/rlapc/article/view/54> >. Acesso em 29 out. 2020.

MEIRA, Laio; GAGLIANI, Luiz Henrique. A patonogese da gonorreia e sua disseminação pelo mundo. **Revista UNILUS Ensino e Pesquisa**. Santos, v. 12, n. 26, jan-mar, 2015. Disponível em <<http://revista.lusiada.br/index.php/ruep/article/view/217>>. Acesso em 13 out. 2020.

MONTEIRO, Raissa Silva de Melo et al. Ações educativas sobre prevenção de HIV/AIDS entre adolescentes em escolas. **Enfermería Actual de Costa Rica**. San José, n.37, jul./dez, 2019. Disponível em < https://www.scielo.sa.cr/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1409-45682019000200206 >. Acesso em 15 out 2020.

MONTEIRO, Simone Souza et al. Desafios do tratamento como prevenção do HIV no Brasil: uma análise a partir da literatura sobre testagem. **Ciênc. saúde colet**. Rio de Janeiro, vol.24, n.5, jan/mai, 2019. Disponível em < <http://dx.doi.org/10.1590/1413-81232018245.16512017> >. Acesso em 15 out. 2020.

MOREIRA, Wanderson Carneiro et al. Ações educativas do enfermeiro na promoção da saúde sexual e reprodutiva do adolescente. **R. Interd**. Teresina, vol. 8, n. 3, jul/ago/set, 2015. Disponível em < <https://pdfs.semanticscholar.org/6c57/2f6690a319b4cc3cb88b23880f23d70e4852.pdf>>. Acesso em 20 out. 2020

MOROSKOSKI, Márcia et al. Perfil de gestantes adolescentes diagnosticadas com sífilis em Curitiba – PR. **Rev. Saúde Públ**. Curitiba, vol.1, n.1, p.47-58, 2018. Disponível em <<http://revista.escoladesaude.pr.gov.br/index.php/rspp/article/view/39/12>>. Acesso em: 17 out. 2020.

OLIVEIRA, Francisco Ariclene et al. Atividades lúdicas desenvolvidas com adolescentes escolares sobre prevenção de infecções sexualmente transmissíveis. Centro universitário Uninovafapi: **Revista Interdisciplinar**. Piauí, vol. 10, n. 3, jul-ago-set, 2017. Disponível em < http://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/35664/1/2017_art_faoliveira.pdf>. Acesso em 20 out. 2020.

OLIVEIRA, Giselly Oseni Barbosa et al. Prevenção de doenças sexualmente transmissíveis entre pessoas com deficiência visual: validação de texto educativo. **Rev. Latino-Am. Enfermagem**. 2016. Disponível em < https://www.scielo.br/pdf/rlae/v24/pt_0104-1169-rlae-24-02775.pdf>. Acesso em 08 out. 2020.

PETRY, Stéfany. Saberes de estudantes de enfermagem sobre a prevenção de Infecções Sexualmente Transmissíveis. **Rev. Bras. Enferm**. Brasília, vol.72 n.5, set/out. 2019. Disponível em < https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-71672019000501145&script=sci_arttext&tlng=pt >. Acesso em 07 out. 2020.

PRIMO, Walquíria Quida Salles Pereira; PRIMO, Guttenberg Rodrigues Pereira. Papilomavírus humano: aspectos clínicos. **FEMINA**. Brasília, vol.47, n.12, p. 850-66, 2019. Disponível em <<http://docs.bv-salud.org/biblioref/2020/01/1048453/femina-2019-4712-850-866.pdf>>. Acesso em 12 out. 2020.

RIBEIRO, Daniele Knopp et al. Experiência Extensionista de Estudantes de Enfermagem em um Projeto de Educação em Saúde e Sexualidade na Escola. **Revista Guará**. Espírito Santo, ed. 9. p. 85-96, jun, 2018. Disponível em < <https://periodicos.ufes.br/guara/article/view/15624/13680>>. Acesso em 20 out. 2020.

SANTOS, Elizayne dos Santos; ROCHA, Vivianny Neres Rocha. O enfermeiro na prevenção de infecções sexualmente transmissíveis em adolescentes. **Congresso Internacional de Enfermagem, Universidade Tiradentes**. Tiradentes, mai 9-12, 2017. Disponível em <<https://eventos.set.edu.br/index.php/cie/article/view/5859>>. Acesso em 27 ago. 2020.

SANTOS, João Carlos Alves do. O enfermeiro e o ensino na assistência às doenças sexualmente transmissíveis: revisão integrativa. **REBES – Revista Brasileira de Educação em Saúde**. Pombal, v. 6, n.2, p. 08-12, abr-jun, 2016. Disponível em < <https://editoraverde.org/gvaa.com.br/revista/index.php/REBES/article/view/3818> >. Acesso em 07 out. 2020.

SANTOS, José Marcos de Jesus et al. Vulnerabilidade à Hepatite B entre Adolescentes Jovens da Rede Pública de Ensino. **Revista Brasileira de Ciências da Saúde**. João Pessoa, vol.22, n.3, 2018. Disponível em < <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/rbcs/article/view/31392/19854>>. Acesso em 17 out. 2020.

SANTOS, Leonardo Miranda dos et al. Prevalência da infecção endocervical de Chlamydia trachomatis em universitárias do estado do Pará, Região Amazônica, Brasil. **Rev Pan-Amaz Saude**. Ananindeua, vol.8, n. 2017. Disponível em < http://scielo.iec.gov.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2176-62232017000300027 >. Acesso em 13 out 2020.

SANTOS, Vaneska Ribeiro Perfeito et al. Os desafios da educação sexual no contexto escolar: o papel da enfermagem. **Rev. Elet. DECT**. Vitória, v. 7, n. 3, p 187 - 20, 2017. Disponível em <<https://ojs2.ifes.edu.br/index.php/dect/article/view/677>>. Acesso em 20 out. 2020.

SFAIR, Sara Caram et al. Educação sexual para adolescentes e jovens: mapeando proposições oficiais. **Saude soc**. São Paulo, vol.24, n.2, abr-jun, 2015. Disponível em <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-12902015000200620&script=sci_arttext>. Acesso em 20 out. 2020.

SILVA, André Teixeira da; JACOB, Maria Helena Vianna Metello; HIRDES, Alice. Conhecimento de adolescentes do ensino médio sobre DST/AIDS no sul do Brasil. **Aletheia**. Canoas, n.46, abr., 2015. Disponível em < http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-03942015000100004>. Acesso em 30 out. 2020.

SILVA, Bianca Beatriz da, et al. Formando multiplicadores para prevenção de infecções sexualmente transmissíveis” e impacto na formação de acadêmicos de enfermagem. **Rev. Enfermagem Brasil**. UFMT, v.17, n.4, 2018. Disponível em < <http://portalatlanticaeditora.com.br/index.php/enfermagembrasil/article/view/1243/3878>>. Acesso em 27 ago. 2020.

SILVA, Natália Viana Marcondes da, et al. Educação em saúde com adolescentes, sexualidade e prevenção de IST. **Research, Society and Development**. Rio de Janeiro, v. 9, n. 8, 2020. Disponível em < <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/5436/4553>>. Acesso em 20 out. 2020.

SOARES, Tatiane Machado da Silva et al. Educação sexual para adolescentes: aliança entre escola e enfermagem/saúde. **Revista espaço para a saúde**. Londrina, v. 16, n.3, jul/set, 2015. Disponível em < <http://espacoparasaude.fpp.edu.br/index.php/espacosaude/article/view/395>>. Acesso em 20 out. 2020.

SOUZA, Antonio Tiago da Silva et al. Estado vacinal das adolescentes grávidas residentes na área norte/centro de Teresina. **Revista Interdisciplinar – Centro Universitária Uninovafapi**. Teresina, vol.8, n.3, 2015. Disponível em < https://revistainterdisciplinar.uninovafapi.edu.br/index.php/revinter/article/view/712/pdf_210>. Acesso em 17 out. 2020.

VIEIRA, Priscila Mugnai; MATSURUKA, Thelma Simões. Modelos de educação sexual na escola: concepções e práticas de professores do ensino fundamental da rede pública. **Rev. Bras. Educ.** Rio de Janeiro, vol.22, n.69 Rio de Janeiro, abr-jun, 2017. Disponível em <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-24782017000200453&script=sci_arttext&lng=pt>. Acesso em 20 out. 2020.

ZAUPA, Ana Beatriz Pinheiro. Sífilis: uma revisão da literatura. **Rev. Research, Society and Development**. Vargem Grande Paulista, vol.9, n.10, 2020. Disponível em < <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/8255/7660>>. Acesso em 17 out. 2020.

• • • • •

SEÇÃO 4

IMAGEM PESSOAL - TALENTOS



A INFLUÊNCIA DA IMAGEM PESSOAL NAS REDES SOCIAIS PARA A VISIBILIDADE PROFISSIONAL NOS PROCESSOS DE RECRUTAMENTO E SELEÇÃO DE TALENTOS

Gislene Silva Dutra¹

Josimar Bento Nogueira²

Laudilene Mendes do Carmo³

RESUMO

O uso das redes sociais para encontrar talentos é uma tendência em vários países e vem se tornando uma realidade no Brasil. Por meio delas os selecionadores acessam as redes sociais para levantar informações de forma rápida e fácil. A imagem pessoal do candidato nas redes sociais pode causar um impacto imediato positivo ou negativo ao recrutador. Diante desse contexto, apresenta-se como problema norteador desse artigo, a seguinte questão: qual a influência da imagem pessoal nas redes sociais para a visibilidade profissional nos processos de recrutamento e seleção de talentos? Objetiva-se com o presente artigo contribuir com o debate acerca da influência da imagem pessoal nas redes sociais para visibilidade profissional. Trata-se de uma pesquisa descritiva e de cunho qualitativo que se efetivou por meio de uma pesquisa bibliográfica.

Palavras-chave: Talentos. Seleção. Recrutamento virtual. Imagem pessoal. Redes Sociais.

I INTRODUÇÃO

Com o rápido avanço dos meios de comunicação e da tecnologia, as mudanças em diversos segmentos empresariais vêm ocorrendo com frequência, sempre buscando adaptar-se ao mundo

¹ Mestre em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Local, Doutoranda em Educação e Professora da Faculdade Asa de Brumadinho. E-mail: gislenesilvadutra@hotmail.com

² Aluno egresso do Curso de Engenharia Civil da Faculdade Asa de Brumadinho. E-mail: josimarbento92@gmail.com

³ Aluna egressa do Curso de Engenharia Civil da Faculdade Asa de Brumadinho. E-mail: laudilenem@yahoo.com

tecnológico. Uma das maiores observações feitas acerca da tecnologia é que esta, busca uma maior praticidade à vida humana, reduzindo custos e tempo.

No que diz respeito à gestão de pessoas, algumas empresas concluíram que usar recursos tecnológicos para o recrutamento e a seleção de novos funcionários, traz inúmeros benefícios, que vai desde a redução de gastos a uma prática ambientalmente correta. Nesse período pandêmico essa conclusão tornou-se uma realidade da maioria das empresas.

Devido aos impactos da COVID-19 que se alastrou no país, grandes e pequenas empresas foram forçadas a realinhar suas prioridades para se manterem no mercado e para tanto tiveram que reconfigurar seus planos corporativos para possibilitar o trabalho remoto, tendo em vista que, neste modelo de trabalho, a comunicação virtual tornou-se essencial para as empresas.

O recrutamento virtual ou recrutamento online é uma tendência na atualidade e trata-se de toda ou qualquer ferramenta que utiliza a internet como meio de captar e selecionar candidatos para um processo seletivo, otimizando o tempo de recrutamento e seleção e se apresentando como uma forma econômica e rápida de encontrar profissionais em vários lugares e com diferentes características notadas facilmente.

Utilizar as redes sociais para encontrar talentos é uma tendência em vários países e vem se tornando uma realidade no Brasil. Por meio delas os selecionadores acessam as redes sociais para levantar informações de forma rápida e fácil. Assim, pode-se dizer que as redes sociais tornaram-se uma grande aliada para o recrutamento virtual.

As redes sociais abrem a possibilidade de avaliar aspectos mais pessoais do candidato até mesmo antes da entrevista. Nelas, as pessoas podem disseminar informações, divulgar interesses, preferências, experiências e obter contatos. Criando assim, as redes atuais de networks.

Contudo, as redes sociais podem esconder cuidados que passam despercebidos aos usuários. A imagem pessoal do candidato nas suas redes sociais pode causar um impacto imediato positivo ou negativo ao recrutador. Diante desse contexto, apresenta-se como problema norteador desse artigo, a seguinte questão: qual a influência da imagem pessoal nas redes sociais para a visibilidade profissional nos processos de recrutamento e seleção de talentos?

Objetiva-se com o presente artigo contribuir com o debate acerca da influência da imagem pessoal nas redes sociais para visibilidade profissional nos processos de recrutamento e seleção.

Para alcançar tais objetivos, inicialmente buscou-se diferenciar a mera busca de ativos do processo de captação de talentos para que em seguida discorresse sobre como as empresas estão utilizando a internet para recrutar pessoas. E a partir daí apresenta-se uma discussão acerca da im-

portância do marketing pessoal nas redes sociais e da relevância da relação entre a imagem pessoal e o candidato virtual.

Trata-se de uma pesquisa descritiva, de cunho qualitativo que se efetivou por meio de uma pesquisa bibliográfica.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 CAPTAÇÃO DE TALENTOS

Com a revolução das tecnologias de informação e comunicação o mercado de trabalho se abriu para uma nova economia global. Com a facilidade de acesso e trânsito de informações, essas passaram a serem fatores estratégicos para as organizações.

Na busca por maior eficiência, as organizações passaram a incorporar as tecnologias e eliminar tarefas repetitivas, com isso, passaram a exigir mais qualificação de seus colaboradores. É nesse sentido que o capital humano passa a ser fundamental para que as organizações realizem sua estratégia.

Nesse cenário mundial de constantes mudanças no mercado de trabalho e nas transformações na relação entre a empresa e seus colaboradores, pode-se afirmar que existe um novo perfil do profissional almejado pelas organizações. (CHIAVENATO, 2009)

As organizações buscam um profissional mais preparado para lidar de forma criativa na resolução de problemas complexos e diante disso, os ativos deixam de constituir a principal riqueza das empresas, cedendo lugar aos talentos que nela trabalham. (CHIAVENATO, 2009)

De acordo com Mussak (2013, p. 8) “talentos não são gênios nem são possuidores de dons especiais. São apenas pessoas comuns, dotadas das mesmas ferramentas mentais da maioria da humanidade, porém com algo a mais, que é quase intangível”

Chiavenato (2009, p. 12) complementa a visão de Mussak, afirmando que “para ser um talento, o indivíduo precisa possuir algo especial, algum diferencial competitivo, pois, talentos são dotados de conhecimentos, habilidades e competências que são constantemente reforçados, atualizados e recompensados”.

Chiavenato (2004) destaca ainda que o talento humano é composto por três aspectos específicos: conhecimento, habilidades e atitudes. Sendo conhecimento caracterizado pelo saber (apren-

der a aprender; aprender continuamente e aumentar o conhecimento). As habilidades referem-se ao saber fazer (aplicar o conhecimento, resolver problemas, criar e inovar). Já a atitude refere-se ao saber fazer acontecer (alcançar metas, agregar valor, obter experiências e empreender).

A partir das definições apresentadas, esse talento trata-se de um profissional portador de competências atrativas para esse mercado de trabalho, para tanto, precisa desenvolver conhecimentos, habilidades e atitudes que este mercado global e virtual requer.

De acordo com Dias (2008), as empresas buscam talentos, pessoas automotivadas e com capacidade para o autodesenvolvimento e para a autoliderança com habilidade de comunicação, relacionamento interpessoal, preparadas para trabalhar em equipe e para atuar sobre pressão.

Para Oliveira, Dumon e Hollard (2007) o sucesso profissional está além da excelência na sua vida acadêmica, pois, o sucesso requer desenvolvimento de um perfil empreendedor.

De acordo com Chiavenato (2007, p.7) “o empreendedor é a pessoa que consegue fazer as coisas acontecerem, pois, é dotado de sensibilidade para os negócios, tino financeiro e capacidade de identificar oportunidades”.

No processo de captação de talentos valoriza-se muito a empregabilidade desses profissionais. Ou seja, a capacidade deles de manterem suas carreiras protegidas dos impactos e transformações do mercado de trabalho. Esses talentos desenvolvem constantemente competências técnicas e comportamentais alinhados as demandas atuais. Ou seja, estão em constantes investimentos na sua carreira e com isso, a cada dia são mais disputados e atrativos para o mercado de trabalho.

Almeida (2009) diz que o termo empregabilidade está baseado na competência de adaptação do profissional ao mercado de trabalho. Com isso, esses talentos estão sempre disponíveis as exigências do mercado, suas competências estão atualizadas e refletem as demandas exigidas pelas instituições.

Para Chiavenato (2010) o melhor antídoto para o desemprego é o desenvolvimento dos conhecimentos e habilidades. Gil (2011) reforça que não são apenas as máquinas e os equipamentos que se tornam obsoletos, os conhecimentos e habilidades também. Por isso, os talentos possuem a grande vantagem competitiva de gerar novos conhecimentos e agregá-los ao processo produtivo.

Vale destacar ainda que não basta às organizações contratarem pessoas talentosas. É fundamental que criem condições para que estas possam expressar tais talentos, transformando-se em talentos organizacionais.

Uma empresa que deseja captar e reter talentos precisa considerar em suas estratégias de recrutamento e seleção aspectos que sejam atrativos para tais profissionais. A retenção e o desenvolvimento dos profissionais devem estar no centro das estratégias de gestão de pessoas. A empresa precisa compreender que a responsabilidade em desenvolver a empregabilidade é tanto do profissional quanto dela. (GIL, 2011)

A captação de um talento pode-se tornar uma realidade se realmente for adequada a finalidade da organização e compatível com as competências desse colaborador. Isso só irá ocorrer se houver um bom recrutamento e seleção.

Na busca por talentos, as empresas têm encontrado dificuldades em atingir esse objetivo, pois, atrair e gerir um talento humano demanda de planejamento e política de gestão de recursos humanos. Diante disso, o recrutamento é visto como uma das principais ferramentas que o gestor consegue verificar se um candidato tem o perfil necessário para preencher uma vaga na empresa. Atualmente as redes sociais têm contribuído bastante no recrutamento, no sentido de auxiliar na análise do perfil do candidato. (AVELLAR; SOUZA; MELO, 2014).

2.2 AS REDES SOCIAIS NO RECRUTAMENTO

O atual mercado de trabalho busca, além de pessoas com boa formação, candidatos que possuam comportamentos, habilidades e atitudes que agreguem valores para a organização. Em busca de garantir estas características, o processo de contratação passa por dois estágios principais: o recrutamento e a seleção.

Chiavenato (2000) faz uma descrição simples e objetiva, que abrange os vários sentidos da palavra recrutamento,

O objetivo do recrutamento consiste em atrair candidatos e, para que seja eficaz, deverá fazê-lo em número suficiente para fornecer o processo de seleção e assim permitir que este funcione. Trata-se, pois, de um sistema de informação que vise à divulgação da oferta e oportunidades de emprego[...] (CHIAVENATO, 2000)

Na fase de recrutamento a empresa informa ao mercado de talentos as vagas que têm disponíveis, apresentando uma descrição do cargo que visa ser preenchido. É um processo que busca atrair candidatos mais qualificados para facilitar o processo de seleção.

Já a seleção trata-se de um processo de escolha, a partir dos candidatos recrutados, daqueles mais adequados para as exigências do cargo e da organização. (CHIAVENATO, 2000)

De acordo com Chiavenato (2000) há três fases essenciais no planejamento do recrutamento, a saber: pesquisa interna, pesquisa externa e técnicas de recrutamento. A pesquisa interna/planejamento de recursos humanos se trata de um levantamento interno das necessidades de contratação a curto, médio e longo prazo, visando planos futuros de crescimento e desenvolvimento. A pesquisa externa de mercado é composta pela decomposição em diferentes segmentos de candidatos de acordo com os interesses da empresa e localização do meio de comunicação que aumente o rendimento do processo de recrutamento, reduzindo tempo e custos operacionais. As técnicas de recrutamento visa uma escolha de critérios a serem avaliados durante o processo. (MELO, 2014)

Com o avanço tecnológico uma nova forma de candidato e processo de seleção/recrutamento surgiu: o candidato virtual e o processo de seleção virtual. Esta prática conta inúmeras vantagens e desvantagens, que vão desde questões simples, como baixo custo, às questões mais complexas, como a formação da imagem pessoal em redes sociais. As empresas tendem a optar pelo que é mais viável economicamente e pelo que está mais coerente com as tendências mundiais. Assim, os atuais candidatos devem buscar se adaptar aos novos formatos de recrutamento. (MELO, 2014)

No recrutamento tradicional é comum o uso de ferramentas como testes escritos e análise comportamental, o que muitas vezes, torna-se um processo lento e dispendioso para as organizações. Com o surgimento o recrutamento online, percebe-se uma clara adequação a realidade tecnológica, pois este possibilita uma seleção mais específica de perfis de candidatos e flexibilização dos gestores no processo de seleção (MAGALHÃES, 2007).

Tapias (2003) argumenta que, apoiando-se na tecnologia digital, a nova sociedade e sua cultura constituem o novo mundo, diante dele as empresas adotam a cada dia mais estratégias virtuais e deixam suas marcas em todos os setores da vida social.

Com a era virtual surgiu à oportunidade de criar processos de recrutamentos virtuais. Para Rosa (2011) o recrutamento online apresenta seu diferencial na economia; considerando o investimento de baixo custo, além de representar redução na utilização de papel e de mão de obra.

O recrutamento virtual é um processo que tem por base a utilização de ferramentas da internet, como consultas a sites, páginas de divulgação de empregos, redes sociais, etc.; onde as vagas são publicadas online e os currículos chegam, na maioria das vezes, por e-mail ou por um banco virtual de preenchimento de informações.

Lima (2018) chamou o recrutamento virtual de “e-recrutamento”; que segundo este autor é entendido como um método de atração de candidatos, por meio da gestão de base de dados e da

triagem de currículos. Rosa (2011) reitera que a metodologia do e-recrutamento está sendo cada vez mais utilizada, fortificando assim a internet como a ferramenta tecnológica de ligação entre organizações e colaboradores.

No recrutamento virtual a tecnologia oferta possibilidades de um acesso mais pessoal ao candidato que está sendo recrutado, isso ocorre em muitas vezes por meio da análise da imagem pessoal nas suas redes sociais.

De acordo com Baylão (2014) nas redes sociais é possível obter-se um conhecimento de fatores psicoafetivos do candidato, imagens comprometedoras, críticas à conduta das empresas, erros ortográficos, etc. Esse autor alerta que a capacidade técnica de um candidato deve ser avaliada juntamente com um conjunto de outras competências, pois as empresas valorizam aspectos como o potencial intelectual e emocional dos candidatos.

As vantagens observadas no recrutamento virtual são inúmeras, como baixo custo, rapidez, número maior de candidatos (por possuir um maior alcance geográfico), criatividade nos currículos (como blogs, sites pessoais, vídeos...) e sua atualização constante. Além de ser uma prática sustentável (menor uso de papel), e de possuir uma manutenção da segurança da informação, que é feita através dos backups de dados e além de possibilitar a consulta de dados de redes sociais dos candidatos. (BAYLÃO, 2014)

Porém, este processo ainda não atingiu a perfeição, e nele há também claras desvantagens, como um número elevado de candidatos não qualificados à vaga, páginas de recrutamento desatualizadas, com layouts confusos. Vale considerar que os processos virtuais possuem certa dificuldade em atingir cargos mais operacionais. (LIMA, 2018)

Com a crescente expansão tecnológica, está cada vez maior o número de empresas que adotam o recrutamento virtual, com isso, faz-se necessário a adaptação dos candidatos para atender a esses processos. Assim, se torna de extrema necessidade que os candidatos virtuais busquem sempre se manter atualizados.

O candidato virtual difere em muitos aspectos do candidato dito “tradicional”; uma das maiores diferenças está na construção de sua imagem pessoal. Um candidato tradicional apresenta sua imagem pelo seu currículo e pela percepção dos selecionadores no momento da sua entrevista, enquanto que o candidato virtual já chega ao processo de seleção com uma imagem pessoal bem definida, muitas vezes oriunda de suas redes sociais. (BAYLÃO, 2014)

Considerando-se o fato de que a maioria das empresas realiza consultas às redes sociais, o candidato virtual deve sempre evitar postagens e publicações comprometedoras, seja sobre sua vida pessoal ou no que tange a vida profissional e suas relações com as empresas. (BAYLÃO, 2014)

2.3 IMAGEM PESSOAL NAS REDES SOCIAIS: O CANDIDATO VIRTUAL

A imagem pessoal é um dos componentes da outra imagem, a profissional. Trata-se dos elementos que geram a primeira impressão imediata sobre uma pessoa em qualquer contexto, como aparência, linguagem corporal e expressão facial.

Bender (2009) relata que “os sinais mais fortes da nossa imagem de marca vem da aparência” e ainda evidencia que “o importante é saber que sinais você quer passar e ser coerente”. Segundo o mesmo autor, o importante é que o candidato se sinta bem com sua imagem pessoal e relacione isso à imagem que realmente deseja transmitir, profissionalmente.

Imagem pessoal é um tema mais complexo do que parece. Trata-se da perspectiva pessoal, ou seja, a que temos de nós mesmos. Mas, também da visão que as outras pessoas têm sobre a nossa imagem, a partir do modo como agimos, nos vestimos, nos expressamos e postamos nas redes.

Toda imagem expressa conceitos, sensações e emoções. A imagem pessoal é a maneira pela qual o profissional será lembrado, positiva ou negativamente. Ristossa (2009) destaca que a imagem que criamos de nós mesmos é a mesma imagem que a empresa percebe. Por isso, é necessário que esta imagem esteja em sintonia tanto com a nossa personalidade quanto ao ambiente de trabalho que almejamos alcançar.

Kunsch (2003), afirma que a imagem é um conjunto de significados pelos quais se chega a conhecer um objeto e por meio do qual as pessoas o descrevem, recordam e se relacionam. Relata também que a imagem é o resultado da união de crenças, ideias, sentimentos e impressões constituídas pelas pessoas sobre determinado objeto.

Uma boa imagem pessoal pode levar anos para ser construída, por isso, o foco na reputação da imagem pessoal em longo prazo contribui bastante com a boa construção da imagem. Bender (2009, pag.57) alerta que “se os outros o avaliam de uma forma diferente da que você deseja, não é culpa deles, mas sim sua, por estar dando os sinais errados”.

O profissional teoricamente bem sucedido é aquele que mantém uma imagem pessoal positiva, ele faz disso um passe para alcançar seus objetivos, superar dificuldades, vencer as barreiras. Na

construção da imagem pessoal nas redes sociais é relevante considerar alguns aspectos no posicionamento do candidato, dentre eles, a descrição e a ética.

Bender (2009) comenta que a imagem pessoal e profissional é uma das etapas mais complexas durante a criação da identidade da marca pessoal. Ela deve ser polida de acordo com as descobertas do autoconhecimento e moldada conforme os objetivos pessoais e profissionais. A imagem não é apenas a vestimenta correta que combina perfeitamente com os acessórios e o local de trabalho. A postura, a higiene e asseio pessoal, a organização e objetos dispostos nas mesas de trabalho, são peças que quando unidas criam a imagem pessoal e profissional desejada.

A imagem pessoal e profissional é tratada pela área de marketing pessoal, que se caracteriza pelo conjunto de ações e objetivos estratégicos para alcançar o sucesso pessoal e profissional, sem perder de vista as atitudes e comportamentos que conduzem a uma trajetória, que vai caracterizar tanto o âmbito pessoal, quanto o profissional e as qualidades e habilidades do indivíduo é que irão promover atitudes favoráveis à realização dos seus próprios objetivos de vida. (SAMPAIO, 2015)

Segundo Rizzo (2011, pag.54) o marketing pessoal, trata-se de uma ferramenta que deve ser aplicada com:

o objetivo de colocar o produto pessoa em evidência, torna-lo mais competitivo e, sobretudo, permitir que, de maneira estratégica ele transite pelos diversos ambientes transmitindo a imagem de satisfação, do conhecimento, da organização, da criatividade, da integração entre as pessoas, com elegância, comportamento e argumentação apropriados (RIZZO, 2011, P. 54)

O processo para desenvolver uma marca pessoal é a mesma utilizada para produtos e serviços. Tem que se adaptar ao que o mercado precisa, sabendo quem é você, as características dominantes na vida profissional, e se preciso, melhorar o comportamento diante da marca, saber o que quer e aonde quer chegar, alcançando oportunidades e agregando uma importante vocação no marketing pessoal, controlar as emoções que movem e paralisam as pessoas. (SAMPAIO, 2015).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o presente artigo foi possível compreender o quanto o recrutamento virtual vem sendo utilizado pelas empresas na busca de talentos para compor o seu efetivo. Para tanto, estas utilizam diversos meios para auxiliar no recrutamento e na seleção de candidatos, dentre eles a análise da imagem do candidato nas redes sociais.

Conforme discutido no artigo, o recrutamento virtual apresenta vantagens e desvantagens. Dentre as vantagens observadas com esta prática, destaca-se o baixo custo, maior alcance geográfico, e o fato de esta ser uma prática mais sustentável que a convencional. Porém há desvantagens que vêm se mostrando como obstáculos dessa prática, por exemplo, o analfabetismo digital.

De acordo com o que foi abordado no decorrer do artigo, a imagem pessoal influencia no processo de recrutamento e seleção dos candidatos no que diz respeito à análise do seu perfil profissional, a partir do posicionamento que o candidato apresenta diante de fatos polêmicos, seus hábitos, tempo de uso das redes, sua relação com as empresas e sua visão acerca do trabalho.

Diante disso, os candidatos, inclusive os “tradicionais”, devem compreender que o recrutamento virtual é uma tendência e, portanto, devem sempre estar preparados e atualizados para esse mercado, investindo numa imagem pessoal já consolidada nas redes sociais.

Vale destacar que neste momento pandêmico muitas instituições implantaram e intensificaram o uso de modelos virtuais para os processos de recrutamento e seleção de talentos, usufruindo de informações providas de redes sociais. A técnica evita a aglomeração e ganha agilidade e redução de custos nos processos de recrutamento.

REFERÊNCIAS

BAYLÃO, André Luis, **A importância do processo de recrutamento e seleção de pessoal na organização empresarial**. XI Simpósio de Excelência em Gestão Tecnológica, 2014.

CAMPOS, D. C., LIMA, O. M. P. Atuando no subsistema seleção de pessoal. n. CAMPOS, D. C. **Atuando na psicologia do trabalho, psicologia organizacional e recursos humanos**. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

CHIAVENATO, Idalberto. **Recursos Humanos**. São Paulo. Atlas. 2000.

CHIAVENATO, Idalberto. **Planejamento, recrutamento e seleção de pessoal**: como agregar talentos à empresa. 7 ed. Barueri. S.P. Manole, 2009.

GUIMARÃES, Marilda Ferreira e ARIEIRA, Jailson de Oliveira. O processo de seleção como ferramenta de gestão. **Revista Ciência Empresariais da UNIPAR**, Toledo, v.6, n.2, jul./dez.2005.

LIMA, A. S. H & Rabelo, A. A. **A importância do e-recrutamento e seleção online no processo organizacional**. Revista Psicologia, Diversidade e saúde. 2018.

MAGALHÃES, T. A. C. M. G. (2007). **Automatização do Processo de Recrutamento e Resposta a Oportunidades Comerciais** (Dissertação de mestrado). Universidade Técnica de Lisboa. Lisboa, Portugal.

MARTINS, Jaime. **Recursos Humanos**. Disponível em <<http://w3.ualg.pt/~jmartins/gestao/Final.pdf>>. Acesso em: 10 de maio de 2020.

ROSA, A. A. A dinâmica da contratação de pessoas deficientes. **Unocs & Ciência - ACSA Joaçaba**, v.8, n.2, p.105 - 112, jul./dez.2017.

SCHWAB, Isadora Regina, Mahl, Álvaro Cielo. Avaliação psicológica no contexto de recrutamento e seleção. **Unocs & Ciência - ACSA Joaçaba**, v.8, n.2, p.105 - 112, jul./dez.2017.

TAPIAS, José Antônio Pérez. **Internautas e náufragos**: a busca do sentido na cultura digital. Tradução de Maria Stela Gonçalves e Adail Sobral. São Paulo: Ed. Loyola, 2003.



Ciência, resiliência, resistência e sobrevivência continuam sendo palavras-chave em 2021, diante de uma pandemia caracterizada pela persistência. Como a Ciência, a vacinação avança. Chegou até os professores e há o desejo de que alcance o mais rapidamente toda a sociedade. Outras crises, como a política e econômica assolam o país e exigem do povo brasileiro criatividade, solidariedade e resiliência.

Pessoas resistem em não querer vacinar, outras em fazer uso de tratamentos sem comprovação científica e outros, ainda, em não respeitar as normas sanitárias. Resistência também é importante horizonte para essa e outras revistas, que diante de ventos negacionistas e do desânimo que circula a sociedade, mantém-se firme em levar o conhecimento científico para variados públicos, mostrando que a Ciência também tem a Democracia como importante atributo.

Por fim, a sobrevivência. Quantos amigos, conhecidos que lutam contra todos esses males para se restaurarem? E em especial, aqueles acometidos pela doença, que como o “Poeta”, foi até fronteira entre a vida e a morte...e voltou. O Poeta está vivo. O que seria a poesia sem ele? E a “Filosofia”, sem “Rafael”? O Filósofo está vivo.

Solidária ao Poeta, ao Filósofo, ao Cientista e a todos e todas que fazem a vida ser diferente e tornam-se exemplos no enfrentamento dessas agruras, a Revista ASA Palavra se apresenta em seu primeiro número de 2021 e, como sempre, trazendo boas reflexões.